



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2025

(Processo Administrativo nº 02/2025)

UASG: 987635

1. PREÂMBULO

1.1. Município de Jandaia do Sul, Estado do Paraná, através da Pregoeira, nomeada pela Portaria nº 002/2025, de 9 de janeiro de 2025, com a devida autorização expedida pelo Sr. Prefeito, **BENEDITO JOSÉ PUPIO**, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO**, modo de disputa **ABERTO**, valor **TOTAL DO LOTE**, objetivando adquirir o objeto solicitado pelo **Departamento Administrativo**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1.2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS:

1.2.2. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 8h30min. do dia 31/01/2025.

1.2.3. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 8h30min. do dia 31/01/2025.

1.2.4. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

1.2.5. LOCAL: www.gov.br/compras.

1.2.6. FORMA DE JULGAMENTO: Menor preço por LOTE.

1.2.7. INFORMAÇÕES:

1.2.7.1. Endereço: Praça do Café, 22, Centro, Jandaia do Sul – Paraná.

1.2.7.2. Pregoeira: **ANA CECILIA PEROTTI** - designada pela Portaria nº 002/2025

1.2.7.3. E-mail: licitacao@jandaiadosul.pr.gov.br

1.2.7.4. Telefone: (43) 3432-7398.

1.2.8. MODO DE DISPUTA: ABERTO

1.2.9. LICITAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada na locação de software de gestão pública, para implantação, conversão de dados, treinamento, manutenção, suporte técnico e fornecimento de licença de uso de sistema de informação ilimitada de gestão pública, para a Prefeitura Municipal, Câmara Municipal e Instituto de Previdência dos Servidores Públicos ambos do Município de Jandaia do Sul, contemplando o Decreto nº 10.540/2020 (Siafic), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2. A licitação será por lote, conforme tabela constante do Termo de Referência.

3. DO VALOR ESTIMADO

3.1. O valor máximo anual com a referida aquisição será **R\$ 1.332.589,86 (Um milhão trezentos e trinta e dois mil quinhentos e oitenta e nove reais e oitenta e seis centavos)**, em conformidade com o Termo de Referência - Anexo I deste edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

3.2. As despesas decorrentes do presente Pregão correrão à conta do recurso da seguinte dotação orçamentária.

CÓDIGO RED.	FONTE	DESCRIÇÃO	ÓRGÃO	FUNCIONAL	PROJ/ ATIV	CATEGORIA	DESCRIÇÃO
51	1000	Recursos Livres	04.001	04.122.0004	2.004	3.3.90.40.00.00	Serviços de Tecnologia

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

4.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. Para os itens a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.7. Não poderão disputar esta licitação:

4.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.7.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.7.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.7.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

4.7.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

4.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8. O impedimento de que trata o item 4.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.7.2 e 4.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.11. O disposto nos itens 4.7.2 e 4.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

4.13. A vedação de que trata o item 4.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 0 e 9.9.1 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total do item;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

- 6.1.2. Marca (se for o caso);
- 6.1.3. Fabricante (se for o caso);
- 6.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.
- 6.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e Tribunal de Contas do Estado do Paraná, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

- 7.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor **total do item**.
- 7.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.8. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 10,00 (dez reais)**.
- 7.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.12. O envio de lances no pregão eletrônico será o modo de disputa **“aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 7.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

7.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas)** horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 4.5.1 e 5.6 deste edital.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

- 8.7.1. Contiver vícios insanáveis;
- 8.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 8.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 8.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 8.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 8.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 8.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de prova de conceito do sistema, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta, momento em que a sessão pública ficará suspensa.**
- 8.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação da prova de conceito, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 8.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 8.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 8.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná
www.jandaiadosul.pr.gov.br

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme descrito abaixo:

9.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Cópia do Contrato Social da empresa, devidamente registrado, ou sua última alteração; Esta documentação poderá ser substituída pelo Contrato Social Consolidado; Nos casos em que for apresentada cópia com autenticidade digital do contrato social, será considerado válido quando a data do ato de assinatura digital estiver dentro do prazo de validade apresentado no documento.
- b) No caso de Sociedade Anônima, Cooperativa ou Associação Civil-estatuto da empresa, com suas alterações, acompanhado da Ata de Eleição dos atuais Diretores;
- c) No caso de Empresa Individual – Registro Comercial;
- d) Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro de autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir;
- e) No caso de Microempreendedor Individual, Certificado do MEI.

9.2.1. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão de Dívida ativa da União, Quitação de Tributos e Contribuições Federais, expedido pela Secretaria da Receita Federal do domicílio ou sede da licitante, ou outra forma equivalente admitida pela legislação pátria vigente;
- c) Prova de regularidade para a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado do domicílio ou sede da licitante, ou outra forma equivalente admitida pela legislação pátria vigente;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda do domicílio ou sede da licitante, ou outra forma equivalente admitida pela legislação pátria vigente;
- e) Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.2.2. COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA:

- a) Certidão Negativa de Falência e/ou Recuperação Judicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90(noventa) dias da data de



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

recebimento dos envelopes prevista no preâmbulo deste Edital, caso não houver menção quanto ao prazo de validade.

9.2.3. COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Atestado(s) de Capacidade técnica em nome da empresa, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter experiência na prestação de serviços objeto da presente licitação, e que implantou e/ou mantém em funcionamento sistema de computação em nuvem, desenvolvido nativamente em linguagem web, similar e compatível com o objeto desta licitação nas seguintes áreas de maior relevância:

a.1) Implantação, Migração, Treinamento. Sistemas: Gestão Contábil e Financeira; Prestação de Contas Municipais (TCE/PR); Folha de Pagamento; Compras e Licitações; Planejamento e Orçamento; Arrecadação; Nota Fiscal Eletrônica e Data Center.

a.2) O atestado deve conter o nome, endereço e o telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio com o qual o Município possa valer-se para manter contato com a pessoa declarante.

a.3) O atestado deverá comprovar a Prestação de Contas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR). Vez que, a Prestação de Contas é dever Constitucional dos que utilizam, arrecadam, guardam, gerenciam ou administram dinheiros, bens e valores públicos, conforme artigo 70, parágrafo único da Constituição Federal de 1988. Assim, a Administração Pública, ora contratante, possui prazos para prestação de contas ao TCE/PR, sob pena de sanções. Isso posto, é imprescindível que o sistema de Gestão Pública contratado atenda as exigências e regras do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Pelo exposto, face a obrigatoriedade Constitucional da Prestação de Contas, faz-se necessário a apresentação de Atestado de Capacidade Técnica em nome da licitante, que comprove a Prestação de Contas para o Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

b) Relação do pessoal técnico que atuará para a realização do objeto, devendo constar a qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelo desenvolvimento, manutenção e suporte técnico dos softwares, bem como dos demais serviços que integram o objeto;

b.1) A Formação profissional da equipe técnica deverá ser comprovada através de documentos de certificação de conclusão de curso superior ou técnico apto para o desempenho profissional na área de sua formação;

c) Comprovação de que o(s) responsável (eis) técnico(s) faz (em) parte do quadro da proponente, na data da apresentação da proposta, mediante registro em carteira de trabalho e ficha de registro da empresa ou contrato de prestação de serviço.

d) Declaração Unificada conforme modelo (ANEXO III).

9.2.4. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio digital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná
www.jandaiadosul.pr.gov.br

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

9.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

9.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

9.8.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

9.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.9.1. Os documentos exigidos para habilitação, serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

9.9.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.

9.10. A verificação dos documentos habilitatórios somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

9.10.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

9.11.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.11.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.9.1.

9.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

- 10.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 10.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 10.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 10.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://jandaiadosul.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes>.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 11.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 11.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 11.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 11.1.2.1.** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 11.1.2.2.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 11.1.2.3.** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 11.1.2.4.** Deixar de apresentar amostra;
- 11.1.2.5.** Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 11.1.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.3.1.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 11.1.4.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 11.1.5.** Fraudar a licitação
- 11.1.6.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 11.1.6.1.** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 11.1.6.2.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 11.1.6.3.** Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 11.1.7.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 11.1.8.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. Advertência;

11.2.2. Multa;

11.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. As peculiaridades do caso concreto

11.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do município de Jandaia do Sul, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, devendo ser encaminhadas através do e-mail: licitacao@jandaiadosul.pr.gov.br.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://jandaiadosul.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes>.

13.11. Quaisquer informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pela Pregoeira, na Prefeitura Municipal de Jandaia do Sul, Setor de Licitação, Praça do Café, nº 22, Centro, no Município de Jandaia do Sul, Estado do Paraná, de Segunda a Sexta feira, das 08:00 às 17:15 horas, ou pelo e-mail: licitacao@jandaiadosul.pr.gov.br.

13.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.12.1. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;

13.12.1.1. APÊNDICE DO ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR;

13.12.2. ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL FINAL LICITANTE VENCEDOR;

13.12.3. ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA;

13.12.4. ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA;

13.12.5. ANEXO V - TERMO DE MINUTA DE CONTRATO.

Jandaia do Sul, 14 de janeiro de 2025.


BENEDITO JOSÉ PUPIO
- Prefeito -



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO: Contratação de empresa especializada na locação de software de gestão pública, para implantação, conversão de dados, treinamento, manutenção, suporte técnico e fornecimento de licença de uso de sistema de informação ilimitada de gestão pública, para a Prefeitura Municipal, Câmara Municipal e Instituto de Previdência dos Servidores Públicos ambos do Município de Jandaia do Sul, contemplando o Decreto nº 10.540/2020 (Siafic).

1.1 – DETALHAMENTO DO OBJETO:

LOTE ÚNICO						
SISTEMA DE GESTÃO PREFEITURA DE JANDAIA DO SUL - PR						
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	QTD	UND. DE MEDIDA	CÓDIGO CATSERV	UNITÁRIO	TOTAL
1	Sistema de Gestão de Contabilidade Pública Orçamentária e Financeira Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 1.878,62	R\$ 22.543,44
2	Sistema de Gestão de Planejamento Orçamentário (PPA, LDO, LOA) - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 1.125,73	R\$ 13.508,76
3	Sistema de Gestão Financeira e Tesouraria Municipal - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 1.142,33	R\$ 13.707,96
4	Sistema de Prestação de Contas Municipais - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 1.137,00	R\$ 13.644,00
5	Sistema de Gestão de Portal Transparência Lei 131/2009 - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 1.962,75	R\$ 23.553,00
6	Sistema de Gestão e Controle de Compras, Licitações e Contratos - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 1.900,80	R\$ 22.809,60
7	Sistema de Gestão de Controle de Almoxarifado e Estoques - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 1.131,34	R\$ 13.576,08
8	Sistema de Gestão do Controle de Patrimonial dos Bens Moveis e Imóveis - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 1.154,01	R\$ 13.848,12
9	Sistema de Gestão e Controle da Frota Municipal - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 1.176,40	R\$ 14.116,80
10	Sistema de Gestão de Controle de Obras Municipais - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 1.159,40	R\$ 13.912,80
11	Sistema de Gestão de Controle Interno - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 908,88	R\$ 10.906,56
12	Sistema de Protocolo Eletrônico e Processos Digitais - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 2.454,00	R\$ 29.448,00
13	Sistema de Gestão da Plataforma do Governo Digital - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 2.366,67	R\$ 28.400,04
14	Sistema de Gestão do Diário Oficial Eletrônico - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 1.646,44	R\$ 19.757,28
15	Sistema de Gestão da Assinatura Digital A1 e A3 - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 1.468,00	R\$ 17.616,00
16	Sistema de Gestão do GED - Gestão eletrônica de Documentos - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 1.550,00	R\$ 18.600,00
17	Sistema de Gestão de R.H., Folha de Pagamento, Medicina e Segurança do Trabalho, Avaliação de Desempenho e E-Social - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 5.725,00	R\$ 68.700,00
18	Portal do Servidor Municipal - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 1.584,57	R\$ 19.014,84
19	Sistema de Gestão do Ponto Eletrônico - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 1.978,33	R\$ 23.739,96
20	Sistema de Gestão de Tributação Municipal, Dívida Ativa e Tributos Municipais - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 3.039,72	R\$ 36.476,64
21	Sistema do Portal Contribuintes e Emissão Taxas e Certidões OnLine - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 1.139,51	R\$ 13.674,12
22	Sistema de Geração e Emissão do ITBI ON LINE - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 1.172,00	R\$ 14.064,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

23	Sistema de Gestão da Emissão e controle do Alvará On-Line - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 1.590,00	R\$ 19.080,00
24	Sistema de Gestão de Fiscalização Fazendária e Posturas - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 1.576,75	R\$ 18.921,00
25	Sistema de Gestão de Nota Fiscal Eletrônica e Controle do ISSQN - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 5.131,74	R\$ 61.580,88
26	Sistema de Gestão de Controle de Cemitério e Emissão de Taxas Funerárias - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 1.609,80	R\$ 19.317,60
27	Sistema de Gestão de Controle de Processos Judiciais e Execuções Fiscais - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 1.000,00	R\$ 12.000,00
28	Portal WEB Municipal - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 1.442,40	R\$ 17.308,80
29	B.I (Business Intelligence) - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 2.502,00	R\$ 30.024,00
30	Sistema Municipal de Assistência Social - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 2.671,52	R\$ 32.058,24
31	Hospedagem Garantida de Arquivos na AWS (Assinatura Digital) - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 2.318,00	R\$ 27.816,00
32	PROVIMENTO DE DATA CENTER (hospedagem, processamento, segurança e backup) - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 5.607,20	R\$ 67.286,40
33	Implantação, Conversão e Treinamento - Prefeitura de Jandaia do Sul	1	Mês	3840	R\$ 223.728,00	R\$ 223.728,00
34	Atendimento técnico "in loco" de técnicos da contratada, para sanar problemas ligados ao uso do software, referente a serviços não contemplados no Termo de Referência - Prefeitura de Jandaia do Sul	400	Horas	25992	R\$ 148,70	R\$ 59.480,00

SISTEMA DE GESTÃO PARA O FUNDO DE PREVIDÊNCIA

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO MÓDULOS	QTD	UND. DE MEDIDA	CÓDIGO CATSERV	UNITÁRIO	TOTAL
35	Sistema de Contabilidade Pública - Fundo de Previdência	12	Mês	27502	R\$ 779,80	R\$ 9.357,60
36	Sistema de Orçamentário (PPA-LDO e LOA) - Fundo de Previdência	12	Mês	27502	R\$ 520,00	R\$ 6.240,00
37	Sistema de Tesouraria - Fundo de Previdência - Fundo de Previdência	12	Mês	27502	R\$ 462,50	R\$ 5.550,00
38	Sistema de Atendimento ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná - Fundo de Previdência	12	Mês	27502	R\$ 519,60	R\$ 6.235,20
39	Sistema de Compras e Licitações - Fundo de Previdência	12	Mês	27502	R\$ 690,40	R\$ 8.284,80
40	Sistema de Controle de Frotas - Fundo de Previdência	12	Mês	27502	R\$ 529,00	R\$ 6.348,00
41	Sistema de Patrimônio - Fundo de Previdência	12	Mês	27502	R\$ 491,71	R\$ 5.900,52
42	Sistema de Gestão de R.H., Folha de Pagamento, Medicina e Segurança do Trabalho, Avaliação de Desempenho e E-Social - Fundo de Previdência	12	Mês	27502	R\$ 702,07	R\$ 8.424,84
43	Portal do Servidor Municipal - Fundo de Previdência	12	Mês	27502	R\$ 487,50	R\$ 5.850,00
44	Sistema de Portal Transparência - Fundo de Previdência	12	Mês	27502	R\$ 621,30	R\$ 7.455,60
45	PROVIMENTO DE DATA CENTER (hospedagem, processamento, segurança e backup) - Fundo de Previdência	12	Mês	27502	R\$ 1.125,00	R\$ 13.500,00
46	Implantação, Conversão e Treinamento - Fundo de Previdência	1	Mês	3840	R\$ 21.024,98	R\$ 21.024,98
47	Atendimento técnico "in loco" de técnicos da contratada, para sanar problemas ligados ao uso do software, referente a serviços não contemplados no Termo de Referência - Fundo de Previdência	50	Horas	25992	R\$ 148,70	R\$ 7.435,00

SISTEMA DE GESTÃO PARA CÂMARA DE VEREADORES

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO MÓDULOS	QTD	UND. DE MEDIDA	CÓDIGO CATSERV	UNITÁRIO	TOTAL
48	Sistema de Contabilidade Pública - Câmara de Vereadores	12	Mês	27502	R\$ 816,50	R\$ 9.798,00
49	Sistema de Orçamentário (PPA-LDO e LOA) - Câmara de Vereadores	12	Mês	27502	R\$ 520,00	R\$ 6.240,00
50	Sistema de Tesouraria - Câmara de Vereadores	12	Mês	27502	R\$ 462,50	R\$ 5.550,00
51	Sistema de Atendimento ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná - Câmara de Vereadores	12	Mês	27502	R\$ 469,60	R\$ 5.635,20

CNPJ: 75.771.204/0001-25 - Praça do Café, 22 - Jandaia do Sul - PR - CEP 86.900-000

Fone: (043) 3432.7398 - E-mail: licitacao@jandaiadosul.pr.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

52	Sistema de Compras e Licitações - Câmara de Vereadores	12	Mês	27502	R\$ 712,32	R\$ 8.547,84
53	Sistema de Controle de Frotas - Câmara de Vereadores	12	Mês	27502	R\$ 489,00	R\$ 5.868,00
54	Sistema de Patrimônio - Câmara de Vereadores	12	Mês	27502	R\$ 491,71	R\$ 5.900,52
55	Sistema de Gestão de R.H., Folha de Pagamento, Medicina e Segurança do Trabalho, Avaliação de Desempenho e E-Social - Câmara de Vereadores	12	Mês	27502	R\$ 702,07	R\$ 8.424,84
56	Portal do Servidor Municipal - Câmara de Vereadores	12	Mês	27502	R\$ 487,50	R\$ 5.850,00
57	Sistema de Gestão de Controle Interno - Câmara de Vereadores	12	Mês	27502	R\$ 476,25	R\$ 5.715,00
58	Sistema de Portal Transparência - Câmara de Vereadores	12	Mês	27502	R\$ 621,30	R\$ 7.455,60
59	Sistema de Protocolo Eletrônico e Processos Digitais - Câmara de Vereadores	12	Mês	27502	R\$ 564,40	R\$ 6.772,80
60	Sistema de Gestão do Diário Oficial Eletrônico - Câmara de Vereadores	12	Mês	27502	R\$ 686,00	R\$ 8.232,00
61	Sistema de Gestão da Assinatura Digital A1 e A3 - Câmara de Vereadores	12	Mês	27502	R\$ 687,80	R\$ 8.253,60
62	Sistema de Gestão do GED - Gestão eletrônica de Documentos - Câmara de Vereadores	12	Mês	27502	R\$ 687,50	R\$ 8.250,00
63	Sistema de Gestão do Processo Eletrônico de documentos - Câmara de Vereadores	12	Mês	27502	R\$ 710,00	R\$ 8.520,00
64	PROVIMENTO DE DATA CENTER (hospedagem, processamento, segurança e backup) - Câmara de Vereadores	12	Mês	27502	R\$ 1.150,00	R\$ 13.800,00
65	Implantação, Conversão e Treinamento - Câmara de Vereadores	1	Mês	3840	R\$ 30.516,00	R\$ 30.516,00
66	Atendimento técnico "in loco" de técnicos da contratada, para sanar problemas ligados ao uso do software, referente a serviços não contemplados no Termo de Referência - Câmara de Vereadores	50	Horas	25992	R\$ 148,70	R\$ 7.435,00
TOTAL					R\$ 1.332.589,86	

OBS: Havendo qualquer discordância entre a descrição e unidade de medida do CATSERV e a do Termo de Referência/Edital, prevalecerá a descrição e unidade de medida constante no Termo de Referência/Edital.

1.2 – O objeto desta contratação não se enquadra como sendo serviços de luxo, conforme Decreto Municipal nº 9.068/2024.

1.3 – A contratação é caracterizada como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4 – A contratação se dará pelo Menor Preço Global, visto ser uma abordagem comum baseada na economia de escala, tendo em vista que o agrupamento dos itens, pode tornar o valor total mais em conta, sendo apenas uma empresa a prestar os serviços.

2 – DA LEI 123/2006 – MICRO E PEQUENA EMPRESA:

(X) ampla Concorrência

() licitação com cota reservada para ME e EPP

() licitação exclusiva para ME e EPP

Ao analisar o objeto, observando que não se trata de itens divisíveis ou que o parcelamento foi declarado inviável, o valor encontra-se acima do limite permitido para licitação exclusiva para MPE's, motivando a licitação ocorrer pela ampla concorrência.





PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

3 – FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A adoção de sistemas informatizados de gestão pública representa uma necessidade premente da Administração Pública Municipal, visando a automação, melhoria de processos, redução de tempo e otimização de recursos materiais e humanos. A solução tecnológica integrada a ser contratada deverá centralizar todo o processamento e armazenamento de dados relacionados aos processos de atendimento e controles internos, otimizando a obtenção de informações e agilizando a tomada de decisões.

A implementação de um sistema integrado deverá proporcionar os seguintes benefícios:

Maior eficiência na gestão dos recursos públicos;

Melhoria na qualidade e agilidade dos serviços prestados aos cidadãos;

Aumento da transparência e do controle social;

Redução de custos operacionais;

Padronização e otimização de processos administrativos;

Facilitação do cumprimento das obrigações legais e normativas;

Suporte eficiente à tomada de decisões pelos gestores públicos;

Integração de informações entre diferentes áreas da administração;

Eliminação de redundâncias e inconsistências de informações, e;

Aprimoramento do controle interno e externo.

A escolha por uma solução baseada em nuvem (cloud computing) justifica-se pelos seguintes fatores:

Redução de custos com infraestrutura de TI local;

Maior segurança e disponibilidade dos dados;

Facilidade de acesso remoto e mobilidade;

Escalabilidade e flexibilidade para atender ao crescimento da demanda;

Simplificação da gestão de TI e redução da complexidade operacional;

Garantia de evolução tecnológica contínua da plataforma, e;

Alinhamento com as diretrizes do Governo Federal para transformação digital (Decreto nº 10.332/2020).

A integração entre os diversos módulos do sistema deverá permitir o compartilhamento de informações em tempo real entre diferentes setores da administração municipal. Isso resultará em melhorias significativas na produtividade dos servidores públicos, eliminando a necessidade de retrabalho na alimentação de dados em diferentes sistemas, bem como o atendimento aos ditames do Decreto Federal nº 10.540/2020.

O Decreto Federal 10.540/2020, estabeleceu normas e diretrizes para a aquisição e uso de sistemas informatizados para a modernização da gestão pública, com o objetivo de aprimorar a transparência, eficiência e eficácia dos serviços prestados à população.

Destaca-se que o SIAFIC dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle, possuindo um padrão mínimo de qualidade, sendo possível controlar a evidenciação de, no mínimo:

Das operações realizadas pelos Poderes e pelos órgãos e dos seus efeitos sobre os bens, os direitos, as obrigações, as receitas e as despesas orçamentárias ou patrimoniais do ente federativo;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Dos recursos dos orçamentos, das alterações decorrentes de créditos adicionais, das receitas prevista e arrecadada e das despesas empenhadas, liquidadas e pagas à conta desses recursos e das respectivas disponibilidades;

Perante a Fazenda Pública, da situação daqueles que arrecadem receitas, efetuem despesas e administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confiados;

Da situação patrimonial do ente público e da sua variação efetiva ou potencial, observada a legislação e normas aplicáveis;

Das informações necessárias à apuração dos custos dos programas e das unidades da administração pública;

Da aplicação dos recursos pelos entes federativos, agrupados por ente federativo beneficiado, incluído o controle de convênios, de contratos e de instrumentos congêneres;

Das operações de natureza financeira não compreendidas na execução orçamentária, das quais resultem débitos e créditos;

Do Diário, Razão e Balancete Contábil, individuais ou consolidados, gerados em conformidade com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público estabelecido pelas normas gerais de consolidação das contas públicas a que se refere o § 2º do art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 2000;

Das demonstrações contábeis e dos relatórios e demonstrativos fiscais, orçamentários, patrimoniais, econômicos e financeiros previstos em lei ou em acordos nacionais ou internacionais, necessariamente gerados com base nas informações referidas no inciso IX do caput do art. 2º;

Das operações intragovernamentais, com vistas à exclusão de duplicidades na apuração de limites e na consolidação das contas públicas;

Da origem e da destinação dos recursos legalmente vinculados à finalidade específica; e

Das informações previstas neste Decreto e na legislação aplicável.

Em atendimento ao art. 1º, 3º do Decreto Federal nº 10.540/2020, o SIAFIC deve ser mantido e gerenciado pelo Poder Executivo – observando a autonomia administrativa e financeira dos demais Poderes e Órgãos Públicos -, sendo este o responsável pela contratação, definições das regras contábeis e políticas de acesso e segurança da informação.

Além disso, a adoção de um sistema integrado deverá facilitar o cumprimento das obrigações legais do município, especialmente no que diz respeito à prestação de contas e à transparência das informações públicas. Isso está alinhado com as exigências de órgãos fiscalizadores como o Tribunal de Contas e com os princípios de transparência e eficiência na administração pública.

4 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS:

Foi realizado levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, sendo consideradas as contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração.

Há, no mercado, diversas empresas que prestam os serviços referente ao objeto em questão, não havendo, portanto, restrições de mercado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná
www.jandaiadosul.pr.gov.br

Levando-se em conta as características do objeto a ser contratado, uma vez que, enquadra-se na categoria de serviços comuns, de que trata a Lei nº 14133/2021, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, entende-se que melhor solução para a contratação, é a contratação através da realização de processo licitatório, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, por meio de contrato.

De acordo com a Lei 14.133/2021, para a aquisição de bens e serviços comuns, a modalidade a ser praticada deverá ser o Pregão, sendo a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado – inciso XLI do artigo 6º da Lei 14.133/2021”.

A especificidade e relevância do objeto, aliada à necessidade de certificação eletrônico do atendimento a diversas funcionalidades sistêmicas, bem como, a apreciação eletrônica por parte dos setores municipais que serão beneficiados e que operarão tais softwares em suas atividades rotineiras trazem consigo motivos mais que justificados para a adoção da modalidade Pregão Eletrônico à licitação ora intencionada.

Ainda, seguindo orientações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná definida no Acórdão nº 2605/18 - Tribunal Pleno, no intuito de garantir o cumprimento dos princípios constitucionais que regem as modalidades licitatórias e ampliar a competitividade, transparência, publicidade e eficiência deste certame, será adotada a modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO.

A utilização do pregão eletrônico oferece várias vantagens, como celeridade, economicidade e transparência no processo licitatório. A celeridade é garantida pela redução dos prazos e pela simplificação das etapas do processo, permitindo uma contratação mais rápida. A economicidade é alcançada pela ampla concorrência, que tende a resultar em propostas mais vantajosas para a administração pública. A transparência é reforçada pela possibilidade de acompanhamento em tempo real e pela participação de fornecedores de diversas regiões, ampliando a competitividade.

A licitação será regida pela modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tomando como parâmetro legal:

Lei nº. 14.133/2021, atualizada, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

Lei complementar 123/2006, que institui o Estatuto Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno porte.

A licitação será julgada através do tipo “MENOR PREÇO GLOBAL” pela necessidade de contratação de uma única empresa, visando à integração entre os módulos e serviços oferecidos. Essa integração é fundamental para garantir a funcionalidade e a eficiência do sistema como um todo, evitando problemas de compatibilidade que poderiam surgir com a contratação de diferentes prestadores de serviços.

Após uma análise cuidadosa das particularidades dessa demanda, optamos por recomendar a realização de um pregão por contrato, justificando tal escolha pelos seguintes motivos:

Trata-se de serviços específicos que requerem uma definição clara e objetiva, com prazo certo na execução.

O contrato tem a finalidade de estabelecer claramente os detalhes técnicos necessários para atender às necessidades desse município, garantindo assim a qualidade, a eficácia e a transparência dos serviços a serem prestados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Por meio do pregão por contrato, temos a oportunidade de negociar diretamente com o prestador dos serviços para estabelecer condições contratuais que atendam às nossas necessidades específicas, como prazos de execução, formas de pagamento e garantias. Essa flexibilidade é essencial para garantir que as condições contratuais sejam adequadas às nossas exigências operacionais e financeiras.

O pregão por contrato oferece uma abordagem mais direta e ágil para a aquisição de bens ou serviços, proporcionando uma resposta rápida às necessidades do município.

Ao estabelecer condições contratuais específicas, podemos planejar de forma mais precisa os recursos financeiros necessários para a execução do contrato, evitando possíveis despesas adicionais não previstas.

Com base nestes argumentos, acreditamos que a realização de um pregão por contrato é a abordagem mais adequada para atender às necessidades desse município de forma eficiente, transparente e econômica.

5 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

5.1 – REQUISITOS INTERNOS:

5.1.1 – Da execução do objeto

5.1.1.1 – A execução dos serviços do objeto dar-se-á, conforme a expedição da nota de empenho, encaminhada pelo setor de Compras (enviado por e-mail), com autorização do Departamento Administrativo, obedecendo rigorosamente às especificações constantes no Edital e seus Anexos.

5.1.1.2 – Os serviços de implantação e conversão de dados, deverão ser concluídos, com todas as funcionalidades exigidas no subitem 5.1.1.14, no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da expedição da nota de empenho, sem que ocorra qualquer ônus ao Município de Jandaia.

5.1.1.2.1 – O processo de implantação do sistema deverá ser realizado de forma meticulosa e cuidadosa, seguindo as seguintes etapas:

Diagnóstico e levantamento de requisitos: a contratada deverá realizar um estudo detalhado da situação atual da administração municipal, identificando processos, fluxos de trabalho e necessidades específicas de cada setor.

Configuração e parametrização dos módulos: Os módulos deverão ser configurados e parametrizados de acordo com as necessidades específicas do município, considerando sua estrutura organizacional, legislação local e processos internos.

Migração de dados dos sistemas legados: a contratada deverá realizar a migração de dados dos sistemas atualmente em uso pelo município para a nova plataforma, garantindo a integridade e consistência das informações.

Customizações pontuais: Caso necessário, a contratada deverá realizar customizações pontuais para atender a requisitos específicos não cobertos pela configuração padrão do sistema.

Testes integrados: Deverão ser realizados testes abrangentes para verificar a integração entre os módulos e o correto funcionamento de todas as funcionalidades do sistema.

Homologação: O sistema deverá passar por um processo de homologação por parte da equipe técnica da contratante antes de sua entrada em produção.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Treinamento dos usuários: a contratada deverá fornecer treinamento abrangente para todos os usuários do sistema, incluindo servidores municipais e gestores.

Go-live e acompanhamento pós-implantação: a contratada deverá acompanhar de perto a entrada em produção do sistema e fornecer suporte intensivo durante 15 dias de operação, após a homologação.

5.1.1.3 – A conversão/migração e o aproveitamento de todos os dados cadastrais e informações dos sistemas em uso são de responsabilidade da empresa proponente.

5.1.1.4 – Posteriormente a implantação do software, a contratada deverá realizar treinamento aos servidores municipais que passarão a operar os sistemas, no qual deverá ser iniciado o treinamento no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a emissão da ordem de serviço ou instrumento equivalente, devendo o treinamento ser realizado no local indicado pelo Departamento Administrativo.

5.1.1.4.1 – A contratada deverá fornecer um programa abrangente de treinamento e capacitação, que deverá incluir:

Treinamento hands-on para usuários finais, divididos por módulos;

Capacitação avançada para usuários-chave e equipe de TI;

Disponibilização de ambiente de treinamento;

Material didático em português;

Avaliação de eficácia do treinamento.

5.1.1.4.2 – Os treinamentos deverão ser ministrados por profissionais com amplo conhecimento dos módulos e experiência em capacitação de usuários de sistemas de gestão pública. A contratada deverá fornecer certificados de participação para todos os servidores que completarem o treinamento.

5.1.1.4.3 – Após o treinamento, os usuários deverão ser capazes de operar completamente seus respectivos sistemas, incluindo o cadastramento de dados, emissão de relatórios, geração de arquivos para o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, realização de consultas complexas e gerenciamento dos sistemas (com tarefas como gerenciamento de usuários, correções de entradas de dados incorretas, verificação de inconsistências).

5.1.1.4.4 – Todas as despesas referentes aos treinamentos (passagens, hospedagens, alimentação, diárias, entre outras) serão de responsabilidade da empresa a ser contratada.

5.1.1.5 – Os serviços de manutenção, suporte técnico e fornecimento de licença de uso de sistema de informação ilimitada de gestão pública deverão ser prestados durante o prazo de 12 meses.

5.1.1.5.1 – Os serviços de manutenção, suporte técnico in loco e via remota não haverá nenhum tipo de reembolso, devendo todas as despesas estar inclusas nas mensalidades correspondentes ao licenciamento de uso dos sistemas.

5.1.1.5.2 – A contratada deverá oferecer um serviço de suporte técnico e manutenção abrangente, que deverá incluir:

Suporte remoto via telefone, e-mail e sistema de chamados;

Atendimento em horário comercial, com plantão para questões críticas;

Manutenção corretiva sem custos adicionais;

Atualizações periódicas para atendimento à legislação;

Evolução tecnológica contínua da plataforma;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Melhorias, implementações e desenvolvimento de relatórios, integrações e bancos de dados por meio de atividade de hora técnica contratada, conforme aditivos ao contrato.

5.1.1.6 – Os serviços de manutenção corretiva, assim entendido aqueles destinados a sanar erros e defeitos de funcionamento dos sistemas informatizados deverão ocorrer no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas a contar da abertura do chamado técnico relatando a ocorrência, caso for realizado in loco e os atendimentos remotos não poderão ultrapassar 24 (vinte e quatro) horas a cada chamado técnico, **sob pena de aplicação de multa diária no percentual de 1% sobre o valor da remuneração mensal pago à contratada.**

5.1.1.6.1 – Os serviços de manutenção adaptativa, assim entendido aqueles destinados a adequar os sistemas informatizados às exigências legais e normativas de gestão pública previstas, por exemplo, em normas municipais, estaduais, federais e instrução do Tribunal de Contas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da publicação da nova exigência, prorrogável, de comum acordo, conforme complexidade das operações necessárias ou de acordo com o prazo exigido nas normas.

5.1.1.7 – Os serviços de suporte in loco deverão ocorrer no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, a contar da abertura do chamado técnico relatando a ocorrência e os atendimentos remotos não poderão ultrapassar 24 (vinte e quatro) horas a cada chamado técnico.

5.1.1.7.1 – O suporte técnico deverá ser prestado por equipe especializada, com conhecimento aprofundado de todos os módulos do sistema. A contratada deverá manter um histórico detalhado de todos os chamados e intervenções realizadas.

5.1.1.8 – O sistema a ser contratado deverá ser integrado, em estrito atendimento ao art. 48, § 1º, inciso III da Lei 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que estabelece a adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União. Além disso, deverá estar em conformidade com o Decreto Federal 10.540/2020, que dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (SIAFIC).

5.1.1.9 – Os sistemas deverão operar no modo multiusuário, com licenças de uso de módulos ilimitadas para toda a solução. O número de usuários deverá ser ilimitado, sem a necessidade de aquisição adicional por parte da contratante durante a vigência do contrato. Esta exigência visa garantir a flexibilidade e escalabilidade necessárias para atender ao crescimento e às mudanças organizacionais do município.

5.1.1.10 – O sistema deverá realizar a "INTEGRAÇÃO" entre sistemas para processos de exportação e importação de bases de dados com as plataformas federais, estaduais, municipais e de terceiros, conforme a necessidade e o interesse da contratante. Esta integração deverá ser possível sempre que houver layouts de integração disponíveis para este fim. A integração de sistemas é uma prática de TI amplamente utilizada no mercado tecnológico atual, essencial para garantir o uso eficiente das informações, apoiar a tomada de decisões dos gestores municipais, promover a transparência organizacional e melhorar a prestação de serviços aos munícipes e a prestação de contas aos órgãos fiscalizadores.

5.1.1.11 – Para garantir o pleno funcionamento da solução e a segurança dos dados públicos, a contratada deverá providenciar a hospedagem em um DATACENTER que atenda às disposições da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados). A contratada deverá assumir total



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

responsabilidade pelo cumprimento das diretrizes da LGPD, garantindo a proteção e o tratamento adequado dos dados pessoais envolvidos na operação do sistema.

5.1.1.11.1 – O DATACENTER deverá contar com todos os recursos físicos, lógicos, humanos e tecnológicos necessários para viabilizar o funcionamento adequado da solução com a qualidade e a segurança esperadas. Isso inclui, mas não se limita a:

Infraestrutura de servidores robusta e escalável;

Sistemas de segurança física e lógica avançados;

Redundância de energia e conectividade;

Equipe técnica especializada e certificada;

Políticas de backup e recuperação de desastres;

Monitoramento 24/7 de performance e segurança, procedimentos aplicados em certificação TIER III.

5.1.1.12 – A contratante não será responsável pelo custeamento, gerenciamento ou qualquer outra forma de intervenção referente à viabilização do DATACENTER, exceto pelos custos previstos no instrumento convocatório.

5.1.1.13 – A contratada deverá assegurar que o DATACENTER garanta a integridade dos dados e informações dos sistemas mediante a aplicação de políticas de segurança físicas, lógicas, de alimentação elétrica e de condicionamento ambiental avançadas e atualizadas, em consonância com as melhores práticas do mercado tecnológico atual, mantidas por equipe própria ou terceirizada.

5.1.1.14 – Os elementos técnicos em que se apoiarão a contratação, incluindo os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade exigidos, estão dispostos abaixo:

Escopo dos Serviços:

Os serviços a serem executados pela contratada devem incluir:

Implantação e Configuração:

Os serviços relacionados à implantação devem garantir uma transição eficiente, minimizando impactos operacionais, e contemplam:

Diagnóstico Inicial (15 dias úteis): Levantamento detalhado das necessidades específicas do município, considerando processos administrativos, legislações locais e fluxos operacionais atuais.

Planejamento Personalizado: Elaboração de plano de implantação com cronograma detalhado, identificação de riscos e definição de métricas de sucesso.

Parametrização do Sistema: Configuração personalizada para atender às necessidades do município, considerando módulos como contabilidade, tributação, gestão de pessoas e saúde.

Migração de Dados (45 dias úteis):

- Extração, transformação e carregamento de dados existentes;
- Validação dos dados migrados para garantir integridade, consistência e segurança.

Testes de Homologação: Realização de testes funcionais, de integração e de desempenho, com validação conjunta por equipes da contratada e do município.

Habilitação do Sistema: Ativação do sistema para uso em ambiente de produção, com suporte inicial em tempo integral.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Treinamento e Capacitação:

Capacitação contínua e eficaz para assegurar o domínio pleno das funcionalidades pelos servidores municipais:

Treinamento Inicial:

- Metodologia teórica e prática para servidores das áreas administrativas, operacionais e técnicas;
- Simulações de uso com dados reais do município para contextualizar os processos.

Certificação: Emissão de certificado de conclusão para os participantes.

Materiais Didáticos:

- Fornecimento de manuais digitais e impressos, guias rápidos e vídeos tutoriais;
- Disponibilização de plataforma de e-learning para acesso a conteúdos adicionais.

Capacitação Contínua: Treinamentos periódicos para atualizações ou inclusão de novos módulos.

Suporte Técnico e Manutenção:

A contratada deverá assegurar suporte técnico eficiente e manutenção contínua:

Suporte Técnico:

- Atendimento em diferentes níveis de complexidade (baixa, média e alta), com SLA definido;
- Disponibilidade mínima em horário comercial e atendimento emergencial 24/7.

Atualizações Legais e Corretivas:

- Implementação de atualizações de acordo com mudanças legislativas ou regulatórias sem custos adicionais;
- Correção de falhas técnicas identificadas durante a operação.

Portal de Suporte: Sistema online para abertura, acompanhamento e encerramento de chamados, com histórico de atendimento.

Monitoramento Ativo: Supervisão constante do desempenho do sistema e resolução proativa de problemas.

Infraestrutura de Data Center:

Para garantir a segurança e a disponibilidade dos serviços, a infraestrutura de TI deverá atender aos seguintes critérios:

Armazenamento em Nuvem:

- Alta disponibilidade, com uptime mínimo de 99,9%;
- Redundância geográfica para prevenção de perda de dados em caso de falhas regionais.

Backup Diário:

- Retenção de backups por período mínimo de 90 dias, com planos de recuperação em até 24 horas.
- Opção de backup incremental para otimização de recursos.

Segurança dos Dados:

- Criptografia de ponta a ponta, controle de acesso granular e rastreamento de atividades.
- Proteções contra ameaças cibernéticas, incluindo firewall avançado, WAF





PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

(Web Application Firewall) e prevenção contra ataques DDoS.

Monitoramento em Tempo Real: Painel de controle para acompanhamento do desempenho, consumo de recursos e alertas proativos.

Escalabilidade: Infraestrutura ajustável para atender ao aumento de usuários ou demandas específicas.

Integração e Interoperabilidade

Conectividade com Sistemas Legados: Ferramentas de integração com sistemas já utilizados pelo município, como folha de pagamento, sistemas fiscais ou educacionais.

Interoperabilidade com Órgãos Externos: Envio e recebimento de dados para plataformas como SICONFI, SIOPE, eSocial e outros sistemas governamentais.

API Aberta: Disponibilidade de APIs para integração com novas soluções ou serviços de terceiros.

Sustentabilidade Operacional:

A contratada deverá assegurar que a solução seja sustentável no longo prazo:

Escalabilidade: Ajuste automático de recursos de TI conforme demandas sazonais ou crescimento.

Sustentabilidade Energética: Preferência por data centers com práticas de eficiência energética e redução de carbono.

Planos de Continuidade de Negócios: Estratégias de recuperação rápida em casos de desastres naturais, ataques cibernéticos ou falhas críticas.

Cronograma de Execução:

Etapas	Prazo
Diagnóstico Inicial	Até 15 dias úteis
Configuração	15 dias após diagnóstico
Migração de Dados	45 dias após configuração
Habilitação	15 dias após migração
Treinamento	Durante 30 dias após habilitação

Disposições Finais:

As disposições finais deste projeto básico, visa consolidar os aspectos administrativos, jurídicos e legais que norteiam a contratação e execução da solução integrada de gestão pública, assegurando conformidade com a legislação vigente, eficiência administrativa e a proteção do interesse público.

Vinculação Legal e Regulatória:

- Este projeto básico foi elaborado com base nos dispositivos da **Lei Federal nº 14.133/2021**, assegurando o cumprimento dos princípios de legalidade, eficiência, economicidade e transparência.
- Integra-se, ainda, às disposições do **Decreto Federal nº 10.540/2020**, que regulamenta o Sistema Integrado de Administração Financeira e Controle (SIAFIC), visando padronização, segurança e integração de informações financeiras públicas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Garantia de Planejamento e Execução:

- O planejamento minucioso descrito neste documento garante que os objetivos da contratação sejam plenamente atingidos, assegurando a modernização tecnológica e a melhoria na prestação de serviços públicos à população.
- A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela Administração Pública, com base nos critérios de aceitação e demais diretrizes estabelecidas neste projeto básico.

Responsabilidades da Contratada:

- A empresa contratada deverá executar todos os serviços com observância estrita dos requisitos técnicos, prazos e metas estabelecidos, sujeitando-se às penalidades previstas em caso de descumprimento.
- A atualização contínua da solução, o suporte técnico eficiente e o treinamento dos servidores são obrigações fundamentais para o sucesso da implantação.

Compromisso com a Sustentabilidade e Inovação:

- A adoção de infraestrutura sustentável, aliada à implementação de práticas modernas de governança pública, assegura uma solução escalável e adaptada às demandas futuras do município.

Cláusula de Contingências e Resolução de Conflitos:

- Eventuais imprevistos que comprometam a execução dos serviços deverão ser comunicados imediatamente à Administração, que avaliará medidas mitigadoras.
- A resolução de conflitos será conduzida preferencialmente por meio de mecanismos administrativos, como mediação, conforme permitido pela legislação, resguardando o interesse público.

Prazo e Vigência:

- Este projeto básico tem vigência vinculada ao período de execução contratual, sendo regido pelas normas aqui descritas e ajustável apenas mediante termo aditivo, nos limites da lei.

Publicação e Transparência:

- Todo o processo licitatório será amplamente divulgado para assegurar o controle social e a fiscalização pelos órgãos competentes, garantindo máxima publicidade e acesso às informações.

Conclusão:

Este projeto básico representa um instrumento estratégico para a modernização da gestão pública municipal, promovendo maior eficiência na administração dos recursos públicos e na prestação de serviços à população. Sua execução, alinhada aos princípios legais e administrativos, consolidará a conformidade com as exigências regulatórias e o compromisso com o interesse público.

5.1.1.14.1 – REQUISITOS FUNCIONAIS POR MÓDULO:

REQUISITOS E FUNCIONALIDADES DO SISTEMA:

SISTEMA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS:

O Sistema de Contabilidade e Finanças atua como o pilar central da gestão financeira, integrando os processos de planejamento, execução e controle orçamentário, além de



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

automatizar as rotinas contábeis, garantindo a geração de relatórios precisos e em conformidade com as normas contábeis aplicáveis ao setor público. A integração entre os módulos deste sistema garante a confiabilidade e a rastreabilidade das informações, propiciando uma visão holística e em tempo real da saúde financeira da entidade.

MÓDULO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO:

O Módulo Planejamento e Orçamento é fundamental para a gestão estratégica dos recursos públicos, permitindo a elaboração, o acompanhamento e o controle do orçamento de forma eficiente e transparente. Este módulo garante a alocação responsável dos recursos, alinhada com o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), além de promover a participação popular no processo orçamentário, assegurando o controle social e a gestão democrática dos recursos públicos.

Funcionalidades:

- **Gestão Participativa:**

- Registrar as audiências públicas realizadas para elaboração do PPA, LDO e LOA, documentando as sugestões da sociedade, avaliações e anexando atas e arquivos relevantes, de forma a assegurar a transparência e a participação cidadã na construção do orçamento público.
- Permitir a gestão e o acompanhamento das sugestões coletadas nas audiências públicas, facilitando a análise e a incorporação das demandas da sociedade no processo de planejamento orçamentário.
- Disponibilizar ferramentas para a publicação das atas das audiências públicas e o acesso aos arquivos relacionados, garantindo a publicidade e o controle social das etapas de elaboração do PPA, LDO e LOA.

- **Elaboração do Plano Plurianual (PPA):**

- Definir o grau do plano de contas a ser utilizado para a informação das receitas no PPA, em conformidade com as normas e diretrizes do Tribunal de Contas, garantindo a padronização e a comparabilidade das informações orçamentárias.
- Cadastrar os vínculos para o PPA de acordo com a tabela definida pelo Tribunal de Contas do Estado, assegurando a utilização da estrutura de codificação padronizada e facilitando a análise das informações pelos órgãos de controle.
- Importar vínculos utilizados na LOA a cada novo PPA elaborado, otimizando o processo de elaboração do PPA e garantindo a consistência das informações entre os diferentes instrumentos de planejamento orçamentário.
- Cadastrar os programas de governo, detalhando origem, objetivo, diretrizes, público-alvo, fonte de financiamento e gerente responsável, de forma a assegurar a gestão eficiente e o acompanhamento dos programas, facilitando a avaliação do impacto das políticas públicas.
- Importar as ações e programas da LOA para cada novo PPA elaborado, otimizando o processo de elaboração do PPA e garantindo a continuidade das políticas públicas.
- Criar automaticamente códigos reduzidos para a despesa do PPA composto de órgão, unidade, função, subfunção, programa e ação visando facilitar a



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

execução orçamentária e a gestão dos recursos, simplificando a identificação e o acompanhamento das despesas.

- Importar as receitas e despesas de PPA anterior e da LOA, facilitando a elaboração do novo PPA e permitindo a análise comparativa da evolução das receitas e despesas ao longo dos exercícios.
- Cadastrar a programação da receita, possibilitando a identificação de cada fonte de recurso, garantindo a gestão eficiente da arrecadação e o acompanhamento da evolução das receitas ao longo do tempo.
- Permitir informar as receitas do PPA por meio de rateio automático para cada conta de receita e suas respectivas fontes de recursos, otimizando o processo de alocação de receitas e garantindo a precisão das informações.
- Efetuar projeção de cálculo para obter a previsão do total a ser arrecadado e do total a ser gasto para cada ano do PPA, utilizando modelos estatísticos e informações históricas, de forma a subsidiar a tomada de decisão e garantir a alocação eficiente dos recursos.
- Permitir a inclusão de alterações orçamentárias para a receita do PPA, bem como a consulta de todas as alterações incluídas, e de uma receita específica, garantindo a flexibilidade na gestão do orçamento e o acompanhamento das modificações realizadas durante o exercício.
- Consultar o orçamento da receita e da Despesa do PPA com valor orçado atualizado até a data selecionada, permitindo o acompanhamento da execução orçamentária em tempo real e a análise da evolução das receitas e despesas.
- Informar as metas físicas e financeiras da despesa do PPA, com a indicação da destinação de recursos, distribuindo as metas para cada exercício do PPA e permitir atualizar essas metas durante a execução orçamentária do PPA, de forma a garantir o acompanhamento do cumprimento das metas estabelecidas e a avaliação da eficiência dos programas e ações.
- Cadastrar a previsão das transferências financeiras, identificando a entidade a que se destinam, controlando os repasses de recursos para outras entidades e garantindo a transparência na aplicação dos recursos públicos.
- Permitir acompanhar o histórico das alterações orçamentárias por ordem cronológica, registrando o histórico completo das modificações realizadas no orçamento, com informações sobre data, usuário responsável, justificativa e valores alterados, de forma a assegurar a rastreabilidade das informações e a auditoria das ações realizadas.
- Permitir consolidar duas ou mais entidades nas rotinas de previsão de receita, despesa, transferência financeira e alteração orçamentária, possibilitando a gestão orçamentária consolidada de diferentes órgãos e entidades, facilitando a análise global das finanças públicas.
- Confrontar as receitas e despesas do PPA por fonte e destinação de recursos, consolidando uma ou mais entidades e apresentando os valores orçados atualizados até a data selecionada, permitindo a análise comparativa da evolução das receitas e despesas, identificando eventuais desequilíbrios e subsidiando a tomada de decisão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

- Gerar relatórios gerenciais das receitas e despesas por fonte de recursos e das transferências financeiras, com diferentes níveis de detalhamento e filtros, de forma a auxiliar na análise da execução orçamentária e na identificação de tendências e oportunidades de melhoria na gestão dos recursos.
- Emitir relatórios consolidando uma ou mais entidades com a posição atualizada do orçamento até a data selecionada, incluindo: Demonstrativo das Receitas, Demonstrativo das Despesas, Meta Financeira por Órgão e Unidade, Meta Física por Programa e Ação, Programas, Programas Detalhados, Anexo PPA Analítico, Anexo PPA Sintético, demonstrando a situação atualizada do orçamento e facilitando a prestação de contas.
- Informar as metas físicas e financeiras da despesa do PPA, com a indicação da destinação de recursos, distribuindo as metas para cada exercício do PPA e permitindo atualizar essas metas durante a execução orçamentária do PPA. Essa funcionalidade permite o acompanhamento constante do cumprimento das metas estabelecidas no PPA, possibilitando a correção de rumos e a otimização da alocação de recursos ao longo do período de vigência do plano.
- Cadastrar a previsão das transferências financeiras, identificando a entidade a que se destinam, detalhando os valores, as datas previstas e a finalidade de cada transferência, garantindo a gestão eficiente dos recursos transferidos e o cumprimento das obrigações com outras entidades.
- Permitir acompanhar o histórico das alterações orçamentárias por ordem cronológica, registrando o usuário responsável, a data e a justificativa de cada alteração, garantindo a rastreabilidade das informações e a transparência na gestão do orçamento.
- Permitir consolidar duas ou mais entidades nas rotinas de previsão de receita, despesa, transferência financeira e alteração orçamentária, possibilitando a gestão orçamentária consolidada de diferentes órgãos e entidades, facilitando a análise global das finanças públicas.
- Confrontar as receitas e despesas do PPA por fonte e destinação de recursos, consolidando uma ou mais entidades e trazendo os valores orçados atualizados até a data selecionada. Essa funcionalidade permite a análise comparativa da evolução das receitas e despesas, identificando tendências e subsidiando a tomada de decisão estratégica.
- Emitir relatórios gerenciais das receitas e despesas por fonte de recursos e das transferências financeiras, com diferentes níveis de detalhamento e filtros, de forma a atender às necessidades de informação dos gestores e órgãos de controle.
- Emitir os relatórios consolidando uma ou mais entidades e trazendo a posição atualizada do orçamento até a data selecionada:
 - Demonstrativo das Receitas: apresenta a receita detalhada por fonte de recurso, categoria econômica e rubrica de receita, permitindo a análise da composição e da evolução da receita pública.
 - Demonstrativo das Despesas: detalha as despesas por função, subfunção, programa, ação, natureza da despesa e fonte de recurso,



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

possibilitando a análise da estrutura da despesa e a identificação de áreas de maior concentração de gastos.

- Meta Financeira por Órgão e Unidade: demonstra as metas financeiras estabelecidas para cada órgão e unidade orçamentária, permitindo o acompanhamento do cumprimento das metas e a identificação de desvios em relação ao planejado.
- Meta Física por Programa e Ação: apresenta as metas físicas definidas para cada programa e ação orçamentária, possibilitando a avaliação do desempenho das políticas públicas e o impacto das ações governamentais.
- Programas: detalha os programas de governo, com informações sobre os objetivos, as metas, os indicadores, os recursos alocados e os resultados esperados, facilitando o acompanhamento e a avaliação das políticas públicas.
- Programas Detalhados: apresenta uma visão detalhada de cada programa de governo, incluindo as ações que o compõem, as metas físicas e financeiras, os indicadores de desempenho e os responsáveis pela execução, permitindo um acompanhamento mais preciso e detalhado das políticas públicas.
- Anexo PPA Analítico: demonstra a estrutura analítica do PPA, com a descrição detalhada de cada programa, ação, meta e indicador, servindo como um documento de referência para a gestão e o acompanhamento do plano.
- Anexo PPA Sintético: apresenta uma visão sintética do PPA, com os principais dados consolidados por área temática, objetivo estratégico e programa de governo, facilitando a compreensão global do plano e a comunicação com o público em geral.
- Detalhamento Órgão/Unidade Físico/Financeiro: demonstra a distribuição dos recursos físicos e financeiros por órgão e unidade orçamentária, permitindo a análise da alocação de recursos e a identificação de possíveis desequilíbrios.
- Receita por Ano: apresenta a receita prevista para cada ano do PPA, detalhada por fonte de recurso, categoria econômica e rubrica de receita, possibilitando a análise da evolução da receita ao longo do período de vigência do plano.
- Receita Global: demonstra a receita total prevista para o PPA, consolidando as receitas de todos os anos e fontes de recursos, fornecendo uma visão global da capacidade de arrecadação da entidade.
- Emitir relatório de compatibilização entre receitas e despesas do PPA/LDO/LOA com posição atualizada até a data selecionada e relatório de compatibilização das metas de despesas entre PPA/LDO/LOA com posição atualizada até a data selecionada. Esses relatórios são essenciais para garantir a consistência entre os diferentes instrumentos de planejamento orçamentário,



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

assegurando que as receitas previstas sejam suficientes para cobrir as despesas autorizadas e que as metas estabelecidas sejam compatíveis com os recursos disponíveis.

- Possuir controle de versão para o PPA com controle de todas as consultas e emissão de relatórios por versão, garantindo a segurança e a rastreabilidade das informações, permitindo a recuperação de versões anteriores do PPA e o acompanhamento das alterações realizadas ao longo do tempo.
- Emitir os demonstrativos de aplicação em saúde, pessoal e educação com os respectivos percentuais de aplicação, em conformidade com as normas constitucionais e legais que estabelecem limites mínimos de aplicação de recursos nessas áreas, garantindo a transparência e o controle social dos gastos públicos.

- **Elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO):**

- No cadastro da LDO escolher o grau do plano de contas de receita e despesa a ser utilizado, em conformidade com as normas e diretrizes do Tribunal de Contas, garantindo a padronização e a comparabilidade das informações orçamentárias.
- Cadastrar os vínculos para a LDO de acordo com a tabela definida pelo Tribunal de Contas do Estado, assegurando a utilização da estrutura de codificação padronizada e facilitando a análise das informações pelos órgãos de controle.
- Permitir a inclusão de alterações orçamentárias para a receita da LDO, bem como a consulta de todas as alterações incluídas, e de uma receita específica, garantindo a gestão eficiente da receita e a atualização das informações de acordo com as variações da arrecadação.
- Consultar o orçamento da receita e da despesa da LDO com valor orçado atualizado até a data selecionada, permitindo o acompanhamento da execução orçamentária e a tomada de decisão com base em informações atualizadas.
- Cadastrar programas e ações na LDO e importar do PPA e LOA, facilitando a elaboração da LDO e garantindo a consistência das informações entre os diferentes instrumentos de planejamento orçamentário.
- Importar previsão da despesa do PPA, da LOA ou de LDO anterior, otimizando o processo de elaboração da LDO e permitindo a análise comparativa da evolução das despesas ao longo dos exercícios.
- Importar previsão da receita do PPA, da LOA ou de LDO anterior, agilizando a elaboração da LDO e possibilitando a análise da evolução da receita ao longo dos exercícios.
- Atualizar as metas físicas da LDO e inserir as metas físicas realizadas, permitindo o acompanhamento do cumprimento das metas estabelecidas e a avaliação do desempenho das políticas públicas.
- Acompanhar o histórico das alterações orçamentárias por ordem cronológica, registrando o usuário responsável, a data e a justificativa de cada alteração, garantindo a rastreabilidade das informações e a transparência na gestão do orçamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

- Permitir consolidar duas ou mais entidades nas rotinas de previsão de receita, despesa, transferência financeira e alteração orçamentária da despesa, possibilitando a gestão orçamentária consolidada de diferentes órgãos e entidades, facilitando a análise global das finanças públicas.
- Confrontar as receitas e despesas da LDO por fonte e destinação de recursos, consolidando uma ou mais entidades e trazendo os valores orçados atualizados até a data selecionada. Essa funcionalidade permite a análise comparativa da evolução das receitas e despesas, identificando tendências e subsidiando a tomada de decisão estratégica.
- Emitir relatórios gerenciais das receitas e despesas por fonte de recursos, com diferentes níveis de detalhamento e filtros, de forma a atender às necessidades de informação dos gestores e órgãos de controle.
- Emitir os relatórios consolidando uma ou mais entidades e trazendo a posição atualizada do orçamento até a data selecionada:
 - Demonstrativo das Receitas: apresenta a receita detalhada por fonte de recurso, categoria econômica e rubrica de receita, permitindo a análise da composição e da evolução da receita pública.
 - Demonstrativo das Despesas: detalha as despesas por função, subfunção, programa, ação, natureza da despesa e fonte de recurso, possibilitando a análise da estrutura da despesa e a identificação de áreas de maior concentração de gastos.
 - Anexo de Riscos Fiscais: identifica, analisa e mensura os riscos capazes de afetar as contas públicas, apresentando medidas para mitigar os riscos e garantir o equilíbrio fiscal.
 - Anexo de Metas Fiscais: estabelece as metas fiscais anuais para o exercício a que se refere a LDO, em consonância com o PPA e com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), definindo metas para os seguintes indicadores:
 - Receita Corrente Líquida: representa o total das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, deduzidas as transferências constitucionais e legais destinadas aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.
 - Resultado Primário: corresponde à diferença entre as receitas e despesas primárias, ou seja, receitas e despesas que não envolvem operações de crédito. O resultado primário é um indicador importante para avaliar a capacidade do governo de gerar recursos para o pagamento dos juros da dívida pública.
 - Dívida Pública Consolidada: representa o montante total das obrigações financeiras do setor público, incluindo a dívida interna e a dívida externa. O controle da dívida pública é fundamental para garantir a sustentabilidade das finanças



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

públicas e a capacidade do governo de honrar seus compromissos.

- Anexo de Metas e Prioridades da Administração Pública: define as metas e prioridades da administração pública para o exercício financeiro, estabelecendo os objetivos a serem alcançados e as ações a serem desenvolvidas para o cumprimento das metas.
- Anexo de Avaliação do Cumprimento das Metas do Exercício Anterior: apresenta uma avaliação do cumprimento das metas fiscais e orçamentárias estabelecidas na LDO do exercício anterior, identificando os fatores que influenciaram o desempenho da execução orçamentária e propondo medidas para a correção de eventuais desvios.
- Emitir relatório de compatibilização entre receitas e despesas do PPA/LDO/LOA com posição atualizada até a data selecionada e relatório de compatibilização das metas de despesas entre PPA/LDO/LOA com posição atualizada até a data selecionada. Esses relatórios são essenciais para garantir a consistência entre os diferentes instrumentos de planejamento orçamentário, assegurando que as receitas previstas sejam suficientes para cobrir as despesas autorizadas e que as metas estabelecidas sejam compatíveis com os recursos disponíveis.
- Possuir controle de versão para a LDO com controle de todas as consultas e emissão de relatórios por versão, garantindo a segurança e a rastreabilidade das informações, permitindo a recuperação de versões anteriores da LDO e o acompanhamento das alterações realizadas ao longo do tempo.
- **Elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA):**
 - No cadastro da LOA escolher o grau do plano de contas de receita e despesa a ser utilizado, em conformidade com as normas e diretrizes do Tribunal de Contas, garantindo a padronização e a comparabilidade das informações orçamentárias.
 - Cadastrar os vínculos para a LOA de acordo com a tabela definida pelo Tribunal de Contas do Estado, assegurando a utilização da estrutura de codificação padronizada e facilitando a análise das informações pelos órgãos de controle.
 - Importar os dados do PPA e da LDO para a LOA, otimizando o processo de elaboração da LOA e garantindo a consistência das informações entre os diferentes instrumentos de planejamento orçamentário.
 - Permitir a inclusão de alterações orçamentárias (créditos adicionais) para a receita e a despesa da LOA, bem como a consulta de todas as alterações incluídas, e de uma receita ou despesa específica, garantindo a gestão eficiente do orçamento e a atualização das informações de acordo com as necessidades da administração pública.
 - Consultar o orçamento da receita e da despesa da LOA com valor orçado atualizado até a data selecionada, permitindo o acompanhamento da execução orçamentária e a tomada de decisão com base em informações atualizadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

- Cadastrar programas e ações na LOA e importar do PPA e LDO, facilitando a elaboração da LOA e garantindo a consistência das informações entre os diferentes instrumentos de planejamento orçamentário.
- Importar previsão da despesa do PPA, da LDO ou de LOA anterior, otimizando o processo de elaboração da LOA e permitindo a análise comparativa da evolução das despesas ao longo dos exercícios.
- Importar previsão da receita do PPA, da LDO ou de LOA anterior, agilizando a elaboração da LOA e possibilitando a análise da evolução da receita ao longo dos exercícios.
- Atualizar as metas físicas da LOA e inserir as metas físicas realizadas, permitindo o acompanhamento do cumprimento das metas estabelecidas e a avaliação do desempenho das políticas públicas.
- Acompanhar o histórico das alterações orçamentárias por ordem cronológica, registrando o usuário responsável, a data e a justificativa de cada alteração, garantindo a rastreabilidade das informações e a transparência na gestão do orçamento.
- Permitir consolidar duas ou mais entidades nas rotinas de previsão de receita, despesa, transferência financeira e alteração orçamentária da despesa, possibilitando a gestão orçamentária consolidada de diferentes órgãos e entidades, facilitando a análise global das finanças públicas.
- Confrontar as receitas e despesas da LOA por fonte e destinação de recursos, consolidando uma ou mais entidades e trazendo os valores orçados atualizados até a data selecionada. Essa funcionalidade permite a análise comparativa da evolução das receitas e despesas, identificando tendências e subsidiando a tomada de decisão estratégica.
- Emitir relatórios gerenciais das receitas e despesas por fonte de recursos, com diferentes níveis de detalhamento e filtros, de forma a atender às necessidades de informação dos gestores e órgãos de controle.
- Emitir os relatórios consolidando uma ou mais entidades e trazendo a posição atualizada do orçamento até a data selecionada:
 - Demonstrativo das Receitas: apresenta a receita detalhada por fonte de recurso, categoria econômica e rubrica de receita, permitindo a análise da composição e da evolução da receita pública.
 - Demonstrativo das Despesas: detalha as despesas por função, subfunção, programa, ação, natureza da despesa e fonte de recurso, possibilitando a análise da estrutura da despesa e a identificação de áreas de maior concentração de gastos.
 - Relatório da Destinação de Recursos para o Esporte: demonstra os recursos destinados ao financiamento de atividades esportivas, em cumprimento à legislação específica que estabelece a obrigatoriedade da destinação de recursos para essa finalidade.
 - Relatório da Aplicação de Recursos em Ações e Serviços Públicos de Saúde: apresenta os recursos aplicados em ações e serviços públicos de saúde, em conformidade com a legislação que estabelece os



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

percentuais mínimos de aplicação de recursos nessa área, garantindo a transparência e o controle social dos gastos públicos com saúde.

- Emitir relatório de compatibilização entre receitas e despesas do PPA/LDO/LOA com posição atualizada até a data selecionada e relatório de compatibilização das metas de despesas entre PPA/LDO/LOA com posição atualizada até a data selecionada. Esses relatórios são essenciais para garantir a consistência entre os diferentes instrumentos de planejamento orçamentário, assegurando que as receitas previstas sejam suficientes para cobrir as despesas autorizadas e que as metas estabelecidas sejam compatíveis com os recursos disponíveis.
- Possuir controle de versão para a LOA com controle de todas as consultas e emissão de relatórios por versão, garantindo a segurança e a rastreabilidade das informações, permitindo a recuperação de versões anteriores da LOA e o acompanhamento das alterações realizadas ao longo do tempo.

É de suma importância a descrição detalhada de cada funcionalidade. Isto será fundamental para demonstrar a capacidade do sistema em atender às necessidades específicas da entidade, evidenciando a sua robustez, flexibilidade e aderência às normas e legislações aplicáveis à gestão pública.

MÓDULO ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL:

O Módulo de Escrituração Contábil se constitui como a espinha dorsal do sistema de gestão financeira e orçamentária, assegurando a integridade, confiabilidade e conformidade das informações contábeis. Atuando como um sistema de registro contábil completo e integrado, este módulo garante que cada transação realizada pela entidade seja refletida de forma precisa e tempestiva na escrituração contábil, seguindo rigorosamente as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, em especial as diretrizes do PCASP (Plano de Contas Aplicado ao Setor Público) e as exigências do SIAFIC (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal). Através da integração com os demais módulos do sistema, como os módulos de Planejamento e Orçamento, Execução Orçamentária e Financeira, Patrimônio, entre outros, este módulo elimina a necessidade de lançamentos manuais, reduzindo a possibilidade de erros e garantindo a rastreabilidade de todas as operações, fator crucial para atender às demandas de auditoria e controle interno, em especial aquelas provenientes dos Tribunais de Contas.

Funcionalidades:

• Geração Automática de Lançamentos:

- Automatizar o registro de lançamentos contábeis a partir das informações provenientes dos demais módulos do sistema, eliminando a necessidade de lançamentos manuais e garantindo a integridade e a consistência dos dados. Essa integração entre os módulos assegura que toda transação realizada em qualquer ponto do sistema seja automaticamente refletida na escrituração contábil, sem a necessidade de intervenção manual.
- Permitir a configuração de regras contábeis personalizadas para automatizar os lançamentos, adaptando-se às particularidades de cada ente público e garantindo a aderência às normas contábeis específicas. Essa flexibilidade permite que o sistema seja configurado para atender às necessidades



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

específicas de cada entidade, garantindo a conformidade com as normas contábeis aplicáveis.

- Oferecer interface amigável para lançamentos manuais, quando necessário, com validações que impedem o registro de informações inconsistentes ou incompletas, garantindo a qualidade dos dados. A interface para lançamentos manuais deve ser intuitiva e de fácil utilização, guiando o usuário durante o processo e impedindo a digitação de informações inválidas.
- Registrar os lançamentos contábeis em regime de competência, conforme preconizado pelas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, garantindo a correta apuração dos resultados do exercício. O sistema deve registrar os lançamentos no momento em que os fatos geradores ocorrem, independentemente da data de pagamento ou recebimento, assegurando a conformidade com o regime de competência.
- Permitir a realização de lançamentos a débito e a crédito, utilizando a estrutura de contas contábeis do PCASP, garantindo a correta classificação das transações. O sistema deve permitir a realização de lançamentos em qualquer nível de detalhamento do PCASP, garantindo a flexibilidade necessária para atender às necessidades de cada entidade.
- Permitir a associação de cada lançamento contábil a um documento comprobatório, como notas fiscais, contratos, convênios, entre outros, garantindo a rastreabilidade das informações e a conformidade com as normas de auditoria. A documentação comprobatória deve ser facilmente anexada aos lançamentos contábeis, permitindo a auditoria e o acompanhamento das transações.
- Permitir a inclusão de observações em cada lançamento contábil, detalhando as informações relevantes sobre a transação, facilitando a análise e a conciliação contábil. As observações devem ser claras, concisas e objetivas, fornecendo informações adicionais relevantes para a compreensão do lançamento contábil.
- Manter um histórico completo de todos os lançamentos contábeis realizados, registrando a data, hora, usuário responsável e as alterações efetuadas, garantindo a segurança e a rastreabilidade das informações. O histórico de alterações deve ser auditável, permitindo a identificação de todas as modificações realizadas nos lançamentos contábeis, garantindo a segurança e a transparência das informações.

- **Classificação Contábil:**

- Utilizar a estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) para a classificação contábil das transações, garantindo a padronização e a comparabilidade das informações contábeis. O sistema deve estar atualizado com a última versão do PCASP, garantindo a conformidade com as normas contábeis vigentes.
- Permitir a criação de planos de contas auxiliares, vinculados ao PCASP, para atender às necessidades específicas de cada entidade, proporcionando maior detalhamento e controle das informações contábeis. Os planos de contas



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

auxiliares devem ser flexíveis e permitir a inclusão de informações relevantes para a gestão da entidade.

- Permitir a vinculação de cada conta contábil a um centro de custos, facilitando a análise e o acompanhamento das despesas por área responsável. A utilização de centros de custos permite uma gestão mais eficiente dos recursos, possibilitando a identificação das áreas responsáveis pelas despesas e a tomada de medidas para otimizar os gastos.
- Permitir a realização de consultas à estrutura do PCASP, com informações detalhadas sobre cada conta contábil, facilitando a classificação das transações. O sistema deve oferecer uma interface amigável para consulta ao PCASP, com informações claras e objetivas sobre cada conta contábil.

- **Fechamento Contábil:**

- Automatizar o processo de fechamento contábil, realizando as conciliações necessárias entre os saldos contábeis e os saldos dos sistemas auxiliares, garantindo a confiabilidade das informações. O fechamento contábil deve ser realizado de forma ágil e eficiente, minimizando a necessidade de intervenção manual.
- Permitir a realização de ajustes contábeis, quando necessário, para corrigir eventuais erros ou inconsistências identificadas durante o processo de fechamento contábil. Os ajustes contábeis devem ser realizados de forma controlada e auditável, garantindo a integridade das informações.
- Gerar automaticamente os relatórios auxiliares do fechamento contábil, como balancete de verificação, razão contábil, entre outros, facilitando a análise e a conferência das informações. Os relatórios auxiliares devem ser gerados em tempo hábil, permitindo a identificação e a correção de eventuais erros ou inconsistências antes da geração das demonstrações contábeis.

- **Geração de Relatórios Contábeis:**

- Gerar automaticamente as demonstrações contábeis exigidas pela legislação, em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, incluindo:
 - **Balanço Patrimonial:** apresentar a posição financeira da entidade em um determinado momento, demonstrando os ativos, passivos e patrimônio líquido, de acordo com a estrutura definida no PCASP. O Balanço Patrimonial deve ser apresentado de forma clara e organizada, permitindo a análise da situação financeira da entidade.
 - **Demonstração das Variações Patrimoniais:** evidenciar as alterações ocorridas no patrimônio líquido da entidade durante o exercício, demonstrando as receitas, despesas, mutações ativas e passivas que afetaram o patrimônio líquido. A Demonstração das Variações Patrimoniais deve ser apresentada de forma detalhada, permitindo a análise das causas das variações no patrimônio líquido da entidade.
 - **Demonstração do Fluxo de Caixa:** demonstrar as entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa da entidade durante o exercício, evidenciando a capacidade da entidade de gerar caixa e honrar seus



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

compromissos financeiros. A Demonstração do Fluxo de Caixa deve ser apresentada de forma a permitir a análise da capacidade da entidade de gerar caixa e honrar seus compromissos financeiros.

- **Balanço Orçamentário:** apresentar a execução orçamentária da entidade durante o exercício, comparando as receitas e despesas previstas com as realizadas, evidenciando as variações e o cumprimento das metas orçamentárias. O Balanço Orçamentário deve ser apresentado de forma a permitir a análise do cumprimento das metas orçamentárias estabelecidas pela entidade.
- **Balanço Financeiro:** apresentar a movimentação financeira da entidade durante o exercício, demonstrando as receitas e despesas orçamentárias e extraorçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios financeiros. O Balanço Financeiro deve ser apresentado de forma a permitir a análise da capacidade da entidade de gerar recursos financeiros e honrar seus compromissos financeiros.
- **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido:** evidenciar as alterações ocorridas no patrimônio líquido da entidade durante o exercício, demonstrando as causas das variações, como integralização de capital, incorporação de reservas, lucros ou prejuízos acumulados, entre outros. A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido deve ser apresentada de forma detalhada, permitindo a análise das causas das variações no patrimônio líquido da entidade.
- **Notas Explicativas:** fornecer informações adicionais sobre os saldos e transações apresentadas nas demonstrações contábeis, tornando-as mais claras e compreensíveis, incluindo informações sobre os critérios contábeis utilizados, eventos subsequentes ao período contábil, entre outras informações relevantes. As Notas Explicativas devem ser elaboradas de forma clara, concisa e objetiva, complementando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis.
 - Permitir a geração de relatórios contábeis personalizados, de acordo com as necessidades de informação dos gestores e órgãos de controle, utilizando diferentes níveis de detalhamento, filtros e períodos de análise. A ferramenta de geração de relatórios deve ser flexível e permitir a personalização dos relatórios de acordo com as necessidades de cada usuário.
 - Exportar os relatórios contábeis para diferentes formatos, como PDF, Excel e XML, facilitando o compartilhamento das informações com os usuários e a integração com outros sistemas. A exportação dos relatórios para diferentes formatos facilita a análise das informações e a integração com outros sistemas utilizados pela entidade.
- **Integração com o SIAFIC:**
 - Exportar os dados contábeis para o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFIC), cumprindo as obrigações legais de prestação de contas e transparência, nos formatos e layouts exigidos pelo



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

órgão. A exportação dos dados para o SIAFIC deve ser realizada de forma automatizada, garantindo a integridade e a confiabilidade das informações.

- Importar dados do SIAFIC, como classificações orçamentárias e financeiras, garantindo a consistência e a atualização das informações contábeis. A importação de dados do SIAFIC deve ser realizada de forma segura e controlada, garantindo a integridade e a confiabilidade das informações.

- **Auditoria e Segurança:**

- Manter um histórico completo de todas as operações realizadas no sistema, registrando o usuário responsável, a data, a hora e o tipo de operação, garantindo a rastreabilidade das informações e a segurança do sistema. O sistema deve registrar todas as operações realizadas, incluindo data, hora, usuário responsável e detalhes da operação, garantindo a rastreabilidade das informações e a segurança do sistema.
- Permitir a definição de perfis de acesso para os usuários, controlando as permissões de acesso aos dados e funcionalidades do sistema, de acordo com as responsabilidades de cada usuário, garantindo a segurança das informações e a segregação de funções. O sistema deve permitir a definição de diferentes perfis de acesso, com permissões específicas para cada perfil, garantindo a segurança das informações e a segregação de funções.
- Possuir mecanismos de segurança da informação, como criptografia de dados, controle de acesso e backup periódico, garantindo a integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações. O sistema deve ser desenvolvido com base nas melhores práticas de segurança da informação, garantindo a proteção dos dados contra acessos não autorizados, modificações indevidas e perdas de informações.

O Módulo de Escrituração Contábil, com suas funcionalidades abrangentes e integradas, garante a conformidade com as normas contábeis, a eficiência na gestão dos recursos públicos e a transparência na prestação de contas, atendendo às expectativas dos órgãos de controle e contribuindo para a boa governança da entidade.

Módulo Gestão Contábil e Financeira:

O módulo de Gestão Contábil e Financeira deve apresentar integração total com o sistema contábil, realizando a contabilização automática dos pagamentos e recebimentos efetuados pela tesouraria. É essencial que o sistema permita a informação de múltiplas fontes de recursos por conta bancária, bem como a inclusão de várias receitas orçamentárias simultaneamente, tendo como contrapartida uma única conta bancária.

A funcionalidade de informar a fonte de recursos no momento do lançamento da receita deve estar disponível para os casos em que não há rateio de percentual entre as fontes. O sistema deve possibilitar o cadastro de dedução de receita, utilizando rubricas redutoras, em conformidade com o Manual de Procedimentos Contábeis da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

É importante que o módulo permita a inclusão de várias deduções de receita simultaneamente, tendo como contrapartida uma única conta bancária, além de possibilitar a inclusão de receitas extraorçamentárias. Deve haver uma opção para selecionar múltiplas



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

receitas extraorçamentárias e gerar automaticamente as notas extraorçamentárias, mantendo a rastreabilidade dos registros.

O sistema deve efetuar os lançamentos contábeis das movimentações financeiras automaticamente ao incluir o registro, permitindo consultar, na própria rotina de inclusão, os lançamentos contábeis para cada receita, dedução de receita e receita extraorçamentária. Deve ser possível estornar esses lançamentos, realizando automaticamente os lançamentos contábeis do estorno e mantendo o registro da situação.

Nos lançamentos de receita de cota parte, o sistema deve realizar automaticamente o lançamento dos 20% (vinte por cento) do FUNDEB na dedução da receita. Além disso, deve permitir a inclusão de lançamentos de movimentação bancária (depósitos, transferências, resgates e aplicações), informando as fontes e destinações de recursos.

O controle dos saldos das contas bancárias por fonte de recursos deve ser realizado no momento das suas movimentações. O sistema deve permitir consultar, na própria rotina de inclusão, os lançamentos contábeis para cada movimentação bancária, possibilitando estorná-los e realizando automaticamente os lançamentos contábeis do estorno, mantendo o registro da situação.

É necessário que o módulo permita informar as transferências financeiras entre as entidades, as Administrações Direta e Indireta, indicando o tipo da transferência (concedida/recebida) e a entidade recebedora. Deve ser possível consultar, para cada transferência financeira, os lançamentos contábeis, permitindo estorná-los e realizando automaticamente os lançamentos contábeis do estorno, mantendo o registro da situação.

O sistema deve controlar as diárias, permitindo incluir o funcionário/servidor, objetivo, destino, período, valor concedido, empenho da despesa e a Lei que autoriza a concessão de diárias. Os dados das diárias devem estar disponíveis no portal da transparência assim que forem incluídos.

A criação de lotes com diversas liquidações e notas extras para pagamento posterior deve ser possível, definindo a data de vencimento e permitindo o pagamento através da rotina de pagamento ou envio/baixa de borderô. Na inclusão de pagamentos, deve ser possível consultar o saldo da conta bancária, bem como o saldo por fonte/destinação de recursos.

O módulo deve permitir incluir empenhos, restos a pagar e notas extraorçamentárias no mesmo lote de pagamento, além de controlar o prazo de vencimento dos pagamentos de empenhos, visando o controle dos pagamentos em ordem cronológica.

A emissão de borderôs para agrupamento de pagamentos a diversos fornecedores contra o mesmo banco da entidade deve ser possível, efetuando o mesmo tratamento para os pagamentos individuais. O sistema deve permitir a integração com os arquivos de retorno dos bancos, com baixa de pagamento automática pelo software, bem como efetuar o pagamento do borderô através de arquivo de retorno do banco.

É importante que o módulo permita, por configuração, efetuar a baixa dos registros no envio do borderô e controlar a movimentação de pagamentos, registrando todos os pagamentos efetuados, permitindo estornos e efetuando os lançamentos contábeis automaticamente nas respectivas contas contábeis.

O sistema deve possibilitar a filtragem dos itens a pagar por data de vencimento, credor, destinação/fonte de recursos, com a opção de selecionar e pagar simultaneamente os



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

registros mostrados. Deve ser possível pagar de uma só vez as despesas extraorçamentárias geradas por meio de retenção efetuada na liquidação.

No momento do pagamento, o módulo deve permitir informar o número da parcela do convênio que está sendo paga, além de possibilitar efetuar pagamentos pré-autorizados filtrando por data de vencimento. Pagamentos totais ou parciais, bem como estornos totais ou parciais de pagamentos, devem ser permitidos.

O sistema deve permitir consultar, para cada pagamento incluído, os lançamentos contábeis realizados, possibilitando o seu estorno e fazendo automaticamente os lançamentos contábeis de estorno. A emissão de ordens de pagamento de restos a pagar, despesa extraorçamentária e de empenhos deve ser possível.

O módulo deve permitir listar cheques emitidos na rotina de pagamento e cheques avulsos numa única consulta, além de gerenciar a conciliação bancária com o extrato, visualizando os lançamentos contábeis e movimentação bancária numa única tela.

A importação de arquivos de extrato bancário nas extensões OFC e OFX para a conciliação bancária deve ser possível, assim como a inclusão de pendências da conciliação tanto para os lançamentos contábeis quanto para os registros do extrato. O sistema deve permitir a criação automática de pendências tanto para o extrato quanto para os lançamentos contábeis. A seleção de múltiplos lançamentos contábeis, exibindo a soma dos mesmos e permitindo conciliar com um ou vários registros do extrato, deve ser possível. O módulo deve permitir a conciliação de forma parcial, ocultando os valores conciliados da consulta de lançamentos a conciliar, facilitando a conferência dos valores que ainda não foram conciliados.

É importante que o sistema permita visualizar e imprimir conciliações de períodos anteriores. Na tela de conciliação, devem estar disponíveis filtros para auxiliar o usuário na localização dos valores, como data, descrição, valor e controle de lançamento. Deve ser possível ordenar a coluna de valor tanto no lado dos lançamentos contábeis quanto no lado do extrato bancário. O módulo deve possuir consulta de pendências baixadas na conciliação e emitir os relatórios de pendência e conciliação bancária. Deve permitir consultar, para cada pagamento incluído, os lançamentos contábeis, e para cada lançamento permitir o seu estorno, fazendo automaticamente os lançamentos contábeis de estorno.

A consulta da despesa empenhada a pagar por unidade orçamentária deve ser possível, assim como a emissão de autorização bancária para envio ao banco após assinatura do ordenador da despesa. O sistema deve possuir controle de assinaturas para envio de borderô ao banco, bloqueando a geração e envio do borderô ao banco sem as autorizações necessárias.

O módulo deve emitir demonstrativo diário de receitas arrecadadas e despesas realizadas, além de permitir a emissão do extrato do credor, demonstrando informações dos empenhos e dos restos a pagar na mesma opção.

É essencial que o sistema possua integração com o sistema tributário, efetuando de forma automática os lançamentos contábeis de arrecadação de receitas. Deve permitir a consulta aos lançamentos tributários para conferência dos valores antes de efetuar a integração, bem como a emissão de relatório de críticas caso haja inconsistências ou falta de configurações nas receitas.

A integração dos lançamentos de receita reconhecida antecipadamente com o sistema tributário deve ser possível. Nos casos em que houver restituição de receita, o sistema deve



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

integrar esses valores do tributário e permitir ao usuário gerar um empenho para restituir se o valor é de ano anterior e gerar uma dedução de receita se a restituição ocorrer no ano corrente da receita.

O módulo deve permitir assinar digitalmente as ordens de pagamento e possuir um fluxo de assinatura digital que permita tramitar as ordens entre os assinantes de forma automática, finalizando o processo somente quando todos os responsáveis tiverem incluído sua assinatura.

É importante que o sistema permita configurar por fonte de recursos as receitas arrecadadas com multa de trânsito e as respectivas despesas, com publicação automática no portal da transparência. Por fim, o módulo deve emitir relatório de controle de fontes de recursos, pelo valor empenhado e pago, validando com o saldo bancário.

PRESTAÇÃO DE CONTAS:

O módulo de Prestação de Contas deve oferecer um conjunto abrangente de funcionalidades para atender às exigências legais e facilitar o processo de prestação de contas das entidades públicas. Estas funcionalidades devem incluir a emissão de diversos relatórios e a geração de arquivos específicos, conforme detalhado a seguir:

Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária

O sistema deve ser capaz de emitir os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária de acordo com a Portaria da STN vigente para o período de emissão. Estes relatórios devem incluir, entre outros:

- Balanço Orçamentário
- Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
- Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
- Demonstrativo do Resultado Primário e Nominal
- Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão
- Demonstrativos relacionados à educação, saúde, operações de crédito e previdência

Relatórios de Gestão Fiscal

O módulo deve permitir a emissão dos relatórios de Gestão Fiscal conforme a Portaria da STN vigente, incluindo:

- Demonstrativo da Despesa com Pessoal
- Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida
- Demonstrativo das Garantias e Contra Garantias de Valores
- Demonstrativo das Operações de Crédito
- Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa
- Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Relatórios Anuais Obrigatórios

O sistema deve possibilitar a emissão dos relatórios anuais obrigatórios, consolidando por entidade, em conformidade com a Lei 4320/64. Estes incluem:

- Comparativo Receita Orçada com Arrecadada
- Comparativo Despesa Autorizada com Realizada
- Balanço Orçamentário, Financeiro e Patrimonial
- Demonstrativo das Variações Patrimoniais
- Demonstrativos da Dívida Fundada Interna e Flutuante
- Demonstrativo de Fluxos de Caixa



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Relatórios Adicionais e Funcionalidades Específicas

Além dos relatórios mencionados, o módulo deve oferecer:

- Relatórios padrão do Tribunal de Contas do Estado para solicitação de Certidão Negativa
- Relatórios de acompanhamento da programação financeira em atendimento à LRF
- Relatórios com informações para SIOPS e SIOPE
- Relatório de Notificação de Recebimento de Recursos (Lei 9452/97)
- Geração de arquivos conforme o MANAD
- Relatório para conferência de inconsistências antes da geração de arquivos para o Tribunal de Contas
- Relatórios auxiliares para preenchimento do SICONFI
- Relatório de estimativa de impacto orçamentário e financeiro
- Geração de arquivos para a matriz de saldos contábeis (MSC)
- Geração de arquivos para prestação de contas do SIOPE, SIOPS e sistema do Tribunal de Contas do Estado (SIM-AM)

Publicação Automática

O sistema deve permitir a publicação automática dos relatórios legais no portal da transparência, disponibilizando-os em diversos formatos para facilitar o acesso e a compreensão por parte dos cidadãos e órgãos fiscalizadores.

Estas funcionalidades devem ser projetadas para garantir a conformidade com as normas legais vigentes, facilitar o processo de prestação de contas e promover a transparência na gestão pública. O módulo deve ser flexível o suficiente para se adaptar a mudanças nas exigências legais e nas necessidades específicas de cada entidade pública.

MÓDULO CONTROLE INTERNO:

O Módulo de Controle Interno deve ser projetado para atender às necessidades específicas das entidades públicas, oferecendo um conjunto abrangente de funcionalidades que permitam uma gestão eficiente e transparente dos processos de controle interno. Este módulo deve ser integrado aos demais sistemas da entidade, eliminando a necessidade de importação ou exportação de dados.

O sistema deve permitir a atribuição de acessos a usuários por meio de senhas, possibilitando a caracterização dos mesmos. A gestão deve ser realizada por entidade, garantindo a segregação adequada das informações.

Uma funcionalidade essencial é o cadastro de instruções normativas, pareceres, notificações e demais documentos do controle interno. O sistema deve permitir anexar os documentos aos cadastros e notificar usuários pré-cadastrados sobre novas inclusões. As notificações devem ser enviadas diretamente da consulta, permitindo respostas dos usuários notificados e disponibilizando-as para impressão.

O cadastramento de checklists deve ser baseado em grupos e itens numerados, servindo como base para auditorias. Deve ser possível vincular os checklists a auditorias, inspeções e outros procedimentos, bem como registrar as respostas obtidas. O sistema deve permitir o envio de checklists a todos os módulos, inclusive aos órgãos da administração indireta.

No cadastro de pareceres, deve ser possível identificar se o parecer é relativo a uma contratação e, se for o caso, permitir a identificação do funcionário. A configuração do checklist deve permitir informar a resposta em relação à irregularidade automaticamente diagnosticada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

O sistema deve possibilitar o cadastro de possíveis respostas para os grupos do checklist e permitir o enquadramento dos checklists em categorias para facilitar sua localização. Deve haver checklists pré-cadastradas das diversas áreas da prefeitura.

Ao selecionar um checklist para uma nova auditoria, deve ser possível escolher apenas os itens que se deseja analisar. O sistema deve permitir a inclusão de novos itens a um checklist, mesmo que este já tenha sido utilizado, e a desativação de itens que se tornaram desnecessários. Deve ser possível duplicar um checklist mantendo o original.

O módulo deve permitir vincular um ou mais órgãos ou unidades, por meio de centro de custo, a uma auditoria, inspeção ou outros procedimentos realizados. Deve ser possível agendar auditorias, inspeções e outros procedimentos, bem como encaminhá-los ao responsável da unidade auditada para que este informe as respostas solicitadas.

O sistema deve detectar automaticamente irregularidades durante o preenchimento do checklist, com base em sua configuração, e permitir a inserção manual de irregularidades que não podem ser detectadas automaticamente. Deve ser possível registrar o parecer do controle interno em cada irregularidade e especificar as providências a serem tomadas.

Uma tela gerencial deve demonstrar todas as auditorias, inspeções e outros procedimentos realizados no Módulo de Controle Interno, com ações de duplicar, enviar questionário, analisar, visualizar análise, encerrar e cancelar.

O cadastro de auditorias, inspeções e outros procedimentos deve incluir informações como data inicial e final, descrição, centro de custo e responsável, e estar integrado ao cadastro do checklist. O sistema deve permitir numeração sequencial por tipos de procedimentos e a juntada de documentos e papéis de trabalho relacionados aos procedimentos realizados.

O módulo deve possuir uma agenda de obrigações com opção de informar o nível de criticidade, as pessoas ou centros de custos que podem visualizar o registro e quem pode baixar o evento. A agenda deve enviar alertas aos usuários, tanto via sistema quanto por e-mail, de eventos prestes a expirar ou expirados, exigindo justificativa conforme o nível de criticidade.

O sistema deve oferecer consultas centralizadas de e-mails enviados pelo controle interno, processos de ouvidoria e processos administrativos abertos contra o Município. Deve permitir a emissão de relatório circunstanciado, com publicação automática no Portal da Transparência, e o gerenciamento dos quadros que o compõem.

O módulo deve possibilitar a emissão dos relatórios legais da Lei de Responsabilidade Fiscal e dos relatórios anuais obrigatórios, bem como a publicação automática no Portal de Transparência dos documentos do controle interno e auditorias realizadas.

Uma consulta integrada deve demonstrar as instruções normativas, pareceres do controle interno, notificações e documentos diversos, com opções de filtro por categoria, situação e publicação no Portal de Transparência. Cada registro deve ter opções para visualizar, alterar, incluir observações, enviar notificações, consultar respostas e incluir anexos.

O sistema deve gerar relatórios de estatísticas de cargos e permitir a emissão do calendário de obrigações. Deve possuir uma rotina de notificações do controle interno, apontando notificações pendentes e permitindo visualização e resposta.

Por fim, o módulo deve permitir a notificação automática de alerta de encerramento de prazos de resposta de auditorias, inspeções e outros procedimentos realizados no Módulo de



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Controle Interno, garantindo assim o cumprimento dos prazos e a eficiência do processo de controle interno.

SISTEMA DE RECURSOS HUMANOS - MÓDULO FOLHA DE PAGAMENTO:

O Módulo Folha de Pagamento deve ser projetado para atender às complexas necessidades de gestão de recursos humanos e processamento de folha de pagamento em entidades públicas. Este módulo deve oferecer um conjunto abrangente de funcionalidades que permitam uma gestão eficiente e precisa dos dados dos servidores, cálculos de pagamentos, benefícios e obrigações legais.

Cadastro de Servidores e Funcionalidades Básicas

O sistema deve possuir um robusto cadastro de servidores, contemplando informações essenciais como regime, cargo, salário base, datas de nomeação, posse e admissão, lotação, horário e local de trabalho. Deve permitir a inclusão de campos adicionais para atender às legislações vigentes e necessidades específicas da entidade.

O módulo deve possibilitar o relacionamento e emissão de relatórios de acúmulo de cargo, incluindo informações como entidade, carga horária, horário de trabalho, remuneração e cargo. Deve também permitir o cadastro antecipado de admissões futuras.

O sistema deve oferecer filtros avançados para todos os dados do cadastro funcional, incluindo informações pessoais, profissionais e contratuais. Deve controlar os dependentes dos servidores para fins de salário-família e imposto de renda, realizando baixas automáticas conforme limites e condições previstas.

Deve ser possível controlar múltiplas previdências para cada servidor, com relacionamento automático da previdência ao regime do servidor. O sistema deve suportar o cadastramento de servidores em diversos regimes jurídicos, como celetista, estatutário, contrato temporário, emprego público, estagiário, cargo comissionado e agente político.

Gestão de Cargos e Vagas

O módulo deve permitir o cadastramento detalhado de todos os cargos do quadro de pessoal, incluindo nomenclatura, enquadramento, grau de instrução exigido, CBO e quantidade de vagas criadas em lei. Deve controlar a quantidade de vagas disponíveis por cargo, grupo de cargos e centro de custos.

Registro de Ocorrências e Atos Legais

O sistema deve permitir o registro de todos os atos legais do servidor, bem como ocorrências funcionais como advertências, elogios e suspensões. Deve ser possível converter suspensões em multas com lançamento automático em folha de pagamento.

Gestão de Férias e Licenças

O módulo deve oferecer funcionalidades completas para gestão de férias, incluindo configuração de férias especiais, programação, cálculo individual ou coletivo, controle de períodos aquisitivos e emissão de avisos e recibos. Deve também gerenciar licenças prêmio, permitindo o registro de múltiplos períodos de gozo e pecúnia.

Cálculos e Processamento de Folha

O sistema deve realizar cálculos de folha de pagamento mensal, complementar, rescisão, férias, adiantamentos e 13º salário. Deve permitir simulações de folha para calcular reajustes salariais retroativos e gerar empenhamento automático para a contabilidade.

Relatórios e Arquivos Legais



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

O módulo deve gerar automaticamente arquivos para DIRF, RAIS, e-Social, SEFIP/GFIP e GRRF, sem necessidade de intervenção manual. Deve emitir relatórios como Certidão de Tempo de Serviço, cálculo de média de remunerações e relatórios de férias.

Gestão de Benefícios

O sistema deve gerenciar benefícios como vale-transporte e empréstimos consignados, permitindo configurações específicas, cálculos automáticos e integrações com empresas fornecedoras.

Controle de Ponto e Banco de Horas

Deve permitir o controle de compensação de horas extras e folgas, integrando-se automaticamente com o ponto eletrônico.

Cálculos e Configurações Avançadas

O sistema deve permitir a configuração flexível das fórmulas de cálculo dos proventos e descontos, adaptando-se às legislações vigentes da entidade. Deve calcular automaticamente os valores relativos à contribuição individual e patronal para previdência e previdência complementar.

O módulo deve oferecer funcionalidades para inclusão de proventos/descontos variáveis e fixos na folha, permitindo lançamentos coletivos ou individuais, manuais, por importação ou de forma automática integrada com o sistema de ponto eletrônico. Deve também permitir o lançamento de proventos/descontos recebidos acumuladamente pelos servidores, com informações para geração nos arquivos da DIRF e e-Social.

Relatórios e Emissões

O sistema deve emitir uma variedade de relatórios, incluindo resumo da folha analítico e mensal, planilha contábil, contracheques, comprovantes de rendimentos, entre outros. Deve permitir a inclusão de textos e mensagens nos contracheques e disponibilizar via Portal diversos documentos e serviços aos servidores.

Integrações Bancárias e Previdenciárias

O módulo deve gerar arquivos para crédito em conta-corrente da rede bancária e emitir Guias de Recolhimento da Previdência Social. Deve também calcular e controlar pensões alimentícias, judiciais e por morte.

Controles Específicos

O sistema deve controlar o cálculo do INSS e do IR para servidores com acúmulo de cargos, permitir o cálculo automático da diferença entre cargos comissionados e efetivos, e possibilitar o cálculo de médias para férias e 13º Salário.

Gestão de Afastamentos

Deve permitir o cadastro e controle detalhado de afastamentos, incluindo motivos, datas, carências e impactos na folha de pagamento.

Provisões e Contabilização

O módulo deve permitir o cálculo de provisões e a contabilização automática, com detalhamento das fórmulas utilizadas.

Integração com Tribunais de Contas

Deve gerar e exportar todos os arquivos necessários para prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado, conforme legislações e instruções normativas vigentes.

Gestão de Concursos e Certames



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

O sistema deve oferecer funcionalidades para cadastro e gestão de certames, editais, convocações e fases do processo seletivo, com integração ao portal da transparência e controle de prazos.

Funcionalidades Adicionais

O módulo deve incluir recursos para cálculo de margem consignável, controle de emissão de margens consignadas pelo Portal de Serviços, substituição de carga horária, exportação de informações de vale-transporte, e importação de saldos e dados variáveis.

Customização e Flexibilidade

O sistema deve ser altamente customizável, permitindo que os usuários trabalhem em competências diferentes e que a entidade configure notificações, alertas e controles específicos de acordo com suas necessidades.

Controle de Acesso e Segurança

O sistema deve permitir restringir o login do servidor durante períodos específicos, como férias, após rescisão, durante afastamentos ou conforme seu horário de trabalho, impossibilitando automaticamente o acesso ao sistema.

Relatórios e Registros Especializados

Deve possuir relatórios que apresentem informações sobre funcionários cedidos e recebidos, incluindo períodos de cessão, local e número do ato legal. O sistema deve permitir o registro de funcionários recebidos por disposição, mesmo sem contrato com a entidade, gerando informações para o portal da transparência.

Gestão de Benefícios

O módulo deve permitir gerar cálculos de vale-alimentação com configurações flexíveis, considerando diversos fatores como data de admissão, rescisão, reduções de carga horária, licenças, etc. Deve também permitir a exportação desses dados para carga em cartões de alimentação/refeição.

Integrações e Importações

O sistema deve possuir rotinas para importação e análise de arquivos como SISOBI, permitindo identificar funcionários ativos que constem no arquivo. Deve também permitir a exportação e importação de arquivos relacionados à consulta de qualificação cadastral do e-Social.

Configurações Automáticas

O módulo deve oferecer configurações para automatizar processos como geração de acesso ao portal de serviços, cadastro de gratificações e níveis salariais iniciais para funcionários em determinados cargos.

Validações e Consistências

Deve possuir configurações para ativar validações no lançamento de proventos e descontos variáveis, como verificar se o funcionário possui cargo comissionado ou função gratificada. O sistema deve também dispor de rotinas de consistência de base de dados para identificar problemas ou faltas de informações exigidas no e-Social.

Integração com e-Social

O módulo deve permitir a geração, assinatura, envio e recepção de retorno de eventos para a Produção e Produção Restrita do e-Social, com toda a estrutura em base de dados única e sistema único.

Indicadores e Gráficos



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Deve possuir indicadores gráficos que permitam analisar a evolução da folha de pagamento, gastos com horas extras e gratificações, e perfil do quadro de funcionários.

Gestão de Férias e Licenças

O sistema deve permitir o cálculo do período aquisitivo de férias com baixa parcial, fracionamento conforme legislação, e emissão de relatórios gerenciais. Deve também possibilitar a solicitação de férias pelo servidor via portal/aplicativo, com tramitação automática para autorização.

Funcionalidades Adicionais

O módulo deve incluir funcionalidades como parametrização de vale-alimento, cadastro de informações complementares em abonos, preenchimento automático de datas de início de adicionais, desconto automático de faltas, e rotinas para declaração de bens e renda e antecedentes criminais.

Gestão de Carreira e Avaliações

Deve permitir o registro e controle de situações específicas de servidores que assumem novos cargos, mantendo benefícios e iniciando novas avaliações de estágio probatório. O sistema deve também permitir a concessão automática de promoções por nível de habilitação.

Controles Específicos

O módulo deve incluir funcionalidades como bloqueio automático de pagamento para celetistas em determinadas situações de afastamento, lançamento de licenças específicas com anexo de documentos, e geração de protocolos e relatórios gerenciais.

Relatórios Especializados para Aposentadoria

O sistema deve incluir nos relatórios da Folha de Pagamento uma seção específica para APOSENTADORIA PREVISCAM, contendo opções para gerar Histórico Funcional, Planilha de Cálculo, Certidão de Tempo de Contribuição e Certidão de Magistério, conforme modelos utilizados pelo Município.

Emissão de Documentos Automatizados

O módulo deve permitir a emissão automática de documentos como Histórico Funcional, Certidão de Tempo de Contribuição, Planilha de Cálculo e Certidão de Magistério, preenchendo automaticamente os dados do servidor, incluindo informações detalhadas como nome completo, RG, CPF, datas relevantes, cargo, tempo de serviço, entre outros.

Funcionalidades Específicas para Documentos de Aposentadoria

- Vincular automaticamente portarias cadastradas no sistema referentes a promoções por merecimento.
- Calcular automaticamente o tempo de serviço, considerando períodos de licenças não remuneradas e deduzindo-os conforme necessário.
- Permitir a edição de textos, fontes e dados nos documentos gerados.
- Oferecer opções para salvar os documentos em formatos WORD e PDF, com possibilidade de impressão, download e assinatura digital.

Armazenamento e Gestão de Documentos

Criar um local específico para armazenamento dos documentos relacionados à aposentadoria, permitindo pesquisa por nome do documento e gerando relatórios de servidores aposentados com informações relevantes.

Certidões e Declarações Diversas



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Permitir a emissão de uma variedade de certidões e declarações, incluindo Certidão de Tempo de Serviço, Certidão de Tempo de Contribuição, Declaração de Tempo de Contribuição, Declarações Profissionais e de Magistério, conforme layouts fornecidos pela Prefeitura e legislações vigentes.

Assinatura Digital e Gestão de Documentos

- Possibilitar a assinatura digital em todos os modelos de certidões e declarações.
- Criar um local para armazenamento separado de todas as certidões e declarações emitidas e assinadas digitalmente.
- Implementar funcionalidade para cancelar assinaturas digitais e invalidar documentos quando necessário.

Automatização e Flexibilidade

- Preencher automaticamente todas as informações cadastrais do servidor ao emitir certidões e declarações.
- Gerar automaticamente sequência numérica e ano atual para cada documento.
- Permitir a adição de anexos às certidões e declarações, gerando um arquivo único com possibilidade de múltiplas assinaturas digitais.

Previdência Complementar

Calcular e controlar de forma automática a Previdência Complementar nos termos da legislação vigente e Convênio de Adesão firmado com a Instituição.

Acesso a Dados

Permitir a coleta de dados diretamente do banco de dados do sistema, utilizando privilégio SELECT das tabelas, bem como fornecer instruções sobre os nomes das tabelas para identificação de colunas.

Este módulo deve ser projetado para atender às necessidades específicas relacionadas à gestão de aposentadorias e emissão de documentos comprobatórios, garantindo precisão, eficiência e conformidade com as legislações vigentes.

MÓDULO SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO:

Este módulo deverá ser projetado para gerenciar de forma abrangente e eficiente todos os aspectos relacionados à saúde ocupacional e segurança do trabalho dos servidores. Ele deverá oferecer uma série de funcionalidades que visarão não apenas o cumprimento das normas legais, mas também a promoção de um ambiente de trabalho mais seguro e saudável.

Gestão de Atestados Médicos e Afastamentos

O sistema deverá permitir um cadastro detalhado de atestados médicos, incluindo informações como o profissional de saúde emitente, múltiplos CIDs relacionados, motivo do atestado, datas e horários de início e fim, além da data de apresentação/entrega. Esta funcionalidade será crucial para o controle preciso dos afastamentos por motivos de saúde.

Além disso, o módulo deverá oferecer a possibilidade de gerar automaticamente um cadastro de afastamento a partir do atestado médico, simplificando o processo administrativo. Um recurso importante será a emissão de relatórios de comprovante de entrega de atestado médico, que auxiliará na documentação e controle desses processos.

Para maior flexibilidade, o sistema deverá permitir configurar se a data de apresentação/entrega do atestado será gerada automaticamente ou informada manualmente, adaptando-se às políticas internas da instituição.

Equipamentos de Proteção Individual e Coletivo (EPI e EPC)



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

O módulo deverá incluir uma funcionalidade robusta para cadastrar e movimentar os Equipamentos de Proteção Individual e Coletivo. Isso incluirá a geração de relatórios de entrega e baixa, essenciais para o controle e a comprovação do fornecimento desses equipamentos aos servidores.

Agendamento de Consultas e Exames Médicos

Uma característica importante será a capacidade de efetuar o agendamento de consultas e exames médicos para profissionais ou estabelecimentos de saúde específicos. O sistema deverá permitir a montagem de agendas com horários disponíveis para atendimento e a possibilidade de cadastrar restrições temporárias, como férias ou outros compromissos. Isso otimizará o processo de gestão de saúde ocupacional, garantindo um fluxo eficiente de atendimentos.

Juntas Médicas e Planos de Saúde

O sistema deverá possuir um cadastro de juntas médicas por data de vigência, identificando os médicos que as compõem. Além disso, deverá oferecer um cadastro completo de planos de saúde para servidores e dependentes, permitindo o controle detalhado de mensalidades, despesas e devoluções. Essas informações deverão ser automaticamente integradas à geração da DIRF e à emissão de comprovantes de rendimentos.

Fatores de Risco e Acidentes de Trabalho

O módulo deverá permitir o cadastro de fatores de risco, como insalubridade e periculosidade, vinculando-os à folha de pagamento. Também deverá possibilitar o registro detalhado de acidentes de trabalho, com a emissão do relatório CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho).

Laudos Médicos e Atestados de Saúde Ocupacional (ASO)

O sistema deverá oferecer uma rotina completa para cadastro de laudos médicos, incluindo a possibilidade de assinatura digital e anexação de documentos. Similarmente, deverá possuir uma funcionalidade robusta para o cadastro e emissão de Atestados de Saúde Ocupacional (ASO), permitindo o relacionamento de exames realizados, seus resultados e validades.

CIPA e Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP)

O módulo deverá incluir uma rotina para cadastro e gestão da CIPA, incluindo o registro do processo eleitoral e a possibilidade de anexar documentos com assinatura digital. Também deverá realizar a emissão automática do PPP, preenchendo-o com as informações cadastradas no sistema e vinculando-o ao LTCAT.

Restrições Médicas e Controle de CID

O sistema deverá permitir o cadastro detalhado de restrições médicas, incluindo tipo, período e CIDs relacionados. Deverá possuir um cadastro completo de CID, com a possibilidade de inclusão de novos códigos conforme necessário.

Visitas Técnicas e Controle de Extintores

O módulo deverá oferecer funcionalidades para o registro de visitas técnicas realizadas por profissionais de saúde ocupacional, bem como para o controle dos extintores da entidade.

Indicadores e Relatórios

O sistema deverá disponibilizar indicadores gráficos que permitirão identificar os motivos de atestado com maior quantidade de dias e as doenças que mais geram afastamentos. Também deverá emitir relatórios detalhados sobre atestados, exames periódicos e outras informações relevantes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Funcionalidades Adicionais

O módulo deverá incluir uma série de funcionalidades adicionais, como o bloqueio automático de pagamento para celetistas em determinadas situações de afastamento, notificações automáticas sobre vencimentos de exames e restrições médicas, controle de redução de carga horária para acompanhamento familiar, e a possibilidade de lançamento de atestados pelo próprio servidor via portal.

Integração e Flexibilidade

Todas essas funcionalidades deverão ser integradas entre si e com outros módulos do sistema, como a folha de pagamento e o ponto eletrônico. O módulo deverá ser projetado para ser flexível e personalizável, permitindo adaptações às necessidades específicas da entidade e às mudanças na legislação.

O Módulo de Segurança e Medicina do Trabalho deverá oferecer uma solução completa e integrada para a gestão da saúde ocupacional e segurança do trabalho, promovendo a eficiência administrativa e o bem-estar dos servidores.

MÓDULO ESTÁGIO PROBATÓRIO:

O Módulo Estágio Probatório deverá ser projetado para atender às necessidades específicas da administração pública no que tange à avaliação de servidores em período probatório, em conformidade com as legislações vigentes e as melhores práticas de gestão de recursos humanos no setor público. O sistema deverá oferecer as seguintes funcionalidades:

Cadastro e Configuração

O módulo deverá permitir o cadastro de períodos de estágio probatório e períodos de avaliação, com possibilidade de configuração da quantidade de anos e avaliações necessárias para a conclusão do estágio, conforme legislação vigente.

Deverá ser possível relacionar modelos de avaliação conforme grupo, cargo ou função gratificada, com configuração de data de vigência e possibilidade de manter múltiplos modelos ativos.

O sistema deverá possibilitar o cadastro detalhado de avaliações, incluindo tipo, pontuação, considerações, critérios, fatores e alternativas, bem como a definição de pesos para cada fator.

Deverá permitir o cadastro de comissões avaliadoras, com possibilidade de relacionar várias comissões a um único funcionário.

Geração e Gestão de Avaliações

O sistema deverá gerar automaticamente os períodos de avaliação no momento do cadastro do contrato do servidor, com possibilidade de ajustes manuais quando necessário.

Deverá permitir a liberação dos períodos de estágio de forma individual, coletiva ou automática.

O módulo deverá possibilitar a geração de avaliações subsidiárias por troca de local de trabalho ou cadastro de afastamentos.

Deverá haver funcionalidade para impressão de fichas de avaliação e gabaritos, tanto em branco para preenchimento manual quanto preenchidos automaticamente com as notas lançadas no sistema.

Realização e Acompanhamento das Avaliações

O sistema deverá permitir que avaliadores realizem as avaliações através de um portal de autoatendimento, com prazo estipulado e campos obrigatórios para registro de pareceres.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Deverá ser possível anexar arquivos complementares às avaliações e gerar documentos para assinatura digital dos envolvidos.

O módulo deverá oferecer consultas e relatórios gerenciais para acompanhamento das avaliações pendentes e realizadas, com diversos filtros de pesquisa.

Deverá haver funcionalidade para geração e gestão de relatórios conclusivos de estágio probatório, incluindo campos obrigatórios para pareceres e possibilidade de assinatura digital.

Notificações e Controles Automáticos

O sistema deverá permitir a configuração de notificações automáticas para avaliadores e avaliados em diversos momentos do processo, como liberação de avaliações e prazos para preenchimento de relatórios conclusivos.

Deverá haver controles automáticos para prorrogação do estágio probatório em caso de afastamentos prolongados e paralisação em caso de assunção de função gratificada/confiança.

Relatórios e Análises

O módulo deverá oferecer uma variedade de relatórios gerenciais, incluindo resultados de avaliações com gráficos, servidores em estágio probatório, prorrogações e paralisações de estágio, e avaliações pendentes.

Deverá ser possível emitir relatórios de servidores que não atingiram a média em duas ou mais avaliações, com opção de notificação automática.

O sistema deverá disponibilizar um painel de visualizações para gerenciamento e controle das avaliações de estágio probatório, facilitando a tomada de decisões pela administração.

Integração e Flexibilidade

O módulo deverá ser integrado com outros sistemas da administração, como o cadastro funcional e a folha de pagamento, permitindo a sincronização automática de informações.

Deverá ser flexível o suficiente para se adaptar a mudanças na legislação e nas necessidades específicas da entidade, permitindo a configuração de parâmetros e regras de negócio.

O sistema deverá garantir a segurança e a integridade dos dados, com controle de acesso e registro de todas as ações realizadas no módulo.

Estas funcionalidades visam assegurar um processo de avaliação de estágio probatório eficiente, transparente e em conformidade com as exigências legais, contribuindo para a gestão eficaz dos recursos humanos no setor público.

MÓDULO AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO:

O Módulo Avaliação de Desempenho deverá ser projetado para atender às necessidades específicas da administração pública no que tange à avaliação de desempenho dos servidores, em conformidade com as legislações vigentes e as melhores práticas de gestão de recursos humanos no setor público. O sistema deverá oferecer as seguintes funcionalidades:

Cadastro e Configuração

O módulo deverá permitir o cadastro de períodos de desempenho e períodos de avaliação, com possibilidade de filtrar por diversos critérios, incluindo data de admissão, nomeação, demissão, função gratificada, motivo de afastamento, local de trabalho, cargo e secretaria.

Deverá possibilitar o cadastro detalhado de avaliações, incluindo tipo, considerações, critérios, fatores, alternativas, tipo de pontuação, comissão ou responsável pela avaliação e modelos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

O sistema deverá permitir o cadastro automático de períodos de desempenho e avaliação no momento da inclusão de um novo período de folha.

Deverá ser possível configurar grupos ocupacionais, relacionando cargos e graus de instrução necessários, bem como tipos de progressão salarial para cada grupo.

Geração e Gestão de Avaliações

O módulo deverá possibilitar a geração automática de avaliações, incluindo a designação de avaliadores conforme o tipo informado e o período de permanência dos servidores no local de trabalho ou centro de custo.

Deverá permitir a geração de avaliações subsidiárias por troca de local de trabalho e cadastro de afastamentos.

O sistema deverá oferecer funcionalidades para definição de pesos para cada fator da avaliação, configuração de pontuação por somatória ou média, e liberação de períodos de desempenho de forma individual ou coletiva.

Realização e Acompanhamento das Avaliações

O módulo deverá permitir a realização de avaliações através de um sistema de autoatendimento ao servidor, com prazos estipulados e campos obrigatórios para registro de pareceres.

Deverá ser possível anexar arquivos complementares às avaliações e gerar documentos para assinatura digital dos envolvidos.

O sistema deverá oferecer consultas e relatórios gerenciais para acompanhamento das avaliações pendentes e realizadas, com diversos filtros de pesquisa.

Relatórios e Análises

O módulo deverá disponibilizar uma variedade de relatórios, incluindo conferência de níveis salariais, resultados de avaliações com gráficos, motivos de perda de concessão de períodos de desempenho, e servidores com direito à concessão de avaliação no mês.

Deverá oferecer um painel de visualizações para gerenciamento e controle das avaliações de desempenho.

Promoções e Progressões

O sistema deverá permitir o cadastro e configuração de promoções por habilitação e merecimento, com cálculo automático de níveis salariais.

Deverá possibilitar a configuração de critérios impeditivos para concessão de promoção por merecimento, com sincronização automática de informações do sistema.

Integração e Flexibilidade

O módulo deverá ser integrado com outros sistemas da administração, como cadastro funcional e folha de pagamento, permitindo a sincronização automática de informações.

Deverá ser flexível o suficiente para se adaptar a mudanças na legislação e nas necessidades específicas da entidade, permitindo a configuração de parâmetros e regras de negócio.

O sistema deverá garantir a segurança e a integridade dos dados, com controle de acesso e registro de todas as ações realizadas no módulo.

Estas funcionalidades visam assegurar um processo de avaliação de desempenho eficiente, transparente e em conformidade com as exigências legais, contribuindo para a gestão eficaz dos recursos humanos no setor público.

MÓDULO RECRUTAMENTO E SELEÇÃO:





PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

O Módulo Recrutamento e Seleção deverá ser projetado para atender às necessidades específicas da administração pública no que tange à realização de Processos Seletivos Simplificados (PSS) e Concursos Públicos, em conformidade com as legislações vigentes e as melhores práticas de gestão de recursos humanos no setor público. O sistema deverá oferecer as seguintes funcionalidades:

Configuração e Realização de Processos Seletivos

O módulo deverá permitir a configuração detalhada de PSS e Concursos Públicos, estabelecendo critérios de exigência para cada cargo, incluindo nível de escolaridade e pontuação para cada critério. O sistema deverá impedir inscrições que não cumpram as exigências mínimas, conforme a legislação vigente.

Deverá possibilitar a realização de inscrições via Portal, com funcionalidades como recuperação de senha, visualização e retificação de informações, e impressão do comprovante de inscrição.

O sistema deverá permitir a configuração de campos obrigatórios ou opcionais para anexos referentes à escolaridade e tempo de serviço, gerando notas automaticamente a partir das informações prestadas pelo candidato.

Gestão de Candidatos e Inscrições

O módulo deverá oferecer acesso ao histórico de inscrições, com opções de filtro por diversos critérios. Deverá enviar automaticamente comprovantes de inscrição por e-mail e transferir os dados dos candidatos para o cadastro único do sistema.

Deverá permitir a importação de dados de candidatos de instituições que realizem Concursos Públicos, PSS e Processos Seletivos de Estágio, com vinculação automática ao Portal da Transparência.

Convocação e Contratação

O sistema deverá automatizar o processo de convocação até a nomeação, incluindo o envio de e-mails, geração de editais e portarias para publicação, e atualização da classificação no sistema e no portal da transparência.

Deverá gerar contratos de trabalho, renovações e termos de posse com preenchimento automático de dados cadastrais, permitindo assinatura digital e vinculação automática ao cadastro do funcionário.

O módulo deverá permitir que candidatos convocados apresentem documentos de forma digital via Portal, com validação pelo RH e inclusão automática no cadastro do funcionário.

Funcionalidades Adicionais

O sistema deverá incluir um chat robotizado para direcionamento de dúvidas, emitir avisos de alerta para múltiplos contratos ativos, permitir o agendamento de consultas admissionais, e gerar atestados de saúde ocupacional com possibilidade de assinatura digital.

Deverá oferecer uma rotina para controle de requisições de funcionários e permitir o relacionamento de candidatos inscritos aos concursos e processos seletivos, com registro histórico de situações.

Relatórios e Análises

O módulo deverá gerar relatórios de contratos próximos do vencimento, convocações de candidatos, e permitir consultas de candidatos aptos para convocação.

Importação e Exportação de Dados



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

O sistema deverá permitir a importação de notas de provas para cálculo da nota final dos candidatos, bem como a importação de dados gerais de concursos e processos seletivos, conforme layout fornecido.

Integração e Flexibilidade

O módulo deverá ser integrado com outros sistemas da administração, como o Portal da Transparência e o cadastro único de pessoas físicas.

Deverá ser flexível o suficiente para se adaptar a mudanças na legislação e nas necessidades específicas da entidade, permitindo a configuração de parâmetros e regras de negócio.

O sistema deverá garantir a segurança e a integridade dos dados, com controle de acesso e registro de todas as ações realizadas no módulo.

Estas funcionalidades visam assegurar um processo de recrutamento e seleção eficiente, transparente e em conformidade com as exigências legais, contribuindo para a gestão eficaz dos recursos humanos no setor público.

MÓDULO TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO:

O Módulo Treinamento e Desenvolvimento deverá ser projetado para atender às necessidades específicas da administração pública no que tange à gestão de capacitações e desenvolvimento profissional dos servidores. O sistema deverá oferecer as seguintes funcionalidades:

Cadastro e Gestão de Informações

O módulo deverá permitir a emissão de relatórios detalhados dos servidores, vinculando informações do cadastro funcional existente, com opções de filtro por diversos critérios.

Deverá possibilitar o cadastro e controle da escolaridade dos servidores, incluindo todos os cursos realizados, com informações detalhadas e geração de relatórios em diversos formatos.

O sistema deverá permitir o cadastro de currículos dos instrutores e a inclusão de uma aba "TREINAMENTO" para adicionar os treinamentos a serem realizados, com informações detalhadas sobre cada curso.

Planejamento e Organização de Treinamentos

O módulo deverá permitir o lançamento de despesas relacionadas aos cursos, a indicação de validade para cursos específicos, e o cadastro detalhado de cursos com níveis de treinamento e relação com tabelas padronizadas do MEC.

Deverá possibilitar a emissão de convites para os cursos, com todas as informações relevantes e opções de inscrição.

O sistema deverá permitir a seleção de público-alvo específico para cada treinamento, seguindo a estrutura organizacional do município.

Inscrições e Gestão de Participantes

O módulo deverá permitir que os servidores realizem inscrições em turmas ou treinamentos através de um portal, controlando o período de inscrição e a quantidade de vagas disponíveis. Deverá possibilitar a visualização de listas de inscritos, geração de listas de presença, e controle de frequência dos participantes, incluindo opções de registro biométrico ou QR Code.

Certificação e Avaliação

O sistema deverá permitir a geração automática de certificados e certidões para os participantes que atingirem a frequência mínima exigida, com opções de personalização e assinatura digital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Deverá possibilitar a realização de avaliações pós-capacitação, com questionários editáveis e geração de indicadores e relatórios de avaliação.

Relatórios e Análises

O módulo deverá oferecer relatórios informativos detalhados, incluindo avaliações pós-capacitação, relação de treinamentos realizados e a realizar, e diversos indicadores de desempenho e participação.

Deverá permitir a realização de pesquisas de necessidades de treinamento, com formulários editáveis e opções de envio para setores específicos.

Integração e Flexibilidade

O sistema deverá ser integrado com outros módulos, como avaliação de desempenho e folha de pagamento, permitindo a sincronização automática de informações.

Deverá ser flexível o suficiente para se adaptar a mudanças nas necessidades da entidade, permitindo a configuração de parâmetros e regras de negócio.

Segurança e Acessibilidade

O módulo deverá garantir a segurança e a integridade dos dados, com controle de acesso e registro de todas as ações realizadas.

Deverá oferecer acessibilidade através de um portal para servidores, permitindo inscrições, consultas e emissão de certificados.

Estas funcionalidades visam assegurar uma gestão eficiente e eficaz dos processos de treinamento e desenvolvimento, contribuindo para o aprimoramento contínuo dos servidores públicos e, conseqüentemente, para a melhoria dos serviços prestados à comunidade.

MÓDULO PONTO ELETRÔNICO – CONFIGURAÇÕES:

O Módulo Ponto Eletrônico deverá ser projetado para atender às necessidades específicas da administração pública no que tange ao controle e gestão da jornada de trabalho dos servidores. O sistema deverá oferecer as seguintes funcionalidades de configuração:

Dispensas e Exceções

O módulo deverá permitir definir os funcionários dispensados do ponto, possibilitando indicar as dispensas individualmente por funcionário, por cargo e por horário. No processamento do ponto, qualquer falta deverá ser automaticamente abonada em virtude desta dispensa.

Deverá ser possível configurar a descrição dos feriados para demonstração na folha ponto.

Tolerâncias e Horários

O sistema deverá permitir a configuração do horário noturno padrão e exceções por regime, bem como os minutos de tolerância para desconto de faltas na entrada e saída, minutos de tolerância totais para desconto de faltas, minutos de tolerância para considerar horas extras na entrada e saída, e minutos para desconsiderar batidas duplicadas.

Horas Extras e Banco de Horas

O módulo deverá possibilitar a configuração de restrições para realização de horas extras, dispondo de rotina para autorização de horas extras e banco de horas. Deverá permitir configurar uma quantidade máxima de horas adicionais sem direito a hora extra.

Intrajornada e Faltas

Deverá ser possível configurar uma quantidade mínima de horas intrajornada por horário, de modo que não sejam geradas horas extras no intervalo quando não completar o mínimo estabelecido.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

O sistema deverá permitir a configuração da diferenciação das faltas ocorridas dos atrasos/saídas antecipadas pela quantidade de minutos ou percentual.

Escalas e Horários

O módulo deverá permitir criar escalas de sobreaviso e relacioná-las aos servidores, calculando automaticamente as horas mensais que o servidor terá direito a receber.

Deverá possibilitar a configuração de vários tipos de horários para serem relacionados aos servidores, incluindo horários mensais, semanais, turnos e livres.

Compensação e Flexibilidade

O sistema deverá dispor de opção de configuração individual ou coletiva para compensação diária automática, permitindo que o servidor realize compensação no dia, mesmo com horário fixo de trabalho esperado.

Deverá ser possível relacionar aos funcionários o horário de trabalho esperado em determinado período, indicando data inicial e final do relacionamento.

Pontos Facultativos

O módulo deverá permitir a configuração de pontos facultativos, com exceção por local de trabalho e horários de escala. Nos pontos facultativos, as horas de falta dos servidores deverão ser lançadas a título de ponto facultativo, enquanto para as exceções cadastradas as faltas continuam a ser geradas normalmente.

Integração e Flexibilidade

O sistema deverá ser integrado com outros módulos relevantes, como folha de pagamento e recursos humanos, permitindo a sincronização automática de informações.

Deverá ser flexível o suficiente para se adaptar a mudanças nas legislações e nas necessidades específicas da entidade, permitindo a configuração de parâmetros e regras de negócio.

Segurança e Auditoria

O módulo deverá garantir a segurança e a integridade dos dados, com controle de acesso e registro de todas as ações realizadas, permitindo auditoria das alterações efetuadas nas configurações.

Estas funcionalidades de configuração visam assegurar uma gestão eficiente e precisa do ponto eletrônico, adaptando-se às necessidades específicas da administração pública e contribuindo para a correta aplicação das normas trabalhistas e estatutárias.

MÓDULO PONTO ELETRÔNICO – ROTINAS:

O Módulo Ponto Eletrônico deverá oferecer as seguintes funcionalidades em suas rotinas:

Consulta e Manutenção de Registros

O sistema deverá disponibilizar uma consulta dos registros de ponto, permitindo a manutenção destes registros sem possibilitar a exclusão da marcação original. As marcações poderão ser ignoradas ou relacionadas a outra matrícula do mesmo servidor, exigindo a justificativa da operação. Deverá ser possível reverter a ação de ignorar um registro.

Atualização e Processamento

O módulo deverá dispor de uma rotina para atualização dos lançamentos de ponto, verificando os registros e configurações e apurando as ocorrências. Esta rotina deverá oferecer filtros por período, servidor, regime, centro de custo, local de trabalho, cargo e lote.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Deverá ser possível fechar o processamento de ponto de um servidor específico, de um determinado dia ou de um dia específico de um servidor, evitando alterações em registros já fechados.

Ajustes e Comunicação

O sistema deverá permitir ajustes no ponto, possibilitando inserir marcações faltantes, desconsiderar marcações duplicadas e efetuar lançamentos de abono. Após os ajustes, deverá ser possível processar novamente o dia.

Deverá ser possível enviar e-mails aos servidores com os registros esperados e efetuados do ponto.

Portal do Servidor

O módulo deverá disponibilizar um serviço no portal e aplicativo para que o servidor possa emitir seu espelho de ponto e solicitar ajustes, incluindo opções para incluir, alterar e ignorar registros, adicionar lançamentos de abono e solicitar autorização de horas extras ou banco de horas.

Configurações Específicas

O sistema deverá permitir configurar o pagamento de adicional de hora trabalhada por dia para funcionários específicos, como aqueles que trabalham em turnos, domingos e feriados.

Análise e Aprovação de Ajustes

Deverá haver uma interface clara e intuitiva para que as chefias analisem e deem parecer sobre as solicitações de ajuste de ponto. O sistema deverá enviar notificações sobre o deferimento ou indeferimento dos ajustes.

Automação e Sincronização

O módulo deverá permitir o agendamento de tarefas de importação e atualização automática de registros de ponto, bem como a sincronização automática de dados entre o relógio ponto e o sistema.

Digitalização e Assinatura Digital

O sistema deverá possibilitar a digitalização e upload de espelhos de ponto, com reconhecimento automático de código de barras para arquivamento. Deverá também permitir a solicitação de assinatura digital dos espelhos de ponto, evitando a necessidade de impressão em papel.

Integração e Flexibilidade

O módulo deverá ser integrado com outros sistemas relevantes, como folha de pagamento e recursos humanos, permitindo a sincronização automática de informações.

Segurança e Auditoria

O sistema deverá garantir a segurança e a integridade dos dados, com controle de acesso e registro de todas as ações realizadas, permitindo auditoria das alterações efetuadas nos registros de ponto.

Estas funcionalidades visam proporcionar uma gestão eficiente e precisa do ponto eletrônico, oferecendo flexibilidade para ajustes necessários, mas mantendo a integridade e rastreabilidade dos registros originais.

O Módulo Ponto Eletrônico deverá oferecer as seguintes funcionalidades:

MÓDULO PONTO ELETRÔNICO – DEMAIS FUNCIONALIDADES:

Marcações:



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

O sistema deverá disponibilizar um serviço no portal e aplicativo que permita o registro de ponto mediante login, com opções para:

- Relacionar funcionários autorizados a utilizar este tipo de registro
- Restringir o registro por endereço IP de Internet
- Capturar a geolocalização do registro de ponto
- Visualizar os registros em mapa

Deverá também oferecer um serviço no portal para registro de ponto com leitor biométrico homologado, permitindo:

- Relacionar funcionários autorizados
- Restringir o registro por configuração de IP
- Emitir alerta sonoro diferenciando sucesso e erro no registro

O módulo deverá possibilitar a consulta dos registros de ponto efetuados manualmente e por leitura biométrica.

Importação:

O sistema deverá permitir a integração via importação de arquivo texto no padrão AFD e comunicação automática com relógios ponto homologados, validando por CPF e PIS.

Lançamentos Automáticos:

O módulo deverá:

- Abonar automaticamente férias, afastamentos, atestados, feriados e ponto facultativo
- Validar e impossibilitar lançamentos concomitantes
- Permitir configuração de lançamentos para gerar ocorrências na folha de pagamento
- Ajustar automaticamente compensações de anteposições e reposições
- Discriminar todos os motivos de afastamentos e atestados na folha ponto

Lançamentos Manuais:

O sistema deverá permitir:

- Lançamento manual dos motivos de ponto configurados
- Importação de lançamentos via arquivos CSV ou TXT

Banco de Horas:

O módulo deverá oferecer:

- Rotina de controle de banco de horas
- Lançamentos manuais e via importação
- Configuração de tipos distintos de banco de horas
- Controle de validade dos registros
- Relatórios e indicadores gráficos do saldo de banco de horas

Banco de Dias:

O sistema deverá disponibilizar:

- Rotina de controle de banco de dias
- Lançamentos manuais e via importação
- Configuração de tipos distintos de banco de dias
- Opção para que folgas abonem faltas automaticamente
- Controle de validade dos registros

O Módulo Ponto Eletrônico deverá oferecer os seguintes **Relatórios e Funcionalidades Analíticas:**

Relatórios Gerenciais:



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

- Relatório para controle dos lançamentos de ponto apurados, com filtros por funcionário e local de trabalho
- Relatório em formato gráfico para visualização dos lançamentos de ponto

Relatórios Específicos:

- Relatório de escala de sobreaviso, detalhando os dias previstos para horas de sobreaviso por funcionário
- Espelho de ponto, contendo informações do servidor, registros esperados e efetuados, e resumo dos lançamentos do período

Indicadores Gráficos:

- Indicador gráfico e relatórios de absenteísmo, com configuração dos motivos de lançamento que compõem o índice
- Indicadores gráficos e relatórios dos lançamentos de ponto por motivo no período
- Indicadores gráficos e relatórios da quantidade de faltas por servidores nos últimos meses

Funcionalidades Adicionais:

- Layout da folha ponto com demonstração de no mínimo 04 turnos de trabalho
- Exportação do arquivo eletrônico de jornada (AEJ) conforme legislação vigente

Gestão de Escalas

- Rotina de elaboração de escala de trabalho, permitindo relacionar servidores a horários e locais de trabalho
- Relatório de escala de trabalho por local, gerando a escala mensal prevista com o quadro de horários de todos os servidores

Estas funcionalidades de relatórios e análises visam proporcionar uma visão abrangente e detalhada do controle de ponto, facilitando a gestão eficiente da jornada de trabalho dos servidores. Os relatórios e indicadores gráficos permitem uma rápida identificação de padrões e anomalias, enquanto as funcionalidades de gestão de escalas auxiliam na organização e planejamento do trabalho. A exportação do arquivo eletrônico de jornada garante a conformidade com as exigências legais vigentes.

Módulo de Compras e licitações do sistema de Suprimentos :

O Módulo Compras e Licitações do Sistema de Suprimentos deverá oferecer as seguintes funcionalidades:

Cadastro de Materiais e Produtos: O sistema deverá permitir o cadastro detalhado de materiais, incluindo descrições sucintas e detalhadas, classificação por grupo, classe ou subclasse, e relacionamento com unidades de medida. Deverá possibilitar a identificação de materiais/produtos conforme especificações de classificação e categoria, além de permitir a configuração de campos cadastrais personalizados.

O módulo deverá possibilitar o relacionamento do produto com marcas pré-aprovadas, CATMAT e CATSERV, permitir anexar imagens de referência e a desativação de cadastros obsoletos. Deverá também possibilitar o relacionamento com elementos de despesas e permitir a consulta do histórico completo de aquisições.

Gestão de Processos Licitatórios: O sistema deverá permitir o registro completo dos processos licitatórios, incluindo número, ano, objeto, modalidade, data, dados de compra e planilhas de preços. Deverá sugerir numeração sequencial por modalidade ou anual, e permitir a digitação do processo sem modalidade definida inicialmente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

O módulo deverá disponibilizar um gerenciamento de processos através de fluxograma (Workflow), permitindo o acompanhamento em tempo real do andamento do processo. Deverá possibilitar o anexo de documentos ao cadastro da minuta do edital e a visualização de todos os documentos e anexos em um único lugar.

Funcionalidades Específicas: O sistema deverá permitir o registro de pareceres contábeis e jurídicos, interposição de recursos ou impugnações, anulação e/ou revogação do processo. Deverá possuir rotinas específicas para pregão presencial, incluindo classificação de propostas, registro de lances, negociação de preços e julgamento conforme a Lei Complementar 123/2006.

O módulo deverá possibilitar o cadastro de documentos dos fornecedores, propostas dos participantes, desclassificação e inabilitação de participantes. Deverá permitir o gerenciamento de processos "multi entidade" e possuir fluxo diferenciado para licitações de publicidade.

Integração e Publicação: O sistema deverá permitir a integração com o sistema de contabilidade para gerenciamento de reservas orçamentárias. Deverá possibilitar a publicação de dados e documentos do processo de licitação em portal de serviços.

Pesquisa de Preços e Solicitações de Compra: O módulo deverá permitir a realização de pesquisa de preços, geração de processos administrativos ou emissão de ordens de compra baseadas nestas pesquisas. Deverá possuir rotinas para solicitação de compra dos itens homologados e controle das solicitações autorizadas, pendentes e canceladas.

Relatórios e Exportação de Dados: O sistema deverá emitir relatórios detalhados sobre as licitações e compras realizadas. Deverá permitir a exportação de arquivos para prestação de contas, de acordo com as regras e sistemas vigentes.

O Módulo Compras e Licitações deverá oferecer as seguintes funcionalidades adicionais:

Controle de Processos: O sistema deverá controlar a situação dos processos de licitação, incluindo estados como aberta, anulada, cancelada, homologada, deserta, fracassada, descartada, aguardando julgamento, concluída, suspensa ou revogada.

Registro de Preços: Deverá gerenciar os controles necessários para Registro de Preços, permitindo registrar e emitir solicitações de compra e serviços, facilitando o controle de entrega das mercadorias licitadas.

Personalização e Gerenciamento: O módulo deverá possibilitar a personalização de modelos de edital padrão para uso e geração automática. Deverá gerenciar pedidos de adesão a atas de registro de preço (carona), incluindo controle de limites quantitativos e alertas.

Aditivos e Publicações: Deverá permitir o gerenciamento de pedidos de aditivo contratual via sistema, com campo para motivação e inserção de anexos. O sistema deverá incluir um gerenciador de publicações no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Transparência e Integração: O módulo deverá permitir relacionar uma ata de registro de preços para vários fornecedores, com integração automática no portal da transparência. Deverá gerenciar os arquivos disponibilizados no portal e possibilitar que o processo seja integralmente disponibilizado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Fluxo de Processos e Configurações: Deverá possibilitar a personalização de fluxo automatizado de processos por usuários administradores, bem como configurações de bloqueio de remessa de processos digitais para agentes públicos afastados.

Acesso e Integração: O sistema deverá disponibilizar acesso de administrador a uma página de internet dedicada à área de contratações, com possibilidade de integração com redes sociais para transparência.

Unificação de Processos: Deverá unificar todo o processo de contratação em um mesmo processo, preservando o histórico de trabalho dos agentes públicos.

Relatórios e Painéis: O módulo deverá ser compatível com Power BI para emissão de relatórios e painéis com dados.

Controles Específicos: Deverá possuir controle específico para chamadas públicas da Lei 13019/2014 e para processos de adesão de atas de registro de preço.

Flexibilidade: O sistema deverá possibilitar ajustes sem custo, de acordo com leis e decretos municipais.

Módulo de contratos do Sistema de Suprimentos

O Módulo Contratos do Sistema de Suprimentos deverá oferecer as seguintes funcionalidades:

Gestão de Contratos: O sistema deverá permitir o cadastro e gerenciamento completo dos contratos de licitações, incluindo publicações, aditivos, reajustes e controle de vigência. Deverá emitir alertas de término de vigência e possibilitar a execução da liberação da diferença reservada entre o valor vencido e o estimado.

Registro de Alterações Contratuais: O módulo deverá permitir o registro de rescisões contratuais, identificação de aditivos (acréscimo, diminuição, equilíbrio, rescisão), e registro de apostilas para variações de valor ou alterações orçamentárias.

Controle e Monitoramento: Deverá controlar automaticamente o vencimento dos contratos, enviando e-mails aos colaboradores responsáveis. Permitirá a definição de gestores/fiscais para acompanhamento da execução contratual.

Cadastro e Controle de Fornecedores: O sistema deverá permitir o registro detalhado de fornecedores, emissão de Certificado de Registro Cadastral, controle de documentação e validade, registro de suspensões/impedimentos, e cadastro de responsáveis legais e índices contábeis.

Emissão de Documentos: Deverá possibilitar a emissão de atestados de capacidade técnica, ordens de compra (ordinária, global ou estimativa), e relatórios gerenciais diversos.

Integração e Controle Orçamentário: O módulo deverá permitir a integração com o sistema contábil, possibilitando o parcelamento de ordens de compra e o empenhamento das parcelas. Deverá também permitir o controle de retenções e descontos nas ordens de compra.

Consultas e Exportação de Dados: Deverá possibilitar consultas detalhadas sobre o recebimento de ordens de compra, débitos de fornecedores, e permitir a exportação de arquivos para prestação de contas de acordo com as regras vigentes.

Integração com Portais Governamentais: O sistema deverá se vincular ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), garantindo a conformidade com as exigências legais mais recentes.





PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Estas funcionalidades visam proporcionar uma gestão eficiente e completa dos contratos e fornecedores, garantindo o cumprimento das normas legais e a transparência nos processos de contratação pública.

Módulo de Patrimônio do Sistema de Suprimentos

O Módulo Patrimônio do Sistema de Suprimentos deverá oferecer as seguintes funcionalidades:

Registro e Controle de Bens:

- Permitir o registro de inventários de bens
- Gerar etiquetas com códigos de barras
- Cadastrar bens móveis e imóveis, classificando por tipo de aquisição
- Importar dados de bens a partir de empenhos ou ordens de compra
- Relacionar automaticamente a conta contábil na incorporação do bem
- Permitir cadastro de diversos tipos de bens e campos personalizados
- Relacionar bens imóveis ao cadastro imobiliário
- Permitir recebimento de bens em grandes quantidades

Consulta e Visualização:

- Possibilitar visualização de bens sob responsabilidade do usuário
- Controlar estado de conservação e situação do bem
- Consultar bens por diversos critérios (código, localização, responsável, etc.)
- Visualizar bens que atingiram valor residual

Movimentação e Controle:

- Controlar movimentações físicas e financeiras dos bens
- Registrar depreciação, reavaliação e inventários
- Permitir transferência de bens entre entidades
- Possibilitar controle por unidade gestora

Inventário:

- Cadastrar comissões para realização de inventários
- Atualizar inventário por grupos (repartição, responsável, conta contábil, etc.)
- Permitir transferência automática de bens durante inventário
- Emitir relatórios de inconsistências e termos de abertura/fechamento

Integração e Relatórios:

- Integrar com sistemas de Contabilidade, Compras, Almoxarifado, Frotas e Tributário
- Emitir relatórios operacionais, estatísticos e de manutenções
- Permitir consulta de lançamentos contábeis através do gerenciamento do bem
- Gerar termos de responsabilidade e baixa patrimonial

Funcionalidades Adicionais:

- Realizar cálculo automático de depreciação mensal
- Permitir avaliações patrimoniais a partir de fórmulas cadastradas
- Possibilitar solicitação de transferência de bens com notificações
- Emitir notificações sobre inclusão de bens ao patrimônio

Este módulo visa proporcionar um controle eficiente e detalhado do patrimônio da instituição, facilitando o gerenciamento, a localização e a prestação de contas dos bens patrimoniais.

Módulo almoxarifado do Sistema de Suprimentos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

O Módulo Almoxarifado do Sistema de Suprimentos deverá oferecer as seguintes funcionalidades:

Controle de Movimentação:

- Gerenciar toda movimentação de estoque (entrada, saída e transferência de materiais)
- Atualizar automaticamente o estoque conforme movimentações
- Gerenciar saídas por meio de requisições, anulando quantidades indisponíveis e sugerindo quantidades disponíveis

Gestão de Estoque:

- Permitir definição de limites mínimos de saldo físico de estoque
- Possibilitar estipulação de cotas de consumo por departamento
- Consultar últimas aquisições com informações de preços para estimativa de custo
- Gerenciar necessidade de reposição de materiais, integrando com sistema de compras

Integração com Compras:

- Integrar com sistema de compras para realização de entradas de materiais
- Importar dados de ordens de compra ou notas fiscais
- Acessar informações de centro de custos, materiais e fornecedores

Requisições e Atendimentos:

- Permitir realização de requisições/pedidos de materiais
- Controlar pendências de pedidos
- Possibilitar atendimento parcial de requisições, mantendo controle do saldo não atendido

Cálculos e Atualizações:

- Calcular automaticamente o preço médio dos materiais
- Atualizar preço médio a cada entrada de produto em estoque

Inventário e Bloqueios:

- Registrar abertura e fechamento de inventários, bloqueando movimentações durante o processo
- Permitir bloqueios por depósito, produto ou produto do depósito

Consultas e Relatórios:

- Consultar dados de vencimento do estoque
- Emitir relatórios de ficha de controle de estoque, entradas e saídas de materiais, financeiro do depósito, resumo anual, controle de validade de lotes

Integração Contábil

- Integrar com a contabilidade, disponibilizando dados de entradas e saídas para contabilização

Gestão Multi-almoxarifado:

- Permitir gerenciamento integrado de estoques em diversos almoxarifados/depósitos

Controle Temporal:

- Possuir registro de ano e mês, com rotina de virada mensal para atualização

Este módulo visa proporcionar um controle eficiente e detalhado do almoxarifado, facilitando a gestão de estoques, requisições, movimentações e integrando-se com outros módulos do sistema para uma gestão completa dos suprimentos da instituição.

Módulo Frotas:



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

O Módulo Frotas do Sistema de Suprimentos deverá oferecer as seguintes funcionalidades:

Cadastro e Registro:

- Permitir o cadastro detalhado de veículos, incluindo informações como RENAVAN, espécie, ano, combustível, capacidade do tanque, etc.
- Possibilitar o registro de ocorrências e avarias dos veículos
- Controlar débitos dos veículos (licenciamento, seguro obrigatório, multas)

Gestão de Gastos e Manutenção:

- Gerenciar todos os gastos do veículo, integrando com sistemas de almoxarifado e compras
- Controlar trocas de bateria, pneus e outras manutenções
- Permitir o lançamento e emissão de autorizações de abastecimento e ordens de serviço

Controle de Movimentação:

- Possuir agenda por veículo, departamento e motorista
- Registrar entrada e saída de veículos do pátio, controlando horários e quilometragem
- Permitir o cadastro de rotas e controle de rotas fixas

Gestão de Combustível:

- Cadastrar bombas de combustíveis e controlar entrada e saída
- Possibilitar consulta ao combustível disponível proveniente de licitação
- Controlar estoque próprio de combustível

Integração e Anexos:

- Manter integração com o cadastro de bens patrimoniais
- Permitir inclusão de anexos ao cadastro do veículo (fotos, documentos, multas, etc.)

Controle de Motoristas:

- Possuir cadastro de motoristas integrado com recursos humanos
- Validar carteira de motorista, impedindo uso de CNH vencida
- Controlar pontuação de motoristas conforme legislação

Multas e Infrações:

- Possuir tabela com tipos de infração conforme CTB
- Gerenciar multas de trânsito, permitindo registro de pagamentos

Relatórios e Consultas:

- Emitir relatórios de despesas por diversos agrupamentos
- Permitir consultas de manutenções, taxas e ocorrências
- Controlar consumo de combustível e média por veículo

Exportação de Dados:

- Permitir exportação de arquivos para prestação de contas, conforme regras vigentes

A importância dos módulos que compõem o Sistema de Suprimentos reside na sua capacidade de integrar e otimizar todos os processos relacionados à gestão de recursos materiais e patrimoniais da instituição. O Módulo de Compras e Licitações assegura a conformidade legal e a eficiência nas aquisições. O Módulo de Contratos garante o controle e acompanhamento das obrigações contratuais. O Módulo de Patrimônio permite o gerenciamento eficaz dos bens da instituição. O Módulo de Almoxarifado otimiza o controle de estoque e distribuição de materiais. Por fim, o Módulo de Frotas deverá proporcionar junto aos demais, uma gestão eficiente da frota de veículos. Juntos, esses módulos poderão



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

formular um sistema integrado que promove a transparência, o controle e a eficiência na gestão dos recursos públicos, fundamentais para uma administração pública moderna e responsável.

Módulo de Arrecadação:

O Módulo Arrecadação do Sistema de Arrecadação deverá oferecer um conjunto abrangente de funcionalidades para gerenciar eficientemente a arrecadação de tributos municipais. Este módulo deverá ser capaz de calcular todos os impostos ou taxas pertinentes a cada cadastro técnico, utilizando dados implantados na tabela de parâmetros, sem a necessidade de alterações nos programas de cálculo. Deverá permitir cálculos individuais ou gerais, bem como a configuração de diferentes tipos de juros (simples, composto, tabela price, tabela Selic, fixo) no financiamento de todos os tributos.

O sistema deverá possibilitar o cadastramento e manutenção de bancos, tributos, moedas e mensagens de carnês. Deverá permitir a configuração de parâmetros como valor da moeda de correção, multa e juros de mora pelo atraso de pagamentos. O módulo deverá propiciar que os débitos vencidos e não pagos sejam lançados para o módulo de dívida ativa, por meio de procedimento de inscrição.

No que diz respeito a parcelamentos e reparcelsamentos, o sistema não deverá gerar uma nova dívida específica, mas manter os históricos no próprio débito, acrescentando somente uma nova subdivida ao débito original. Em caso de estorno do parcelamento, deverá ser possível acrescentar nova sequência com o saldo restante, ou retornar para as subdividas de origem, caso não haja nenhuma parcela paga.

O módulo deverá permitir a emissão de certidões negativas de débitos, emissão de segunda via de guias de recolhimentos de tributos/taxas, e verificação de autenticidade de certidões emitidas online. Deverá possibilitar a digitação manual ou por meio de leitura de código de barras de carnês recebidos/devolvidos, informando o motivo da devolução, e permitir consulta posterior dos documentos devolvidos e entregues.

O sistema deverá possuir um Cadastro Único de Contribuintes Municipais, relacionando todas as propriedades que o mesmo possui (imóvel urbano, rural, sociedades em atividades comerciais, serviços, atividades profissionais, entre outros). Deverá permitir consultar os lançamentos que cada movimento gerou na Conta Corrente e na Razão da Conta-Corrente, bem como oferecer consultas totalizadas por data, contribuinte e tributo de todo o Município. O módulo deverá contar com um Cadastro Geral do Contribuinte no Município (CGM), contendo os dados pessoais, numeração sequencial, identificação de tipo de registro (físico, jurídico, entre outros), campos para cadastramento de estrangeiros (documento, país, entre outros, neste caso não é necessário validar CPF), considerando tabela de código de rua do município e sem restrições para residentes fora do Município.

O sistema deverá permitir a impressão de carnê com código de barras padrão FEBRABAN, a emissão de certidão negativa, positiva, e positiva com efeito de negativa de tributos municipais, e a emissão de GUIA única de IPTU, ISS e taxas, com os devidos descontos conforme a legislação. As guias de pagamento deverão possuir data limite válida para pagamento, acréscimos legais (juros, multa e correção monetária), desconto, além de estar associada a um código único de baixa ("Nosso Número").

O módulo deverá realizar cálculo de restituição parcial do débito, conforme decisão exarada, e unificar, em um único lançamento, todos os tributos (impostos e taxas). Deverá possuir uma



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

tela de atendimento ao contribuinte que possibilite maior agilidade no atendimento ao cidadão, contendo opções para visualização de lançamentos, débitos, pagamentos, parcelamentos e processos.

O sistema deverá possibilitar efetuar as baixas de pagamento dos débitos de qualquer origem tributária, automaticamente e de forma centralizada, através dos movimentos de arrecadação fornecidos pelos Bancos, realizando diferenciação entre data de pagamento e data de baixa. Deverá efetuar registro e controle das diferenças de pagamento de forma automática e centralizada, com possibilidade de lançamento complementar da diferença (quando recolhimento a menor), para o contribuinte ou para o banco responsável pelo recolhimento.

O módulo deverá realizar controle das baixas de pagamento por lote e impossibilitar qualquer alteração no lote de pagamento, a partir do momento que a contabilidade tiver realizado os devidos lançamentos de receita. Deverá possibilitar a emissão de guia de recolhimento com diversos tipos de modelos, obedecendo às regras exigidas no convênio bancário.

O sistema deverá possibilitar cadastrar várias moedas, tendo a facilidade de cadastramento de valores de indexadores para intervalos de datas, e possibilitar o cadastro de dias não úteis para fins de cálculo de atualização monetária. Deverá propiciar que na consulta de extrato de débitos seja pesquisado de forma individual por contribuinte, por cadastros (imobiliário e econômico), permitindo realizar as ações de emitir a guia de recolhimento, parcelar, cancelar parcelamentos, pagar por cartão de crédito (com a possibilidade integração total com o Sistema), bem como a impressão do relatório em layout totalmente configurável.

O módulo deverá possibilitar a classificação das receitas tributárias, informando as movimentações executadas (lançamento, pagamento, remissão, restituição, cancelamento, imunidade, isenção, descontos) disponibilizando as informações para o sistema de contabilidade municipal. Deverá gerenciar todo conjunto de fórmulas relativas ao cálculo dos tributos controlados pelo sistema, de forma parametrizada.

O sistema deverá permitir o cancelamento, estorno, suspensão, remissão de qualquer receita com inclusão do motivo e observação pertinente ao ato, relacionando com um protocolo. Deverá possibilitar simulações de lançamentos de qualquer receita, não interferindo nos lançamentos que estão ativos a partir da simulação pode-se efetivar o respectivo lançamento. O módulo deverá permitir configurar diversos tipos de isenções bem como a identificação da receita que poderá ser isenta, registrar e/ou alterar informações cadastrais com base em julgamento de processos de isenção, e possibilitar realização de recálculos de lançamentos sempre que necessário.

O sistema deverá permitir a geração de arquivos contendo informações de boletos bancários para pagamentos para serem impressos por terceiros, possibilitar definir a quantidade de tributos necessários para o cálculo de qualquer taxa ou imposto realizada pelo município, e permitir que no ato do lançamento de um crédito tributário possa ser optado entre qual a forma de pagamento desejada para pagamento, como principal.

O módulo deverá permitir que na inscrição dos débitos de IPTU e Taxas em Dívida Ativa sejam transferidos os demais proprietários do imóvel como coproprietários do débito em dívida ativa. Deverá propiciar que a inscrição em dívida ativa seja realizada por tributo do lançamento ou até mesmo agrupada em apenas um único lançamento em dívida, várias parcelas vencidas do exercício, possibilitando a configuração distinta conforme a classificação do débito.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

O sistema deverá propiciar que na transferência para dívida seja cobrada uma taxa por Inscrição na dívida ativa, podendo ser percentual ou valor. Deverá possibilitar que o lançamento de um crédito tributário seja considerado o desconto diferenciado, ou seja, um desconto reduzido para contribuintes que possuem débitos vencidos junto ao município.

O módulo deverá possibilitar configurar um valor mínimo para o lançamento de um crédito tributário de acordo com cada classificação, permitindo informar um valor mínimo para o total do débito e também por parcela. Deverá possibilitar classificar o tributo entre imposto, contribuição de melhoria e taxa.

O sistema deverá possibilitar definir forma de cálculo de correção, multa e juros onde seja permitido informar a data de início para a regra de cálculo bem como, definir a forma de cálculo antecessora. Deverá conter histórico de todo o processamento de arquivos magnéticos que contém informações dos pagamentos realizados, podendo inclusive fazer download do arquivo e consultar suas críticas a qualquer momento.

O módulo deverá possibilitar que o cálculo dos créditos tributários como IPTU e ISS, seja feito de forma simulada, enquanto estiver simulado não está disponível para o contribuinte, sendo necessária a efetivação do processo de cálculo quando estiver conferido e liberado ao contribuinte. Deverá possibilitar que um processo de cálculo de crédito tributário que esteja como simulado possa ser excluído do sistema para realização de um novo cálculo.

O sistema deverá disponibilizar consulta da movimentação tributária para confrontar com os valores contabilizados, permitindo filtrar por período, bem como exibir os valores de forma detalhada para conferência, entre reconhecimento de receita, valores pagos, pagos a maior, pago a menor, pagos duplicados, descontos, cancelamentos, isenções, remissões, prescrições, dação em pagamento, restituições e compensações.

O módulo deverá possibilitar que a prorrogação de vencimento de um débito seja realizada de forma individual, por receita e suas classificações ou por período de vencimento. Deverá possibilitar que o contribuinte solicite isenção para um crédito tributário via portal, onde que o contribuinte será isento do pagamento das taxas de expediente para emissão do carnê.

O sistema deverá possibilitar que o processo de efetivação de isenção para os contribuintes isentos de taxa de expediente seja de forma geral, bem como deverá enviar e-mail a cada um dos contribuintes informando-os que o processo foi deferido e o carnê já está disponível para impressão. Deverá possibilitar realizar compensação de valores, sendo que os créditos pagos a maior, pagos duplicados ou até pagos de forma equivocada possam ser compensados com outros créditos do mesmo contribuinte que estejam em aberto, podendo compensar o crédito em aberto em sua totalidade ou não.

O módulo deverá possibilitar que o contribuinte solicite restituição dos valores pagos a maior, pagos duplicados, ou pagos indevidos. Deverá possibilitar que no momento do recálculo de um crédito tributário onde esteja parcialmente pago e o valor apurado no recálculo seja menor que o valor já pago, esteja disponível para o contribuinte optar entre restituir o valor pago a maior, ou compensar com algum crédito em aberto do mesmo.

O sistema deverá possibilitar que nos créditos tributários que forem lançados com mais de uma forma de pagamento, seja possível realizar agendamento de opção para cada uma das formas de pagamento. Deverá possibilitar que os carnês impressos para determinado convênio estejam disponíveis para envio do arquivo com o registro do boleto impresso ao



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

banco que o boleto foi gerado, estando disponível o envio por arquivo "txt" e de forma automática por WebService.

O módulo deverá possibilitar que a cada cálculo de tributo realizado possa ser visualizado a rota de cálculo, ou seja, visualizar o fluxo de cálculo seguido durante cada cálculo para fins de verificações e conferência de cálculo. Deverá permitir efetuar lançamento de um crédito tributário para contribuinte cujo CPF/CNPJ seja inválido.

O sistema deverá possibilitar definir desconto para emissão de guia unificada, podendo conceder desconto na multa ou juros. Deverá permitir exigir agrupamento na emissão de guia unificada, onde que, só pode ser emitido à guia unificada para o conjunto de classificação que o contribuinte possuir créditos em aberto.

O módulo deverá possibilitar que na validação para emissão de Certidão Negativa de débitos sejam considerados os sócios quando forem empresa, os responsáveis do cadastro quando for imóvel e o corresponsável do débito quando for dívida ativa. O sistema informatizado deverá fazer a inicialização de exercício, que compreende em numeração sequencial de processos, parâmetros de cálculos, parâmetros de planejamento, de forma automática assim que chegar o primeiro dia do novo ano.

O sistema deverá conter gráfico com a arrecadação por receita onde os valores sejam exibidos em tempo real, permitindo comparar com a arrecadação ano a ano. Deverá conter gráfico com a arrecadação mês a mês, onde os valores sejam exibidos em tempo real, permitindo comparar com a arrecadação ano a ano. Deverá conter gráfico com a arrecadação anual, listando informações em tempo real, exibindo no mínimo os últimos cinco anos.

O módulo deverá possibilitar que a baixa de arquivos de arrecadação fornecidos pelos bancos seja efetuada em segundo plano, apenas notificando o usuário sobre o andamento e finalização do processo. Na consulta de débitos em aberto do contribuinte, cadastro imobiliário e cadastro mobiliário deverá exibir separadamente os débitos que estão em cobrança administrativa, judicial, cartório, negativada e transacionada, bem como débitos parcelados administrativos, parcelados judiciais, parcelados em cartório e parcelados transacionados.

O sistema deverá possibilitar que seja realizado suspensão, cancelamento e prescrição de débitos de forma automática, onde apenas são configurados parâmetros e o software de tempo em tempo executa os procedimentos, enviando notificação e e-mail a usuários configurados. Deverá propiciar visualização em forma de gráfico os valores lançados e pagos por subdivisão CNAE, e propiciar visualização em forma de gráfico os tributos mais arrecadados, em exercício e dívida.

O módulo deverá, ao calcular o valor atualizado de um débito de forma isolada, exibir qual parâmetro foi utilizado para cálculo de correção, multa e juros. Deverá conter relatório que liste a Receita Própria, agrupada por Ano e Receita mês a mês. Deverá possibilitar emissão de posição financeira dos débitos em aberto em determinado mês, estes valores devem levar em consideração os valores abertos no final do mês informado.

O sistema deverá propiciar a integração de todos os tributos com a contabilidade, registrando todas as movimentações efetuadas em algum tributo nas respectivas contas contábeis. Deverá possibilitar que no final de cada mês seja realizada integração dos saldos de tributos em aberto na arrecadação com as respectivas contas contábeis de reconhecimento de receita.





PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

O módulo deverá possibilitar que seja emitida Certidão Positiva com efeito Negativa, para contribuintes que possuir débitos parcelados, com situação a vencer, sendo débitos em exercício ou em dívida ativa. Deverá efetuar

Módulo de IPTU e Taxas:

O Módulo IPTU, Intervivos e Taxas do Sistema de Arrecadação deverá oferecer um conjunto abrangente de funcionalidades para gerenciar eficientemente os cadastros imobiliários e a arrecadação de tributos relacionados. Este módulo deverá apresentar as seguintes características e capacidades:

O sistema deverá permitir o cadastramento detalhado de bairros, logradouros, planta de valores, loteamentos, condomínios, contribuintes, edifícios e zoneamentos. No cadastro de logradouros, deverá ser possível relacioná-los com todos os bairros por onde passam, utilizando esta informação para consistência de entrada de dados cadastrais no cadastro imobiliário.

O módulo deverá possibilitar consultas avançadas por meio de nome, parte do nome, cadastro, inscrição, logradouros e CPF/CNPJ, com diversos comparadores como igual, diferente, entre, contém, não contém, contido, não contido, maior, maior ou igual, menor, menor ou igual, inicia com, termina com. Deverá permitir manter um histórico de alterações que possibilite sua consulta, incluindo a emissão de um espelho das informações do cadastro imobiliário, com opção para que os espelhos das informações sejam referentes a uma data/hora retroativa.

O sistema deverá possibilitar o cadastro de mais de um contribuinte por imóvel, de acordo com sua respectiva fração ideal ou percentual, e manter o histórico dos valores calculados de cada exercício. Deverá possibilitar a cobrança ou não da taxa da coleta de lixo para cada unidade imobiliária, conforme a utilização da edificação.

O módulo deverá permitir o cadastramento imobiliário rural, com campos configuráveis conforme boletim cadastral da prefeitura, incluindo a possibilidade de informar seus responsáveis e demais proprietários do imóvel. Deverá ainda possibilitar que sobre o mesmo incida o Imposto de Transmissão Inter Vivos, nos casos especificados em Lei.

O sistema deverá possibilitar que a planta de valores seja configurável, baseada no boletim de cadastro e na localização do imóvel, e permitir a configuração do valor mínimo do débito e da parcela. Deverá permitir controlar a entrega e devolução dos carnês de IPTU, e possibilitar a configuração de desconto de pagamento à vista do IPTU de modo diferenciado para os contribuintes inscritos em dívida ativa.

O módulo deverá permitir prorrogar os vencimentos sem cobrança de multa e juros individualizada por cadastro, receita ou forma de pagamento. Deverá controlar as vistorias executadas nos imóveis, identificando o grupo de fiscal que realizou a vistoria.

O sistema deverá permitir informar endereço de correspondência com opções como endereço alternativo, contribuinte, responsável, imóvel, imobiliárias. Não deverá permitir cadastrar endereço do imóvel sem relacionamento entre o logradouro e bairro, permitindo o relacionamento do mesmo durante o cadastramento do endereço do imóvel se necessário.

O módulo deverá permitir configurar novas informações no cadastro de seções, adicionando novos serviços ao trecho de logradouro, sem necessidade de contratação de serviço de customização. Deverá possibilitar ao servidor incluir novas informações cadastrais imobiliárias



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

para controle, por configuração, sem necessidade de contratação de serviços de customização.

O sistema deverá demonstrar mensagem de erro se o servidor incluir ou alterar cadastro imobiliário e cadastro de seções incompatível com o cadastro de logradouros. Deverá permitir acesso a informações sobre logradouros/trechos e bairros existentes no ato de inclusão do cadastro ou sua alteração.

O módulo deverá permitir desabilitar determinadas informações do cadastro imobiliário conforme a necessidade do cliente, e permitir relacionar qualquer arquivo ao cadastro imobiliário de forma individual e geral. Deverá demonstrar no cadastro imobiliário a data e o nome do usuário que realizou a última alteração no respectivo cadastro.

O sistema deverá possibilitar realizar o desmembramento e o remembramento de imóveis, permitindo que os campos que compõem a inscrição imobiliária sejam configuráveis, podendo alterar a ordem, tamanho e a descrição dos campos. Estes campos devem permitir a inclusão de informações alfanuméricas, caso seja necessário.

O módulo deverá possibilitar o vínculo do cadastro único de pessoas ao conselho de classe do CRECI, assim relacionando as Imobiliárias com os imóveis, para permitir a emissão de carnês IPTU por imobiliária. Deverá permitir alterar a situação cadastral do imóvel para no mínimo as seguintes situações: Ativo, Desativado e Suspenso.

O sistema deverá possibilitar escolher um cadastro para replicar as informações em um novo cadastro, copiando todas as suas informações, optando entre quais informações da inscrição imobiliária deve ser replicado e a quantidade de cadastros para criação. Deverá vincular o protocolo de solicitação para alteração de qualquer dado cadastral relacionado ao cadastro imobiliário após concluir as alterações.

O módulo deverá possibilitar que sejam configurados quais os tipos de débitos que serão transferidos no momento da transferência manual de proprietário do imóvel. Deverá possibilitar autorização de usuário supervisor para realizar alteração de cadastros que possuem débitos vencidos junto à secretaria de finanças do município.

O sistema deverá possibilitar visualizar os alvarás com data de validade expirada para os cadastros imobiliários ativos, e possibilitar definir imóveis bloqueados, onde que só poderá ser alterado qualquer dado cadastral com autorização de usuário supervisor.

O módulo deverá possibilitar vincular o tabelionato responsável pela região que está localizado cada imóvel, relacionar os zoneamentos do imóvel, e inserir de forma manual informação referente ao histórico do cadastro imobiliário.

O sistema deverá possibilitar geração de notificação de débitos para cadastros imobiliários com créditos vencidos, permitindo realizar filtros por bairro, responsável pelo cadastro, período de vencimento dos créditos, quantidade de parcelas em atraso, valor mínimo e máximo do débito. Deverá possibilitar geração de aviso de débitos para cadastros imobiliários com créditos vencidos, com os mesmos filtros.

O módulo deverá possibilitar exportação de dados para impressão de aviso de débitos e notificação de débitos em empresa previamente habilitada para realização dos serviços de impressão pela entidade municipal. Deverá possibilitar geração de notificação cadastral para imóveis que estiverem com irregularidades cadastrais.

O sistema deverá possibilitar que a geração do aviso de débitos, notificação de débitos e notificação cadastral sejam enviadas para a imobiliária responsável pelo imóvel. Deverá



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

possibilitar emissão de comparativo de valores calculados entre exercícios diferentes, podendo realizar filtro por percentual de diferença através dos valores venais e algum dos tributos lançados.

O módulo deverá possibilitar geração de arquivo para cobrança dos créditos tributários relacionados ao imóvel para cobrança na modalidade débito em conta. Deverá propiciar visualização em forma de gráfico, a situação do IPTU do Exercício onde deve exibir dentre o valor total lançado de IPTU, separando por situação, o valor de cada situação e o valor correspondente.

O sistema deverá possibilitar unificar registros duplicados do cadastro de seção, e possibilitar que na rotina de cálculo de IPTU e Taxas seja possível definir um valor mínimo de determinado tributo calculado. Deverá possibilitar realizar Alterações nos cadastros imobiliários e de seções de forma Geral.

O módulo deverá possibilitar exportar Dados para empresas de Georreferenciamento, e permitir informar o posicionamento geográfico do endereçamento do cadastro imobiliário, com opção de buscar e visualizar as coordenadas geográficas por meio de mapa. Por fim, deverá permitir Desmembrar ou Remembrar imóveis.

Módulo ITBI e Taxas:

O Módulo ITBI e Taxas do Sistema de Arrecadação deverá oferecer um conjunto abrangente de funcionalidades para gerenciar eficientemente os processos de transferência de propriedade e cobrança de impostos relacionados. Este módulo deverá apresentar as seguintes características e capacidades:

O sistema deverá possibilitar o lançamento de processos de transferência de proprietário para imóveis, permitindo que em um único processo seja transferido o terreno e todas as unidades que pertencem ao mesmo. Deverá propiciar o cálculo atualizado dos valores venais de cada unidade no momento do lançamento do processo de transferência.

O módulo deverá permitir a utilização de múltiplas alíquotas para apurar o valor do imposto a ser pago pela transferência do imóvel. Deverá manter um histórico detalhado de transmissão de propriedade dos imóveis, incluindo data, comprador, vendedor e valor da transação.

O sistema deverá incluir um cadastro de Imóvel Rural para emissão de guia de ITBI rural, e possibilitar a transferência de um proprietário para vários adquirentes. Deverá permitir a atualização do endereço de entrega para correspondências dos imóveis envolvidos na transferência.

O módulo deverá possibilitar que cartórios autorizados possam gerar processos de transferência de imóveis, para posterior análise e deferimento por fiscal capacitado na prefeitura. Deverá permitir a geração de laudos de transferência de imóveis, contendo detalhes dos imóveis, vendedores, compradores e alíquotas aplicadas.

O sistema deverá possibilitar a configuração de índices de reajuste para valores venais prediais e territoriais, visando o cálculo de plantas de valores desatualizadas. Deverá permitir a emissão do laudo do processo de transferência e o código de barras para pagamento do imposto no mesmo documento.

O módulo deverá permitir o lançamento de processos de transferência com situação isenta e a impressão da declaração de quitação do ITBI para processos com lançamento tributário pago. Deverá possibilitar a transferência automática de proprietário ao efetuar a baixa de arquivo magnético de pagamento da guia de ITBI.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

O sistema deverá permitir o bloqueio de novos processos de transferência para imóveis inadimplentes com o município. Deverá possibilitar a informação manual de valores venais territoriais e prediais para cada unidade envolvida no processo de transferência.

O módulo deverá propiciar a realização de transferências parciais, onde um proprietário pode transferir apenas um percentual da sua propriedade. Deverá permitir o cadastro de preços médios praticados em determinados logradouros e o cadastro de tabelionatos com relação de usuários.

O sistema deverá possuir um cadastro de alíquotas do ITBI, permitindo alíquotas diferenciadas para processos online. Deverá permitir a inclusão do ITBI online pelos tabelionatos para imóveis urbanos e rurais, com opção de adicionar anexos.

O módulo deverá permitir a configuração do método de inclusão do ITBI online, com opções de inclusão por valor venal automático ou do tipo prévia, necessitando análise para liberação. Deverá possibilitar a impugnação do ITBI online, com campos para novo valor, justificativa e anexos.

O sistema deverá oferecer consulta interna dos ITBIs com opção de filtrar e diferenciar os online dos internos. Deverá permitir que usuários de tabelionatos consultem apenas os processos relacionados ao seu tabelionato, com possibilidade de impressão.

O módulo deverá possibilitar a retificação de ITBIs com situação transferida, gerando um novo ITBI e permitindo a emissão de guia retificadora. Deverá possuir Gadgets dos processos de ITBI online para facilitar análise e liberação.

O sistema deverá permitir a configuração de cancelamento automático de ITBIs vencidos após um número determinado de dias, com opção de relacionar um motivo padrão de cancelamento. Na inclusão do ITBI, deverá permitir selecionar se o débito será gerado para o comprador ou para o vendedor.

Por fim, o módulo deverá permitir a emissão da Certidão de Isenção e Certidão de Imunidade, proporcionando uma gestão completa e eficiente dos processos relacionados ao ITBI e taxas associadas.

Módulo ISSQN e Taxas:

O Módulo ISSQN e Taxas do Sistema de Arrecadação deverá oferecer um conjunto abrangente de funcionalidades para gerenciar eficientemente o cadastro mobiliário, o cálculo e a cobrança do ISSQN e taxas relacionadas. Este módulo deverá apresentar as seguintes características e capacidades:

O sistema deverá possuir controle gerencial das empresas optantes pelo Simples Nacional, gerenciando a empresa matriz e suas filiais. Deverá permitir o cadastro e consulta dos estabelecimentos vistoriados, incluindo a data de vistoria, e a emissão de certidões de inscrição, baixa e atividade referentes ao cadastro mobiliário.

O módulo deverá possibilitar a administração de informações sobre o cadastro de pessoas jurídicas e físicas que exercem atividades no território do Município, permitindo que o cadastro mobiliário (econômico) possa funcionar referenciando ao cadastro imobiliário. Deverá possibilitar o cadastro e controle de sócios, de acordo com suas cotas e ações, controlando o percentual correspondente a cada um.

O sistema deverá manter um histórico das informações do cadastro econômico-fiscal com todas as alterações, desde a data de início da atividade. Deverá permitir configurar o valor



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

mínimo do débito e da parcela no cálculo dos lançamentos para o mobiliário, e controlar a entrega e devolução dos carnês de ISS e taxas mobiliárias.

O módulo deverá possibilitar o controle e gerenciamento dos alvarás de localização e de vigilância sanitária, bem como o recolhimento de valores. Deverá oferecer consultas avançadas por diversos critérios, como nome, cadastro, CPF/CNPJ, atividade, entre outros, com diversos comparadores.

O sistema deverá estar adequado à Lei Complementar nº 116/03 e permitir a diferenciação das microempresas e empresas de pequeno porte. Deverá conter programas para gestão do cadastro econômico-fiscal, cálculo e lançamento do ISSQN, MEI e Taxas de Licença.

O módulo deverá permitir o cálculo e lançamento do ISSQN Fixo Anual, ISSQN Estimativa Fiscal, ISSQN sujeito a homologação, e diversas taxas. Deverá possuir rotina para geração automática e parametrizada do lançamento do ISS e Taxas, e possibilitar a configuração de desconto de pagamento à vista.

O sistema deverá gerenciar as diversas atividades desempenhadas pelo contribuinte, controlar as vistorias executadas nas empresas, e permitir o relacionamento do cadastro de atividades com a tabela de CBO para identificação dos autônomos.

O módulo deverá permitir informar endereço de correspondência com diversas opções, gerenciar as operações da situação cadastral mobiliária, e verificar a existência de débitos anteriores na inclusão dos integrantes do quadro societário das empresas.

O sistema deverá permitir informar o posicionamento geográfico do endereçamento do cadastro econômico, configurar informações referentes ao cadastro de atividades, e possibilitar que o usuário configure novas informações vinculadas ao cadastro econômico-fiscal.

O módulo deverá permitir o cadastro das atividades no padrão CNAE, possibilitar a emissão de alvarás de funcionamento, e gerenciar cadastros mobiliários provisórios. Deverá possibilitar informar alerta de débitos vencidos, gerar notificações e avisos de débitos, e permitir a geração de arquivo com empresas que possuem débitos no município.

O sistema deverá propiciar visualizações em forma de gráfico das empresas por regime tributário e por subdivisão CNAE. Deverá possibilitar que o cadastro de nova empresa seja feito de maneira integral online, desde a consulta prévia até a efetivação do cadastro.

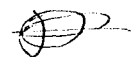
O módulo deverá possibilitar a integração dos pareceres para consultas prévias com o zoneamento da localização, permitir que o contador responsável pela empresa possa solicitar protocolos e emitir segunda via de boletos, e possibilitar a realização de alterações nas características das atividades de forma geral.

O sistema deverá possibilitar o gerenciamento de anexos vinculados ao cadastro econômico, possuir campo separado para informações de área (m²), e possibilitar a integração com o Sistema Empresa Fácil Paraná ou outro que o substitua.

Módulo ISS de Bancos:

O Módulo ISS Bancos, como parte integrante do Sistema de Arrecadação, deverá oferecer um conjunto abrangente de funcionalidades para gerenciar eficientemente a declaração e arrecadação do ISS das instituições financeiras. Este módulo deverá apresentar as seguintes características e capacidades:

O sistema deverá permitir a manutenção dos planos de contas das instituições financeiras, disponibilizando-os para os funcionários do município e para os responsáveis pelas





PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

declarações das instituições financeiras. Os funcionários municipais deverão ter acesso a todos os planos de contas, enquanto os responsáveis pelas declarações terão acesso apenas ao plano da sua respectiva instituição.

O módulo deverá possibilitar que as instituições financeiras cadastrem suas contas, incluindo informações como número da conta, nome, descrição, código COSIF vinculado e código da atividade correlacionada. Deverá também oferecer uma sistemática para que os bancos possam cadastrar as contas através da importação de arquivos, utilizando um layout disponibilizado pela licitante.

O sistema deverá permitir o lançamento via Plano de Contas COSIF e Plano de Contas de cada Instituição Financeira, assegurando que ambos estejam correlacionados com os códigos de serviço pertinentes. Deverá possibilitar a importação da Declaração de Instituições Financeiras (DESIF), com obrigatoriedade do grupo contábil 7.0.0.00.00-9 e, se aplicável, do grupo 8.0.0.00.00-6, em conformidade com a legislação municipal vigente e no padrão ABRASF.

O módulo deverá permitir a importação de arquivos de Informações Comuns aos Municípios, incluindo o Plano Geral de Contas Comentado (PGCC) e a Tabela de Tarifas da Instituição Financeira quando obrigatório, no padrão ABRASF. Deverá também possibilitar a importação de arquivos de apuração mensal do ISSQN, discriminando a identificação da dependência, o demonstrativo da apuração da receita tributável e do ISSQN mensal devido por subtítulo, e o demonstrativo do ISSQN mensal a recolher.

O sistema deverá permitir o cruzamento entre as contas declaradas pela Instituição Financeira e os demonstrativos contábeis (Balancete Analítico), apontando eventuais divergências entre os valores. Deverá possibilitar a verificação da arrecadação mensal e anual por conta COSIF das Instituições Financeiras sediadas no município.

O módulo deverá oferecer a consulta do Plano Geral de Contas Comentado de utilização atual e de utilizações anteriores. Deverá permitir a importação de arquivo com as informações do demonstrativo das partidas contábeis (Partidas Dobradas) e possibilitar a consulta do Balancete Analítico por cadastro econômico, CPF/CNPJ da instituição financeira e pela data da importação.

Estas funcionalidades visam proporcionar um controle eficiente e preciso da declaração e arrecadação do ISS das instituições financeiras, facilitando o processo tanto para o município quanto para as instituições declarantes. O sistema deve garantir a conformidade com as normas vigentes, incluindo o padrão ABRASF, e oferecer ferramentas robustas para análise e verificação das informações declaradas.

Módulos de Receitas diversas e Contribuição de Melhoria:

O Módulo Receitas Diversas do Sistema de Arrecadação deverá oferecer um conjunto abrangente de funcionalidades para gerenciar eficientemente a cobrança de tarifas e taxas diversas no município. Este módulo deverá apresentar as seguintes características e capacidades:

O sistema deverá propiciar a configuração flexível da fórmula de cálculo de cada tarifa ou taxa a ser cobrada nas diversas secretarias e setores do município. Deverá permitir a emissão de guias de recolhimento em padrão bancário, com cálculo automático de acréscimos quando em atraso, possibilitando a configuração e emissão de diversos layouts.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

O módulo deverá conter um programa para que a Secretaria responsável configure os cálculos e defina os valores, permitindo que as secretarias afins possam cobrar os serviços sempre que solicitados. Deverá possuir tabelas parametrizáveis de valores, que permitam realizar o cálculo automaticamente de qualquer taxa controlada pelo sistema, previstos na legislação municipal, sem necessidade de digitação manual do valor final.

O sistema deverá possibilitar a extinção de débitos por serviços não realizados e permitir vincular qualquer receita ao cadastro imobiliário ou cadastro econômico. Deverá possibilitar a emissão de Nota Avulsa através da lista de serviço ou atividade econômica e o gerenciamento de solicitações de Trânsito.

O módulo deverá possibilitar a geração de notificações e avisos de débitos para contribuintes em atraso com determinado serviço, com opções de filtro por quantidade de parcelas em atraso, tipo de atraso e faixa de valor. Deverá permitir a exportação de dados para impressão de avisos e notificações por empresa habilitada.

O sistema deverá possibilitar a verificação de débitos do prestador e tomador de serviço na geração da Nota Avulsa, permitir definir limites de Nota Avulsa por prestador (mensal ou anual), e possibilitar a realização de deduções de INSS e IRRF referentes aos serviços prestados.

O Módulo Contribuição de Melhoria deverá permitir o cadastro de Melhorias e o relacionamento dos imóveis envolvidos. Deverá possibilitar a parametrização de todas as rotinas de cálculo conforme a obra, atendendo à legislação vigente.

O sistema deverá permitir a busca de informações do Cadastro Imobiliário para seleção dos imóveis, possibilitar o parcelamento e reparcimento de débitos com emissão dos respectivos termos, e permitir o relacionamento geral de todos os imóveis situados no endereço da obra.

O módulo deverá possibilitar o cálculo do pagamento da contribuição de melhoria de cada imóvel relacionado, conforme o fator de aumento no valor venal decorrente da realização da obra. Deverá permitir a impressão do edital de lançamento da contribuição de melhoria, incluindo o valor provável de valorização de cada imóvel beneficiado.

O sistema deverá possibilitar o cadastro dos tipos de obras, permitir a identificação e relacionamento de imóveis na obra de forma geral e individual, e permitir o cadastro de arquivos/imagens no cadastro da obra.

Estas funcionalidades visam proporcionar uma gestão eficiente e transparente das receitas diversas e contribuições de melhoria do município, facilitando o processo de cálculo, cobrança e acompanhamento destes tributos.

Módulo de integração com a Rede SIM:

O Módulo Integração com a Rede SIM do Sistema de Arrecadação deverá oferecer um conjunto abrangente de funcionalidades para gerenciar eficientemente a integração entre o município e as juntas comerciais do estado. Este módulo deverá apresentar as seguintes características e capacidades:

O sistema deverá permitir a integração completa de eventos relacionados às empresas com as juntas comerciais do estado por meio de WebService, seguindo o layout definido pela junta comercial. Esta integração deverá possibilitar, em tempo real, eventos como consulta locacional, baixa e alteração de empresas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

O módulo deverá possibilitar a definição e configuração de setores responsáveis pelas análises dos processos, permitindo definir o centro de custo padrão e usuários autorizados a analisar processos em cada setor. Deverá ser possível configurar métodos para liberação automática da viabilidade e da inscrição municipal, baseados nas atividades padrões CNAE e regras de zoneamento definidas no plano diretor municipal.

O sistema deverá permitir definir restrições ou exigências para cada atividade em determinados setores, validando automaticamente esses parâmetros e possibilitando a liberação e parecer automático ou o encaminhamento para análise setorial. Deverá ser possível definir o grau de risco em cada atividade, utilizando este atributo para validação do processo automático ou manual.

O módulo deverá permitir a definição de textos padrões (legislação) para envio automático como resposta do protocolo em caso de liberação automática da viabilidade. Quando não houver parâmetros suficientes para análise e liberação automática, o sistema deverá permitir a configuração da situação final da solicitação.

O sistema deverá estar totalmente integrado com o cadastro imobiliário municipal, permitindo utilizar parâmetros de imóvel para deferir ou indeferir protocolos automaticamente. Deverá possibilitar a configuração de análise automática da inscrição municipal para empresas do tipo MEI, sem validação de regras adicionais.

O módulo deverá permitir a configuração de tipos de empresa e graus de risco isentos de alvará. Deverá ser totalmente integrado com o sistema de cadastro Mobiliário Municipal e com o cadastro único de contribuintes, realizando atualizações cadastrais automáticas e incluindo novos cadastros quando necessário.

Para eventos de inscrição municipal com atributos que deferem automaticamente o processo, o sistema deverá gerar automaticamente a inscrição municipal com seu respectivo alvará. Deverá permitir a configuração de situações cadastrais padrões para diferenciar as empresas inseridas pela integração.

O sistema deverá gerar automaticamente as taxas e impostos necessários para empresas com inscrição municipal deferida, calculando valores proporcionais ao mês de abertura da empresa. Deverá também gerar automaticamente uma solicitação de acesso ao cidadão para emissão de notas fiscais eletrônicas.

O módulo deverá permitir a realização de baixa de empresa automática, gravando o histórico da empresa e possibilitando configurações de situação padrão da baixa. Deverá possibilitar a configuração de situação cadastral específica para suspensão temporária das atividades da empresa.

O sistema deverá possuir rotinas para gerenciar e consultar todos os processos de viabilidade de empresa, demonstrando dados detalhados do protocolo e permitindo a filtragem para emissão de relatórios gerenciais. Deverá dispor de uma linha do tempo em cada protocolo para demonstrar o histórico do processo de forma clara e objetiva.

O módulo deverá permitir adicionar anexos em cada processo e possuir rotinas para gerenciar e consultar os processos provenientes de atualização de dados da empresa, legalização e baixa de empresa. Deverá possibilitar a impressão individual do espelho de cada processo e a consulta dos logs de requisições com a junta comercial.

O sistema deverá enviar automaticamente a resposta da solicitação para a junta comercial quando deferida ou indeferida. Na análise manual, deverá possibilitar informar os documentos



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

que serão gerados na finalização do processo e conter rotinas de acesso rápido para visualização de dados cadastrais relevantes.

O módulo deverá possibilitar o relacionamento das atividades permitidas, permissíveis e proibidas em determinado zoneamento, a configuração do documento de alvará a ser gerado automaticamente e a configuração de e-mails a serem enviados em diferentes situações do processo.

O sistema deverá permitir a visualização da viabilidade relacionada a determinada inscrição municipal, o reprocessamento de solicitações, o download do XML da resposta e o reenvio de respostas em caso de erro. Deverá possibilitar a configuração para deferimento final automático quando todos os setores estiverem analisados.

O módulo deverá relacionar a informação do número de protocolo no cadastro mobiliário, possibilitar a configuração de execução de ações na baixa e inscrição automática, e realizar o registro de cada decisão utilizada para deferimento automático. Por fim, deverá possibilitar a diferenciação entre as solicitações e processos analisados automaticamente e manualmente.

Estas funcionalidades visam proporcionar uma gestão eficiente e integrada dos processos relacionados às empresas, facilitando a comunicação entre o município e as juntas comerciais, automatizando processos e garantindo maior controle e transparência nas operações.

Módulo Emissão de Dívida Ativa:

O Módulo Dívida Ativa do Sistema de Arrecadação deverá oferecer um conjunto abrangente de funcionalidades para gerenciar eficientemente todos os tributos inscritos em dívida ativa. Este módulo deverá apresentar as seguintes características e capacidades:

O sistema deverá conter recursos para administrar todos os tributos inscritos em dívida ativa, considerando sua origem (IPTU, ISSQN, Taxas, Contribuição de Melhoria e outros), no que se refere à inscrição e cobrança administrativa, judicial, cartório, negativada e transacionada. O módulo deverá permitir o controle e emissão dos livros de registro de dívida ativa, incluindo termos de abertura e encerramento e fundamentação legal. Deverá controlar, no registro das inscrições, o número e a folha em que cada inscrição se encontra no livro de registros.

O sistema deverá possuir meios para identificação automática dos parcelamentos em atraso, permitindo a seleção do número de parcelas atrasadas para filtro e cancelamento do parcelamento conforme a legislação municipal. Deverá requerer o contribuinte responsável pelo parcelamento no momento da efetivação no sistema.

O módulo deverá possibilitar a emissão e o controle de notificações de diversos tipos e modelos, de petições para cobrança judicial, de certidões em texto e layout definido pelo usuário, bem como a possibilidade de envio por e-mail, WhatsApp e SMS. Deverá permitir informar os corresponsáveis da dívida ativa, com possibilidade de listá-los nas notificações, CDA's, carnês e outros documentos necessários.

O sistema deverá controlar as dívidas ativas, gerando informações sobre e no ato da inscrição, com cálculos de atualizações e acréscimos legais. Deverá realizar controle de processos de cobrança judicial, inclusive com relação a suas fases: notificação, certidão, petição, ajuizamento.

O módulo deverá possuir rotinas de inscrição em dívida ativa dos tributos e outras receitas vencidas e não pagas, registradas na conta-corrente fiscal, conforme a legislação. Deverá



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

possibilitar a configuração do parcelamento de dívida ativa, podendo parcelar várias receitas, conceder descontos por meio de leis municipais, estabelecendo um valor mínimo por parcela e período de vigência da lei.

O sistema deverá possuir demonstrativos analíticos dos parcelamentos, reparcelamentos, débitos inscritos em dívida ativa, débitos ajuizados, pagos, abertos, cancelados, prescritos e a prescrever. Deverá possibilitar a criação e administração de diversos programas de recuperação de dívida ativa, com controle de descontos diferenciados.

O módulo deverá possibilitar o parcelamento de débitos do contribuinte, de diversas origens e exercícios, mantendo informações sobre a origem dos créditos fiscais. Deverá conter rotinas para o cancelamento do parcelamento, mesmo quando com parcelas pagas, descontando-se o valor proporcionalmente nas inscrições.

O sistema deverá processar a classificação contábil e gerar a planilha e/ou arquivo para contabilização das movimentações efetuadas na dívida ativa. Nas consultas e relatórios gerenciais, deverá agrupar os débitos entre Administrativo, Judicial, Cartório, Negativado ou Transacionado, dependendo da fase de cobrança em que cada um se encontra, inclusive parcelamentos.

O módulo deverá possibilitar que as Certidões de Dívida sejam assinadas digitalmente e permitir a realização de antecipação do pagamento de uma parcela de um parcelamento, descontando os referidos valores até a data da antecipação.

O sistema deverá propiciar a junção de dívidas para cobrança administrativa/judicial por diversas formas, como Contribuinte, Classificação da Receita, Ano de Lançamento, Cadastro Imobiliário, Cadastro Econômico. Deverá possibilitar informar ano de referência para agrupamento de débitos para cobrança.

O módulo deverá possibilitar a administração de honorários e custas judiciais no momento da abertura da ação judicial, a geração de petições para mais de um processo de dívida ativa, e permitir que no momento de um parcelamento de débitos em dívida ativa possam ser selecionados também débitos que estão em cobrança no exercício.

O sistema deverá possibilitar realizar o estorno de inscrição em dívida ativa, caso identificado que a inscrição foi indevida, desde que não tenha sido efetuada nenhuma movimentação com a inscrição na dívida ativa.

O módulo deverá permitir alertar no momento do cancelamento do parcelamento, caso contenha débitos judiciais envolvidos, e permitir imprimir documento previamente configurado neste momento. Deverá possibilitar que ao cancelar um parcelamento permaneçam os juros de parcelamentos nas novas parcelas criadas.

O sistema deverá possibilitar definir privilégios de acesso por usuário entre as dívidas administrativas e judiciais, e permitir que a certidão de um débito de dívida seja gerada para cobrança Judicial e Cartório, mantendo ambas as referências.

O módulo deverá propiciar visualizações em forma de gráfico, como a quantidade de parcelamentos com três ou mais parcelas em atraso e o montante de dívida ativa em aberto classificado por tipo.

O sistema deverá possibilitar que a geração da certidão de dívida ativa seja feita com todos os débitos considerando o terreno em que cada imóvel está construído, e que a certidão seja gerada com um código de barras para quitação dos débitos relacionados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

O módulo deverá possibilitar o gerenciamento individual das parcelas que estão em processos de cobrança administrativa, judicial e cartório, permitindo incluir e excluir parcelas após o processo gerado.

O sistema deverá propiciar o envio automático de certidão de dívida ativa para cobrança em cartórios por meio de WebService padrão, e possibilitar a inscrição automática em dívida ativa de débitos de exercício em atraso.

O módulo deverá permitir o cancelamento automático de parcelamentos de dívida ativa com três ou mais parcelas vencidas, com possibilidade de envio de notificações aos responsáveis.

O sistema deverá permitir a imputação dos débitos ao cancelar parcelamentos, respeitando a ordem de prioridade, e possibilitar a impressão de prévia de cancelamento de parcelamento.

O módulo deverá gerar o demonstrativo de cálculo para executivo fiscal, possuir integração com o SCPC, e possibilitar configurar o bloqueio de emissão de guias em situação de protesto.

O sistema deverá possibilitar que o contribuinte realize parcelamentos e emita guias de dívida ativa não parcelada pelo portal do cidadão, com configurações para liberação destes serviços online.

Por fim, o módulo deverá permitir a abertura de processos individuais e/ou em lote, com diversas opções de filtro e configuração, e possibilitar a antecipação de pagamento de parcelamento.

Estas funcionalidades visam proporcionar uma gestão eficiente e completa da dívida ativa municipal, facilitando os processos de cobrança, parcelamento e controle, além de oferecer transparência e acessibilidade aos contribuintes.

Módulo de Domicílio Eletrônico:

O Módulo Domicílio Eletrônico do Sistema de Arrecadação deverá oferecer um conjunto abrangente de funcionalidades para gerenciar eficientemente as comunicações eletrônicas entre o município e os contribuintes. Este módulo deverá apresentar as seguintes características e capacidades:

O sistema deverá possibilitar o registro de documentos eletrônicos, permitindo o envio a contribuintes via Serviço Online com fácil acesso. Deverá possibilitar a adesão à utilização de comunicações eletrônicas por meio de autenticação com certificado digital, sendo obrigatória a assinatura eletrônica com certificado digital da comunicação no ato de sua visualização.

O módulo deverá possuir um serviço online para solicitar adesão ao domicílio eletrônico pelo contribuinte, exigindo concordância de termo de aceite com assinatura digital. Deverá possibilitar ao contribuinte salvar o seu certificado digital em repositório do próprio sistema gerenciador do domicílio eletrônico.

O sistema deverá possibilitar que a assinatura digital aos documentos seja efetuada de maneira que não necessite de softwares rodando em paralelo no computador, podendo assinar em qualquer sistema operacional, desde que o contribuinte esteja conectado à internet. No credenciamento, deve ser possível o contribuinte importar o certificado digital, de maneira que as futuras assinaturas na ciência de documentos sejam feitas diretamente no servidor.

O módulo deverá permitir ao contribuinte credenciado visualizar em serviço online, documentos digitais endereçados a ele, solicitando assinatura digital para visualização, permitindo visualizar documentos antigos assim como sua movimentação anterior e entrar com recurso em eventual discordância de um determinado fato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

O gerenciamento de documentos eletrônicos deve funcionar por classificações, onde cada classificação deve pertencer a um tipo de documento diferente, permitindo configurar os usuários responsáveis. O sistema deverá possibilitar o controle de prazos de ciência e finalização da documentação eletrônica enviada aos contribuintes, configurável para cada classificação e permitindo a ciência e conclusão automática caso o gestor tenha interesse.

O módulo deverá possibilitar a gestão dos documentos eletrônicos no sistema, controlando os documentos que estão pendentes de recebimento, assinatura, envio ao usuário, aguardando ciência, em prazo de recurso, recurso impetrado e documentos finalizados, além dos prazos de recurso e ciência.

O sistema deverá realizar o envio de e-mail ao contribuinte na existência de novos comunicados disponíveis para visualização no serviço online. Deverá possibilitar relatório com layout totalmente customizável de qualquer informação que esteja cadastrada no sistema de domicílio eletrônico.

O módulo deverá possibilitar definir os dias para recurso em cada uma das classes de envio de documentação eletrônica, e definir que para determinada classe de documentação eletrônica a ciência será automática.

O sistema deverá garantir que os comunicados só possam ser visualizados pelos usuários habilitados em cada uma das classes disponíveis para envio de documentos via domicílio eletrônico. Para as empresas com domicílio fiscal no município, que são optantes do Simples Nacional, a adesão à utilização do domicílio eletrônico deve ser obrigatória e automática.

O módulo deverá exigir que qualquer comunicação enviada a algum contribuinte optante do DEC esteja assinada digitalmente pelo usuário habilitado do município. Deverá permitir que o DEC puxe automaticamente o nome do documento gerado no respectivo módulo e apresente no histórico de envio e recebimento do contribuinte.

O sistema deverá permitir a vinculação do cadastro único do contador responsável pela empresa ou contribuinte, para que também receba as notificações de documentos enviadas ao contribuinte pelo DEC. Deverá condicionar o uso do portal do município pelo contador, somente após a abertura e ciência das comunicações pendentes do DEC, das empresas sob sua responsabilidade contábil.

Por fim, o módulo deverá incluir a notificação na área de trabalho do sistema, no usuário do servidor que enviou o DEC, quando da ciência da comunicação enviada e do vencimento dos prazos de recurso após ciência e ciência tácita.

Estas funcionalidades visam proporcionar uma gestão eficiente e segura das comunicações eletrônicas entre o município e os contribuintes, garantindo a autenticidade e o controle das informações trocadas, além de facilitar o acesso e a gestão dos documentos por parte dos contribuintes e contadores.

Módulo de fiscalização fazendária:

O Sistema Fiscal é uma parte crucial do sistema de gestão municipal, focado na administração e controle das atividades fiscais. O Módulo Fiscalização Fazendária, componente essencial deste sistema, oferece um conjunto abrangente de funcionalidades para gerenciar eficientemente os processos de fiscalização tributária. Este módulo deverá apresentar as seguintes características e capacidades:

Gestão de Documentos Fiscais: O módulo deverá possibilitar a manutenção para autorização de impressão de notas fiscais, incluindo inclusão, alteração, consulta, cancelamento, estorno



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

de cancelamento e impressão da AIDF (Autorização de Impressão de Documentos Fiscais). Deverá também consentir a emissão de autorizações para incineração de Notas Fiscais, com controle da numeração das mesmas.

Lançamentos e Infrações: O sistema deverá permitir o lançamento por estimativa fiscal e arbitramento do ISSQN, conforme modelos pré-configuráveis previstos na legislação tributária municipal. Deverá admitir a inclusão e manutenção das infrações previstas na legislação tributária municipal por ano de instituição, com a opção de cadastrar os percentuais de penalidade para reincidentes.

Termos Fiscais e Documentação: O módulo deverá permitir que os termos fiscais de início de fiscalização e solicitação de documentos correlacionem a documentação padrão para cada atividade fiscalizada pelo grupo fisco. Deverá possibilitar a personalização dos modelos de estimativa fiscal e arbitramento, permitindo a entrada dos dados solicitados no preenchimento do cadastramento da estimativa ou arbitramento.

Relatórios e Análises: O sistema deverá permitir a emissão de relatórios de controle de prazo de entrega de documentos, listando os Processos Fiscais com as solicitações de documentos. Deverá gerar relatórios verificando inconsistências entre os documentos declarados pelos Prestadores e Tomadores, acusando e destacando os erros e diferenças entre valores retidos, alíquotas, situações tributárias e valores de base de cálculo.

Importação e Homologação de Dados: O módulo deverá permitir a importação dos balancetes contábeis e do Plano Geral de Contas Comentado (PGCC) por subtítulo contábil no padrão ABRASF em arquivos "TXT", para homologação das contas contábeis na ação fiscal. Deverá permitir que na homologação da ação fiscal das instituições financeiras, mesmo após a importação do PGCC e do balancete analítico, haja a possibilidade de alteração da conta de tributação e da conta COSIF.

Cruzamento de Informações: O sistema deverá possibilitar o cruzamento de informações por competência entre o balancete analítico no padrão ABRASF importado na homologação da ação fiscal com o valor pago na escrituração fiscal, para cobrança de diferença apurada. Deverá permitir consultar as inconsistências entre apuração mensal e demonstrativo contábil.

Controle de Notas Fiscais:

O módulo deverá gerar relatório de continuidade de notas fiscais, verificando quais notas estão faltando na sequência das notas declaradas, verificando data de emissão incorreta, destacando em vermelho as falhas reveladas, bem como se existe a autorização de impressão das Notas.

Controle de Declarações: O sistema deverá gerar relatório de declarantes que não entregaram a declaração, permitindo selecionar o número de competências consecutivas de não entrega de declaração. Deverá também gerar relatório das declarações fiscais entregues pelos contribuintes enquadradas como "sem movimento".

Controle de Valores do Simples Nacional:

O módulo deverá permitir controle de valores lançados de ISSQN de empresas optantes pelo simples nacional, tanto como prestadores quanto como tomadores de serviços.





PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Configuração de Parcelamentos: O sistema deverá permitir configurar as opções de parcelamento de Notificações e Autos de Infração, com alternativas para configurar o método de capitalização dos juros e o valor mínimo da parcela aceita pela legislação tributária. Deverá também permitir a realização e manutenção dos percentuais para descontos a serem aplicados em relação aos Autos de Infração e Notificações apuradas.

Gestão de Procedimentos Fiscais: O módulo deverá permitir cadastrar um novo procedimento fiscal, alterar um existente ou cancelar, mesmo que em processo de fiscalização. Deverá consentir, ainda, a opção de estornar cancelamento. O sistema deverá mostrar a posição dos procedimentos fiscais cadastrados, indicando se a fiscalização registrada está em aberto, iniciada, fechada ou cancelada.

Documentação Digital: O sistema deverá permitir anexar documentos digitais ao processo de fiscalização, com limitação de tamanho. Deverá também permitir o registro de denúncia fiscal.

Emissão de Termos e Intimações: O módulo deverá permitir a emissão e a reemissão do Termo de Início de Fiscalização. Deverá permitir que sejam feitas tantas intimações quantas forem necessárias ao procedimento fiscal, a qualquer tempo durante a sua vigência. O sistema deverá permitir a emissão e a reemissão das intimações fiscais, mantendo histórico em tela de todas as intimações.

Gestão de Documentos: O sistema deverá permitir que emita Termo de Entrega de Documentos para o contribuinte, conforme a documentação entregue, permitindo também a entrega parcial dos documentos. Deverá permitir a emissão de Termo de apreensão de documentos e gerar termo de prorrogação de prazo fiscalizatório.

Homologação de Competências: O módulo deverá permitir a homologação das competências para aferimento da base de cálculo dos impostos, no caso do ISSQN, dos serviços próprios prestados e dos serviços tomados. Deverá ser possível a digitação dos documentos emitidos/recebidos pelo contribuinte fiscalizado (tomador e prestador).

Manipulação de Documentos Fiscais: Na homologação de documentos fiscais durante o processo de fiscalização, o sistema deverá permitir ao fiscal excluir de forma global os documentos fiscais que já figuram na mesma, bem como alterar as alíquotas de forma global.

Importação de Documentos: O módulo deverá permitir realizar importação de documentos fiscais para a homologação da fiscalização, no mesmo layout utilizado pelos contribuintes no módulo de escrita fiscal.

Homologação para Instituições Financeiras: Para as instituições financeiras, o sistema deverá permitir informar as homologações conforme o plano de contas das declarações, dando liberdade para o fiscal dar manutenção (incluir, alterar, excluir) as contas a serem homologadas. Cada conta deve estar relacionada, quando cabível, a seu respectivo item da lista de serviços da Lei Complementar 116/2003.

Busca Automática de Informações: Quando da homologação do procedimento fiscal, o sistema deverá buscar automaticamente as informações das declarações existentes, para que o respectivo agente fiscal proceda a necessária homologação da base de cálculo.

Geração de Planilhas: O módulo deverá gerar planilhas de homologação dos serviços tomados, dos serviços prestados, e uma planilha combinada de serviços prestados e tomados, diferenciando o que for um e o que for outro.

Comunicação por E-mail: O sistema deverá possuir funcionalidade para configurar envio de e-mail via Processo Fiscal, sendo possível habilitar e desabilitar a qualquer momento, bem



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

como configurar textos padrões que serão apresentados no corpo do e-mail. Deverá possibilitar enviar por e-mail no decorrer da ação fiscal diversos documentos, como termo de início, intimação, termo de recebimento de documentos, entre outros.

Criação de Documentos de Autuação: O módulo deverá permitir a criação do documento de autuação de acordo com uma tabela de infrações previamente cadastradas, com opções de informar se o contribuinte for reincidente, se a autuação está sendo emitida para serviços próprios ou tomados, e campo para descrição detalhada do histórico do lançamento.

Visualização e Manipulação de Cálculos: O sistema deverá permitir visualizar uma prévia da planilha de cálculo do procedimento fiscal em curso, buscando todos os pagamentos já efetuados pelo contribuinte no período fiscalizado e calcular automaticamente a diferença a recolher, a correção monetária, os juros e a multa aplicada.

Emissão de Planilhas e Documentos: O módulo deverá emitir a planilha de cálculo do procedimento fiscal devidamente atualizada monetariamente, separando o período e o exercício fiscal. Deverá permitir a emissão de documento para pagamento bancário com código de barras, das infrações levantadas.

Gerenciamento de Procedimentos Fiscais:

O sistema deverá oferecer gerenciamento total de todos os procedimentos fiscais cadastrados e parcial por fiscal, sendo que cada integrante do grupo fisco terá acesso somente aos seus respectivos procedimentos fiscais.

Relatórios Diversos: O módulo deverá permitir a emissão de diversos relatórios, incluindo notas fiscais declaradas pelos contribuintes, termos de incineração de notas fiscais, documentos de autuação emitidos, contribuintes fiscalizados e não fiscalizados, entre outros.

Manutenção de Estimativas e Arbitramentos: O sistema deverá permitir a manutenção de estimativas fiscais e de arbitramento, relacionando a segunda na homologação do Processo Fiscal, quando este existir para o período do arbitramento.

Configuração de Penalidades: O módulo deverá permitir que a penalidade das infrações seja do tipo percentual/valor fixo, com determinação de percentual ao dia até um percentual máximo, e determinação de valor mínimo e valor máximo quando valor fixo.

Controle de Emissão de Cupons Fiscais: O sistema deverá permitir controlar a liberação e realizar a emissão de autorização para uso de emissor de cupons fiscais.

Gestão de Dívida Ativa e Recursos: O módulo deverá permitir a inscrição em dívida ativa dos valores notificados e não pagos, bem como a suspensão de notificações e autos de infração no momento do cadastramento do recurso.

Plantão Fiscal: O sistema deverá permitir a criação de plantão fiscal, com possibilidade de geração de pontuação de produtividade. Deverá ter a possibilidade de que pontuações excedentes ao limite máximo definido sejam inclusas em um banco de pontos, sendo possível efetuar conversão desses pontos em férias, remuneração e outros.

Ordens de Serviço: O módulo deverá possuir gerenciamento de ordens de serviço, sendo possível ser controlada por fiscal responsável. Deverá possibilitar ao fiscal responsável incluir ordens de serviço ao corpo fiscal determinando a verificação por cadastro econômico ou único.

Importação de Arquivos DIMP: O sistema deverá possuir funcionalidade para importação dos arquivos baixados pelo convênio DIMP – DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE MEIOS DE



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

PAGAMENTOS, com a possibilidade de tabular os dados baixados e consultá-los por todas as informações constantes no arquivo.

Integração com Outros Sistemas: O módulo deverá possuir abertura para parametrizações quanto ao cruzamento de dados e informações obtidas por meio de futuros convênios, tais como a COOPERAÇÃO TÉCNICA COM O CREA, o acesso ao SPED FISCAL, entre outros.

Emissão de Auto de Infração para Simples Nacional: O sistema deverá possibilitar a emissão de auto de infração com as mesmas configurações do SEFISC – SISTEMA ELETRÔNICO ÚNICO DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO da RECEITA FEDERAL, para os contribuintes que estiverem enquadrados no regime do SIMPLES NACIONAL.

Declaração de Receita para Cartórios: O módulo deverá possuir a funcionalidade de declaração de receita de formatação exclusiva para CARTÓRIOS e SERVIÇOS NOTARIAIS, contendo as especificidades desta atividade.

Suporte Técnico: Durante toda a vigência do contrato, deverá ser fixado um técnico residente especialista na área tributária/fiscal, para poder atender à demanda crescente de melhorias e adequações em todos os setores fiscais e tributários do município.

Integração com ADN: O sistema deverá possibilitar integração com o ADN – AMBIENTE DE DADOS NACIONAL, para importação e exportação dos DOCUMENTOS FISCAIS ELETRÔNICOS entre o sistema municipal e o REPOSITÓRIO ELETRÔNICO NACIONAL.

Estas funcionalidades visam proporcionar uma gestão eficiente e precisa das atividades de fiscalização fazendária, facilitando o controle, a análise e a tomada de decisões por parte dos agentes fiscais e gestores municipais. O sistema deve ser flexível o suficiente para se adaptar às mudanças na legislação e às necessidades específicas do município, garantindo assim uma administração tributária eficaz e em conformidade com as normas vigentes.

Módulo Simples Nacional:

O Módulo Simples Nacional do Sistema Fiscal deverá oferecer um conjunto abrangente de funcionalidades para gerenciar eficientemente as informações e processos relacionados aos contribuintes enquadrados no regime do Simples Nacional e Microempreendedor Individual (MEI). Este módulo deverá apresentar as seguintes características e capacidades:

Importação de Arquivos: O sistema deverá permitir a importação de diversos tipos de arquivos relacionados ao Simples Nacional e MEI. Isso incluirá arquivos de períodos dos contribuintes do Simples Nacional e MEI, arquivos contendo eventos desses contribuintes, arquivos do DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional), arquivos da DASN (Declaração Anual do Simples Nacional), arquivos DASSENDA, arquivos de parcelamento do Simples Nacional, arquivos do DAS-SIMEI (Documento de Arrecadação do Microempreendedor Individual) e arquivos da DASN-SIMEI (Declaração Anual do Microempreendedor Individual).

Visualização de Informações: O módulo deverá possibilitar a visualização de períodos e eventos dos contribuintes enquadrados no Simples Nacional e como Microempreendedor Individual. Esta funcionalidade permitirá um acompanhamento detalhado da situação fiscal desses contribuintes.

Gestão de Diferenças de Valores: Quando existir diferença no valor de ISSQN contido no arquivo de parcelamento do Simples Nacional e o que foi declarado pelos contribuintes no sistema, o módulo deverá ter a possibilidade de criar lançamento tributário com esta diferença. Isso garantirá a precisão na arrecadação e o correto tratamento das discrepâncias.





PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Consulta de Registros de Importação: O sistema deverá permitir a consulta de registros de importação do DAS e DASN por dia, possibilitando a adição de comentários e a listagem dos dias com pendências de importação. Esta funcionalidade facilitará o controle e acompanhamento das importações realizadas.

Importação de Contribuintes com Débitos: O módulo deverá possibilitar a importação de contribuintes do Simples Nacional que estejam em débitos com a Receita Federal para posterior inscrição em Dívida Ativa no sistema de tributos do Município. Além disso, deverá permitir o gerenciamento de quais contribuintes enquadrados no Simples Nacional com débitos serão inscritos em Dívida Ativa.

Consulta de Inconsistências: O sistema deverá permitir a consulta das inconsistências de pagamento dos arquivos importados do DASN com as baixas de pagamento do Município. Esta funcionalidade é crucial para identificar e resolver discrepâncias nos pagamentos.

Emissão de Relatórios: O módulo deverá oferecer a capacidade de emitir diversos relatórios importantes para a gestão fiscal. Isso incluirá um relatório de todas as informações importadas no DASN, um relatório de contribuintes enquadrados no Simples Nacional sem pagamento e que não foram inscritos em Dívida Ativa, e um relatório de empresas do Simples Nacional que declaram sem recolhimento no DAS.

Estas funcionalidades visam proporcionar uma gestão eficiente e precisa das informações relacionadas aos contribuintes do Simples Nacional e MEI, facilitando o controle, a análise e a tomada de decisões por parte dos gestores municipais. O sistema deve ser capaz de processar grandes volumes de dados, garantindo a integridade e a consistência das informações importadas e geradas.

O módulo deverá ser projetado para ser intuitivo e de fácil utilização, permitindo que os usuários realizem suas tarefas de forma eficiente. Ao mesmo tempo, deverá ser robusto o suficiente para lidar com as complexidades inerentes à gestão fiscal dos contribuintes do Simples Nacional e MEI.

A capacidade de importar e processar diversos tipos de arquivos é particularmente importante, pois permite que o município mantenha suas informações atualizadas e sincronizadas com os dados da Receita Federal. Isso é crucial para garantir a precisão na arrecadação e no controle fiscal.

A funcionalidade de criar lançamentos tributários quando há diferenças entre os valores declarados e os valores constantes nos arquivos de parcelamento é especialmente relevante. Ela permite que o município capture receitas que de outra forma poderiam ser perdidas, contribuindo para uma arrecadação mais justa e eficiente.

As funcionalidades de consulta e emissão de relatórios são essenciais para o acompanhamento e controle efetivo dos contribuintes. Elas permitem que os gestores identifiquem rapidamente situações que requerem atenção, como contribuintes sem pagamento ou que declaram sem recolhimento, possibilitando ações proativas para regularização.

A capacidade de gerenciar a inscrição em Dívida Ativa dos contribuintes com débitos é outra funcionalidade crucial. Ela permite que o município tome as medidas adequadas para recuperar valores devidos, seguindo os procedimentos legais estabelecidos.

Em suma, este módulo deverá ser uma ferramenta poderosa e completa para a gestão dos contribuintes do Simples Nacional e MEI, proporcionando ao município os meios necessários





PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

para uma administração tributária eficiente, justa e em conformidade com as legislações vigentes.

Módulo Escrita Fiscal:

O Módulo Escrita Fiscal do Sistema Fiscal deverá oferecer um conjunto abrangente de funcionalidades para gerenciar eficientemente a escrituração fiscal dos contribuintes do município. Este módulo deverá apresentar as seguintes características e capacidades:

Cadastro e Escrituração: O sistema deverá possuir um cadastro Mobiliário ÚNICO, garantindo a integridade e consistência das informações. Deverá oferecer escrituração para Prestadores de Serviços, incluindo um livro fiscal eletrônico para todos os prestadores de serviços do município, com seleção do período de competência desejado. O módulo deverá também possibilitar a escrituração de serviços de Construção Civil para prestadores de serviços.

A escrituração deverá permitir a digitação de notas fiscais, identificando número da nota, data de emissão, série e subsérie, natureza dos serviços (código do serviço). O sistema deverá efetuar o cálculo automático do tributo com base nas informações lançadas. No encerramento da escrituração, o sistema deverá possibilitar a edição/cancelamento de qualquer lançamento, exceto para lançamentos gerados pela emissão de NFS-e.

O módulo deverá também possuir escrituração para tomadores de serviço, permitindo a escrituração do livro fiscal eletrônico para todos os tomadores de serviços do município, com seleção do período de competência desejado.

Funcionalidades para Contadores:

O sistema deverá possuir escrituração exclusiva para contadores, possibilitando que escritórios/contadores possam se pré-cadastrar no sistema para utilizá-lo após liberação por um funcionário da prefeitura com poderes para esta atividade. Deverá permitir que o escritório contábil, através de seu usuário e senha, faça a escrituração de todos os seus clientes, serviços prestados e tomados.

Verificação e Controle: O módulo deverá disponibilizar meios para que a Administração Municipal verifique as informações enviadas pelos contribuintes por meio das declarações, incluindo serviços prestados por empresas de fora do Município, serviços prestados por empresas locais, serviços prestados fora da cidade por empresas locais e relação dos serviços com maiores arrecadações/declarações.

Ficha de Alteração Cadastral (FAC): O sistema deverá permitir a inclusão de Ficha de Alteração Cadastral (FAC), com as opções de Novo Cadastro, Alteração de Cadastral, Vínculo de Responsabilidade e Baixa de Responsabilidade. Para FAC com tipo Novo, deve ser permitido incluir usuário e autorização para utilização de NFS-e de forma automática no momento da liberação.

Lançamentos e Rotinas: O módulo deverá possibilitar o lançamento automático dos valores declarados no Sistema de Tributação e disponibilizar rotina para o cadastramento, alteração e baixa de inscrições municipais. Deverá ter opção de emitir recibo de declaração de ISS e de ISS retido.

Escrituração Segura: O sistema deverá possibilitar a escrituração, com acesso seguro (assinatura digital), de documentos fiscais e/ou cupons fiscais emitidos e recebidos, contendo informações como razão social do declarante/contribuinte, CNPJ/CPF, endereço completo,



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

número do Cadastro Municipal Mobiliário, número e data de emissão do documento fiscal, e valor dos serviços prestados e/ou tomados.

Importação de Arquivos: O módulo deverá possibilitar a importação de arquivos das administradoras de cartão, contendo as informações de débito e crédito, com funcionalidades para consulta de logs de importação, visualização de erros, geração de protocolo de entrega e relatórios de importação e confronto.

Configurações e Personalizações: O sistema deverá permitir o enquadramento/desenquadramento de relacionamentos entre categorias personalizadas de declaração e cadastros econômicos, além de possibilitar a configuração dos campos a serem listados para as declarações de despesa.

Declarações e Retificações: O módulo deverá permitir declarações de serviços prestados e tomados para diversos tipos de contribuintes, incluindo isentos, imunes, com regime de estimativa e regime fixo anual. Deverá possibilitar a retificação de declarações de serviços prestados já realizadas e não pagas, inclusive por categoria.

Escrituração para Contribuintes de Fora do Município: O sistema deverá permitir a escrituração para contribuintes de fora do Município tanto de documentos fiscais prestados como tomados, possibilitando a emissão de guia para pagamento do imposto.

Geração de Parcelas e Compensações: O módulo deverá possibilitar a geração de parcelas complementares sem intervenção do Município e disponibilizar rotina para cadastramento de requisição de compensação.

Configurações Fiscais: O sistema deverá permitir o enquadramento de incentivos fiscais por cadastro econômico, configurar multa por atraso de declaração, e configurar quais itens da lista de serviço poderão sofrer dedução na base de cálculo.

Atendimento a Legislações: O módulo deverá atender à Lei Complementar 123/2006 referente ao Simples Nacional, quanto às alíquotas diferenciadas.

Declarações Específicas: O sistema deverá conter tecnologia para que empresas exploradoras de atividades específicas (como leasing, plano de saúde, administração de cartão de crédito/débito) realizem declarações de tomadores domiciliados no município e processem declarações simplificadas para recolhimento do ISS devido.

Relatórios e Cruzamento de Dados: O módulo deverá permitir o cruzamento de dados e emissão de relatórios dos serviços tomados, das retenções tributárias, por competência, prestador, tomador, apresentando também as situações do lançamento tributário.

Estas funcionalidades visam proporcionar uma gestão eficiente e precisa da escrita fiscal dos contribuintes, facilitando o controle, a análise e a tomada de decisões por parte dos gestores municipais. O sistema deve ser capaz de processar grandes volumes de dados, garantindo a integridade e a consistência das informações declaradas e geradas.

Módulo Nota Fiscal Eletrônica:

O Módulo Nota Fiscal Eletrônica do Sistema Fiscal deverá oferecer um conjunto abrangente de funcionalidades para gerenciar eficientemente a emissão e controle de Notas Fiscais de Serviço Eletrônicas (NFS-e) no município. Este módulo deverá apresentar as seguintes características e capacidades:

Aplicativo Móvel: O sistema deverá possuir um aplicativo a ser instalado em smartphones ou tablets, compatível com os sistemas operacionais iOS e Android, para emissão de NFS-e.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Através deste aplicativo, deverá ser possível enviar qualquer nota já emitida por e-mail, cancelar a NFS-e (dentro do período permitido), e visualizar as NFS-e já emitidas.

Controle de Autorizações: O módulo deverá permitir que a autoridade fiscal libere ou cancele qualquer autorização para emissão de notas fiscais eletrônicas em qualquer momento. Deverá também permitir que o usuário liberador permita ou não que o contador do contribuinte realize a emissão da NFS-e.

Emissão de NFS-e: O sistema deverá permitir, na emissão das NFS-e, a utilização de vários itens da lista de serviços, conforme classificação da Lei Complementar 116/03, inclusive na mesma nota. Deverá possibilitar a verificação da autenticidade das NFS-e emitidas via QR code e por código identificador.

Configurações do Prestador: O módulo deverá permitir que o prestador de serviço configure logo da empresa para ser utilizado no corpo da NFS-e, configure observação padrão e informação complementar padrão a ser sugerida em toda a emissão de NFS-e, e configure um e-mail para o qual todas as NFS-e sejam encaminhadas automaticamente.

Cancelamento e Substituição: O sistema deverá permitir configurar o período após a emissão da NFS-e em que o prestador de serviço estará autorizado a cancelá-la. Deverá possibilitar ao usuário emissor de NFS-e que efetue uma solicitação para cancelamento, informando o motivo e sua respectiva substituta, quando houver.

Customização e Cópia: O módulo deverá permitir o uso de tabelas personalizadas na configuração e na emissão da NFS-e para as informações complementares. Deverá permitir que emissores de NFS-e possam copiar os dados de uma NFS-e já emitida para emissão de nova nota.

Recibo Provisório de Serviço (RPS): O sistema deverá permitir a utilização de RPS com numeração sequencial crescente, devendo ser convertido em NFS-e no prazo estipulado pela legislação tributária municipal. Deverá possibilitar que o tomador de serviço efetue denúncia da não conversão do RPS em NFS-e.

Créditos para IPTU: O módulo deverá permitir configurar se o tomador do serviço receberá créditos para serem utilizados no abatimento do IPTU, com possibilidade de configurar o percentual individual de créditos por tipo do tomador de serviço.

Construção Civil: O sistema deverá permitir selecionar para quais itens da lista de serviço deverão ser informados os dados referentes a construção civil no momento de emissão da NFS-e. Deverá possibilitar o cadastramento de obras não cadastradas no momento de emissão da NFS-e.

Relatórios: O módulo deverá gerar diversos relatórios, incluindo maiores emissores de NFS-e, contribuintes autorizados que não emitiram notas, créditos de IPTU, entre outros.

Funcionalidades Adicionais:

O sistema deverá possibilitar a emissão de NFS-e com data retroativa, permitir a geração de arquivos das NFS-e emitidas em PDF por lote, permitir parametrização para liberação de uso de Carta de Correção de NFS-e, e possuir módulo para implantação e gestão de NFS-e Premiada.

Estas funcionalidades visam proporcionar uma gestão eficiente e precisa da emissão e controle de Notas Fiscais de Serviço Eletrônicas, facilitando o processo para os contribuintes e fornecendo ferramentas de controle e análise para a administração municipal. O sistema



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

deve ser capaz de processar grandes volumes de dados, garantindo a integridade e a consistência das informações geradas, além de oferecer flexibilidade para atender às necessidades específicas do município e às mudanças na legislação.

Processos digitais:

O Módulo Processo Digital do Sistema de Governo Digital deverá oferecer um conjunto abrangente de funcionalidades para gerenciar eficientemente os processos administrativos em meio digital. Este módulo deverá apresentar as seguintes características e capacidades:

Trâmite Digital: O sistema deverá permitir o trâmite de todo o processo em meio digital, dispensando movimentos em papéis. Deverá possibilitar a configuração de roteiro para cada assunto, inclusive considerando a definição de prazo para cada etapa individual.

Notificações: O módulo deverá notificar o requerente e demais responsáveis a cada trâmite do processo, por meio do envio de e-mail, conforme configuração estabelecida. Deverá disponibilizar controle de prazos, onde os processos pendentes sejam definidos por cores ao atingir o prazo final ou o limite da etapa atual.

Apensamento e Anexos:

O sistema deverá possibilitar o apensamento de processos que tenham o mesmo assunto e destino, para que durante a tramitação do processo, todos tenham o mesmo trâmite e informações. Deverá permitir anexar arquivos aos processos, como documentações e pareceres, em diversos formatos como PDF, PNG, DOC, com aumento do tamanho limite para arquivos.

Controle de Tramitação: O módulo deverá possibilitar a correção de tramitação equivocada com configuração de permissão de uso de rotina e registro de LOG. Deverá possibilitar o controle total entre abertura, encaminhamento, recebimento e finalização da transação, com a confirmação do usuário do local de destino de cada tramitação.

Arquivamento e Acesso:

O sistema deverá possibilitar que sejam cadastrados locais para arquivar os processos, conforme a necessidade da entidade. Deverá permitir que para cada usuário do módulo, sejam definidos os locais/secretarias para acessar os processos.

Emissão de Documentos: O módulo deverá permitir a emissão de etiquetas personalizadas contendo informações do processo, considerando diversos filtros. Deverá possibilitar a emissão de guia para pagamento de taxas e tarifas, em padrão bancário.

Configurações e Parametrizações: O sistema deverá permitir que seja definido por assunto, os documentos necessários e obrigatórios que serão solicitados durante a abertura do processo via autoatendimento. Deverá permitir a configuração de um e-mail padrão para encaminhamento automático, informando os usuários responsáveis de processos em atraso.

Acompanhamento via Web:

O módulo deverá possibilitar que o requerente acompanhe sua solicitação via web, sendo necessário informar o número do processo e o código verificador ou CPF/CNPJ, podendo visualizar todos os trâmites do processo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Assinatura Eletrônica: O sistema deverá possibilitar assinatura eletrônica das movimentações, com a utilização de certificado digital no padrão ICP-Brasil, na abertura, trâmites, complementos e no encerramento dos processos.

Relatórios e Gráficos: O módulo deverá dispor de relatórios de gerenciamento por processos, centro de custo, assunto, sub assunto, gráficos e etiquetas. Deverá permitir a emissão de relatórios estatísticos com opção de agrupamento por diversos critérios.

Funcionalidades Avançadas: O sistema deverá permitir o cadastro de processos com requerente anônimo, receber processos coletivamente, movimentar vários processos em lote, e arquivar vários processos de uma única vez.

Integração com Sistema Tributário: O módulo deverá possibilitar que, no momento da abertura de um processo, o usuário seja notificado da existência de débitos em nome do requerente, por meio de integração com o sistema tributário.

Gestão de Documentos: O sistema deverá possibilitar a criação de repositório de modelos (Templates) que poderão ser utilizados como base para a criação de novos documentos dentro dos processos digitais.

Workflow:

O módulo deverá ter implementado ferramenta de fluxo de trabalho (Workflow), com possibilidade de documentação, execução automática de funções e carregamento de formulários/telas integrantes da solução por meio de um gerenciador único.

Painéis Indicadores: O sistema deverá possuir painéis "indicadores" que permitam a visualização de diversos dados de processos digitais, incluindo estatísticas, quantidades, comparações e rankings.

Estas funcionalidades visam proporcionar uma gestão eficiente e transparente dos processos administrativos, facilitando o acompanhamento, controle e análise por parte dos gestores municipais e oferecendo praticidade e acessibilidade aos cidadãos. O sistema deve ser capaz de processar grandes volumes de dados, garantindo a integridade e a consistência das informações, além de oferecer flexibilidade para atender às necessidades específicas do município.

Módulo de GED (Gerenciador Eletrônico de Documentos):

O Módulo Gestão Eletrônica de Documentos (GED) do Sistema de Governo Digital deverá oferecer um conjunto abrangente de funcionalidades para gerenciar eficientemente os documentos eletrônicos da administração municipal. Este módulo deverá apresentar as seguintes características e capacidades:

Integração e Classificação: O sistema deverá integrar-se com os demais módulos do Sistema de Gestão, permitindo que diferentes tipos de documentos sejam gerenciados de acordo com sua origem, vinculando-os diretamente às rotinas do sistema. Deverá classificar os documentos de acordo com seu tipo, realizando vínculo com diversas funcionalidades do sistema.

Visualização e Acesso: O módulo deverá permitir a visualização de informações da rotina de origem do arquivo e o acesso aos dados do documento diretamente das funcionalidades onde ele está vinculado. Deverá dispor de recurso que permita a vinculação de documento já existente na base em outras rotinas, evitando duplicação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Validação e Busca: O sistema deverá realizar busca e validação por HASH individualizado a cada adição de documento, informando o usuário nos casos onde o documento já existir na base de dados. Deverá conter recursos que permitam o cadastro, manutenção e gerenciamento do Plano de Classificação e Temporalidade de Documentos.

Inclusão e Captura: O módulo deverá permitir a inclusão/captura de documentos por diferentes meios, incluindo upload por arquivo, digitalização, câmera, links públicos externos e modelos de documentos previamente configurados.

Versionamento e Localização: O sistema deverá controlar o versionamento de documentos, permitindo a consulta de versões anteriores. Deverá possibilitar o cadastro e gerenciamento das localizações físicas dos documentos.

Categorização e Acondicionamento: O módulo deverá permitir a criação de categorias específicas de documentos e controlar o acondicionamento de documentos, definindo tipos de acondicionamento e numeração sequencial.

Integração com Workflow: O sistema deverá integrar-se com o módulo de Workflow/Processo Digital, permitindo consultar e gerenciar arquivos relacionados.

Movimentações: O módulo deverá permitir movimentações como empréstimo de documentos, descarte de documentos e arquivamento intermediário, com total personalização pela entidade.

Compartilhamento e Controle de Acesso:

O sistema deverá permitir o compartilhamento de documentos gerando link ou QR code e controlar o acesso aos documentos através de definições de privilégio ou relacionamento com centro de custo.

OCR e Geolocalização: O módulo deverá realizar processo de leitura OCR nos documentos incluídos e permitir definir a localização física da origem do documento por meio de mapa.

Visualização e Manipulação: O sistema deverá permitir o download, pré-visualização e manipulação de arquivos, especialmente em formato PDF, sem necessidade de plugins adicionais.

Assinatura Digital:

O módulo deverá dispor de recursos que permitam a Assinatura Digital de documentos, utilizando certificados digitais e permitindo a solicitação de assinatura para múltiplas pessoas.

Relatórios: O sistema deverá emitir relatórios completos dos documentos por tipo de acondicionamento e por diversos critérios de seleção.

Estas funcionalidades visam proporcionar uma gestão eficiente e completa dos documentos eletrônicos, facilitando o armazenamento, busca, acesso e controle dos documentos por parte da administração municipal. O sistema deve ser capaz de processar grandes volumes de dados, garantindo a integridade e a segurança das informações, além de oferecer flexibilidade para atender às necessidades específicas do município em termos de gestão documental.

Módulo de Serviços públicos:

O Módulo Serviços Públicos do Sistema de Governo Digital deverá oferecer um conjunto abrangente de funcionalidades para gerenciar eficientemente as ocorrências de serviços e



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

manutenções no município. Este módulo deverá apresentar as seguintes características e capacidades:

Cadastro e Gerenciamento:

O sistema deverá permitir cadastrar origem e tipo de ocorrência. Deverá possuir um gerenciador de ocorrência de serviços e manutenções, com possibilidade de filtrar por tipo de ocorrência, origem de ocorrência e situação de ocorrência.

Registro de Ocorrências: O módulo deverá possuir cadastro de ocorrência, com possibilidade de informar o tipo de ocorrência, o solicitante, o endereço da ocorrência e a descrição. Deverá integrar o cadastro de ocorrência com o Google Maps, considerando o endereço cadastrado.

Gestão de Ocorrências: O sistema deverá permitir visualizar, alterar ou excluir uma ocorrência na situação aberta. Deverá permitir programar uma ocorrência cadastrada, informando a data de execução, o responsável pela execução e o tipo (vistoria, execução, fiscalização).

Programação e Consulta: O módulo deverá permitir consultar as programações de um determinado serviço de manutenção, possibilitando verificar o histórico dessas programações em ordem cronológica. Deverá permitir vincular mais de uma ocorrência na mesma programação e informar a equipe responsável pela execução da atividade.

Impressão e Reprogramação: O sistema deverá permitir a impressão da programação com os dados da ocorrência e da equipe responsável pela execução do serviço. Deverá permitir reprogramar uma programação, informando a data, o responsável, o motivo da reprogramação e o tipo.

Orçamento e Execução: O módulo deverá permitir incluir para cada ocorrência de serviço a quantidade unitária orçada de material e o valor unitário, calculando automaticamente o valor previsto de material e mão de obra. Deverá permitir informar o valor executado de quantidade e valor unitário de material, calculando automaticamente o valor executado de material e mão de obra.

Cancelamento e Anexos:

O sistema deverá permitir cancelar uma ocorrência cadastrada mantendo o registro disponível para visualização e consulta. Deverá permitir anexar imagens e documentos à ocorrência incluída.

Impressão e Integração: O módulo deverá permitir imprimir a ocorrência. Deverá integrar o registro e gerenciamento de ocorrências com mapeamento de processo.

Autoatendimento e Relatórios: O sistema deverá permitir o registro de ocorrências através do autoatendimento da entidade. Deverá emitir Relatório de Serviços Executados.

Estas funcionalidades visam proporcionar uma gestão eficiente e completa das ocorrências de serviços públicos, facilitando o registro, acompanhamento, execução e controle dos serviços por parte da administração municipal. O sistema deve ser capaz de processar e gerenciar um grande volume de ocorrências, garantindo a organização e o acompanhamento adequado de cada caso.

O módulo deve oferecer uma interface intuitiva e de fácil utilização, tanto para os funcionários da administração quanto para os cidadãos que utilizarem o autoatendimento. A integração com o Google Maps para localização das ocorrências é um recurso valioso para a visualização espacial dos serviços.





PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

A capacidade de anexar imagens e documentos às ocorrências, bem como a possibilidade de imprimir as informações, contribui para uma documentação completa de cada caso. A funcionalidade de orçamento e execução permite um controle financeiro eficiente dos serviços realizados.

A integração com o mapeamento de processos é um recurso importante para garantir que as ocorrências sigam os fluxos de trabalho estabelecidos pela administração municipal.

Por fim, a emissão de relatórios de serviços executados proporciona uma visão geral das atividades realizadas, auxiliando na gestão e no planejamento dos serviços públicos. Este módulo, portanto, representa uma ferramenta essencial para a melhoria da eficiência e da qualidade dos serviços públicos oferecidos à população.

Aplicativo Mobile:

O Módulo Aplicativo Mobile do Sistema de Governo Digital deverá oferecer um conjunto abrangente de funcionalidades para proporcionar acesso móvel aos serviços e informações da administração municipal. Este módulo deverá apresentar as seguintes características e capacidades:

Disponibilidade e Integração: O aplicativo deverá estar disponível gratuitamente para download nas lojas Google Play e Apple Store. Deverá integrar-se ao sistema de gestão com acesso aos mesmos dados de maneira compartilhada, sem bancos de dados intermediários.

Acesso e Autenticação: O módulo deverá permitir solicitar acesso aos serviços pelo aplicativo, sendo esse acesso também considerado para consultar os serviços no portal do município. O login tanto no Aplicativo quanto no Portal de serviços/autoatendimento deverá ser único, através do CPF e senha do usuário.

Gerenciamento e Customização: O sistema deverá possuir gerenciamento de retaguarda, permitindo administrar serviços, indicadores de gestão e rotinas relacionadas à aplicação. Deverá permitir que o município defina a ordem de exibição dos agrupadores de serviços, crie/desative agrupadores, e defina a cor do tema do aplicativo e o brasão/logo.

Funcionalidades para o Usuário: O aplicativo deverá disponibilizar área para consultar notificações, pesquisar serviços e indicadores, visualizar os últimos serviços acessados, e definir configurações para o dispositivo.

Serviços Disponíveis: O módulo deverá oferecer diversos serviços, incluindo consulta e abertura de processos/protocolos, assinatura de documentos, consulta de documentos necessários para processos, envio de notificações push, entre outros.

Indicadores de Gestão: O aplicativo deverá permitir que os gestores públicos consultem diversos indicadores de gestão, como estatísticas de processos digitais, maiores credores do município, comparativo de receita e despesa, controles legais, entre outros.

Consultas e Emissões: O módulo deverá permitir consultar empresas ativas no município, notas fiscais de serviços tomados, emitir notas fiscais eletrônicas, acessar recibo de pagamento para funcionários, consultar valores a receber para fornecedores, visualizar débitos em aberto e emitir boletos, entre outras funcionalidades.

Licitações e LGPD: O aplicativo deverá permitir consultar licitações cadastradas pelo município e realizar download de editais. Deverá também permitir que o usuário realize requisições de acesso a dados pessoais e consulte informações sobre o tratamento de dados pessoais, em conformidade com a LGPD.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Personalização: O aplicativo deve ser desenvolvido segundo o conceito White label, permitindo que seja nomeado para download e tenha sua identidade visual definida conforme a identidade visual da prefeitura.

Estas funcionalidades visam proporcionar uma experiência completa e eficiente de acesso móvel aos serviços e informações municipais, facilitando a interação entre os cidadãos, servidores, fornecedores e a administração pública. O aplicativo deve ser intuitivo, seguro e capaz de processar e apresentar informações em tempo real, garantindo a transparência e a agilidade nos serviços oferecidos.

O módulo deve ser flexível o suficiente para se adaptar às necessidades específicas do município, permitindo a personalização de sua aparência e dos serviços oferecidos. A integração com o sistema de gestão e a capacidade de enviar notificações push são recursos valiosos para manter os usuários informados e engajados.

A disponibilização de indicadores de gestão no aplicativo é uma ferramenta importante para os gestores públicos, permitindo o acompanhamento em tempo real de diversos aspectos da administração municipal.

Por fim, a conformidade com a LGPD demonstra o compromisso com a proteção dos dados pessoais dos usuários, um aspecto crucial na era digital. Este módulo, portanto, representa uma ferramenta essencial para a modernização e eficiência da administração pública, aproximando o governo dos cidadãos através da tecnologia móvel

Módulo Procuradoria:

O Sistema de Procuradoria, componente essencial da gestão jurídica municipal, deverá oferecer um conjunto abrangente de funcionalidades para gerenciar eficientemente os processos judiciais e administrativos da Procuradoria Municipal. O Módulo Procuradoria deverá apresentar as seguintes características e capacidades:

Integração e Assinatura Digital: O sistema deverá integrar-se com o módulo de Dívida Ativa, permitindo a geração automática da Certidão de Dívida Ativa e Petição Inicial com base em modelos predefinidos. Deverá suportar assinatura digital de documentos no padrão ICP-Brasil, garantindo a autenticidade e validade jurídica dos documentos eletrônicos.

Gestão de Processos: O módulo deverá permitir a manutenção detalhada dos processos, incluindo informações sobre advogados, localização física e órgão jurisdicional. Deverá possibilitar o registro e histórico do número do processo judicial, com monitoramento de alterações.

Petições e Procurações: O sistema deverá oferecer funcionalidades para o gerenciamento de petições do processo e cadastro de procurações. Deverá permitir a associação de procurações às petições, inclusive em lote, e a substituição de procurações anteriormente associadas.

Templates e Modelos:

O módulo deverá dispor de um repositório para criação e gerenciamento de modelos (templates) de documentos, que poderão ser utilizados como base para novos documentos dentro dos processos judiciais. Deverá oferecer modelos de petição intermediária com emissão automática baseada nos dados do banco de dados, permitindo emissão em lote.

Consultas e Cadastros:



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

O sistema deverá disponibilizar consultas de Órgão Jurisdicional, tipos de classes e assuntos, de acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça. Deverá permitir o cadastro de advogados por tipo e o registro de custas processuais.

Movimentação e Controle: O módulo deverá permitir a movimentação dos processos judiciais com base em tipos de movimentação, o cadastramento de recursos do processo, e o apensamento de processos. Deverá possibilitar o arquivamento de processos encerrados e o controle de suas localizações físicas.

Agenda e Notificações: O sistema deverá incluir funcionalidades para agendamento de compromissos, notificação de responsáveis via e-mail, e gerenciamento de compromissos agendados. Deverá alertar os procuradores sobre novos processos de Execução Fiscal e movimentações em lançamentos em execução fiscal.

Relatórios e Alertas: O módulo deverá permitir a emissão de diversos relatórios, incluindo Execuções de Sentença, Ações Judiciais, Execuções Fiscais, entre outros. Deverá possuir rotinas para recebimento e abertura de prazos das Intimações e Citações, e para busca e recebimento das movimentações processuais.

Controle de Acesso e Distribuição: O sistema deverá controlar o acesso dos usuários aos processos, permitindo movimentações apenas quando o processo estiver sob sua responsabilidade. Deverá possuir rotina para definição da ordem de distribuição dos processos originados na Dívida Ativa entre os usuários da Procuradoria.

Estas funcionalidades visam proporcionar uma gestão eficiente e precisa dos processos jurídicos municipais, facilitando o trabalho dos procuradores e garantindo o cumprimento dos prazos legais. O sistema deve ser capaz de processar grandes volumes de dados, garantindo a integridade e a segurança das informações, além de oferecer flexibilidade para atender às necessidades específicas da Procuradoria Municipal.

O módulo deve ser projetado para ser intuitivo e de fácil utilização, permitindo que os procuradores realizem suas tarefas de forma eficiente. A integração com outros sistemas municipais, especialmente o de Dívida Ativa, é crucial para garantir a consistência das informações e a agilidade nos processos.

A capacidade de gerar documentos automaticamente, baseados em modelos predefinidos, é particularmente importante, pois economiza tempo e reduz a possibilidade de erros. A funcionalidade de assinatura digital garante a validade jurídica dos documentos eletrônicos, alinhando-se às tendências de digitalização dos processos judiciais.

O sistema de alertas e notificações é essencial para garantir que os procuradores estejam sempre atualizados sobre novos processos, prazos e movimentações, contribuindo para a eficiência e eficácia da Procuradoria Municipal.

Em suma, este módulo deverá ser uma ferramenta completa e robusta para a gestão jurídica municipal, proporcionando os meios necessários para uma atuação eficiente, organizada e em conformidade com as exigências legais e processuais.

Módulo de Legislação:

O Módulo Legislação do Sistema de Procuradoria deverá oferecer um conjunto abrangente de funcionalidades para gerenciar eficientemente os atos legais e administrativos do município. Este módulo deverá apresentar as seguintes características e capacidades:



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Cadastro e Categorização: O sistema deverá possuir cadastro de atos legais (Leis, Portarias, Decretos, entre outros), acessível por todos os módulos para cadastro e consulta dos textos. Deverá também incluir cadastro de categorias de ato administrativo e cadastros de atos administrativos (ofícios, comunicação interna, extratos, entre outros). Esta funcionalidade permitirá uma organização eficiente e estruturada da legislação municipal, facilitando a gestão e o acesso às informações.

Consulta e Acesso Público: O módulo deverá disponibilizar consulta da legislação municipal no portal de serviços e no portal da transparência, garantindo transparência e acesso público à legislação. Esta funcionalidade é essencial para promover a transparência governamental e facilitar o acesso dos cidadãos às leis e regulamentos municipais, contribuindo para uma sociedade mais informada e participativa.

Anexos e Templates:

O sistema deverá permitir relacionar anexos aos atos legais e administrativos, e possuir rotina para criação de repositório de modelos (templates) que poderão ser utilizados como base para a criação de anexos dos atos. Deverá ser possível definir os anexos relacionados aos atos como links disponíveis no corpo do texto, facilitando o acesso ao conteúdo dos arquivos. Além disso, o sistema deverá permitir definir em quais categorias de ato legal será obrigatório relacionar arquivos, garantindo a completude da documentação.

Assinatura Digital:

O módulo deverá permitir assinatura digital de documentos no padrão ICP-Brasil (token, leitor de cartão, certificado digital), garantindo a autenticidade e validade jurídica dos documentos eletrônicos. Esta funcionalidade é crucial para a modernização dos processos administrativos, permitindo a tramitação eletrônica de documentos com segurança e validade legal.

Cadastro Detalhado:

O sistema deverá permitir cadastrar atos legais definindo sua abrangência (municipal, estadual ou federal), registrar o veículo de publicação, indicar a secretaria responsável e um autor. Deverá possuir campos com funcionalidades de edição de textos para preenchimento da ementa e do texto dos atos. Este nível de detalhamento no cadastro permitirá uma gestão mais precisa e completa dos atos legais, facilitando o controle e a recuperação de informações.

Filtros e Pesquisa:

O módulo deverá permitir filtrar os atos por categorias, assunto, autor e ementa, facilitando a busca e recuperação de informações. Esta funcionalidade é essencial para uma gestão eficiente da legislação, permitindo que os usuários encontrem rapidamente as informações necessárias em meio a um grande volume de dados.

Comunicação e Integração: O sistema deverá possuir opção de enviar os atos por e-mail para vários destinatários e permitir integração com o Diário Oficial para publicação dos atos em edições. Esta capacidade de comunicação e integração é fundamental para agilizar os



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

processos de divulgação e publicação dos atos legais, garantindo que todas as partes interessadas sejam devidamente informadas.

Controle de Alterações: O módulo deverá permitir registrar se o ato legal cadastrado altera o texto de outro ato e qual foi o ato alterado, mantendo um histórico das modificações na legislação. Esta funcionalidade é crucial para manter a rastreabilidade das alterações legislativas, permitindo uma compreensão clara da evolução das leis e regulamentos municipais ao longo do tempo.

Relatórios: O sistema deverá emitir relatório PDF dos atos legais e administrativos, dispondo as informações de número, ano, categoria, ementa e texto, relacionando-o automaticamente como anexo do ato. A capacidade de gerar relatórios detalhados é essencial para a análise e apresentação das informações legislativas, facilitando o trabalho dos gestores e procuradores municipais.

Módulo Diário Oficial:

O Módulo Diário Oficial do Sistema de Procuradoria deverá oferecer um conjunto abrangente de funcionalidades para gerenciar eficientemente a publicação e consulta de atos legais e administrativos do município. Este módulo deverá apresentar as seguintes características e capacidades:

Integração e Geração de Edições: O sistema deverá integrar-se com o módulo de Compras, permitindo a publicação de documentos vinculados a atos legais, como editais e comunicações. Deverá gerar edições contendo links de acesso aos anexos dos atos legais, e criar arquivos para publicação no Portal do Diário Oficial, incluindo edições ordinárias e suplementares. O módulo deverá permitir a criação de tipos de edições específicas, atendendo às necessidades particulares do município.

Assinatura Digital e Segurança: O sistema deverá exigir que apenas edições assinadas digitalmente com certificado digital no padrão ICP-Brasil possam ser publicadas e consultadas no Portal do Diário Oficial. Esta funcionalidade garante a autenticidade e integridade das publicações oficiais. O módulo deverá permitir a configuração para que os anexos relacionados aos atos sejam assinados no momento da assinatura digital da edição.

Pesquisa e Gerenciamento:

O módulo deverá oferecer funcionalidades de pesquisa avançada, permitindo buscar edições por número, tipo, situação, data de publicação e usuário responsável. Deverá permitir alterações em edições não publicadas e possibilitar a visualização dos atos disponíveis para compor a geração de uma nova edição. O sistema deverá permitir o download de edições mesmo após a assinatura digital e publicação no portal.

Configurações e Personalização: O sistema deverá permitir configurações detalhadas, como a data de início para publicações, a ordenação das categorias dos atos e das entidades na edição gerada. Deverá também possibilitar a personalização do portal, incluindo a configuração do nome do portal de acordo com a legislação vigente e a adição de informações gerais. O módulo deverá permitir a configuração da quantidade de edições ordinárias geradas por dia.

Portal do Diário Oficial: O módulo deverá disponibilizar um Portal do Diário Oficial com funcionalidades avançadas de pesquisa, incluindo busca por período, palavra-chave e número



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

da edição. Deverá permitir o download completo das edições e por ato relacionado, além de oferecer visualização detalhada das edições publicadas. O sistema deverá destacar a última edição publicada na página inicial do portal e exibir a relação de todas as edições publicadas. Transparência e Acessibilidade: O sistema deverá exibir informações sobre o responsável pela assinatura e publicação das edições, e permitir o acesso a outros portais contratados pela entidade. Deverá também possibilitar a configuração de avisos em forma de pop-up no portal. O módulo deverá permitir a exibição do nome e brasão da entidade no cabeçalho do portal.

Relatórios e Estatísticas: O módulo deverá oferecer funcionalidades para consulta e emissão de relatórios sobre a quantidade de acessos ao Portal do Diário Oficial e sobre as edições cadastradas e atos relacionados. Estas informações são valiosas para o acompanhamento e gestão das publicações oficiais.

Flexibilidade e Programação: O sistema deverá permitir a programação da publicação de edições de acordo com data e hora definidos. Esta flexibilidade permite uma gestão eficiente das publicações, adequando-se às necessidades e rotinas do município. O módulo deverá também permitir a configuração da exibição de informações como ementa, assunto e letra do ato no portal.

Sistema de planejamento de Obras – Módulo de obras e posturas:

O Sistema de Planejamento e Obras, através do Módulo Obras e Posturas, deverá oferecer um conjunto abrangente de funcionalidades para gerenciar eficientemente os processos relacionados a obras, alvarás e fiscalizações no município. Este módulo deverá apresentar as seguintes características e capacidades:

Gestão de Documentos e Cadastros: O sistema deverá emitir e controlar uma ampla gama de documentos, incluindo Alvará de Demolição, Certidão de Registro, Alvará de Licença de Construção, Carta de Habite-se, entre outros. Deverá proporcionar uma interligação robusta com os cadastros imobiliários, permitindo o registro detalhado de construções aprovadas, com informações como alvarás, habite-se e certidões relacionadas. O módulo deverá manter um cadastro atualizado de fiscais, engenheiros e arquitetos responsáveis pelas obras, incluindo informações como número do CREA e data de validade, além de um controle de construtoras com suas respectivas informações e vínculos profissionais.

Controle de Alvarás e Obras: O módulo deverá oferecer um controle minucioso dos tipos de alvarás (construção, ampliação, demolição, reforma) e das finalidades das obras (residencial, comercial, industrial, etc.). Deverá permitir a personalização dos tipos de construção e possibilitar o gerenciamento de informações adicionais conforme necessidade. O sistema deverá controlar a conclusão de obras/alvarás de forma parcial ou total, com registro de datas, áreas concluídas e fiscais responsáveis. Deverá também permitir o cálculo e lançamento de valores para diversos tipos de alvarás, incluindo taxas e tributos, com fórmulas de cálculo configuráveis.

Emissão de Documentos e Guias: O sistema deverá permitir a emissão de diversos tipos de alvarás e habite-se com layouts totalmente configuráveis, buscando automaticamente as informações relevantes do processo de liberação. As guias de pagamento deverão ser emitidas com layout personalizado, código de barras padrão FEBRABAN e cálculo automático de acréscimos para pagamentos em atraso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Controle de Parcelamento de Solo e Integração com INSS: O módulo deverá oferecer controle de parcelamento de solo, remembramento e desmembramento através de um sistema de workflow. Deverá permitir a geração de arquivos com informações dos alvarás para o INSS, garantindo a conformidade com as exigências legais.

Funcionalidades Avançadas: O sistema deverá permitir a definição de regras de cálculo para área total do alvará, considerando diversos fatores como área existente, ampliada, irregular, etc. Deverá possibilitar a atualização automática do cadastro imobiliário ao concluir uma obra e gerenciar as notas fiscais de mercadorias relacionadas à obra para cálculo e apuração do ISS de construção civil.

Processos Online e Fiscalização: O módulo deverá permitir que engenheiros e arquitetos registrem pedidos de alvarás online para qualquer terreno/imóvel do município. Deverá incluir rotinas para geração de processos fiscais, notificações e autos de infração para obras sem o devido alvará, além de possibilitar o embargo de obras. O sistema deverá oferecer funcionalidades para análise de viabilidade e projetos de forma online, com emissão automática de documentos e possibilidade de assinatura digital.

Mobilidade e Relatórios: O sistema deverá permitir acesso online via tablet ou celular, possibilitando a emissão de documentos por impressora térmica conectada via Bluetooth. Deverá gerar relatórios diários e mensais de atividades, oferecer acesso rápido a informações cadastrais e visualização automática de processos tramitados.

Notificações Eletrônicas e Recursos: O módulo deverá permitir o envio de notificações e autuações eletrônicas diretamente ao endereço eletrônico do notificado/autuado. Deverá possibilitar a abertura de requerimentos no portal do cidadão para interposição de recursos de defesa, abrangendo todas as fases de julgamento até a resposta final ao requerente de forma online.

Estas funcionalidades visam proporcionar uma gestão eficiente e integrada dos processos relacionados a obras e posturas no município, facilitando o trabalho dos servidores, agilizando os processos para os cidadãos e garantindo o cumprimento das normas legais. O sistema deve ser projetado para ser intuitivo, flexível e altamente configurável, adaptando-se às necessidades específicas do município em termos de gestão de obras e posturas.

Portal único do Cidadão

Módulo de transparência e acesso à informação:

O Portal Único do Cidadão, através do Módulo Transparência e Acesso à Informação, representa um elemento crucial na promoção da transparência e participação cidadã na gestão pública. Este módulo deve ser projetado para atender rigorosamente às exigências legais e proporcionar uma interface intuitiva e abrangente para o acesso às informações públicas. A seguir, uma explanação detalhada das funcionalidades requeridas:

Conformidade Legal:



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

O módulo deve estar em total conformidade com as Leis Complementares nº 101 e nº 131 da Secretaria do Tesouro Nacional, os anexos da Lei nº 9.755/98 do TCU, e os preceitos da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Esta conformidade é fundamental para garantir a legalidade e a transparência das informações disponibilizadas. O sistema deve ser capaz de se adaptar rapidamente a eventuais mudanças na legislação, assegurando que o município esteja sempre em dia com suas obrigações legais de transparência.

Abrangência das Informações: O sistema deve permitir consultas detalhadas sobre contratos, convênios, compras diretas, licitações, movimentações de estoque, bens patrimoniais e veículos da frota municipal. Cada uma dessas categorias deve conter informações específicas e relevantes. Por exemplo, para contratos, deve-se incluir partes envolvidas, objeto, valor, prazo e aditivos. Para licitações, deve-se disponibilizar editais, participantes, propostas, resultados e contratos decorrentes.

O módulo deve gerar publicações sobre obras em andamento, incluindo cronogramas detalhados, valores investidos, origem dos recursos, responsáveis pela fiscalização e status atual. Essas informações devem ser atualizadas regularmente para refletir o progresso real das obras.

É crucial que o módulo disponibilize informações orçamentárias, incluindo emendas, balanços de exercícios anteriores e relatórios de execução orçamentária. Estes documentos devem ser apresentados de forma clara e compreensível, possivelmente com gráficos e explicações simplificadas para facilitar o entendimento do público leigo.

Transparência Fiscal e Financeira: O portal deve permitir a consulta detalhada dos tributos arrecadados e recursos recebidos pelo município. Isso inclui a discriminação por tipo de tributo, período de arrecadação e comparativos com períodos anteriores. Deve gerar publicações do balanço consolidado das contas do contratante, autarquias e entidades beneficiadas por repasses públicos, oferecendo uma visão completa das finanças municipais. É essencial a disponibilização de informações sobre programas estaduais e federais, incluindo os valores repassados, objetivos dos programas, metas alcançadas e impacto na comunidade. Esta funcionalidade promove a transparência nas relações intergovernamentais e permite ao cidadão compreender melhor a origem e aplicação dos recursos públicos.

Compras e Licitações: O módulo deve gerar publicações mensais das compras realizadas pela administração direta e indireta, considerando os processos licitatórios. Estas publicações devem incluir detalhes como fornecedores, valores, quantidades, especificações dos produtos ou serviços adquiridos e modalidade de licitação utilizada.

Deve permitir a consulta detalhada de empenhos emitidos, liquidados e pagamentos efetuados. Esta funcionalidade deve oferecer filtros por período, fornecedor, tipo de despesa e unidade administrativa, permitindo um acompanhamento preciso da execução financeira.

Recursos Humanos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

O sistema deve proporcionar uma visão transparente da área de pessoal, incluindo estrutura organizacional, cargos, funções, salários e centros de custos. Deve-se apresentar um organograma interativo da administração municipal, permitindo ao cidadão compreender a estrutura e as responsabilidades de cada setor.

Deve permitir a consulta de informações sobre concursos públicos e processos seletivos, incluindo editais, número de vagas, candidatos inscritos, aprovados e nomeados. A transparência nos gastos com diárias deve ser detalhada, especificando finalidade, destino, período e valores individuais.

O módulo deve oferecer consultas específicas sobre regimes de trabalho, quantidade de vagas disponíveis e ocupadas por tipo de cargo, funcionários cedidos e recebidos, aposentadorias e pensões. Deve-se incluir informações sobre estagiários, local de trabalho e período de contrato.

Funcionalidades Avançadas: O módulo deve oferecer recursos de ordenação das consultas por diversos critérios como códigos, valores, nomes e tipos. Deve disponibilizar acesso a relatórios legais gerados pelos sistemas de gestão, garantindo a integridade e consistência das informações.

Deve apresentar demonstrativos detalhados da folha de pagamento, permitindo a configuração dos proventos e descontos a serem exibidos. Esta funcionalidade deve respeitar as normas de privacidade, exibindo informações agregadas quando necessário.

O sistema deve possibilitar consultas sobre o horário de trabalho regular dos funcionários, promovendo transparência na gestão de pessoal. Deve também permitir a visualização de informações de forma consolidada e por entidade gestora municipal, oferecendo uma visão tanto global quanto específica da administração.

Acessibilidade e Usabilidade:

O portal deve contar com uma área de acessibilidade robusta, oferecendo opções como alto contraste, ajuste de tamanho de fonte e ferramentas de auxílio à leitura para deficientes visuais. Estas funcionalidades devem ser testadas e aprovadas por organizações especializadas em acessibilidade digital.

Deve permitir o acesso fácil às legislações municipais, possivelmente com um sistema de busca avançada que permita filtrar por tipo de legislação, data de publicação, palavras-chave, etc. O módulo deve possuir um campo de busca geral eficiente para facilitar a localização das informações em todo o portal.

Customização e Gerenciamento: O sistema deve permitir um alto grau de customização das consultas disponíveis, possibilitando ao usuário administrador definir quais informações serão exibidas e como serão apresentadas. Deve oferecer a capacidade de criar novos grupos de consulta, permitindo a ampliação das informações além das disponibilizadas de forma padrão. Deve ser possível realizar upload de arquivos ou links relacionados, expandindo assim o escopo das informações disponíveis. O sistema deve incluir uma rotina para publicação de relatórios no Portal, permitindo o upload desses relatórios em vários formatos.

Atualização em Tempo Real e Segurança: As informações devem ser disponibilizadas em tempo real, sem necessidade de digitação, exportação ou importação manual de dados. O



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

sistema deve informar claramente a data da última atualização de cada item, garantindo a transparência quanto à atualidade das informações.

A segurança das informações deve ser uma prioridade, com medidas robustas para prevenir acessos não autorizados ou alterações indevidas nos dados. Ao mesmo tempo, o sistema deve ser projetado para suportar um alto volume de acessos simultâneos, garantindo disponibilidade constante das informações ao público.

Conformidade com Exigências Específicas: O módulo deve atender aos critérios avaliados pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR) no desenvolvimento do Índice de Transparência Pública (ITP), baseando-se na "Cartilha de orientações para cidadãos, gestores públicos e Tribunais de Contas" referente ao ano vigente. Deve também atender ao Decreto Municipal nº 7.642/2018 de maneira automática, sem necessidade de geração e upload manual de relatórios.

Funcionalidades Adicionais:

O sistema deve incluir consultas específicas como Ajuda de Custos/Adiantamentos realizados, Convênios de Repasse com seus respectivos anexos, e uma Relação de Funcionários Terceirizados. Deve permitir a criação de modelos de arquivos (Templates) para serem vinculados em novas consultas, facilitando a padronização das informações.

O módulo deve possibilitar a exibição de avisos no Portal em forma de pop-up, com opção de adicionar imagens, permitindo uma comunicação efetiva com os usuários sobre atualizações importantes ou informações de destaque.

Em suma, este Módulo de Transparência e Acesso à Informação deve ser uma ferramenta robusta, flexível e abrangente, capaz de atender às diversas necessidades de transparência do município. Deve não apenas cumprir as exigências legais, mas ir além, proporcionando aos cidadãos uma visão clara, detalhada e acessível da gestão pública municipal em todos os seus aspectos.

Módulo de autoatendimento:

O Módulo Autoatendimento do Portal Único do Cidadão é uma ferramenta essencial para promover a eficiência e a transparência na interação entre o cidadão e a administração pública. Este módulo deve oferecer uma ampla gama de funcionalidades que permitam aos usuários acessar serviços e informações de forma rápida, segura e conveniente. A seguir, uma explanação detalhada das características e capacidades requeridas:

Processos Digitais e Integração: O módulo deve dispor de um serviço robusto para emissão de processos digitais, integrando-se seamlessly com os cadastros imobiliários e de atividades disponíveis no sistema Tributário. Esta integração é crucial para garantir a consistência e atualidade das informações, permitindo que o cidadão inicie processos com base em dados já existentes no sistema municipal.

A emissão de processos digitais deve oferecer a opção de utilização de assinatura digital com e-CPF ou e-CNPJ, seguindo o padrão ICP-Brasil. Esta funcionalidade garante a autenticidade e integridade dos documentos submetidos, aumentando a segurança jurídica dos processos. O sistema deve permitir a adição de serviços específicos ao Portal, com possibilidade de integração com o sistema de processo digital. Deve ser possível configurar roteiros de



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

tramitação personalizados conforme o assunto e sub assunto informado, proporcionando flexibilidade na gestão dos fluxos de trabalho.

Acesso à Informação e Ouvidoria: Em conformidade com a Lei 12.527/2011, o módulo deve disponibilizar um serviço de Acesso à Informação, permitindo a protocolização de requerimentos e a consulta a dados sobre obras, ações, estrutura organizacional e perguntas frequentes. Esta funcionalidade é essencial para promover a transparência e o engajamento cidadão.

O sistema deve possibilitar que processos de denúncias, dúvidas e sugestões sejam abertos através do autoatendimento e aplicativo, sendo direcionados para o setor de Ouvidoria. A opção de anonimato para o requerente é crucial para encorajar a participação cidadã em questões sensíveis.

Emissão de Guias e Consultas: O módulo deve permitir a configuração para emissão de guias de pagamento de taxas e tarifas em padrão bancário, associadas aos processos digitais. Esta funcionalidade deve ser flexível, permitindo definir sub-receitas correspondentes para cada assunto.

O portal deve oferecer um serviço robusto de consulta ao andamento dos processos digitais e de fluxo dinâmico, exigindo apenas o número do processo e código verificador ou CPF/CNPJ do requerente. Deve ser possível anexar novos documentos e lançar informações complementares durante a consulta.

Acesso e Segurança: O sistema deve gerenciar as liberações de acesso com base em solicitações realizadas pelo contribuinte através do portal. Deve oferecer funcionalidades para alteração e recuperação de senha, com validação de dados cadastrais conforme parametrização.

Serviços para Fornecedores: O módulo deve disponibilizar serviços específicos para fornecedores, incluindo autenticação de Certificado de Registro Cadastral, readequação de valores em licitações por lote, preenchimento online de propostas comerciais com criptografia de dados, e consulta a valores retidos e a receber.

Recursos Humanos e Folha de Pagamento:

Para funcionários, o sistema deve oferecer uma gama de serviços, incluindo emissão de folha de pagamento, consulta a períodos aquisitivos de férias, emissão de ficha financeira, espelho de ponto, comprovante de imposto de renda retido, declaração de tempo de serviço, entre outros. Deve permitir a atualização de dados pessoais e solicitações diversas ao RH.

Serviços Tributários: O módulo deve possibilitar a emissão de guias de diversos tributos, extratos de débitos, certidões negativas, pedidos de alvará, emissão de notas fiscais eletrônicas, entre outros serviços relacionados à área tributária.

Customização e Usabilidade: O portal deve ser altamente customizável, permitindo o cadastro de recados, boxes informativas, destaque para serviços mais acessados e favoritos do usuário. Deve possuir layout responsivo, adaptando-se a dispositivos móveis, e oferecer recursos de acessibilidade.

Carta de Serviços e Avaliação: Em conformidade com a Lei 13.460 de 2017, o módulo deve disponibilizar uma Carta de Serviços completa, permitindo acesso direto aos serviços. Deve





PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

também implementar um sistema de avaliação dos serviços pelos cidadãos, abrangendo aspectos como satisfação, qualidade do atendimento e cumprimento de prazos.

Segurança e Validação: O sistema deve implementar medidas de segurança robustas, incluindo validação por reCAPTCHA para serviços acessados sem login, garantindo a proteção contra acessos automatizados maliciosos.

Este Módulo de Autoatendimento deve ser projetado para ser intuitivo, abrangente e altamente funcional, proporcionando aos cidadãos uma plataforma eficiente para interagir com a administração pública. Deve não apenas facilitar o acesso a serviços e informações, mas também promover a transparência, a participação cidadã e a eficiência administrativa. A implementação bem-sucedida deste módulo pode significar um grande avanço na modernização da gestão pública municipal, aproximando o governo dos cidadãos e otimizando processos administrativos.

Módulo de ouvidoria:

O Módulo Ouvidoria do Portal Único do Cidadão é uma ferramenta essencial para promover a participação cidadã e a transparência na gestão pública. Este módulo deve oferecer um conjunto abrangente de funcionalidades para gerenciar eficientemente os processos de ouvidoria, desde sua abertura até seu arquivamento. A seguir, uma explanação detalhada das características e capacidades requeridas:

Tramitação Digital e Configuração de Roteiros: O módulo deve permitir a tramitação inteiramente digital dos processos, eliminando a necessidade de papel. Deve possibilitar a configuração de roteiros internos de cumprimento automático para cada assunto, incluindo a definição de prazos para cada etapa. Esta funcionalidade promove a eficiência e a padronização no tratamento das demandas.

Notificações e Transparência: O sistema deve notificar o requerente e demais interessados a cada trâmite processual, através de e-mail. Deve permitir ao requerente visualizar os documentos obrigatórios e necessários para cada assunto no momento da abertura do processo via autoatendimento. Estas funcionalidades garantem a transparência e mantêm o cidadão informado sobre o andamento de sua solicitação.

Controle e Gerenciamento de Processos:

O módulo deve oferecer um controle completo das fases de um processo, desde seu registro até seu arquivamento, respeitando as permissões de acesso dos usuários. Deve permitir a vinculação de processos por apensamento e possibilitar a assinatura eletrônica com certificado digital no padrão ICP-Brasil em diversas etapas do processo.

Tramitação e Movimentação: O sistema deve permitir a tramitação de processos entre centros de custos ou usuários, com notificação automática ao destinatário. Deve oferecer funcionalidades para movimentação em lote, recebimento coletivo e arquivamento múltiplo de processos, otimizando o trabalho dos servidores.

Relatórios e Estatísticas: O módulo deve disponibilizar uma variedade de relatórios gerenciais e estatísticos, com opções de agrupamento por diversos critérios. Deve permitir a emissão de gráficos dos processos por assunto, sub assunto e centro de custos, fornecendo uma visão clara e analítica das demandas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Anonimato e Personalização: O sistema deve permitir o cadastro de processos com requerente anônimo, com opção de informar contato, respeitando a privacidade do cidadão quando necessário. Deve possibilitar a emissão de etiquetas personalizadas e comprovantes de encerramento configuráveis.

Acompanhamento e Acesso:

O módulo deve oferecer um serviço específico via internet para que o requerente acompanhe sua solicitação, permitindo a inclusão de novos anexos e informações complementares. Deve disponibilizar uma rotina para que o gestor visualize todos os processos, independente do centro de custos.

Usabilidade e Flexibilidade:

O sistema deve permitir a inserção de textos sem limite de caracteres, a criação de repositórios de modelos (templates) para documentos, e oferecer filtros variados para gerenciamento de processos. Deve manter um histórico detalhado de todas as ações realizadas no processo.

Validações e Configurações: O módulo deve possuir validações para evitar duplicidade de registros, permitir configurações de envio de e-mail em diversas etapas do processo, e oferecer opções para paralisar processos com prazo suspenso.

Integração e Segurança: O sistema deve integrar-se com outras funcionalidades do portal, como o autoatendimento, e implementar medidas de segurança para garantir a integridade e confidencialidade das informações.

Módulo de Gestão de Cemitério:

O Módulo Gestão de Cemitérios do Portal Único do Cidadão é uma ferramenta essencial para a administração eficiente e transparente dos cemitérios municipais. Este módulo deve oferecer um conjunto abrangente de funcionalidades para gerenciar todos os aspectos relacionados aos cemitérios, desde o cadastro de informações básicas até o registro de eventos complexos. A seguir, uma explanação detalhada das características e capacidades requeridas:

Cadastros Básicos: O sistema deve permitir o cadastro detalhado de cemitérios, lotes, sepulturas, capelas mortuárias, causas de morte, funerárias, ossuários e coveiros. Deve incluir a possibilidade de cadastrar horários de trabalho para cada coveiro, otimizando a gestão de recursos humanos. Estes cadastros formam a base de dados essencial para todas as outras operações do sistema.

Registro de Pessoas:

O módulo deve possibilitar o cadastro de declarantes responsáveis pelos falecidos, médicos responsáveis e os próprios falecidos. Estas informações são cruciais para manter um registro preciso e completo de cada sepultamento.

Gestão de Eventos: O sistema deve permitir o agendamento e registro de sepultamentos, exumações, transferências para ossuários, mudanças de cemitérios ou cidades, transferências para outros lotes e desapropriações. Cada um desses eventos deve ser registrado com detalhes, mantendo um histórico completo de cada sepultura.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Documentação: O módulo deve possibilitar a associação de documentos digitais a diversos cadastros, incluindo cemitérios, lotes, sepulturas, capelas mortuárias, funerárias, agendamentos, sepultamentos, exumações, transferências e desapropriações. Esta funcionalidade é essencial para manter um arquivo digital completo e facilmente acessível.

Relatórios: O sistema deve oferecer uma variedade de relatórios para atender às necessidades de gestão e transparência. Isso inclui relatórios de quantidade de sepultamentos por funerária, listagens de falecidos, dados de agendamentos, sepultamentos, exumações, transferências e desapropriações. Deve também permitir a emissão de relatórios personalizados para atender a necessidades específicas.

Documentos Oficiais:

O módulo deve possibilitar a emissão de documentos oficiais, como títulos de aforamento perpétuo com boletos para pagamento, termos de isenção para taxa de abertura de sepultura e dados de localização de sepultados. Estes documentos são essenciais para a gestão legal e financeira dos cemitérios.

Auditoria:

O sistema deve incluir rotinas de auditoria para monitorar a utilização do sistema, especialmente para ações críticas como agendamentos, sepultamentos, exumações, transferências, desapropriações e mudanças de cidade/cemitério. Esta funcionalidade é crucial para manter a integridade e a confiabilidade dos dados.

Usabilidade e Integração: O módulo deve ser projetado com uma interface intuitiva e de fácil uso, permitindo que funcionários com diferentes níveis de habilidade técnica possam operá-lo eficientemente. Deve também integrar-se seamlessly com outros módulos do sistema municipal, como financeiro e atendimento ao cidadão.

Segurança e Privacidade: Considerando a natureza sensível das informações gerenciadas, o sistema deve implementar robustas medidas de segurança e controle de acesso, garantindo a privacidade dos dados e o cumprimento de regulamentações pertinentes.

Flexibilidade e Customização: O módulo deve ser flexível o suficiente para se adaptar às necessidades específicas de diferentes municípios, permitindo a customização de campos, relatórios e processos conforme necessário.

Módulo de gestão de website institucional:

O Módulo Portal Institucional (Website) do Portal Único do Cidadão é uma ferramenta essencial para a comunicação efetiva entre a administração municipal e os cidadãos. Este módulo deve oferecer um conjunto abrangente de funcionalidades para criar e gerenciar um website institucional informativo, interativo e acessível. A seguir, uma explanação detalhada das características e capacidades requeridas:

Serviços Informativos e Acesso à Informação: O sistema deve permitir o cadastro de serviços informativos para orientação aos contribuintes, incluindo requisitos e detalhes sobre os serviços prestados pela Entidade. Deve dispor de uma área específica para consulta de dados de Acesso à Informação, em conformidade com a Lei 12.527/2011, abrangendo informações sobre obras, ações, estrutura organizacional, perguntas frequentes e horário de atendimento.

Interatividade e Engajamento:





PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

O módulo deve possibilitar o cadastro de enquetes, com opção de autenticação para votação, permitindo a participação dos cidadãos em questões relevantes. Deve também incluir um sistema de cadastro de notícias, com capacidade de relacionar imagens, serviços, links e categorias, e definir destaques para a página inicial.

Design Responsivo e Customização: O portal institucional deve apresentar um layout responsivo, adaptando-se a dispositivos móveis. Deve permitir a customização do tema de cores para se adequar à identidade visual da entidade, incluindo a definição de cores para o portal e sub portais.

Gestão de Conteúdo: O sistema deve oferecer ferramentas para o cadastro e gerenciamento de diversos tipos de conteúdo, incluindo avisos em pop-up, agenda de eventos, mídias, banners, menus, galerias, vídeos e links úteis. Deve permitir a criação de sub portais para secretarias ou departamentos específicos.

Acessibilidade e Usabilidade:

O módulo deve dispor de recursos de acessibilidade, como alto contraste, ajuste de tamanho de fonte e integração com VLibras. Deve incluir um campo de pesquisa eficiente e permitir a categorização e filtragem de notícias para facilitar a navegação.

Integração e Transparência: O portal deve disponibilizar acesso direto ao portal de autoatendimento e incluir funcionalidades para acompanhamento de licitações ao vivo. Deve permitir a exibição de informações sobre obras e ações da entidade, bem como dados de contato e horário de atendimento.

Relatórios e Análises: O sistema deve gerar relatórios sobre as notícias mais acessadas, permitindo análises por período, auxiliando na compreensão do engajamento dos usuários e na otimização do conteúdo.

Comunicação e Redes Sociais: O módulo deve possibilitar o cadastro de e-mails para newsletter e disponibilizar uma área para exibição de ícones de redes sociais da entidade, ampliando os canais de comunicação com os cidadãos.

Flexibilidade e Personalização: O sistema deve oferecer ampla flexibilidade na configuração e personalização do portal, permitindo ajustes em elementos como banners, menus, conteúdos destacados e layout geral, para atender às necessidades específicas da entidade.

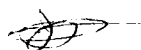
Segurança e Gestão de Acesso: Deve implementar medidas robustas de segurança e controle de acesso, garantindo a integridade das informações publicadas e a proteção contra acessos não autorizados.

Sistema de Assistência Social

Módulo de Atendimento Social:

O Sistema de Gestão da Assistência Social, através do Módulo Atendimento Social, é uma ferramenta crucial para a gestão eficiente e eficaz dos serviços de assistência social no município. Este módulo deve oferecer um conjunto abrangente de funcionalidades para configurar, parametrizar e gerenciar os diversos aspectos do atendimento social. A seguir, uma explanação detalhada das características e capacidades requeridas:

Configurações Básicas: O sistema deve permitir a vinculação dos tipos de unidades assistenciais com as vulnerabilidades atendidas, possibilitando uma organização eficiente dos





PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

serviços. Deve oferecer a opção de configurar a atualização automática das telas em minutos, garantindo que as informações estejam sempre atualizadas.

Parâmetros Financeiros: O módulo deve permitir a atualização de valores cruciais como o salário-mínimo vigente, a linha de pobreza e a linha de extrema pobreza. Deve também possibilitar a configuração de valores para benefícios específicos, como o Programa Família Acolhedora, incluindo valores diferenciados para casos especiais.

Gestão de Tempo e Atendimento: O sistema deve permitir a configuração do tempo de atendimento dos profissionais, com ajuste automático das agendas. Deve incluir parâmetros para controlar o tempo de alteração de atendimentos individuais, registros de contrarreferência e dispensação de benefícios.

Controle de Grupos e Serviços: O módulo deve oferecer opções para gerenciar o desligamento de integrantes de grupos de serviço, com a possibilidade de desligamento automático do serviço associado. Deve permitir a parametrização da transferência de integrantes entre unidades dentro do mesmo serviço.

Alertas e Notificações: O sistema deve alertar o operador sobre dispensações de benefícios duplicadas dentro de uma mesma família. Deve também notificar e resolver automaticamente pendências ao inativar um profissional.

Customização de Campos e Registros: O módulo deve permitir a customização da obrigatoriedade de campos, como o Valor Base no cadastro de benefícios. Deve oferecer opções para restringir o cadastro de atendimentos coletivos apenas a integrantes das famílias, se parametrizado.

Controle Automático de Situações de Vulnerabilidade: O sistema deve possibilitar o controle automático da entrada e saída de pessoas das situações de pobreza e extrema pobreza, baseado na renda per capita.

Geração de Indicadores: O módulo deve permitir a parametrização dos profissionais de cada unidade assistencial que serão considerados para a geração de indicadores para o RMA (Relatório Mensal de Atendimentos).

Gestão de Serviços Específicos: O sistema deve oferecer controle separado para serviços de Família Acolhedora, distinguindo entre crianças/adolescentes e idosos, com possibilidade de valores diferenciados.

Integridade de Dados:

O módulo deve conter parametrizações para evitar a unificação ou exclusão indevida de registros críticos, como famílias acolhedoras.

Acesso ao Sistema:

Deve disponibilizar um portal para solicitação de acesso ao sistema, coletando dados cadastrais básicos dos usuários.

Estas funcionalidades visam proporcionar uma gestão completa e flexível do atendimento social, permitindo que o município adapte o sistema às suas necessidades específicas, garantindo eficiência no atendimento e precisão no controle dos serviços e benefícios oferecidos.

Cadastros Gerais:



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

O Sistema de Gestão da Assistência Social, através do Módulo Atendimento Social, deve oferecer um conjunto abrangente e detalhado de funcionalidades para o cadastro e gerenciamento de informações essenciais. Este módulo deve ser projetado para atender às complexas necessidades de registro e acompanhamento dos serviços de assistência social. A seguir, uma explanação detalhada das características e capacidades requeridas:

Cadastros Gerais:

O sistema deve implementar um robusto sistema de controle de acesso, permitindo o cadastro detalhado de privilégios para usuários ou grupos de usuários. Esta funcionalidade deve possibilitar uma granularidade fina no controle de acesso às diferentes funcionalidades do sistema, garantindo a segurança e a integridade das informações.

Deve incluir um sistema de notificações que permita o envio de mensagens para um ou mais usuários, com a capacidade de anexar arquivos. Estas notificações devem ser exibidas de forma proeminente sempre que o usuário acessar o sistema, assegurando que informações importantes sejam prontamente comunicadas.

O módulo deve oferecer cadastros completos e interligados de dados geográficos e administrativos, incluindo municípios, bairros, tipos de logradouros, logradouros e localidades. Estes cadastros devem permitir a vinculação com as unidades assistenciais responsáveis, facilitando a gestão territorial dos serviços.

Deve incorporar cadastros específicos para informações socioeconômicas e culturais, como religiões, escolas, tipos de renda e despesa, comunidades quilombolas e etnias indígenas. Estes cadastros são essenciais para uma compreensão abrangente do contexto social dos beneficiários.

O sistema deve incluir cadastros técnicos como CBO (Cadastro Brasileiro de Ocupações), CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) e CID (Classificação Internacional de Doenças), permitindo uma categorização precisa das informações profissionais e de saúde.

Cadastro de Pessoas:

O módulo deve oferecer um cadastro de pessoas extremamente detalhado, capturando uma ampla gama de informações pessoais e sociais. Este cadastro deve incluir:

Informações Básicas: Nome completo, nome social, sexo, raça/cor, data de nascimento, filiação, estado civil, nacionalidade, com campos específicos para cada detalhe relevante.

Documentação: Registro completo de documentos pessoais, incluindo CPF, NIS, CNS, RG, título de eleitor, carteira de trabalho e certidões diversas. Cada documento deve ter campos específicos para número, data de emissão, órgão emissor e outras informações pertinentes.

Endereço e Contato: Cadastro detalhado de endereço, incluindo CEP, tipo de logradouro, número, complemento, bairro e município. Deve permitir o registro de múltiplos contatos, incluindo telefones, e-mail e pessoas para recado.

Escolaridade e Trabalho: Informações sobre escolaridade, incluindo nível de ensino, instituição, curso e situação atual. Dados trabalhistas devem incluir situação de emprego, cargo/função, data de admissão e capacidade para o trabalho.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Informações Socioeconômicas: Registro detalhado de rendas, despesas e participação em programas de transferência de renda, com campos para tipo, valor e data de atualização.

Saúde e Vulnerabilidades: Cadastro de informações de saúde, incluindo deficiências, necessidades de cuidados especiais e CID associado. Registro de vulnerabilidades identificadas, com data de identificação e profissional responsável.

Medidas Socioeducativas: Para casos aplicáveis, deve permitir o registro de medidas socioeducativas, incluindo tipo, número de processo, data de início e término.

Cadastro de Famílias:

O cadastro de famílias deve ser abrangente, permitindo uma visão holística da unidade familiar:

Composição Familiar: Identificação do responsável/chefe da família, código familiar, número de integrantes, classe social e tipo de família (contemporânea, homoafetiva, monoparental, quilombola, indígena, ribeirinha, cigana).

Endereço e Moradia: Detalhamento completo do endereço da família, com funcionalidade para atualização automática do endereço de todos os membros. Informações sobre o domicílio, incluindo tipo, situação, número de cômodos, condições sanitárias e de infraestrutura.

Informações Socioeconômicas: Registro de rendas, despesas e participação em programas sociais da família como um todo.

Saúde Familiar: Cadastro de informações de saúde relevantes para toda a família, como presença de gestantes, idosos que necessitam de cuidados, portadores de doenças graves ou usuários de substâncias.

Convivência Familiar e Comunitária: Registro detalhado sobre a dinâmica familiar, incluindo tempo de residência no local, conflitos familiares, redes de apoio e participação comunitária.

Programa Bolsa Família: Funcionalidade específica para registro de ocorrências relacionadas ao cumprimento das condicionalidades do programa.

Família Acolhedora: Capacidade de registrar informações sobre pessoas acolhidas pela família, incluindo detalhes sobre a situação de acolhimento e cuidados necessários.

Funcionalidades Avançadas:

Georreferenciamento: Capacidade de registrar e visualizar a localização geográfica do domicílio da família.

Gestão de Composição Familiar: Ferramentas para transferência de pessoas entre famílias e troca de responsável familiar.

Registro de Contatos: Funcionalidade para documentar todos os contatos realizados com a família, incluindo data, hora, profissional responsável e detalhes da interação.

Relatórios e Impressões: Capacidade de gerar relatórios personalizados e imprimir fichas cadastrais completas.

Integração e Segurança:

O módulo deve garantir a integração perfeita entre os cadastros de pessoas e famílias, permitindo uma visão unificada e coerente das informações.

Deve implementar rigorosos controles de segurança e auditoria, registrando todas as alterações realizadas, com data, hora e usuário responsável.

Deve oferecer flexibilidade para adicionar novos campos e customizar formulários conforme as necessidades específicas do município, sem comprometer a integridade do sistema.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Este Módulo de Atendimento Social deve ser projetado para ser uma ferramenta robusta e flexível, capaz de atender às diversas necessidades de registro e acompanhamento dos serviços de assistência social. Deve não apenas cumprir as exigências legais e normativas, mas também proporcionar aos profissionais da assistência social uma plataforma eficiente e intuitiva para o gerenciamento das informações cruciais para o atendimento às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

Índice de desenvolvimento familiar e prontuário familiar

Compreendo a necessidade de manter o volume de conteúdo e fornecer mais detalhes. Vou expandir o texto, abordando cada tópico de forma mais abrangente:

Índice de Desenvolvimento da Família (IDF)

O sistema para cálculo e gestão do Índice de Desenvolvimento da Família (IDF) deve ser projetado com atenção meticulosa aos detalhes e requisitos específicos estabelecidos pelo Informativo nº 157 do Programa Bolsa Família ou sua versão mais atualizada. Este módulo crítico do sistema apresenta desafios significativos em termos de precisão, flexibilidade e usabilidade.

O cálculo do IDF deve ser implementado com um algoritmo robusto e adaptável, capaz de processar uma ampla gama de variáveis socioeconômicas. O sistema deve ser projetado para lidar com possíveis alterações nas fórmulas de cálculo ou na ponderação das variáveis, permitindo atualizações sem necessidade de reescrever todo o código-base.

A exibição gráfica das seis dimensões do IDF requer uma abordagem sofisticada de visualização de dados. O sistema deve incorporar bibliotecas de gráficos avançadas, capazes de renderizar visualizações interativas e responsivas. Cada dimensão do IDF deve ser claramente representada, permitindo aos usuários uma compreensão imediata e intuitiva dos resultados.

A coleta automática de informações para as seis dimensões do IDF apresenta desafios significativos de integração de dados. O sistema deve implementar rotinas de ETL (Extração, Transformação e Carga) robustas, capazes de coletar dados de múltiplas fontes, incluindo bancos de dados relacionais, APIs externas e, possivelmente, sistemas legados. A validação e limpeza desses dados são cruciais para garantir a integridade do índice calculado.

A funcionalidade de impressão do resultado do IDF deve ser desenvolvida com foco na clareza e na consistência visual. O sistema deve gerar relatórios em formatos padrão da indústria (como PDF), garantindo que todas as informações relevantes sejam apresentadas de maneira organizada e legível. Considerações sobre acessibilidade devem ser incorporadas, assegurando que os relatórios sejam compatíveis com leitores de tela e outras tecnologias assistivas.

Prontuário Familiar

O módulo de Prontuário Familiar representa o núcleo do sistema, exigindo uma arquitetura de dados complexa e uma interface de usuário altamente sofisticada. A exibição agrupada de informações na mesma tela apresenta desafios significativos de design de interface e experiência do usuário.

O sistema deve implementar um layout flexível e responsivo, capaz de se adaptar a diferentes tamanhos de tela e dispositivos. A interface deve utilizar técnicas avançadas de design, como accordions, tabs e modais, para organizar eficientemente a grande quantidade de informações sem sobrecarregar visualmente o usuário.





PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

As informações da família devem ser estruturadas de forma hierárquica, começando com os dados básicos (responsável pela família, código no Cadastro Único, quantidade de integrantes, etc.) e expandindo-se para detalhes mais específicos. O sistema deve implementar um modelo de dados que permita o rastreamento de mudanças ao longo do tempo, possibilitando a geração de históricos e análises longitudinais.

As informações de endereço e habitação devem ser tratadas com atenção especial à precisão e à validação. O sistema deve integrar-se com bases de dados geográficas para validação automática de endereços e CEPs. As informações habitacionais detalhadas (tipo de domicílio, número de cômodos, condições sanitárias, etc.) devem ser estruturadas de forma a permitir análises estatísticas e identificação de padrões de vulnerabilidade habitacional.

A composição familiar deve ser modelada de forma flexível, permitindo a representação de diversos tipos de estruturas familiares. O sistema deve suportar a adição, remoção e atualização de membros da família, mantendo um histórico dessas alterações para fins de auditoria e análise temporal.

As informações educacionais e de trabalho de cada membro da família devem ser vinculadas a bases de dados externas sempre que possível, para validação e atualização automática. O sistema deve implementar mecanismos de alerta para identificar discrepâncias ou mudanças significativas nessas informações.

A exibição de informações socioeconômicas, incluindo rendas, despesas e programas de transferência de renda, deve ser acompanhada de ferramentas de análise visual, como gráficos de tendência e comparativos. O sistema deve calcular automaticamente indicadores relevantes, como renda per capita e relação entre despesas e receitas.

As informações sobre vulnerabilidades, deficiências e medidas socioeducativas devem ser tratadas com sensibilidade extra, implementando níveis adicionais de controle de acesso e registro detalhado de todas as visualizações e alterações.

O módulo de atendimentos deve suportar diferentes tipos de interações (psicossocial, coletivo, individual) e implementar um robusto sistema de agendamento e acompanhamento. As configurações de sigilo devem ser aplicadas de forma granular, permitindo que informações sensíveis sejam protegidas mesmo dentro do contexto de um atendimento específico.

Os encaminhamentos devem ser gerenciados através de um fluxo de trabalho configurável, com notificações automáticas e acompanhamento de prazos. O sistema deve facilitar a comunicação entre diferentes setores e instituições envolvidas no atendimento à família.

A dispensação de benefícios deve ser integrada com sistemas de controle de estoque e orçamento, garantindo a rastreabilidade completa de cada benefício concedido. O sistema deve implementar workflows de aprovação configuráveis para autorização de benefícios.

As avaliações de monitoramento dos serviços socioassistenciais devem ser estruturadas de forma a permitir análises longitudinais e comparativas. O sistema deve suportar a criação de formulários personalizados de avaliação, com campos configuráveis e lógica condicional.

A implementação de filtros e funcionalidades de busca avançada é crucial para a usabilidade do sistema. Deve-se utilizar técnicas de indexação e caching para otimizar o desempenho das consultas, mesmo com grandes volumes de dados.

O controle de acesso e as configurações de sigilo devem ser implementados em múltiplas camadas, desde o nível de banco de dados até a interface do usuário. O sistema deve



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

suportar a definição de perfis de acesso granulares, permitindo a customização das permissões para cada tipo de usuário e função.

Por fim, o sistema deve incorporar funcionalidades avançadas de auditoria e logging, registrando detalhadamente todas as ações realizadas, especialmente aquelas relacionadas a informações sensíveis ou sigilosas. Isso não apenas atende a requisitos legais e de compliance, mas também fornece uma base sólida para a resolução de disputas e a melhoria contínua dos processos de assistência social.

A implementação bem-sucedida deste sistema complexo requer uma abordagem multidisciplinar, envolvendo especialistas em desenvolvimento de software, design de interface, segurança da informação, assistência social e políticas públicas. O resultado final deve ser um sistema que não apenas atenda aos requisitos técnicos, mas que também contribua significativamente para a eficácia e eficiência dos programas de assistência social, melhorando a qualidade de vida das famílias atendidas.

Cadastro de Unidades Assistenciais:

O sistema de Cadastro de Unidades Assistenciais representa um componente crítico na infraestrutura tecnológica de gestão da assistência social, demandando uma abordagem meticulosa em seu desenvolvimento e implementação. Este módulo deve ser concebido com o objetivo primordial de oferecer uma plataforma robusta e versátil para o gerenciamento integral das unidades que compõem a rede de atendimento social, abrangendo desde Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) até Casas-Lares para diferentes públicos-alvo.

A arquitetura do sistema deve ser fundamentada em princípios de escalabilidade e flexibilidade, permitindo a acomodação de um volume substancial de dados e a adaptação a futuras mudanças nas políticas e práticas de assistência social. O núcleo do cadastro deve ser estruturado em torno de um modelo de dados relacional robusto, capaz de capturar e interrelacionar eficientemente as diversas facetas de cada unidade assistencial.

No que tange ao processo de registro das unidades, o sistema deve implementar uma interface de usuário intuitiva e ergonômica, guiando o operador através de um fluxo lógico de entrada de dados. Os campos de entrada devem ser meticulosamente validados em tempo real, empregando técnicas avançadas de validação client-side e server-side para garantir a integridade e consistência dos dados. A categorização das unidades deve ser implementada através de um sistema de taxonomia flexível, permitindo a fácil adição ou modificação de tipos de unidades conforme as necessidades evoluem.

O módulo de endereçamento merece atenção especial, dada sua importância para o mapeamento e planejamento estratégico da rede assistencial. A implementação deve ir além do simples registro textual, incorporando funcionalidades de georreferenciamento. Recomenda-se a integração com APIs de serviços de mapeamento de alto desempenho, como Google Maps ou OpenStreetMap, para facilitar não apenas a validação e normalização de endereços, mas também para possibilitar análises espaciais sofisticadas. Esta integração deve ser projetada com considerações de performance em mente, possivelmente implementando estratégias de caching para otimizar requisições repetitivas.

A gestão de contatos das unidades deve ser abordada com uma perspectiva de comunicação multicanal. O sistema deve suportar o registro e validação de diversos meios de contato, implementando lógicas de validação específicas para cada tipo (e.g., expressões regulares para validação de e-mails, formatação adequada para números telefônicos considerando



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

diferentes padrões regionais). Adicionalmente, deve-se considerar a implementação de funcionalidades de logging de comunicações, permitindo o registro e rastreamento de interações realizadas com cada unidade.

O componente de georreferenciamento e análise de proximidades entre unidades representa um aspecto tecnicamente desafiador e estrategicamente vital do sistema. A implementação deve utilizar algoritmos eficientes de cálculo de distâncias geoespaciais, possivelmente empregando índices espaciais no banco de dados para otimizar consultas de proximidade. A visualização destas relações espaciais deve ser realizada através de uma interface de mapeamento interativa, permitindo aos gestores uma compreensão intuitiva da distribuição geográfica da rede assistencial.

A gestão de eventos e atividades das unidades demanda uma abordagem sofisticada ao gerenciamento temporal de dados. O sistema deve implementar um motor de agendamento flexível, capaz de lidar com padrões complexos de recorrência e exceções. A persistência destes dados deve ser cuidadosamente projetada para permitir consultas eficientes em diferentes granularidades temporais (diária, semanal, mensal). A interface de calendário deve ser altamente interativa, possivelmente implementada utilizando bibliotecas JavaScript modernas como FullCalendar, oferecendo funcionalidades de drag-and-drop para facilitar o reagendamento de eventos.

O controle de status de eventos e o registro de atividades devem ser integrados a um sistema abrangente de workflow, permitindo a definição de fluxos de aprovação customizáveis e a geração automática de notificações. Este sistema deve ser projetado com base em princípios de máquinas de estado finito, garantindo a integridade das transições de status e facilitando a auditoria de mudanças.

A geração de relatórios e análises constitui um aspecto crucial do sistema, demandando a implementação de um motor de business intelligence robusto. Este componente deve ser capaz de processar grandes volumes de dados em tempo real, oferecendo visualizações dinâmicas e interativas. A arquitetura de data warehousing deve ser considerada para otimizar consultas analíticas complexas sem impactar o desempenho das operações transacionais cotidianas.

A segurança e privacidade dos dados devem ser tratadas como preocupações primordiais em todos os aspectos do sistema. Isso inclui a implementação de criptografia de ponta a ponta para dados em trânsito e em repouso, autenticação multifator para acesso ao sistema, e um sistema granular de controle de acesso baseado em papéis (RBAC). Logs detalhados de todas as operações devem ser mantidos em um formato imutável, possivelmente utilizando técnicas de blockchain para garantir a integridade dos registros de auditoria.

A arquitetura geral do sistema deve adotar princípios de design orientado a serviços (SOA) ou microserviços, facilitando a integração com outros sistemas da ecologia de assistência social e permitindo a evolução independente de diferentes componentes. APIs RESTful bem documentadas devem ser expostas para facilitar a interoperabilidade, com consideração para implementação de GraphQL para consultas mais flexíveis e eficientes.

Em suma, o sistema de Cadastro de Unidades Assistenciais deve ser concebido não apenas como um repositório de informações, mas como uma plataforma estratégica para a gestão e otimização da rede de assistência social. Sua implementação requer uma abordagem multidisciplinar, combinando expertise em desenvolvimento de software, design de



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

experiência do usuário, análise de dados geoespaciais e compreensão profunda dos processos e necessidades do setor de assistência social. O resultado final deve ser um sistema que não apenas atenda às necessidades atuais, mas que também seja capaz de evoluir e se adaptar às mudanças futuras no panorama da assistência social.

Cadastro de Profissionais:

O módulo de Cadastro de Profissionais representa um componente crucial na arquitetura de sistemas de gestão da assistência social, demandando uma abordagem metódica e multifacetada em sua concepção e implementação. Este sistema deve ser projetado não apenas como um repositório de informações, mas como uma plataforma dinâmica e integrada que suporta a gestão eficiente dos recursos humanos no contexto da assistência social.

A estrutura fundamental do cadastro de profissionais deve ser alicerçada em um modelo de dados robusto e flexível, capaz de acomodar a diversidade de informações pertinentes a cada profissional. O sistema deve implementar um mecanismo sofisticado de validação de dados, empregando técnicas avançadas de verificação em tempo real para garantir a integridade e consistência das informações inseridas. Isso inclui a validação de documentos críticos como CPF, PIS/PASEP, CNS e CNH, possivelmente através de integrações com bases de dados governamentais para verificação automática da autenticidade e validade desses documentos. O componente de endereçamento dos profissionais deve ser implementado com uma abordagem que vai além do simples registro textual. Recomenda-se a integração com serviços de geolocalização e bases de dados de endereços oficiais, permitindo não apenas a validação e normalização automática dos endereços inseridos, mas também possibilitando análises geoespaciais avançadas. Isso pode incluir, por exemplo, a otimização de rotas para profissionais que realizam atendimentos domiciliares ou a análise da distribuição geográfica da força de trabalho em relação às unidades assistenciais.

A gestão de informações de contato deve ser abordada com uma perspectiva de comunicação multicanal, suportando não apenas telefones fixos e celulares, mas potencialmente expandindo para incluir canais digitais como e-mail e mensageria instantânea. O sistema deve implementar mecanismos de validação e formatação específicos para cada tipo de contato, assegurando a consistência e usabilidade dessas informações.

O cadastro de informações bancárias demanda atenção especial às questões de segurança e privacidade. A implementação deve adotar técnicas avançadas de criptografia para o armazenamento desses dados sensíveis, possivelmente utilizando soluções de Hardware Security Modules (HSM) para gerenciamento de chaves criptográficas. O acesso a essas informações deve ser estritamente controlado e auditado, com logs detalhados de todas as operações realizadas.

A funcionalidade de ativação e inativação de profissionais deve ser implementada como parte de um sistema mais amplo de gestão do ciclo de vida profissional. Isso inclui o rastreamento de históricos de atividade, períodos de afastamento, e possíveis reintegrações, tudo mantido em um registro temporal que permite análises longitudinais e auditorias detalhadas.

A vinculação de usuários do sistema aos profissionais cadastrados deve ser implementada como parte de uma estratégia abrangente de gerenciamento de identidade e acesso (IAM). Isso deve incluir a implementação de Single Sign-On (SSO) para facilitar a navegação entre diferentes módulos do sistema, bem como a integração com diretórios corporativos como LDAP ou Active Directory para centralizar a gestão de credenciais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

O cadastro de vínculos empregatícios representa um desafio particular devido à complexidade e variabilidade das relações de trabalho no setor de assistência social. O sistema deve ser capaz de modelar uma ampla gama de arranjos, desde funcionários públicos concursados até prestadores de serviço temporários. A integração com o Cadastro Brasileiro de Ocupações (CBO) deve ser implementada de forma dinâmica, permitindo atualizações automáticas conforme novas ocupações são reconhecidas ou classificações são alteradas.

A gestão de horários de expediente dos profissionais deve ser abordada com uma solução flexível e escalável. O sistema deve suportar não apenas horários fixos, mas também escalas variáveis, plantões e regimes de sobreaviso. A implementação deve considerar a integração com sistemas de ponto eletrônico e ferramentas de planejamento de escalas, possivelmente utilizando algoritmos de otimização para balancear a carga de trabalho e garantir a cobertura adequada dos serviços.

O módulo de cadastro de programas assistenciais deve ser projetado com uma arquitetura extensível, capaz de acomodar a diversidade e evolução contínua das políticas sociais. O sistema deve implementar um mecanismo flexível de parametrização, permitindo a configuração dinâmica de novos tipos de programas, critérios de elegibilidade e regras de concessão de benefícios. A gestão de vagas para programas deve ser implementada com um sistema sofisticado de filas e priorização, possivelmente incorporando algoritmos de machine learning para otimizar a alocação de recursos escassos.

A funcionalidade de cadastro de pessoas e famílias em programas assistenciais deve ser integrada a um sistema mais amplo de gestão de casos sociais. Isso inclui a implementação de workflows configuráveis para processos de inscrição, avaliação e aprovação, com suporte para múltiplos níveis de revisão e aprovação. O sistema deve ser capaz de realizar verificações automáticas de elegibilidade, cruzando informações com outras bases de dados governamentais quando aplicável.

O controle de condicionalidades, especialmente relevante para programas como o Bolsa Família, deve ser implementado com um motor de regras robusto e flexível. Este componente deve ser capaz de processar grandes volumes de dados em tempo real, identificando automaticamente situações de descumprimento e disparando os fluxos de trabalho apropriados para intervenção.

O processo de desligamento de beneficiários de programas deve ser tratado com igual rigor, implementando controles para garantir que os motivos de desligamento sejam adequadamente documentados e que todos os procedimentos legais e administrativos sejam seguidos. O sistema deve manter um histórico detalhado de todos os desligamentos, facilitando análises posteriores e possíveis processos de recurso ou reintegração.

Em suma, o módulo de Cadastro de Profissionais e Programas Assistenciais deve ser concebido como um sistema altamente integrado e adaptável, capaz de evoluir juntamente com as políticas e práticas da assistência social. Sua implementação requer uma abordagem holística, considerando não apenas os aspectos técnicos de desenvolvimento de software, mas também as complexidades legais, éticas e operacionais inerentes ao setor de assistência social. O resultado final deve ser uma ferramenta que não apenas facilita a gestão cotidiana, mas que também fornece insights valiosos para o planejamento estratégico e a melhoria contínua dos serviços de assistência social.

Cadastro dos serviços assistenciais:





PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

O módulo de Cadastro de Serviços Socioassistenciais representa um componente fundamental na arquitetura de sistemas de gestão da assistência social, exigindo uma abordagem holística e multidimensional em sua concepção e implementação. Este sistema deve ser projetado não apenas como um repositório estático de informações, mas como uma plataforma dinâmica e integrada que suporta a gestão eficiente e eficaz dos serviços socioassistenciais em toda sua complexidade e diversidade.

A estrutura basilar do cadastro de serviços socioassistenciais deve ser alicerçada em um modelo de dados robusto e flexível, capaz de acomodar a variedade de serviços oferecidos e suas especificidades. O sistema deve implementar um mecanismo sofisticado de parametrização, permitindo a configuração dinâmica de novos tipos de serviços, suas características, requisitos e métricas de avaliação. Esta flexibilidade é crucial para acompanhar a evolução constante das políticas e práticas de assistência social.

A gestão de vagas para os serviços socioassistenciais deve ser implementada com um sistema avançado de controle de capacidade e demanda. Isso inclui não apenas a limitação numérica de vagas, mas também a implementação de algoritmos de priorização e fila de espera, possivelmente incorporando técnicas de inteligência artificial para otimizar a alocação de recursos escassos e maximizar o impacto social dos serviços oferecidos.

O cadastro dos trabalhos sociais essenciais para a execução dos serviços deve ser concebido como um componente dinâmico e interrelacionado. O sistema deve permitir a definição detalhada de cada trabalho social, incluindo seus objetivos, metodologias, recursos necessários e indicadores de desempenho. Esta abordagem facilita não apenas o planejamento operacional, mas também a avaliação contínua da eficácia e eficiência dos serviços prestados.

A funcionalidade de registro dos locais de oferta dos serviços socioassistenciais deve ser integrada a um sistema de informação geográfica (GIS). Isso permite não apenas o mapeamento preciso da distribuição dos serviços, mas também análises espaciais avançadas para identificar lacunas na cobertura, otimizar a distribuição de recursos e planejar a expansão estratégica da rede de atendimento.

O processo de cadastro de pessoas e famílias nos serviços socioassistenciais deve ser implementado com um workflow inteligente e adaptativo. O sistema deve guiar o usuário através do processo de registro, adaptando-se dinamicamente com base nas informações fornecidas e nas regras específicas de cada serviço. A integração com bases de dados externas deve ser considerada para validação automática de informações e identificação de possíveis duplicidades ou conflitos.

A gestão da frequência de comparecimento deve ser implementada com um sistema flexível de agendamento e registro de presenças. Isso deve incluir a capacidade de definir padrões de frequência personalizados para cada serviço ou indivíduo, bem como mecanismos automatizados de alerta para casos de ausências prolongadas ou padrões irregulares de comparecimento.

O processo de desligamento de pessoas e famílias dos serviços deve ser tratado com igual rigor e sensibilidade. O sistema deve implementar um workflow detalhado para o desligamento, incluindo a captura de motivos, a geração de documentação apropriada e a ativação de processos de follow-up quando necessário. A funcionalidade de desligamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

automático dos grupos associados deve ser implementada com cuidadosos mecanismos de verificação e validação para evitar desligamentos indevidos.

O Plano Individual de Atendimento (PIA) e o Plano de Acompanhamento Familiar (PAF) representam componentes críticos do sistema, demandando uma abordagem sofisticada em termos de design de interface e gestão de dados. A implementação deve suportar a colaboração multidisciplinar, permitindo que diferentes profissionais contribuam para o plano de forma coordenada. O sistema de controle de acesso para estas informações sensíveis deve ser granular e configurável, possivelmente implementando um modelo de acesso baseado em atributos (ABAC) para máxima flexibilidade e segurança.

As avaliações de acompanhamento devem ser implementadas como um módulo dinâmico e interativo, capaz de capturar não apenas dados quantitativos, mas também insights qualitativos. O sistema deve incorporar elementos de inteligência artificial para análise de texto, permitindo a extração de insights valiosos das descrições e pareceres dos profissionais. A funcionalidade de desligamento automático baseado em avaliações deve ser implementada com cuidadosos mecanismos de validação e confirmação para evitar ações indevidas.

A gestão de grupos dentro dos serviços socioassistenciais deve ser abordada com uma solução flexível e escalável. O sistema deve suportar a criação e gestão de múltiplos tipos de grupos, com capacidade de definir critérios de elegibilidade, limites de participação e métricas de avaliação específicas para cada grupo. A interface de usuário para gestão de grupos deve ser intuitiva e eficiente, permitindo fácil visualização da composição dos grupos, histórico de participação e métricas de desempenho.

Em suma, o módulo de Cadastro de Serviços Socioassistenciais deve ser concebido como um sistema altamente integrado, adaptável e centrado no usuário. Sua implementação requer uma abordagem que equilibre rigor técnico com sensibilidade às nuances do trabalho social. O sistema deve não apenas facilitar a gestão operacional dos serviços, mas também fornecer insights estratégicos para a melhoria contínua e o planejamento de longo prazo. A arquitetura deve ser projetada com ênfase na segurança, privacidade e integridade dos dados, reconhecendo a natureza sensível das informações manipuladas. Além disso, deve-se considerar a implementação de APIs robustas e bem documentadas para facilitar a integração com outros sistemas e a expansão futura das funcionalidades. O resultado final deve ser uma ferramenta que não apenas atenda às necessidades atuais do setor de assistência social, mas que também seja capaz de evoluir e se adaptar às mudanças futuras nas políticas e práticas de assistência social.

Cadastro de Encaminhamentos:

O módulo de Cadastro de Encaminhamentos representa um componente vital na infraestrutura de sistemas de gestão da assistência social, demandando uma abordagem metódica e integrada em sua concepção e implementação. Este sistema deve ser projetado não apenas como um mecanismo de registro, mas como uma plataforma dinâmica e interconectada que facilita e otimiza o fluxo de atendimento intersetorial, crucial para a eficácia da rede de assistência social.

A base do cadastro de órgãos da rede socioassistencial deve ser estruturada sobre um modelo de dados robusto e flexível, capaz de acomodar a diversidade de instituições e serviços que compõem a rede. O sistema deve implementar validações sofisticadas para garantir a integridade e consistência dos dados cadastrais, incluindo verificações automáticas



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

de CNPJ junto às bases de dados oficiais e normalização de endereços através de integração com serviços de geolocalização.

A funcionalidade de georreferenciamento dos órgãos da rede socioassistencial é particularmente crítica, devendo ser implementada com precisão e eficiência. Esta feature deve ir além do simples registro de coordenadas, incorporando capacidades de análise espacial que permitam visualizar a distribuição geográfica da rede, identificar áreas de sobreposição ou lacunas na cobertura, e otimizar o direcionamento de encaminhamentos com base na proximidade e capacidade de atendimento.

O processo de cadastro de encaminhamentos deve ser concebido como um workflow inteligente e adaptativo. O sistema deve guiar o profissional através do processo de registro, oferecendo sugestões contextuais baseadas no perfil do usuário, histórico de atendimentos e disponibilidade de serviços. A implementação deve considerar a integração com bases de dados de profissionais e especialidades, garantindo a precisão e atualidade das informações registradas.

A tipificação dos encaminhamentos, conforme estabelecido no manual de registro mensal de atendimentos, deve ser implementada de forma dinâmica, permitindo atualizações e customizações sem necessidade de alterações no código-base do sistema. Isso garante a flexibilidade necessária para acompanhar eventuais mudanças nas políticas e práticas de assistência social.

O módulo de contra referência representa um aspecto crucial do sistema, sendo fundamental para o fechamento do ciclo de atendimento e para a avaliação da eficácia dos encaminhamentos. A implementação deve facilitar o registro detalhado das ações realizadas, incluindo a possibilidade de upload de documentos digitalizados. O sistema deve incorporar mecanismos de notificação automática para alertar os profissionais sobre contra referências pendentes ou recebidas, garantindo o acompanhamento tempestivo dos casos.

A visualização integrada das informações de encaminhamento e contra referência é essencial para uma compreensão holística do atendimento. A interface do usuário deve ser projetada para apresentar estas informações de forma clara e intuitiva, possivelmente utilizando técnicas de visualização de dados para representar o fluxo de atendimento e os resultados obtidos.

A funcionalidade de impressão do formulário de encaminhamento deve ser implementada com atenção à formatação e à inclusão de todas as informações relevantes. O sistema deve gerar documentos em formatos padrão da indústria (como PDF), garantindo a consistência visual e a compatibilidade com diferentes sistemas de impressão. Considerações sobre acessibilidade devem ser incorporadas, assegurando que os formulários impressos sejam legíveis e utilizáveis por pessoas com diferentes necessidades.

A arquitetura geral do módulo de Cadastro de Encaminhamentos deve ser projetada com ênfase na interoperabilidade e na segurança dos dados. A implementação de APIs robustas e bem documentadas é crucial para facilitar a integração com outros sistemas da rede de assistência social, como prontuários eletrônicos e sistemas de gestão de unidades de saúde. Isso permite um fluxo mais fluido de informações entre diferentes setores, melhorando a coordenação do cuidado e reduzindo duplicações de esforços.

A segurança e privacidade dos dados devem ser tratadas como prioridades absolutas, considerando a natureza sensível das informações manipuladas. O sistema deve implementar





PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

criptografia de ponta a ponta para dados em trânsito e em repouso, controles de acesso granulares baseados em papéis e atributos, e logs detalhados de todas as operações para fins de auditoria e compliance com regulamentações de proteção de dados.

Além disso, o sistema deve ser projetado com capacidades analíticas avançadas, permitindo a geração de relatórios e dashboards que ofereçam insights sobre padrões de encaminhamento, eficácia dos serviços e áreas que necessitam de melhoria. A implementação de técnicas de machine learning pode ser considerada para identificar tendências, prever demandas futuras e sugerir otimizações no fluxo de encaminhamentos.

Em suma, o módulo de Cadastro de Encaminhamentos deve ser concebido como uma ferramenta estratégica que não apenas facilita o registro e acompanhamento de encaminhamentos, mas também contribui para a melhoria contínua da rede de assistência social como um todo. Sua implementação requer uma abordagem multidisciplinar, combinando expertise em desenvolvimento de software, design de experiência do usuário, análise de dados e compreensão profunda dos processos e necessidades do setor de assistência social. O resultado final deve ser um sistema que não apenas atenda às demandas operacionais imediatas, mas que também seja capaz de evoluir e se adaptar às mudanças futuras no panorama da assistência social, sempre com o objetivo de melhorar a qualidade e a eficácia dos serviços prestados à população.

Dispensação de Benefícios:

O módulo de Dispensação de Benefícios representa um componente crítico na arquitetura de sistemas de gestão da assistência social, demandando uma abordagem metódica e multifacetada em sua concepção e implementação. Este sistema deve ser projetado não apenas como um mecanismo de registro e controle, mas como uma plataforma dinâmica e integrada que suporta a gestão eficiente e transparente dos benefícios sociais, garantindo a equidade e eficácia na distribuição de recursos.

A estrutura fundamental do cadastro de benefícios deve ser alicerçada em um modelo de dados robusto e flexível, capaz de acomodar a diversidade de tipos e subtipos de benefícios existentes e futuros. O sistema deve implementar uma hierarquia de categorização que permita a organização lógica dos benefícios, facilitando sua gestão e análise. A inclusão de informações como valor base, número da lei e observações proporciona um contexto rico para cada benefício, essencial para sua correta aplicação e auditoria.

A funcionalidade de ativação e inativação de benefícios deve ser implementada como parte de um sistema mais amplo de gestão do ciclo de vida dos benefícios. Isso inclui o rastreamento de históricos de alterações, períodos de vigência e possíveis reativações, tudo mantido em um registro temporal que permite análises longitudinais e auditorias detalhadas.

O controle de autorização para dispensação de benefícios representa um aspecto crucial do sistema, demandando a implementação de um robusto mecanismo de gerenciamento de usuários e permissões. Este componente deve ser integrado a um sistema mais amplo de Identity and Access Management (IAM), possivelmente implementando um modelo de controle de acesso baseado em atributos (ABAC) para máxima flexibilidade e segurança.

A gestão de quotas municipais e por unidade assistencial requer a implementação de um sofisticado sistema de controle de estoque e orçamento. O sistema deve ser capaz de realizar verificações em tempo real da disponibilidade de quotas, implementar alertas automáticos



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

para níveis baixos de estoque ou orçamento, e fornecer projeções de utilização baseadas em padrões históricos e sazonalidades.

A ferramenta de modelagem de comprovantes de dispensação deve ser implementada com uma abordagem flexível e user-friendly. Recomenda-se a utilização de um editor WYSIWYG (What You See Is What You Get) com capacidade de drag-and-drop, permitindo aos usuários criar layouts personalizados com facilidade. A implementação deve incluir um robusto sistema de templates e variáveis dinâmicas, garantindo a consistência visual e informacional dos comprovantes gerados.

O processo de dispensação de benefícios deve ser implementado como um workflow inteligente e adaptativo. O sistema deve guiar o usuário através do processo, oferecendo sugestões contextuais baseadas no perfil do beneficiário, histórico de dispensações e disponibilidade de quotas. A capacidade de dispensar múltiplos benefícios em uma única transação deve ser otimizada para eficiência, com cálculos automáticos de quantidades e valores totais.

A funcionalidade de digitalização de documentos para dispensação de benefícios deve ser implementada com considerações de segurança e privacidade. O sistema deve suportar a captura, armazenamento e recuperação eficiente de documentos digitalizados, possivelmente utilizando tecnologias de reconhecimento óptico de caracteres (OCR) para facilitar a indexação e busca de informações nos documentos.

O mecanismo de autorização e rejeição de dispensações pendentes deve ser implementado com um sistema robusto de notificações e workflows. Alertas automáticos devem ser gerados para os usuários responsáveis pela autorização, com opções de escalção para casos que excedam prazos predefinidos. O registro detalhado de autorizações e rejeições, incluindo motivos e timestamps, é crucial para fins de auditoria e accountability.

A geração e impressão de comprovantes de dispensação deve ser otimizada para eficiência e confiabilidade. O sistema deve suportar a geração de documentos em formatos padrão da indústria (como PDF), com opções para distribuição digital (e-mail, portal do beneficiário) além da impressão física. Considerações sobre acessibilidade devem ser incorporadas, garantindo que os comprovantes sejam legíveis e utilizáveis por pessoas com diferentes necessidades.

A arquitetura geral do módulo de Dispensação de Benefícios deve ser projetada com ênfase na escalabilidade, segurança e interoperabilidade. A implementação de APIs robustas e bem documentadas é essencial para facilitar a integração com outros sistemas da ecologia de assistência social, como cadastros únicos e sistemas de gestão financeira municipal.

O sistema deve incorporar capacidades analíticas avançadas, permitindo a geração de relatórios e dashboards que ofereçam insights sobre padrões de dispensação, eficácia dos benefícios e áreas que necessitam de otimização. A implementação de técnicas de machine learning pode ser considerada para identificar potenciais fraudes, prever demandas futuras e sugerir ajustes nas políticas de dispensação.

Em suma, o módulo de Dispensação de Benefícios deve ser concebido como uma ferramenta estratégica que não apenas facilita a operacionalização da distribuição de benefícios, mas também contribui para a melhoria contínua das políticas de assistência social. Sua implementação requer uma abordagem multidisciplinar, combinando expertise em desenvolvimento de software, design de experiência do usuário, análise de dados e compreensão profunda dos processos e necessidades do setor de assistência social. O



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

resultado final deve ser um sistema que não apenas atenda às demandas operacionais imediatas, mas que também seja capaz de evoluir e se adaptar às mudanças futuras no panorama da assistência social, sempre com o objetivo de maximizar o impacto positivo na vida dos beneficiários e na eficiência da gestão pública.

Empréstimo de equipamentos e materiais:

O sistema de gerenciamento de empréstimos de equipamentos e materiais deverá ser desenvolvido com o objetivo de proporcionar um controle eficiente e transparente dos recursos públicos, em conformidade com os princípios da administração pública, especialmente os da eficiência, economicidade e controle.

O módulo de cadastro de equipamentos e materiais deverá ser projetado de forma a permitir o registro detalhado de cada item, incluindo informações essenciais como nome, referência, valor e observações pertinentes. Adicionalmente, o sistema deverá possibilitar a inclusão de registros fotográficos dos itens, visando facilitar a identificação e o controle patrimonial.

Com o intuito de otimizar a gestão do acervo, o sistema deverá oferecer funcionalidades para ativação e inativação de equipamentos e materiais, permitindo assim um controle preciso sobre a disponibilidade dos itens para empréstimo. Esta função é crucial para garantir a eficiência na utilização dos recursos públicos.

O controle de estoque deverá ser implementado de maneira a permitir o registro da quantidade de itens disponíveis em cada unidade assistencial, possibilitando uma gestão descentralizada e eficaz dos recursos. O sistema deverá, ainda, contemplar funcionalidades para o registro de entradas no estoque, assegurando a rastreabilidade e o controle adequado do fluxo de materiais.

Visando a transparência e o controle patrimonial, o sistema deverá incluir um módulo para registro de inutilizações de equipamentos e materiais. Este módulo deverá permitir a classificação do motivo da inutilização (como extravio, roubo, obsolescência ou dano), identificação do responsável, data do ocorrido e observações pertinentes, em conformidade com as normas de controle patrimonial do setor público.

O processo de empréstimo deverá ser gerenciado de forma minuciosa, permitindo o registro detalhado de cada operação. O sistema deverá capturar informações como a unidade assistencial, o profissional responsável, as datas de empréstimo e devolução prevista, anotações relevantes, bem como os equipamentos emprestados e suas respectivas quantidades. Estas informações são essenciais para garantir a responsabilização e o controle efetivo dos bens públicos.

Funcionalidades adicionais deverão ser implementadas para permitir o reagendamento da data de devolução, o cancelamento de empréstimos e o registro de devoluções, incluindo a data efetiva e observações pertinentes. O sistema deverá apresentar de forma clara a situação de cada empréstimo no momento da devolução, facilitando a gestão e o controle.

Para fins de documentação e controle, o sistema deverá gerar um formulário de empréstimo imprimível, contendo todas as informações relevantes da operação. Adicionalmente, deverá ser possível cadastrar termos de empréstimo específicos para cada unidade assistencial, permitindo a personalização dos acordos conforme as necessidades e regulamentos locais.

Todas estas funcionalidades devem ser desenvolvidas em estrita observância às normas de segurança da informação e proteção de dados pessoais, garantindo a integridade,



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

confidencialidade e disponibilidade das informações, em conformidade com a legislação vigente, incluindo a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

A implementação deste sistema visa promover uma gestão mais eficiente e transparente dos recursos públicos, facilitando o controle e a prestação de contas, em alinhamento com os princípios da administração pública e as melhores práticas de gestão patrimonial no setor público.

Atendimentos:

O Sistema de Gestão de Atendimentos Socioassistenciais é uma ferramenta essencial para a modernização e eficiência dos serviços de assistência social, desenvolvido em conformidade com a Lei 14.133/2021 e os princípios fundamentais da administração pública. Este sistema visa otimizar o gerenciamento e a prestação de serviços socioassistenciais, garantindo transparência, equidade e humanização no atendimento à população.

O sistema é estruturado em três módulos principais: Atendimento Individual, Atendimento Coletivo e Atendimento de Grupos. Cada módulo foi concebido para atender às especificidades de diferentes modalidades de intervenção social, assegurando a flexibilidade necessária para abordar a complexidade das demandas sociais contemporâneas.

No módulo de Atendimento Individual, o sistema permitirá o cadastro detalhado de atendimentos para pessoas ou famílias, capturando informações cruciais como a unidade assistencial responsável, o profissional encarregado e sua especialidade, além da data e hora do atendimento. Este módulo possibilitará o registro de múltiplos motivos para o atendimento psicossocial, refletindo a natureza multifacetada das questões sociais. A vinculação dos atendimentos a serviços socioassistenciais e programas assistenciais específicos será viabilizada, permitindo uma gestão integrada e holística do cuidado social. O sistema também contemplará a realização de atendimentos com múltiplos profissionais, promovendo uma abordagem interdisciplinar no cuidado ao cidadão.

Para garantir a privacidade e a confidencialidade das informações sensíveis, o sistema incorporará mecanismos robustos de restrição de acesso, alinhados com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e as normas éticas profissionais. A gestão eficiente do fluxo de atendimento será assegurada por meio de uma lista de chegada, que incluirá opções de priorização para pessoas ou famílias com necessidades especiais, em consonância com os princípios de equidade e atenção prioritária previstos na legislação vigente.

O módulo de Atendimento Coletivo expandirá as funcionalidades do atendimento individual para abranger múltiplas pessoas e famílias simultaneamente. Este módulo permitirá o registro detalhado dos atendimentos, incluindo a vinculação a serviços socioassistenciais e programas assistenciais, bem como o envolvimento de múltiplos profissionais, promovendo uma abordagem integrada no cuidado social. A restrição de acesso às informações será igualmente aplicada neste módulo, garantindo a proteção dos dados sensíveis dos usuários.

O Atendimento de Grupos, por sua vez, deverá ser projetado para gerenciar atividades com grupos de serviços socioassistenciais. O sistema possibilitará o registro minucioso dos atendimentos, incluindo a listagem de todos os integrantes dos grupos e o controle individual de presença. Uma funcionalidade de agendamento será implementada, facilitando o planejamento e a organização das atividades coletivas. O sistema oferecerá visualizações diárias, semanais e mensais dos agendamentos, além da capacidade de imprimir listas de presença, contribuindo para o controle e a documentação eficaz das atividades realizadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Em todos os módulos, o sistema assegurará a restrição de acesso às informações conforme as necessidades de confidencialidade e sigilo profissional, em estrita observância às normas éticas e legais aplicáveis. Além disso, o sistema será desenvolvido com atenção à segurança da informação, garantindo a integridade, confidencialidade e disponibilidade dos dados manipulados.

A implementação deste sistema de gestão de atendimentos socioassistenciais representa um avanço significativo na modernização e eficiência dos serviços sociais, promovendo uma gestão mais transparente, humanizada e eficaz. Ao facilitar o acompanhamento, o controle e a prestação de contas, o sistema se alinha aos princípios da administração pública, às diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e às melhores práticas de gestão no setor público, contribuindo para a melhoria contínua dos serviços prestados à população. O Sistema de Gestão de Atendimentos Socioassistenciais representa um avanço significativo na modernização e eficiência dos serviços de assistência social. Desenvolvido em conformidade com a Lei 14.133/2021 e os princípios fundamentais da administração pública, este sistema visa otimizar o gerenciamento e a prestação de serviços socioassistenciais, garantindo transparência, equidade e humanização no atendimento à população.

Prontuários:

O Sistema de Gestão de Atendimentos Socioassistenciais a ser contratado deverá representar um avanço significativo na modernização e eficiência dos serviços de assistência social. Este sistema deverá ser desenvolvido em conformidade com a Lei 14.133/2021 e os princípios fundamentais da administração pública, visando otimizar o gerenciamento e a prestação de serviços socioassistenciais, garantindo transparência, equidade e humanização no atendimento à população.

Um componente crucial deste sistema deverá ser o módulo de Prontuário de Atendimentos da Pessoa, que deverá ser concebido como um repositório centralizado de informações. Este prontuário digital deverá oferecer uma visão consolidada e abrangente do histórico de intervenções socioassistenciais realizadas para cada indivíduo, permitindo aos profissionais uma compreensão completa da trajetória do usuário no sistema de assistência social.

O Prontuário de Atendimentos da Pessoa deverá permitir a visualização integrada de todos os atendimentos psicossociais, coletivos e de grupos nos quais o indivíduo participou. Esta funcionalidade será essencial para que os profissionais possam rapidamente acessar e analisar o histórico completo de intervenções, facilitando a tomada de decisões informadas e a continuidade do cuidado.

Para aprimorar a usabilidade e eficiência na consulta de informações, o sistema deverá disponibilizar recursos de filtragem avançados. Estes filtros deverão permitir que os profissionais localizem e acessem rapidamente informações específicas, otimizando o tempo de análise e possibilitando uma resposta mais ágil às necessidades do usuário.

Reconhecendo a importância do contexto familiar nas intervenções socioassistenciais, o sistema também deverá incorporar o Prontuário de Atendimentos da Família. Este módulo deverá expandir a abordagem integrada para o núcleo familiar, oferecendo uma visão holística não apenas dos atendimentos realizados para a família como unidade, mas também incluindo os históricos individuais de cada membro da composição familiar.

O Prontuário de Atendimentos da Família deverá ser uma ferramenta fundamental para compreender as dinâmicas familiares e planejar intervenções mais eficazes e



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

contextualizadas. Ao consolidar informações de todos os membros da família, o sistema deverá permitir aos profissionais identificar padrões, necessidades compartilhadas e oportunidades de intervenção que possam beneficiar todo o núcleo familiar.

A visualização das informações no Prontuário de Atendimentos da Família deverá abranger os atendimentos psicossociais, coletivos e de grupos de qualquer pessoa da composição familiar. Esta abordagem abrangente deverá assegurar que nenhum aspecto relevante do histórico familiar seja negligenciado no planejamento e execução das intervenções socioassistenciais.

Em ambos os módulos de prontuário, individual e familiar, o sistema deverá implementar rigorosos mecanismos de controle de acesso. Esta medida será crucial para garantir a confidencialidade das informações e a conformidade com as normativas da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). O acesso às informações sigilosas deverá ser criteriosamente restrito, assegurando que apenas usuários com as devidas permissões possam visualizar dados sensíveis.

A proteção da privacidade dos usuários dos serviços socioassistenciais deverá ser uma prioridade do sistema. Ao mesmo tempo em que garantirá a segurança das informações, o sistema deverá permitir o compartilhamento ético e necessário de dados entre os profissionais autorizados, facilitando a colaboração interdisciplinar e a continuidade do cuidado.

Os recursos de filtragem disponíveis em ambos os prontuários deverão permitir uma navegação eficiente através do histórico de atendimentos. Estes filtros deverão poder ser personalizados de acordo com as necessidades específicas de cada profissional ou situação, aumentando a eficiência na análise e no planejamento das intervenções.

A implementação destes prontuários digitais deverá representar um salto qualitativo na gestão da informação no âmbito da assistência social. Ao centralizar e organizar os dados de atendimentos de forma estruturada e acessível, o sistema não apenas deverá otimizar o trabalho dos profissionais, mas também deverá contribuir significativamente para a melhoria da qualidade e continuidade do cuidado oferecido.

A capacidade de visualizar o histórico completo de intervenções deverá permitir uma abordagem mais informada e personalizada, potencializando a eficácia das ações socioassistenciais. Isso deverá se traduzir em um atendimento mais humanizado e alinhado com as necessidades específicas de cada indivíduo e família.

Além disso, a estruturação destes prontuários digitais deverá se alinhar perfeitamente com os princípios de eficiência e transparência da administração pública. Ela deverá facilitar processos de auditoria, avaliação de programas e políticas sociais, e a prestação de contas, contribuindo para uma gestão mais responsável e eficaz dos recursos públicos destinados à assistência social.

O rigoroso controle de acesso às informações sigilosas deverá reforçar o compromisso ético do sistema com a proteção dos direitos dos usuários dos serviços socioassistenciais. Isso não apenas deverá cumprir as exigências legais, mas também deverá fortalecer a confiança dos usuários no sistema de assistência social.

Em suma, este sistema de prontuários, ao integrar de forma segura e eficiente os dados de atendimentos individuais e familiares, não apenas deverá modernizar a gestão da assistência social, mas também deverá potencializar a capacidade dos profissionais de oferecerem um cuidado mais contextualizado e efetivo. Ele deverá se alinhar com as melhores práticas e



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), contribuindo para a evolução contínua dos serviços socioassistenciais no Município.

Histórico da pessoa:

O Sistema de Gestão de Atendimentos Socioassistenciais a ser contratado deverá incluir um módulo abrangente de Histórico da Pessoa, projetado para oferecer uma visão holística e detalhada de todas as interações e intervenções relacionadas a cada indivíduo atendido pelos serviços socioassistenciais. Este módulo será fundamental para garantir a continuidade do cuidado, facilitar a tomada de decisões informadas e promover uma abordagem integrada no atendimento às necessidades dos usuários.

O sistema deverá permitir a visualização do histórico completo de ações realizadas para cada pessoa, abrangendo uma ampla gama de informações cruciais para o trabalho socioassistencial. Esta funcionalidade deverá incluir, mas não se limitar a, dados sobre atendimentos de saúde, atendimentos sociais, encaminhamentos, empréstimos de equipamentos, benefícios recebidos, participação em programas e serviços, informações familiares, vulnerabilidades identificadas, medidas socioeducativas aplicadas, rendas, despesas e participação em programas de transferência de renda.

Para os atendimentos psicossociais, coletivos, familiares e de grupos, o sistema deverá apresentar informações detalhadas, incluindo a data do atendimento, profissionais envolvidos, unidade assistencial responsável, programa ou serviço relacionado, indicação de sigilo quando aplicável, e registro de presença ou ausência para atendimentos em grupo. Esta funcionalidade será essencial para que os profissionais possam rapidamente acessar o histórico de intervenções, facilitando a continuidade do cuidado e a avaliação do progresso do usuário.

O módulo de Histórico da Pessoa deverá também incluir uma seção dedicada aos encaminhamentos realizados, tanto para serviços de assistência social quanto para serviços de saúde e outros órgãos da rede socioassistencial. As informações disponibilizadas deverão incluir a data do encaminhamento, o profissional responsável, os locais de origem e destino, o tipo de encaminhamento e sua situação atual (concluído ou aguardando contra referência).

Para os empréstimos de equipamentos e materiais, o sistema deverá fornecer um registro detalhado, incluindo datas de empréstimo e devolução, itens emprestados, quantidades, unidade assistencial responsável, profissional envolvido e a situação atual do empréstimo. Esta funcionalidade será crucial para o controle eficiente dos recursos e para garantir o acesso equitativo aos equipamentos necessários.

O histórico de benefícios recebidos pela pessoa deverá ser claramente apresentado, incluindo informações sobre datas, profissionais responsáveis, unidades assistenciais, quantidades, valores totais recebidos e a situação da dispensação. Esta visão abrangente auxiliará na gestão e no acompanhamento dos benefícios concedidos, assegurando transparência e eficiência na distribuição de recursos.

O sistema deverá oferecer uma visão completa da participação da pessoa em programas assistenciais e serviços socioassistenciais, tanto atuais quanto passados. Informações como datas de entrada e desligamento, tipos de programas e serviços, ofertas específicas e motivos de desligamento deverão ser facilmente acessíveis, permitindo uma avaliação contínua da trajetória do usuário no sistema de assistência social.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

A composição familiar da pessoa deverá ser apresentada de forma clara, incluindo informações relevantes sobre cada membro da família, como idade, escolaridade, necessidades especiais, renda e parentesco com o responsável familiar. Esta visão do contexto familiar será fundamental para um planejamento de intervenções mais eficaz e personalizado.

O sistema deverá incluir um registro detalhado das vulnerabilidades identificadas e superadas, com informações sobre o tipo de vulnerabilidade, responsável pela identificação, datas de identificação e superação. Esta funcionalidade será essencial para o acompanhamento do progresso do usuário e para a avaliação da eficácia das intervenções realizadas.

Para casos envolvendo medidas socioeducativas, o sistema deverá fornecer informações precisas sobre o tipo de medida, número do processo, e datas de início e término. Este registro será crucial para o acompanhamento adequado desses casos específicos.

O histórico financeiro da pessoa, incluindo rendas e despesas, deverá ser apresentado de forma clara e atualizada, permitindo uma compreensão mais precisa da situação econômica do usuário e sua família. Adicionalmente, o sistema deverá registrar a participação em programas de transferência de renda, incluindo detalhes sobre o programa, valores recebidos e períodos de participação.

Todas estas funcionalidades deverão ser implementadas com rigorosos controles de acesso, garantindo que informações sensíveis e sigilosas sejam visualizadas apenas por profissionais devidamente autorizados, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e as normas éticas aplicáveis.

A implementação deste módulo abrangente de Histórico da Pessoa deverá representar um avanço significativo na gestão da informação no âmbito da assistência social. Ao centralizar e organizar uma vasta gama de dados de forma estruturada e acessível, o sistema não apenas deverá otimizar o trabalho dos profissionais, mas também deverá contribuir significativamente para a melhoria da qualidade e continuidade do cuidado oferecido.

Assim como os demais, é importante que o módulo se alinhe com os princípios de eficiência e transparência da administração pública, facilitando processos de auditoria, avaliação de programas e políticas sociais, e prestação de contas. Além disso, deverá potencializar a capacidade dos profissionais de oferecerem um cuidado mais contextualizado, efetivo e alinhado com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), contribuindo assim para a evolução contínua dos serviços socioassistenciais no Município.

Registros mensais de atendimento:

O Sistema de Gestão de Atendimentos Socioassistenciais a ser contratado deverá incluir um módulo robusto e eficiente para o Registro Mensal de Atendimentos (RMA), essencial para o monitoramento e avaliação dos serviços prestados pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centro POP).

Este módulo deverá ser capaz de gerar automaticamente o registro mensal de atendimentos para CRAS, CREAS e Centro POP, utilizando os dados cadastrados no sistema. Esta funcionalidade será crucial para garantir a precisão e a atualidade das informações reportadas, reduzindo a carga de trabalho manual e minimizando erros de transcrição.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Para o CRAS, o sistema deverá gerar o Formulário 1 do registro mensal de atendimento, em estrita conformidade com o manual de instruções especificado na Resolução nº 041/2011, alterada pela Resolução Nº 20/2013 da Comissão Intergestores Tripartite (CIT). Adicionalmente, deverá produzir o Formulário 2, que lista as famílias que ingressaram no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) no mês de referência. O sistema também deverá ser capaz de gerar a exportação XML do Formulário 1, facilitando a integração com outros sistemas de gestão e relatórios.

Para o CREAS, o sistema deverá gerar o Formulário 1 do registro mensal de atendimento, respeitando as instruções da Resolução nº 04/2011, alterada pela Resolução Nº 20/2013 da CIT. Além disso, deverá produzir o Formulário 2, que lista as famílias e indivíduos que ingressaram no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) no mês de referência.

Para o Centro POP, o sistema deverá gerar o Formulário 1 do registro mensal de atendimento, em conformidade com as instruções especificadas na Resolução Nº 04/2011, alterada pela Resolução Nº 20/2013 da CIT.

O módulo deverá permitir a configuração de profissionais cujos atendimentos serão contabilizados nos registros mensais de atendimentos do CRAS, CREAS e Centro POP. Esta funcionalidade garantirá que apenas os atendimentos relevantes sejam incluídos nos relatórios, mantendo a precisão e a relevância dos dados reportados.

Uma característica importante do sistema deverá ser a inclusão de uma tela gerencial para visualização das informações do RMA de cada equipamento. Esta tela deverá permitir, para cada um dos itens, a consulta detalhada das informações que geraram o indicador. Isso facilitará a análise e a verificação dos dados, contribuindo para a transparência e a confiabilidade dos relatórios gerados.

O sistema deverá oferecer a funcionalidade de exportação dos dados de cada indicador para os formatos PDF e XLS. Esta capacidade de exportação será fundamental para facilitar o compartilhamento de informações, a elaboração de relatórios personalizados e a integração com outros sistemas de gestão.

Um recurso adicional e valioso que o sistema deverá incorporar é um indicador informativo que documente como cada indicador é gerado dentro dos parâmetros do software. Este recurso servirá como um guia para os operadores, orientando-os sobre como atender cada item específico do RMA. Isso não apenas facilitará o uso correto do sistema, mas também contribuirá para a padronização dos procedimentos e a consistência dos dados reportados.

A implementação deste módulo de Registro Mensal de Atendimentos deverá representar um avanço significativo na gestão da informação no âmbito da assistência social. Ao automatizar e padronizar a geração desses relatórios cruciais, o sistema não apenas otimizará o trabalho dos profissionais, mas também contribuirá significativamente para a melhoria da qualidade e confiabilidade dos dados reportados, essenciais para o planejamento e a avaliação das políticas de assistência social em nível municipal, estadual e federal.

Importação de Arquivos e Relatórios do sistema:

O Sistema de Gestão de Atendimentos Socioassistenciais a ser contratado deverá incluir um módulo abrangente e integrado de Importação de Arquivos e Geração de Relatórios, essencial para a gestão eficiente e análise detalhada dos dados socioassistenciais. Este módulo deverá combinar funcionalidades robustas de importação de dados externos com capacidades



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

avancadas de geração de relatórios, proporcionando uma visão holística e detalhada das atividades e resultados dos serviços socioassistenciais.

Na parte de Importação de Arquivos, o sistema deverá:

1. Permitir a importação do arquivo do CadÚnico fornecido pela Caixa Econômica Federal, suportando no mínimo as três últimas versões de layout.
2. Oferecer a funcionalidade de relacionar, antes do processamento, as informações de bairros, pessoas e logradouros com as já existentes no sistema, garantindo a integridade e consistência dos dados.
3. Possibilitar a importação do arquivo de dados do Programa Bolsa Família (ou programa substituto), contendo as informações disponibilizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social.
4. Permitir a importação da folha de pagamento do Programa Bolsa Família (ou substituto), atualizando os dados já existentes na base de dados.

Quanto à geração de Relatórios, o sistema deverá oferecer uma gama abrangente de opções, incluindo, mas não se limitando a:

1. Relatório de seleção de renda de famílias, com informações detalhadas sobre códigos familiares, dados do CadÚnico, características domiciliares, composição familiar e renda.
2. Relatórios sintéticos e analíticos de vulnerabilidades ativas e superadas, permitindo uma visão global e detalhada da situação de vulnerabilidade social no município.
3. Relatório sintético de motivos de atendimentos, fornecendo uma visão geral das principais demandas atendidas pelos serviços socioassistenciais.
4. Relatório sintético de tipos de atendimentos realizados (psicossocial, coletivo ou de grupo), permitindo uma análise quantitativa das modalidades de atendimento.
5. Relatório sintético de tipos de encaminhamentos, facilitando o monitoramento da rede de serviços e a efetividade dos encaminhamentos realizados.
6. Relatórios sintéticos e analíticos de dispensação de benefícios, oferecendo uma visão completa sobre a distribuição de benefícios socioassistenciais.

Todos estes relatórios deverão contar com opções avançadas de filtragem, incluindo filtros por unidade, profissional, bairro, faixa etária, períodos de datas, entre outros, conforme especificado para cada tipo de relatório. Esta flexibilidade na geração de relatórios permitirá análises personalizadas e detalhadas, atendendo às diversas necessidades de gestão e planejamento dos serviços socioassistenciais.

O sistema deverá garantir que todos os relatórios possam ser exportados em formatos comumente utilizados, como PDF e XLS, facilitando o compartilhamento e a análise posterior dos dados.

A integração entre as funcionalidades de importação de arquivos e geração de relatórios deverá ser seamless, garantindo que os dados importados sejam imediatamente refletidos nos relatórios gerados. Isso assegurará a atualidade e precisão das informações apresentadas, fundamentais para a tomada de decisões informadas e o planejamento estratégico das ações socioassistenciais.

Este módulo integrado deverá ser desenvolvido com foco na usabilidade, permitindo que profissionais com diferentes níveis de expertise técnica possam facilmente importar dados e gerar relatórios complexos. Além disso, deverá incorporar mecanismos de validação de dados



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

durante a importação, minimizando erros e garantindo a integridade das informações no sistema.

A implementação deste módulo representará um avanço significativo na capacidade de gestão e análise de dados socioassistenciais, contribuindo para uma prestação de serviços mais eficiente, transparente e alinhada com as necessidades da população atendida.

5.1.2 – Recebimento dos serviços

Os serviços poderão ser rejeitados se estiverem em desacordo com as especificações e condições estabelecidas neste documento e no contrato, ficando a contratada obrigada a substituir e/ou reparar os itens irregulares, caso os serviços sejam entregues em desacordo com os requisitos estabelecidos pela Prefeitura, ou em quantidade inferior ao estabelecido, a empresa deverá substituí-los ou complementá-los no prazo de 01 (um) dia útil.

Caso a substituição/reparação dos serviços não ocorra no prazo determinado, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções.

5.1.3 – Encargos

As despesas de transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto, correrão por conta exclusiva da contratada.

5.1.4 -- Para a presente contratação, existem requisitos mínimos para sua satisfação, tais como:

O contrato de prestação dos serviços contínuos terá duração inicial de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do respectivo termo, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, na forma da Lei nº 14.133/2021, Artigos 106, 107 e 114, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.

a.1) Os serviços objeto desse Termo de Referência são identificados pelo inciso XV do Art. 6º da Lei 14.133/2021 como serviços contínuos, sendo esses serviços contratados pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas.

Para a efetivação da contratação, a empresa vencedora deverá apresentar os documentos exigidos conforme arts. 62 a 69 da Lei 14.133/2021, e ainda, o documento de qualificação técnica, conforme subitem 8.3;

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.1.5 – Da Prova de Conceito:

A Prova de Conceito é uma etapa crucial do processo licitatório, visando validar a conformidade do sistema ofertado com os requisitos exigidos no termo de referência. Esta etapa é fundamental para garantir a segurança mínima à contratação, considerando o impacto significativo nos serviços públicos prestados pelas entidades municipais, sendo assim,

O intuito é esclarecer ou complementar a instrução do processo, bem como resguardar o interesse público frente uma possível contratação frustrada, a licitante previamente classificada em primeiro lugar e devidamente habilitada, será convocada para realizar a demonstração do sistema, sob pena de não aceitação da proposta.

A exigência da prova de conceito é destinada a análise da Administração, e normalmente é utilizada em licitações pertinentes a contratação de softwares e soluções relacionadas à tecnologia da informação, conforme verificado em nossa pesquisa de mercado, com o objetivo de verificar se o que foi apresentado pelo licitante está de acordo ou não, se atende ou não



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

as exigências e requisitos estabelecidos em edital, deste modo, a Administração conseguirá aferir os requisitos dos sistemas antes mesmo de sua devida implantação. Sendo necessária a realização de uma análise dos requisitos funcionais, técnicos e de qualidade do objeto/solução licitada, o que deve ser atestado mediante a prova de conceito de forma objetiva.

Esta “Prova de Conceito - teste do objeto” deverá ser realizada seguindo os requisitos expressos e determinados em edital e seus anexos. Fazendo com que, havendo eventual ocorrência de não observância de tais requisitos, o licitante descumpridor terá sua proposta desabilitada, passando assim, a análise das ferramentas apresentadas pelos proponentes subsequentes, segundo a sua ordem de classificação.

Diante as justificativas mencionadas acima, será convocada a licitante melhor classificada no certame para efetuar, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, para realizar a demonstração do sistema ofertado para a comissão técnica do município de Jandaia, a fim de verificar se o mesmo atende às exigências técnicas deste Termo de Referência, ocasião que a proponente vencedora fica obrigada a comprovar o atendimento das características e funcionalidades estipuladas para os sistemas, e respectivas especificações Técnicas Básicas definidas neste Termo de Referência.

Considerando que se trata de um sistema em nuvem, o objetivo da avaliação é verificar se o seu funcionamento é satisfatório em uma situação real. O sistema apresentado deverá estar previamente instalado em datacenter, atendendo aos requisitos de segurança, desempenho e disponibilidade descritos neste termo de referência.

A apresentação deverá ser realizada de forma presencial nas dependências da Prefeitura Municipal de Jandaia do Sul, que disponibilizará sala apropriada, contendo tomadas, mesas, cadeiras, energia elétrica, acesso à internet, outros recursos, como tela de projeção e data show, deverão ser trazidos pela licitante. Os equipamentos deverão ser operados por profissionais da empresa licitante e o licitante deverá fornecer a infraestrutura de hardware e software necessários à apresentação, massa de dados e bases de dados necessárias às comprovações dos atendimentos aos requisitos essenciais e será de total responsabilidade da empresa, qualquer custo que incidir em relação a prova de conceito.

A sessão da amostragem é pública, sendo permitido o seu acompanhamento pelas demais licitantes se for solicitado pelos mesmos ou por quaisquer interessados, não sendo permitida a intervenção durante a execução da análise, a Prefeitura Municipal de Jandaia, informará o dia, hora e local da realização da amostragem dos sistemas.

A proponente deverá apresentar em seu software os itens em conformidade com as especificações técnicas constantes no quadro de funcionalidades de cada sistema para a prova de conceito, que deverão atender no mínimo, 90% dos requisitos técnicos de cada Módulo do Sistema.

Caso não sejam atendidas as especificações técnicas, serão convocadas as licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação obtida no certame, para igualmente efetuarem apresentação, até que se obtenha êxito na avaliação;

O licitante que não realizar a demonstração, no prazo estabelecido, será desclassificado.

Ao término da Prova de Conceito, a Comissão Técnica Avaliadora registrará em Ata o resultado e encaminhará a Pregoeira.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

A adjudicação dos serviços fica condicionada à execução da demonstração e comprovação pela licitante à administração, de que a solução proposta tem conformidade das referidas funcionalidades mencionadas no Termo de Referência.

5.1.6 – Da Fiscalização:

A fiscalização é de responsabilidade do servidor designado pelo Departamento Administrativo para tal função.

O fiscal será responsável pela fiscalização das ocorrências e as deficiências verificadas no momento da execução do objeto, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

5.1.7 – Garantia da contratação:

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

6 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

6.1 – O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 – As comunicações entre o Município e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3 – A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.3.1 – Responsáveis pela gestão e fiscalização:

Carlos Roberto Barbosa, matrícula nº 2966 - Gestor do Contrato: Servidor com atribuições gerenciais, designado para coordenar e comandar o processo de gestão e fiscalização da execução contratual, indicado por autoridade competente;

Rodrigo Vanoni Alberton, matrícula nº 24686 - Fiscal: Servidor indicado pela autoridade competente para fiscalizar o contrato do ponto de vista funcional e quanto aos aspectos administrativos.

7 – CRITÉRIOS DE PAGAMENTO:

Recebimento do Objeto:

7.1 – Os serviços serão recebidos conforme descrito acima, podendo ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 01 (um) dia útil, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2 – O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração que será autorizada a emissão pelo fiscal do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.3 – O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

7.4 – No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.5 – O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.6 – O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço entregue nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação:

7.7 – Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de trinta dias úteis para fins de liquidação. O setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

O prazo de validade;

A data da emissão;

Os dados do contrato e do órgão contratante;

O período respectivo de execução do contrato;

O valor a pagar; e

Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.8 – Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.9 – A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10 – A Administração deverá realizar consulta para:

verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas;

7.11 – Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;

7.12 – Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

7.13 – Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;

7.14 – Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação no que se refere a regularidade fiscal.

Prazo de pagamento:

7.15 – O pagamento será efetuado mensalmente, no dia 15 (quinze) do mês subsequente ao mês vencido, após a execução do objeto contados a partir do atesto da Nota Fiscal, por meio de liquidação, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos.

Forma de pagamento:

7.16 – O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado na nota fiscal ou instrumento equivalente.

7.17 – Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.18 – Quanto ao pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.18.1 – Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.19 – O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

8.1 – O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

8.2 – Poderão participar do processo empresas que atendam o ramo de atividade do objeto da licitação, comprovando experiência e qualidade no fornecimento do objeto.

8.3 – Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os requisitos constantes no artigo nº 62 ao 69 da Lei 14.133/2021, e ainda:

- Atestado(s) de Capacidade técnica em nome da empresa, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter experiência na prestação de serviços objeto da presente licitação, e que implantou e/ou mantém em funcionamento sistema de computação em nuvem, desenvolvido nativamente em linguagem web, similar e compatível com o objeto desta licitação nas seguintes áreas de maior relevância:

Implantação, Migração, Treinamento. Sistemas: Gestão Contábil e Financeira; Prestação de Contas Municipais (TCE/PR); Folha de Pagamento; Compras e Licitações; Planejamento e Orçamento; Arrecadação; Nota Fiscal Eletrônica e Data Center.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

O atestado deve conter o nome, endereço e o telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio com o qual o Município possa valer-se para manter contato com a pessoa declarante.

O atestado deverá comprovar a Prestação de Contas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR). Vez que, a Prestação de Contas é dever Constitucional dos que utilizam, arrecadam, guardam, gerenciam ou administram dinheiros, bens e valores públicos, conforme artigo 70, parágrafo único da Constituição Federal de 1988.

Assim, a Administração Pública, ora contratante, possui prazos para prestação de contas ao TCE/PR, sob pena de sanções. Isso posto, é imprescindível que o sistema de Gestão Pública contratado atenda as exigências e regras do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Pelo exposto, face a obrigatoriedade Constitucional da Prestação de Contas, faz-se necessário a apresentação de Atestado de Capacidade Técnica em nome da licitante, que comprove a Prestação de Contas para o Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

- Relação do pessoal técnico que atuará para a realização do objeto, devendo constar a qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelo desenvolvimento, manutenção e suporte técnico dos softwares, bem como dos demais serviços que integram o objeto;

- A Formação profissional da equipe técnica deverá ser comprovada através de documentos de certificação de conclusão de curso superior ou técnico apto para o desempenho profissional na área de sua formação;

- Comprovação de que o(s) responsável (eis) técnico(s) faz (em) parte do quadro da proponente, na data da apresentação da proposta, mediante registro em carteira de trabalho e ficha de registro da empresa ou contrato de prestação de serviço.

9 – ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

9.1 – Preliminarmente, baseados em pesquisa de preços de acordo com o Art. 23 da Lei Federal 14.133/2021, estimamos em R\$ 1.332.589,86 (Um milhão, trezentos e trinta e dois mil, quinhentos e oitenta e nove reais e oitenta e seis centavos) o valor de referência da contratação ora pretendida.

9.1.1 – **A Prefeitura Municipal de Jandaia, Câmara Municipal e Instituto de Previdência, não estão obrigados a contratar todo quantitativo e módulos constantes neste documento, devendo ficar à disposição da administração, mesmo que não estejam em uso, para uma eventual necessidade, sendo pago somente o que efetivamente for utilizado.**

9.2 – Para pesquisa de preços, deve-se observar a realidade de valores no mercado atual, respeitando as peculiaridades do objeto, toma-se como base o Art 23 da Lei 14.133/2021, em que discorre sobre os parâmetros para determinar o valor estimado.

9.3 – Amparado pela normativa acima citada, para a presente formação de cesta de preços, foram adotadas as seguintes fontes:

Pesquisa direta com fornecedores: Desta pesquisa, foram enviados 05 (cinco) e-mails, obtendo o retorno de apenas três deles.

As empresas que colaboraram com orçamento efetivamente foram:

1. MGS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES LTDA - CNPJ: 11.467.415/0001-96



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

2. ELOTECH GESTÃO PÚBLICA LTDA - CNPJ: - 80.896.194/0001-94
3. VISTA SISTEMAS CONTÁBEIS LTDA – CNPJ: 11.721.136/0001-07

Painéis para consulta de preços foram consultados as seguintes fontes:

1. CONTRATAÇÕES SIMILARES
2. LICITANET
3. PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS
4. BLL
5. PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
6. TCE PARANÁ
7. BOLSA NACIONAL DE COMPRAS

Responsável pela Pesquisa de preços: ANDRÉIA CRISTINA ROJO, servidora do Departamento Administrativo/Setor de Compras.

10- ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.1- As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Prefeitura do Município de Jandaia.

10.2- A contratação será atendida pela seguinte dotação:

CÓDIGO RED.	FONTE	DESCRIÇÃO	ÓRGÃO	FUNCIONAL	PROJ/ ATIV	CATEGORIA	DESCRIÇÃO
51	1000	Recursos Livres	04.001	04.122.0004	2.004	3.3.90.40.00.00	Serviços de Tecnologia

10.3 – A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

APÊNDICE DO ANEXO I ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

OBJETO: Este documento tem por objetivo concretizar o estudo técnico preliminar, visando subsidiar a contratação de empresa especializada na locação de software de gestão pública, para implantação, conversão de dados, treinamento, manutenção, suporte técnico e fornecimento de licença de uso de sistema de informação ilimitada de gestão pública, para a Prefeitura Municipal, Câmara Municipal e Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Jandaia do Sul, contemplando o Decreto nº 10.540/2020 (Siafic).

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO:

Servidor(a)	Função
JOSÉ CARLOS MASCOTE	DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
ANDRÉIA CRISTINA ROJO	SETOR DE COMPRAS

1 – INTRODUÇÃO:

As contratações governamentais produzem significativo impacto na atividade econômica, tendo em vista o volume de recursos envolvidos, os quais, em grande parte, são instrumentos de realização de políticas públicas. Neste sentido um planejamento bem elaborado propicia contratações potencialmente mais eficientes, posto que a realização de estudos previamente delineados conduza ao conhecimento de novas modelagens/metodologias ofertadas pelo mercado, resultando na melhor qualidade do gasto e em uma gestão eficiente dos recursos públicos.

Neste contexto, o presente documento apresenta o estudo técnico preliminar, que visa assegurar a viabilidade (técnica e econômica) da contratação pretendida e o levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência.

Trata-se o presente documento de estudo técnico preliminar para o levantamento da melhor solução para contratação de empresa especializada em sistema informatizado em gestão pública, com a finalidade de atender a demanda da Prefeitura Municipal, Câmara Municipal e Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Jandaia do Sul, estando inclusos na contratação, a implantação dos sistemas, conversão de dados, manutenção, atualização, suporte técnico e treinamento.

Este estudo consiste na primeira etapa do planejamento de uma contratação, de modo a assegurar a viabilidade e embasar o termo de referência, conforme previsto na Lei 14.133/2021, art. 6º, inciso XX.

2 – NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO:

A adoção de sistemas informatizados de gestão pública representa uma necessidade premente da Administração Pública Municipal, visando a automação, melhoria de processos, redução de tempo e otimização de recursos materiais e humanos. A solução tecnológica integrada a ser contratada deverá centralizar todo o processamento e armazenamento de



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

dados relacionados aos processos de atendimento e controles internos, otimizando a obtenção de informações e agilizando a tomada de decisões.

A implementação de um sistema integrado deverá proporcionar os seguintes benefícios:

- a) Maior eficiência na gestão dos recursos públicos;
- b) Melhoria na qualidade e agilidade dos serviços prestados aos cidadãos;
- c) Aumento da transparência e do controle social;
- d) Redução de custos operacionais;
- e) Padronização e otimização de processos administrativos;
- f) Facilitação do cumprimento das obrigações legais e normativas;
- g) Suporte eficiente à tomada de decisões pelos gestores públicos;
- h) Integração de informações entre diferentes áreas da administração;
- i) Eliminação de redundâncias e inconsistências de informações, e;
- j) Aprimoramento do controle interno e externo.

A escolha por uma solução baseada em nuvem (cloud computing) justifica-se pelos seguintes fatores:

- a) Redução de custos com infraestrutura de TI local;
- b) Maior segurança e disponibilidade dos dados;
- c) Facilidade de acesso remoto e mobilidade;
- d) Escalabilidade e flexibilidade para atender ao crescimento da demanda;
- e) Simplificação da gestão de TI e redução da complexidade operacional;
- f) Garantia de evolução tecnológica contínua da plataforma, e;
- g) Alinhamento com as diretrizes do Governo Federal para transformação digital (Decreto nº 10.332/2020).

A integração entre os diversos módulos do sistema deverá permitir o compartilhamento de informações em tempo real entre diferentes setores da administração municipal. Isso resultará em melhorias significativas na produtividade dos servidores públicos, eliminando a necessidade de retrabalho na alimentação de dados em diferentes sistemas, bem como o atendimento aos ditames do Decreto Federal nº 10.540/2020.

O Decreto Federal 10.540/2020, estabeleceu normas e diretrizes para a aquisição e uso de sistemas informatizados para a modernização da gestão pública, com o objetivo de aprimorar a transparência, eficiência e eficácia dos serviços prestados à população.

Destaca-se que o SIAFIC dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle, possuindo um padrão mínimo de qualidade, sendo possível controlar a evidenciação de, no mínimo:

- a) Das operações realizadas pelos Poderes e pelos órgãos e dos seus efeitos sobre os bens, os direitos, as obrigações, as receitas e as despesas orçamentárias ou patrimoniais do ente federativo;
- b) Dos recursos dos orçamentos, das alterações decorrentes de créditos adicionais, das receitas prevista e arrecadada e das despesas empenhadas, liquidadas e pagas à conta desses recursos e das respectivas disponibilidades;
- c) Perante a Fazenda Pública, da situação daqueles que arrecadem receitas, efetuem despesas e administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confiados;
- d) Da situação patrimonial do ente público e da sua variação efetiva ou potencial,



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

- observada a legislação e normas aplicáveis;
- e) Das informações necessárias à apuração dos custos dos programas e das unidades da administração pública;
 - f) Da aplicação dos recursos pelos entes federativos, agrupados por ente federativo beneficiado, incluído o controle de convênios, de contratos e de instrumentos congêneres;
 - g) Das operações de natureza financeira não compreendidas na execução orçamentária, das quais resultem débitos e créditos;
 - h) Do Diário, Razão e Balancete Contábil, individuais ou consolidados, gerados em conformidade com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público estabelecido pelas normas gerais de consolidação das contas públicas a que se refere o § 2º do art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 2000;
 - i) Das demonstrações contábeis e dos relatórios e demonstrativos fiscais, orçamentários, patrimoniais, econômicos e financeiros previstos em lei ou em acordos nacionais ou internacionais, necessariamente gerados com base nas informações referidas no inciso IX do caput do art. 2º;
 - j) Das operações intragovernamentais, com vistas à exclusão de duplicidades na apuração de limites e na consolidação das contas públicas;
 - k) Da origem e da destinação dos recursos legalmente vinculados à finalidade específica; e
 - l) Das informações previstas neste Decreto e na legislação aplicável.

Em atendimento ao art. 1º, 3º do Decreto Federal nº 10.540/2020, o SIAFIC deve ser mantido e gerenciado pelo Poder Executivo – observando a autonomia administrativa e financeira dos demais Poderes e Órgãos Públicos, sendo este o responsável pela contratação, definições das regras contábeis e políticas de acesso e segurança da informação.

Além disso, a adoção de um sistema integrado, deverá facilitar o cumprimento das obrigações legais do município, especialmente no que diz respeito à prestação de contas e à transparência das informações públicas. Isso está alinhado com as exigências de órgãos fiscalizadores como o Tribunal de Contas e com os princípios de transparência e eficiência na administração pública.

3 – ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL- 2023/2024:

A necessidade da presente contratação se encontra respaldada no Plano de Contratações Anual publicado 16 de novembro de 2023, estando assim alinhada com o planejamento desta Administração.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1 – REQUISITOS INTERNOS:

4.1.1 – Para a presente aquisição, existem requisitos mínimos para sua satisfação, tais como:

- a) O contrato de prestação dos serviços contínuos terá duração inicial de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do respectivo termo, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, na forma da Lei nº 14.133/2021, Artigos 106, 107 e





PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

114, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.

- a.1) Os serviços objeto desse Termo de Referência são identificados pelo inciso XV do Art. 6ª da Lei 14.133/2021 como serviços contínuos, sendo esses serviços contratados pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas.
- b) Os serviços de implantação e conversão de dados, deverão ser concluídos, com todas as funcionalidades exigidas na alínea "s", no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da expedição da nota de empenho, sem que ocorra qualquer ônus ao Município de Jandaia.
- c) Posteriormente a implantação do software, a contratada deverá realizar treinamento aos servidores municipais que passarão a operar os sistemas, no qual deverá ser iniciado o treinamento no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a emissão da ordem de serviço ou instrumento equivalente, devendo o treinamento ser realizado no local indicado pelo Departamento Administrativo.
- d) Os serviços de manutenção, suporte técnico e fornecimento de licença de uso de sistema de informação ilimitada de gestão pública deverão ser prestados durante o prazo de 12 meses.
- e) Os serviços de manutenção corretiva, assim entendido aqueles destinados a sanar erros e defeitos de funcionamento dos sistemas informatizados deverão ocorrer no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas a contar da abertura do chamado técnico relatando a ocorrência, caso for realizado in loco e os atendimentos remotos não poderão ultrapassar 24 (vinte e quatro) horas a cada chamado técnico, **sob pena de aplicação de multa diária no percentual de 1% sobre o valor da remuneração mensal pago à contratada.**
- f) Os serviços de manutenção adaptativa, assim entendido aqueles destinados a adequar os sistemas informatizados às exigências legais e normativas de gestão pública previstas, por exemplo, em normas municipais, estaduais, federais e instrução do Tribunal de Contas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da publicação da nova exigência, prorrogável, de comum acordo, conforme complexidade das operações necessárias ou de acordo com o prazo exigido nas normas.
- g) Os serviços de suporte in loco deverão ocorrer no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, a contar da abertura do chamado técnico relatando a ocorrência e os atendimentos remotos não poderão ultrapassar 24 (vinte e quatro) horas a cada chamado técnico.
- h) O sistema a ser contratado deverá ser integrado, em estrito atendimento ao art. 48, § 1º, inciso III da Lei 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que estabelece a adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União. Além disso, deverá estar em conformidade com o Decreto Federal 10.540/2020, que dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (SIAFIC).
- i) Os sistemas deverão operar no modo multiusuário, com licenças de uso de módulos ilimitadas para toda a solução. O número de usuários deverá ser ilimitado, sem a



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

necessidade de aquisição adicional por parte da contratante durante a vigência do contrato. Esta exigência visa garantir a flexibilidade e escalabilidade necessárias para atender ao crescimento e às mudanças organizacionais do município.

- j) O sistema deverá realizar a "INTEGRAÇÃO" entre sistemas para processos de exportação e importação de bases de dados com as plataformas federais, estaduais, municipais e de terceiros, conforme a necessidade e o interesse da contratante. Esta integração deverá ser possível sempre que houver layouts de integração disponíveis para este fim. A integração de sistemas é uma prática de TI amplamente utilizada no mercado tecnológico atual, essencial para garantir o uso eficiente das informações, apoiar a tomada de decisões dos gestores municipais, promover a transparência organizacional e melhorar a prestação de serviços aos munícipes e a prestação de contas aos órgãos fiscalizadores.
- k) Para garantir o pleno funcionamento da solução e a segurança dos dados públicos, a contratada deverá providenciar a hospedagem em um DATACENTER que atenda às disposições da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados). A contratada deverá assumir total responsabilidade pelo cumprimento das diretrizes da LGPD, garantindo a proteção e o tratamento adequado dos dados pessoais envolvidos na operação do sistema.
 - k.1) O DATACENTER deverá contar com todos os recursos físicos, lógicos, humanos e tecnológicos necessários para viabilizar o funcionamento adequado da solução com a qualidade e a segurança esperadas. Isso inclui, mas não se limita a:
 - 1. Infraestrutura de servidores robusta e escalável;
 - 2. Sistemas de segurança física e lógica avançados;
 - 3. Redundância de energia e conectividade;
 - 4. Equipe técnica especializada e certificada;
 - 5. Políticas de backup e recuperação de desastres;
 - 6. Monitoramento 24/7 de performance e segurança, procedimentos aplicados em certificação TIER III.
- l) A contratante não será responsável pelo custeamento, gerenciamento ou qualquer outra forma de intervenção referente à viabilização do DATACENTER, exceto pelos custos previstos no instrumento convocatório.
- m) A contratada deverá assegurar que o DATACENTER garanta a integridade dos dados e informações dos sistemas mediante a aplicação de políticas de segurança físicas, lógicas, de alimentação elétrica e de condicionamento ambiental avançadas e atualizadas, em consonância com as melhores práticas do mercado tecnológico atual, mantidas por equipe própria ou terceirizada.
- n) Para a efetivação da contratação, a empresa vencedora deverá apresentar os documentos exigidos conforme arts. 62 a 69 da Lei 14.133/2021, e ainda:
 - n.1) Atestado(s) de Capacidade técnica em nome da empresa, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter experiência na prestação de serviços objeto da presente licitação, e que implantou e/ou mantém em funcionamento sistema de computação em nuvem, desenvolvido nativamente em linguagem web, similar e compatível com o objeto desta licitação nas seguintes áreas de maior relevância:



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Implantação, Migração, Treinamento. Sistemas: Gestão Contábil e Financeira; Prestação de Contas Municipais (TCE/PR); Folha de Pagamento; Compras e Licitações; Planejamento e Orçamento; Arrecadação; Nota Fiscal Eletrônica e Data Center.

O atestado deve conter o nome, endereço e o telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio com o qual o Município possa valer-se para manter contato com a pessoa declarante.

O atestado deverá comprovar a Prestação de Contas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR). Vez que, a Prestação de Contas é dever Constitucional dos que utilizam, arrecadam, guardam, gerenciam ou administram dinheiros, bens e valores públicos, conforme artigo 70, parágrafo único da Constituição Federal de 1988.

Assim, a Administração Pública, ora contratante, possui prazos para prestação de contas ao TCE/PR, sob pena de sanções. Isso posto, é imprescindível que o sistema de Gestão Pública contratado atenda as exigências e regras do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Pelo exposto, face a obrigatoriedade Constitucional da Prestação de Contas, faz-se necessário a apresentação de Atestado de Capacidade Técnica em nome da licitante, que comprove a Prestação de Contas para o Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

- n.2) Relação do pessoal técnico que atuará para a realização do objeto, devendo constar a qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelo desenvolvimento, manutenção e suporte técnico dos softwares, bem como dos demais serviços que integram o objeto;
- n.3) A Formação profissional da equipe técnica deverá ser comprovada através de documentos de certificação de conclusão de curso superior ou técnico apto para o desempenho profissional na área de sua formação;
- n.4) Comprovação de que o(s) responsável (eis) técnico(s) faz (em) parte do quadro da proponente, na data da apresentação da proposta, mediante registro em carteira de trabalho e ficha de registro da empresa ou contrato de prestação de serviço.
- o) Os sistemas serão avaliados em Prova de Conceito posterior a fase de habilitação, do qual será objetivamente julgado com base nos critérios previstos no termo de referência;
- p) A fiscalização é de responsabilidade do servidor designado pelo Departamento Administrativo para tal função,
 - p.1) O fiscal será responsável pela fiscalização das ocorrências e as deficiências verificadas no momento da execução do objeto, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas;
- q) Não é admitida a subcontratação do objeto contratual;
- r) Não haverá exigência de garantia de execução contratual;
- s) Os elementos técnicos em que se apoiarão a contratação, incluindo os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade exigidos, estão dispostos abaixo:

Escopo dos Serviços:

Os serviços a serem executados pela contratada devem incluir:

Implantação e Configuração:

Os serviços relacionados à implantação devem garantir uma transição eficiente,



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

minimizando impactos operacionais, e contemplam:

Diagnóstico Inicial (15 dias úteis): Levantamento detalhado das necessidades específicas do município, considerando processos administrativos, legislações locais e fluxos operacionais atuais.

Planejamento Personalizado: Elaboração de plano de implantação com cronograma detalhado, identificação de riscos e definição de métricas de sucesso.

Parametrização do Sistema: Configuração personalizada para atender às necessidades do município, considerando módulos como contabilidade, tributação, gestão de pessoas e saúde.

Migração de Dados (45 dias úteis):

- Extração, transformação e carregamento de dados existentes;
- Validação dos dados migrados para garantir integridade, consistência e segurança.

Testes de Homologação: Realização de testes funcionais, de integração e de desempenho, com validação conjunta por equipes da contratada e do município.

Habilitação do Sistema: Ativação do sistema para uso em ambiente de produção, com suporte inicial em tempo integral.

Treinamento e Capacitação:

Capacitação contínua e eficaz para assegurar o domínio pleno das funcionalidades pelos servidores municipais:

Treinamento Inicial:

- Metodologia teórica e prática para servidores das áreas administrativas, operacionais e técnicas;
- Simulações de uso com dados reais do município para contextualizar os processos.

Certificação: Emissão de certificado de conclusão para os participantes.

Materiais Didáticos:

- Fornecimento de manuais digitais e impressos, guias rápidos e vídeos tutoriais;
- Disponibilização de plataforma de e-learning para acesso a conteúdos adicionais.

Capacitação Contínua: Treinamentos periódicos para atualizações ou inclusão de novos módulos.

Suporte Técnico e Manutenção:

A contratada deverá assegurar suporte técnico eficiente e manutenção contínua:

Suporte Técnico:

- Atendimento em diferentes níveis de complexidade (baixa, média e alta), com SLA definido;
- Disponibilidade mínima em horário comercial e atendimento emergencial 24/7.

Atualizações Legais e Corretivas:

- Implementação de atualizações de acordo com mudanças legislativas ou regulatórias sem custos adicionais;
- Correção de falhas técnicas identificadas durante a operação.

Portal de Suporte: Sistema online para abertura, acompanhamento e encerramento de chamados, com histórico de atendimento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Monitoramento Ativo: Supervisão constante do desempenho do sistema e resolução proativa de problemas.

Infraestrutura de Data Center:

Para garantir a segurança e a disponibilidade dos serviços, a infraestrutura de TI deverá atender aos seguintes critérios:

Armazenamento em Nuvem:

- Alta disponibilidade, com uptime mínimo de 99,9%;
- Redundância geográfica para prevenção de perda de dados em caso de falhas regionais.

Backup Diário:

- Retenção de backups por período mínimo de 90 dias, com planos de recuperação em até 24 horas.
- Opção de backup incremental para otimização de recursos.

Segurança dos Dados:

- Criptografia de ponta a ponta, controle de acesso granular e rastreamento de atividades.
- Proteções contra ameaças cibernéticas, incluindo firewall avançado, WAF (Web Application Firewall) e prevenção contra ataques DDoS.

Monitoramento em Tempo Real: Painel de controle para acompanhamento do desempenho, consumo de recursos e alertas proativos.

Escalabilidade: Infraestrutura ajustável para atender ao aumento de usuários ou demandas específicas.

Integração e Interoperabilidade

Conectividade com Sistemas Legados: Ferramentas de integração com sistemas já utilizados pelo município, como folha de pagamento, sistemas fiscais ou educacionais.

Interoperabilidade com Órgãos Externos: Envio e recebimento de dados para plataformas como SICONFI, SIOPE, eSocial e outros sistemas governamentais.

API Aberta: Disponibilidade de APIs para integração com novas soluções ou serviços de terceiros.

Sustentabilidade Operacional:

A contratada deverá assegurar que a solução seja sustentável no longo prazo:

Escalabilidade: Ajuste automático de recursos de TI conforme demandas sazonais ou crescimento.

Sustentabilidade Energética: Preferência por data centers com práticas de eficiência energética e redução de carbono.

Planos de Continuidade de Negócios: Estratégias de recuperação rápida em casos de desastres naturais, ataques cibernéticos ou falhas críticas.

Cronograma de Execução:

Etapas	Prazo
Diagnóstico Inicial	Até 15 dias úteis
Configuração	15 dias após diagnóstico



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Etapa	Prazo
Migração de Dados	45 dias após configuração
Habilitação	15 dias após migração
Treinamento	Durante 30 dias após habilitação

Disposições Finais

As disposições finais deste projeto básico, visa consolidar os aspectos administrativos, jurídicos e legais que norteiam a contratação e execução da solução integrada de gestão pública, assegurando conformidade com a legislação vigente, eficiência administrativa e a proteção do interesse público.

Vinculação Legal e Regulatória:

- Este projeto básico foi elaborado com base nos dispositivos da **Lei Federal nº 14.133/2021**, assegurando o cumprimento dos princípios de legalidade, eficiência, economicidade e transparência.
- Integra-se, ainda, às disposições do **Decreto Federal nº 10.540/2020**, que regulamenta o Sistema Integrado de Administração Financeira e Controle (SIAFIC), visando padronização, segurança e integração de informações financeiras públicas.

Garantia de Planejamento e Execução:

- O planejamento minucioso descrito neste documento garante que os objetivos da contratação sejam plenamente atingidos, assegurando a modernização tecnológica e a melhoria na prestação de serviços públicos à população.
- A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela Administração Pública, com base nos critérios de aceitação e demais diretrizes estabelecidas neste projeto básico.

Responsabilidades da Contratada:

- A empresa contratada deverá executar todos os serviços com observância estrita dos requisitos técnicos, prazos e metas estabelecidos, sujeitando-se às penalidades previstas em caso de descumprimento.
- A atualização contínua da solução, o suporte técnico eficiente e o treinamento dos servidores são obrigações fundamentais para o sucesso da implantação.

Compromisso com a Sustentabilidade e Inovação:

- A adoção de infraestrutura sustentável, aliada à implementação de práticas modernas de governança pública, assegura uma solução escalável e adaptada às demandas futuras do município.

Cláusula de Contingências e Resolução de Conflitos:

- Eventuais imprevistos que comprometam a execução dos serviços deverão ser comunicados imediatamente à Administração, que avaliará medidas mitigadoras.
- A resolução de conflitos será conduzida preferencialmente por meio de mecanismos administrativos, como mediação, conforme permitido pela legislação, resguardando o interesse público.

Prazo e Vigência:



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

- Este projeto básico tem vigência vinculada ao período de execução contratual, sendo regido pelas normas aqui descritas e ajustável apenas mediante termo aditivo, nos limites da lei.

Publicação e Transparência:

- Todo o processo licitatório será amplamente divulgado para assegurar o controle social e a fiscalização pelos órgãos competentes, garantindo máxima publicidade e acesso às informações.

Conclusão:

Este projeto básico representa um instrumento estratégico para a modernização da gestão pública municipal, promovendo maior eficiência na administração dos recursos públicos e na prestação de serviços à população. Sua execução, alinhada aos princípios legais e administrativos, consolidará a conformidade com as exigências regulatórias e o compromisso com o interesse público.

REQUISITOS FUNCIONAIS POR MÓDULO

REQUISITOS E FUNCIONALIDADES DO SISTEMA:

SISTEMA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS:

O Sistema de Contabilidade e Finanças atua como o pilar central da gestão financeira, integrando os processos de planejamento, execução e controle orçamentário, além de automatizar as rotinas contábeis, garantindo a geração de relatórios precisos e em conformidade com as normas contábeis aplicáveis ao setor público. A integração entre os módulos deste sistema garante a confiabilidade e a rastreabilidade das informações, propiciando uma visão holística e em tempo real da saúde financeira da entidade.

MÓDULO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO:

O Módulo Planejamento e Orçamento é fundamental para a gestão estratégica dos recursos públicos, permitindo a elaboração, o acompanhamento e o controle do orçamento de forma eficiente e transparente. Este módulo garante a alocação responsável dos recursos, alinhada com o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), além de promover a participação popular no processo orçamentário, assegurando o controle social e a gestão democrática dos recursos públicos.

Funcionalidades:

- **Gestão Participativa:**
 - Registrar as audiências públicas realizadas para elaboração do PPA, LDO e LOA, documentando as sugestões da sociedade, avaliações e anexando atas e arquivos relevantes, de forma a assegurar a transparência e a participação cidadã na construção do orçamento público.
 - Permitir a gestão e o acompanhamento das sugestões coletadas nas audiências públicas, facilitando a análise e a incorporação das demandas da sociedade no processo de planejamento orçamentário.
 - Disponibilizar ferramentas para a publicação das atas das audiências públicas e o acesso aos arquivos relacionados, garantindo a publicidade e o controle social das etapas de elaboração do PPA, LDO e LOA.
- **Elaboração do Plano Plurianual (PPA):**



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

- Definir o grau do plano de contas a ser utilizado para a informação das receitas no PPA, em conformidade com as normas e diretrizes do Tribunal de Contas, garantindo a padronização e a comparabilidade das informações orçamentárias.
- Cadastrar os vínculos para o PPA de acordo com a tabela definida pelo Tribunal de Contas do Estado, assegurando a utilização da estrutura de codificação padronizada e facilitando a análise das informações pelos órgãos de controle.
- Importar vínculos utilizados na LOA a cada novo PPA elaborado, otimizando o processo de elaboração do PPA e garantindo a consistência das informações entre os diferentes instrumentos de planejamento orçamentário.
- Cadastrar os programas de governo, detalhando origem, objetivo, diretrizes, público-alvo, fonte de financiamento e gerente responsável, de forma a assegurar a gestão eficiente e o acompanhamento dos programas, facilitando a avaliação do impacto das políticas públicas.
- Importar as ações e programas da LOA para cada novo PPA elaborado, otimizando o processo de elaboração do PPA e garantindo a continuidade das políticas públicas.
- Criar automaticamente códigos reduzidos para a despesa do PPA composto de órgão, unidade, função, subfunção, programa e ação visando facilitar a execução orçamentária e a gestão dos recursos, simplificando a identificação e o acompanhamento das despesas.
- Importar as receitas e despesas de PPA anterior e da LOA, facilitando a elaboração do novo PPA e permitindo a análise comparativa da evolução das receitas e despesas ao longo dos exercícios.
- Cadastrar a programação da receita, possibilitando a identificação de cada fonte de recurso, garantindo a gestão eficiente da arrecadação e o acompanhamento da evolução das receitas ao longo do tempo.
- Permitir informar as receitas do PPA por meio de rateio automático para cada conta de receita e suas respectivas fontes de recursos, otimizando o processo de alocação de receitas e garantindo a precisão das informações.
- Efetuar projeção de cálculo para obter a previsão do total a ser arrecadado e do total a ser gasto para cada ano do PPA, utilizando modelos estatísticos e informações históricas, de forma a subsidiar a tomada de decisão e garantir a alocação eficiente dos recursos.
- Permitir a inclusão de alterações orçamentárias para a receita do PPA, bem como a consulta de todas as alterações incluídas, e de uma receita específica, garantindo a flexibilidade na gestão do orçamento e o acompanhamento das modificações realizadas durante o exercício.
- Consultar o orçamento da receita e da Despesa do PPA com valor orçado atualizado até a data selecionada, permitindo o acompanhamento da execução orçamentária em tempo real e a análise da evolução das receitas e despesas.
- Informar as metas físicas e financeiras da despesa do PPA, com a indicação da destinação de recursos, distribuindo as metas para cada exercício do PPA



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

e permitir atualizar essas metas durante a execução orçamentária do PPA, de forma a garantir o acompanhamento do cumprimento das metas estabelecidas e a avaliação da eficiência dos programas e ações.

- Cadastrar a previsão das transferências financeiras, identificando a entidade a que se destinam, controlando os repasses de recursos para outras entidades e garantindo a transparência na aplicação dos recursos públicos.
- Permitir acompanhar o histórico das alterações orçamentárias por ordem cronológica, registrando o histórico completo das modificações realizadas no orçamento, com informações sobre data, usuário responsável, justificativa e valores alterados, de forma a assegurar a rastreabilidade das informações e a auditoria das ações realizadas.
- Permitir consolidar duas ou mais entidades nas rotinas de previsão de receita, despesa, transferência financeira e alteração orçamentária, possibilitando a gestão orçamentária consolidada de diferentes órgãos e entidades, facilitando a análise global das finanças públicas.
- Confrontar as receitas e despesas do PPA por fonte e destinação de recursos, consolidando uma ou mais entidades e apresentando os valores orçados atualizados até a data selecionada, permitindo a análise comparativa da evolução das receitas e despesas, identificando eventuais desequilíbrios e subsidiando a tomada de decisão.
- Gerar relatórios gerenciais das receitas e despesas por fonte de recursos e das transferências financeiras, com diferentes níveis de detalhamento e filtros, de forma a auxiliar na análise da execução orçamentária e na identificação de tendências e oportunidades de melhoria na gestão dos recursos.
- Emitir relatórios consolidando uma ou mais entidades com a posição atualizada do orçamento até a data selecionada, incluindo: Demonstrativo das Receitas, Demonstrativo das Despesas, Meta Financeira por Órgão e Unidade, Meta Física por Programa e Ação, Programas, Programas Detalhados, Anexo PPA Analítico, Anexo PPA Sintético, demonstrando a situação atualizada do orçamento e facilitando a prestação de contas.
- Informar as metas físicas e financeiras da despesa do PPA, com a indicação da destinação de recursos, distribuindo as metas para cada exercício do PPA e permitindo atualizar essas metas durante a execução orçamentária do PPA. Essa funcionalidade permite o acompanhamento constante do cumprimento das metas estabelecidas no PPA, possibilitando a correção de rumos e a otimização da alocação de recursos ao longo do período de vigência do plano.
- Cadastrar a previsão das transferências financeiras, identificando a entidade a que se destinam, detalhando os valores, as datas previstas e a finalidade de cada transferência, garantindo a gestão eficiente dos recursos transferidos e o cumprimento das obrigações com outras entidades.
- Permitir acompanhar o histórico das alterações orçamentárias por ordem cronológica, registrando o usuário responsável, a data e a justificativa de cada alteração, garantindo a rastreabilidade das informações e a transparência na gestão do orçamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

- Permitir consolidar duas ou mais entidades nas rotinas de previsão de receita, despesa, transferência financeira e alteração orçamentária, possibilitando a gestão orçamentária consolidada de diferentes órgãos e entidades, facilitando a análise global das finanças públicas.
- Confrontar as receitas e despesas do PPA por fonte e destinação de recursos, consolidando uma ou mais entidades e trazendo os valores orçados atualizados até a data selecionada. Essa funcionalidade permite a análise comparativa da evolução das receitas e despesas, identificando tendências e subsidiando a tomada de decisão estratégica.
- Emitir relatórios gerenciais das receitas e despesas por fonte de recursos e das transferências financeiras, com diferentes níveis de detalhamento e filtros, de forma a atender às necessidades de informação dos gestores e órgãos de controle.
- Emitir os relatórios consolidando uma ou mais entidades e trazendo a posição atualizada do orçamento até a data selecionada:
 - Demonstrativo das Receitas: apresenta a receita detalhada por fonte de recurso, categoria econômica e rubrica de receita, permitindo a análise da composição e da evolução da receita pública.
 - Demonstrativo das Despesas: detalha as despesas por função, subfunção, programa, ação, natureza da despesa e fonte de recurso, possibilitando a análise da estrutura da despesa e a identificação de áreas de maior concentração de gastos.
 - Meta Financeira por Órgão e Unidade: demonstra as metas financeiras estabelecidas para cada órgão e unidade orçamentária, permitindo o acompanhamento do cumprimento das metas e a identificação de desvios em relação ao planejado.
 - Meta Física por Programa e Ação: apresenta as metas físicas definidas para cada programa e ação orçamentária, possibilitando a avaliação do desempenho das políticas públicas e o impacto das ações governamentais.
 - Programas: detalha os programas de governo, com informações sobre os objetivos, as metas, os indicadores, os recursos alocados e os resultados esperados, facilitando o acompanhamento e a avaliação das políticas públicas.
 - Programas Detalhados: apresenta uma visão detalhada de cada programa de governo, incluindo as ações que o compõem, as metas físicas e financeiras, os indicadores de desempenho e os responsáveis pela execução, permitindo um acompanhamento mais preciso e detalhado das políticas públicas.
 - Anexo PPA Analítico: demonstra a estrutura analítica do PPA, com a descrição detalhada de cada programa, ação, meta e indicador, servindo como um documento de referência para a gestão e o acompanhamento do plano.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

- Anexo PPA Sintético: apresenta uma visão sintética do PPA, com os principais dados consolidados por área temática, objetivo estratégico e programa de governo, facilitando a compreensão global do plano e a comunicação com o público em geral.
- Detalhamento Órgão/Unidade Físico/Financeiro: demonstra a distribuição dos recursos físicos e financeiros por órgão e unidade orçamentária, permitindo a análise da alocação de recursos e a identificação de possíveis desequilíbrios.
- Receita por Ano: apresenta a receita prevista para cada ano do PPA, detalhada por fonte de recurso, categoria econômica e rubrica de receita, possibilitando a análise da evolução da receita ao longo do período de vigência do plano.
- Receita Global: demonstra a receita total prevista para o PPA, consolidando as receitas de todos os anos e fontes de recursos, fornecendo uma visão global da capacidade de arrecadação da entidade.
- Emitir relatório de compatibilização entre receitas e despesas do PPA/LDO/LOA com posição atualizada até a data selecionada e relatório de compatibilização das metas de despesas entre PPA/LDO/LOA com posição atualizada até a data selecionada. Esses relatórios são essenciais para garantir a consistência entre os diferentes instrumentos de planejamento orçamentário, assegurando que as receitas previstas sejam suficientes para cobrir as despesas autorizadas e que as metas estabelecidas sejam compatíveis com os recursos disponíveis.
- Possuir controle de versão para o PPA com controle de todas as consultas e emissão de relatórios por versão, garantindo a segurança e a rastreabilidade das informações, permitindo a recuperação de versões anteriores do PPA e o acompanhamento das alterações realizadas ao longo do tempo.
- Emitir os demonstrativos de aplicação em saúde, pessoal e educação com os respectivos percentuais de aplicação, em conformidade com as normas constitucionais e legais que estabelecem limites mínimos de aplicação de recursos nessas áreas, garantindo a transparência e o controle social dos gastos públicos.
- **Elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO):**
 - No cadastro da LDO escolher o grau do plano de contas de receita e despesa a ser utilizado, em conformidade com as normas e diretrizes do Tribunal de Contas, garantindo a padronização e a comparabilidade das informações orçamentárias.
 - Cadastrar os vínculos para a LDO de acordo com a tabela definida pelo Tribunal de Contas do Estado, assegurando a utilização da estrutura de codificação padronizada e facilitando a análise das informações pelos órgãos de controle.
 - Permitir a inclusão de alterações orçamentárias para a receita da LDO, bem como a consulta de todas as alterações incluídas, e de uma receita específica,



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

garantindo a gestão eficiente da receita e a atualização das informações de acordo com as variações da arrecadação.

- Consultar o orçamento da receita e da despesa da LDO com valor orçado atualizado até a data selecionada, permitindo o acompanhamento da execução orçamentária e a tomada de decisão com base em informações atualizadas.
- Cadastrar programas e ações na LDO e importar do PPA e LOA, facilitando a elaboração da LDO e garantindo a consistência das informações entre os diferentes instrumentos de planejamento orçamentário.
- Importar previsão da despesa do PPA, da LOA ou de LDO anterior, otimizando o processo de elaboração da LDO e permitindo a análise comparativa da evolução das despesas ao longo dos exercícios.
- Importar previsão da receita do PPA, da LOA ou de LDO anterior, agilizando a elaboração da LDO e possibilitando a análise da evolução da receita ao longo dos exercícios.
- Atualizar as metas físicas da LDO e inserir as metas físicas realizadas, permitindo o acompanhamento do cumprimento das metas estabelecidas e a avaliação do desempenho das políticas públicas.
- Acompanhar o histórico das alterações orçamentárias por ordem cronológica, registrando o usuário responsável, a data e a justificativa de cada alteração, garantindo a rastreabilidade das informações e a transparência na gestão do orçamento.
- Permitir consolidar duas ou mais entidades nas rotinas de previsão de receita, despesa, transferência financeira e alteração orçamentária da despesa, possibilitando a gestão orçamentária consolidada de diferentes órgãos e entidades, facilitando a análise global das finanças públicas.
- Confrontar as receitas e despesas da LDO por fonte e destinação de recursos, consolidando uma ou mais entidades e trazendo os valores orçados atualizados até a data selecionada. Essa funcionalidade permite a análise comparativa da evolução das receitas e despesas, identificando tendências e subsidiando a tomada de decisão estratégica.
- Emitir relatórios gerenciais das receitas e despesas por fonte de recursos, com diferentes níveis de detalhamento e filtros, de forma a atender às necessidades de informação dos gestores e órgãos de controle.
- Emitir os relatórios consolidando uma ou mais entidades e trazendo a posição atualizada do orçamento até a data selecionada:
 - Demonstrativo das Receitas: apresenta a receita detalhada por fonte de recurso, categoria econômica e rubrica de receita, permitindo a análise da composição e da evolução da receita pública.
 - Demonstrativo das Despesas: detalha as despesas por função, subfunção, programa, ação, natureza da despesa e fonte de recurso, possibilitando a análise da estrutura da despesa e a identificação de áreas de maior concentração de gastos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

- Anexo de Riscos Fiscais: identifica, analisa e mensura os riscos capazes de afetar as contas públicas, apresentando medidas para mitigar os riscos e garantir o equilíbrio fiscal.
- Anexo de Metas Fiscais: estabelece as metas fiscais anuais para o exercício a que se refere a LDO, em consonância com o PPA e com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), definindo metas para os seguintes indicadores:
 - Receita Corrente Líquida: representa o total das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, deduzidas as transferências constitucionais e legais destinadas aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.
 - Resultado Primário: corresponde à diferença entre as receitas e despesas primárias, ou seja, receitas e despesas que não envolvem operações de crédito. O resultado primário é um indicador importante para avaliar a capacidade do governo de gerar recursos para o pagamento dos juros da dívida pública.
 - Dívida Pública Consolidada: representa o montante total das obrigações financeiras do setor público, incluindo a dívida interna e a dívida externa. O controle da dívida pública é fundamental para garantir a sustentabilidade das finanças públicas e a capacidade do governo de honrar seus compromissos.
- Anexo de Metas e Prioridades da Administração Pública: define as metas e prioridades da administração pública para o exercício financeiro, estabelecendo os objetivos a serem alcançados e as ações a serem desenvolvidas para o cumprimento das metas.
- Anexo de Avaliação do Cumprimento das Metas do Exercício Anterior: apresenta uma avaliação do cumprimento das metas fiscais e orçamentárias estabelecidas na LDO do exercício anterior, identificando os fatores que influenciaram o desempenho da execução orçamentária e propondo medidas para a correção de eventuais desvios.
- Emitir relatório de compatibilização entre receitas e despesas do PPA/LDO/LOA com posição atualizada até a data selecionada e relatório de compatibilização das metas de despesas entre PPA/LDO/LOA com posição atualizada até a data selecionada. Esses relatórios são essenciais para garantir a consistência entre os diferentes instrumentos de planejamento orçamentário, assegurando que as receitas previstas sejam suficientes para cobrir as despesas autorizadas e que as metas estabelecidas sejam compatíveis com os recursos disponíveis.
- Possuir controle de versão para a LDO com controle de todas as consultas e emissão de relatórios por versão, garantindo a segurança e a rastreabilidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

das informações, permitindo a recuperação de versões anteriores da LDO e o acompanhamento das alterações realizadas ao longo do tempo.

- **Elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA):**

- No cadastro da LOA escolher o grau do plano de contas de receita e despesa a ser utilizado, em conformidade com as normas e diretrizes do Tribunal de Contas, garantindo a padronização e a comparabilidade das informações orçamentárias.
- Cadastrar os vínculos para a LOA de acordo com a tabela definida pelo Tribunal de Contas do Estado, assegurando a utilização da estrutura de codificação padronizada e facilitando a análise das informações pelos órgãos de controle.
- Importar os dados do PPA e da LDO para a LOA, otimizando o processo de elaboração da LOA e garantindo a consistência das informações entre os diferentes instrumentos de planejamento orçamentário.
- Permitir a inclusão de alterações orçamentárias (créditos adicionais) para a receita e a despesa da LOA, bem como a consulta de todas as alterações incluídas, e de uma receita ou despesa específica, garantindo a gestão eficiente do orçamento e a atualização das informações de acordo com as necessidades da administração pública.
- Consultar o orçamento da receita e da despesa da LOA com valor orçado atualizado até a data selecionada, permitindo o acompanhamento da execução orçamentária e a tomada de decisão com base em informações atualizadas.
- Cadastrar programas e ações na LOA e importar do PPA e LDO, facilitando a elaboração da LOA e garantindo a consistência das informações entre os diferentes instrumentos de planejamento orçamentário.
- Importar previsão da despesa do PPA, da LDO ou de LOA anterior, otimizando o processo de elaboração da LOA e permitindo a análise comparativa da evolução das despesas ao longo dos exercícios.
- Importar previsão da receita do PPA, da LDO ou de LOA anterior, agilizando a elaboração da LOA e possibilitando a análise da evolução da receita ao longo dos exercícios.
- Atualizar as metas físicas da LOA e inserir as metas físicas realizadas, permitindo o acompanhamento do cumprimento das metas estabelecidas e a avaliação do desempenho das políticas públicas.
- Acompanhar o histórico das alterações orçamentárias por ordem cronológica, registrando o usuário responsável, a data e a justificativa de cada alteração, garantindo a rastreabilidade das informações e a transparência na gestão do orçamento.
- Permitir consolidar duas ou mais entidades nas rotinas de previsão de receita, despesa, transferência financeira e alteração orçamentária da despesa, possibilitando a gestão orçamentária consolidada de diferentes órgãos e entidades, facilitando a análise global das finanças públicas.
- Confrontar as receitas e despesas da LOA por fonte e destinação de recursos, consolidando uma ou mais entidades e trazendo os valores orçados





PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

atualizados até a data selecionada. Essa funcionalidade permite a análise comparativa da evolução das receitas e despesas, identificando tendências e subsidiando a tomada de decisão estratégica.

- Emitir relatórios gerenciais das receitas e despesas por fonte de recursos, com diferentes níveis de detalhamento e filtros, de forma a atender às necessidades de informação dos gestores e órgãos de controle.
- Emitir os relatórios consolidando uma ou mais entidades e trazendo a posição atualizada do orçamento até a data selecionada:
 - Demonstrativo das Receitas: apresenta a receita detalhada por fonte de recurso, categoria econômica e rubrica de receita, permitindo a análise da composição e da evolução da receita pública.
 - Demonstrativo das Despesas: detalha as despesas por função, subfunção, programa, ação, natureza da despesa e fonte de recurso, possibilitando a análise da estrutura da despesa e a identificação de áreas de maior concentração de gastos.
 - Relatório da Destinação de Recursos para o Esporte: demonstra os recursos destinados ao financiamento de atividades esportivas, em cumprimento à legislação específica que estabelece a obrigatoriedade da destinação de recursos para essa finalidade.
 - Relatório da Aplicação de Recursos em Ações e Serviços Públicos de Saúde: apresenta os recursos aplicados em ações e serviços públicos de saúde, em conformidade com a legislação que estabelece os percentuais mínimos de aplicação de recursos nessa área, garantindo a transparência e o controle social dos gastos públicos com saúde.
- Emitir relatório de compatibilização entre receitas e despesas do PPA/LDO/LOA com posição atualizada até a data selecionada e relatório de compatibilização das metas de despesas entre PPA/LDO/LOA com posição atualizada até a data selecionada. Esses relatórios são essenciais para garantir a consistência entre os diferentes instrumentos de planejamento orçamentário, assegurando que as receitas previstas sejam suficientes para cobrir as despesas autorizadas e que as metas estabelecidas sejam compatíveis com os recursos disponíveis.
- Possuir controle de versão para a LOA com controle de todas as consultas e emissão de relatórios por versão, garantindo a segurança e a rastreabilidade das informações, permitindo a recuperação de versões anteriores da LOA e o acompanhamento das alterações realizadas ao longo do tempo.

É de suma importância a descrição detalhada de cada funcionalidade. Isto será fundamental para demonstrar a capacidade do sistema em atender às necessidades específicas da entidade, evidenciando a sua robustez, flexibilidade e aderência às normas e legislações aplicáveis à gestão pública.

MÓDULO ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

O Módulo de Escrituração Contábil se constitui como a espinha dorsal do sistema de gestão financeira e orçamentária, assegurando a integridade, confiabilidade e conformidade das informações contábeis. Atuando como um sistema de registro contábil completo e integrado,



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

este módulo garante que cada transação realizada pela entidade seja refletida de forma precisa e tempestiva na escrituração contábil, seguindo rigorosamente as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, em especial as diretrizes do PCASP (Plano de Contas Aplicado ao Setor Público) e as exigências do SIAFIC (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal). Através da integração com os demais módulos do sistema, como os módulos de Planejamento e Orçamento, Execução Orçamentária e Financeira, Patrimônio, entre outros, este módulo elimina a necessidade de lançamentos manuais, reduzindo a possibilidade de erros e garantindo a rastreabilidade de todas as operações, fator crucial para atender às demandas de auditoria e controle interno, em especial aquelas provenientes dos Tribunais de Contas.

Funcionalidades:

- **Geração Automática de Lançamentos:**

- Automatizar o registro de lançamentos contábeis a partir das informações provenientes dos demais módulos do sistema, eliminando a necessidade de lançamentos manuais e garantindo a integridade e a consistência dos dados. Essa integração entre os módulos assegura que toda transação realizada em qualquer ponto do sistema seja automaticamente refletida na escrituração contábil, sem a necessidade de intervenção manual.
- Permitir a configuração de regras contábeis personalizadas para automatizar os lançamentos, adaptando-se às particularidades de cada ente público e garantindo a aderência às normas contábeis específicas. Essa flexibilidade permite que o sistema seja configurado para atender às necessidades específicas de cada entidade, garantindo a conformidade com as normas contábeis aplicáveis.
- Oferecer interface amigável para lançamentos manuais, quando necessário, com validações que impedem o registro de informações inconsistentes ou incompletas, garantindo a qualidade dos dados. A interface para lançamentos manuais deve ser intuitiva e de fácil utilização, guiando o usuário durante o processo e impedindo a digitação de informações inválidas.
- Registrar os lançamentos contábeis em regime de competência, conforme preconizado pelas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, garantindo a correta apuração dos resultados do exercício. O sistema deve registrar os lançamentos no momento em que os fatos geradores ocorrem, independentemente da data de pagamento ou recebimento, assegurando a conformidade com o regime de competência.
- Permitir a realização de lançamentos a débito e a crédito, utilizando a estrutura de contas contábeis do PCASP, garantindo a correta classificação das transações. O sistema deve permitir a realização de lançamentos em qualquer nível de detalhamento do PCASP, garantindo a flexibilidade necessária para atender às necessidades de cada entidade.
- Permitir a associação de cada lançamento contábil a um documento comprobatório, como notas fiscais, contratos, convênios, entre outros, garantindo a rastreabilidade das informações e a conformidade com as normas de auditoria. A documentação comprobatória deve ser facilmente anexada aos



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

lançamentos contábeis, permitindo a auditoria e o acompanhamento das transações.

- Permitir a inclusão de observações em cada lançamento contábil, detalhando as informações relevantes sobre a transação, facilitando a análise e a conciliação contábil. As observações devem ser claras, concisas e objetivas, fornecendo informações adicionais relevantes para a compreensão do lançamento contábil.
- Manter um histórico completo de todos os lançamentos contábeis realizados, registrando a data, hora, usuário responsável e as alterações efetuadas, garantindo a segurança e a rastreabilidade das informações. O histórico de alterações deve ser auditável, permitindo a identificação de todas as modificações realizadas nos lançamentos contábeis, garantindo a segurança e a transparência das informações.

- **Classificação Contábil:**

- Utilizar a estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) para a classificação contábil das transações, garantindo a padronização e a comparabilidade das informações contábeis. O sistema deve estar atualizado com a última versão do PCASP, garantindo a conformidade com as normas contábeis vigentes.
- Permitir a criação de planos de contas auxiliares, vinculados ao PCASP, para atender às necessidades específicas de cada entidade, proporcionando maior detalhamento e controle das informações contábeis. Os planos de contas auxiliares devem ser flexíveis e permitir a inclusão de informações relevantes para a gestão da entidade.
- Permitir a vinculação de cada conta contábil a um centro de custos, facilitando a análise e o acompanhamento das despesas por área responsável. A utilização de centros de custos permite uma gestão mais eficiente dos recursos, possibilitando a identificação das áreas responsáveis pelas despesas e a tomada de medidas para otimizar os gastos.
- Permitir a realização de consultas à estrutura do PCASP, com informações detalhadas sobre cada conta contábil, facilitando a classificação das transações. O sistema deve oferecer uma interface amigável para consulta ao PCASP, com informações claras e objetivas sobre cada conta contábil.

- **Fechamento Contábil:**

- Automatizar o processo de fechamento contábil, realizando as conciliações necessárias entre os saldos contábeis e os saldos dos sistemas auxiliares, garantindo a confiabilidade das informações. O fechamento contábil deve ser realizado de forma ágil e eficiente, minimizando a necessidade de intervenção manual.
- Permitir a realização de ajustes contábeis, quando necessário, para corrigir eventuais erros ou inconsistências identificadas durante o processo de fechamento contábil. Os ajustes contábeis devem ser realizados de forma controlada e auditável, garantindo a integridade das informações.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

- Gerar automaticamente os relatórios auxiliares do fechamento contábil, como balancete de verificação, razão contábil, entre outros, facilitando a análise e a conferência das informações. Os relatórios auxiliares devem ser gerados em tempo hábil, permitindo a identificação e a correção de eventuais erros ou inconsistências antes da geração das demonstrações contábeis.
- **Geração de Relatórios Contábeis:**
 - Gerar automaticamente as demonstrações contábeis exigidas pela legislação, em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, incluindo:
 - **Balanco Patrimonial:** apresentar a posição financeira da entidade em um determinado momento, demonstrando os ativos, passivos e patrimônio líquido, de acordo com a estrutura definida no PCASP. O Balanco Patrimonial deve ser apresentado de forma clara e organizada, permitindo a análise da situação financeira da entidade.
 - **Demonstração das Variações Patrimoniais:** evidenciar as alterações ocorridas no patrimônio líquido da entidade durante o exercício, demonstrando as receitas, despesas, mutações ativas e passivas que afetaram o patrimônio líquido. A Demonstração das Variações Patrimoniais deve ser apresentada de forma detalhada, permitindo a análise das causas das variações no patrimônio líquido da entidade.
 - **Demonstração do Fluxo de Caixa:** demonstrar as entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa da entidade durante o exercício, evidenciando a capacidade da entidade de gerar caixa e honrar seus compromissos financeiros. A Demonstração do Fluxo de Caixa deve ser apresentada de forma a permitir a análise da capacidade da entidade de gerar caixa e honrar seus compromissos financeiros.
 - **Balanco Orçamentário:** apresentar a execução orçamentária da entidade durante o exercício, comparando as receitas e despesas previstas com as realizadas, evidenciando as variações e o cumprimento das metas orçamentárias. O Balanco Orçamentário deve ser apresentado de forma a permitir a análise do cumprimento das metas orçamentárias estabelecidas pela entidade.
 - **Balanco Financeiro:** apresentar a movimentação financeira da entidade durante o exercício, demonstrando as receitas e despesas orçamentárias e extraorçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios financeiros. O Balanco Financeiro deve ser apresentado de forma a permitir a análise da capacidade da entidade de gerar recursos financeiros e honrar seus compromissos financeiros.
 - **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido:** evidenciar as alterações ocorridas no patrimônio líquido da entidade durante o exercício, demonstrando as causas das variações, como integralização de capital, incorporação de reservas, lucros ou prejuízos acumulados, entre outros. A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

deve ser apresentada de forma detalhada, permitindo a análise das causas das variações no patrimônio líquido da entidade.

- **Notas Explicativas:** fornecer informações adicionais sobre os saldos e transações apresentadas nas demonstrações contábeis, tornando-as mais claras e compreensíveis, incluindo informações sobre os critérios contábeis utilizados, eventos subsequentes ao período contábil, entre outras informações relevantes. As Notas Explicativas devem ser elaboradas de forma clara, concisa e objetiva, complementando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis.
- Permitir a geração de relatórios contábeis personalizados, de acordo com as necessidades de informação dos gestores e órgãos de controle, utilizando diferentes níveis de detalhamento, filtros e períodos de análise. A ferramenta de geração de relatórios deve ser flexível e permitir a personalização dos relatórios de acordo com as necessidades de cada usuário.
- Exportar os relatórios contábeis para diferentes formatos, como PDF, Excel e XML, facilitando o compartilhamento das informações com os usuários e a integração com outros sistemas. A exportação dos relatórios para diferentes formatos facilita a análise das informações e a integração com outros sistemas utilizados pela entidade.
- **Integração com o SIAFIC:**
 - Exportar os dados contábeis para o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFIC), cumprindo as obrigações legais de prestação de contas e transparência, nos formatos e layouts exigidos pelo órgão. A exportação dos dados para o SIAFIC deve ser realizada de forma automatizada, garantindo a integridade e a confiabilidade das informações.
 - Importar dados do SIAFIC, como classificações orçamentárias e financeiras, garantindo a consistência e a atualização das informações contábeis. A importação de dados do SIAFIC deve ser realizada de forma segura e controlada, garantindo a integridade e a confiabilidade das informações.
- **Auditoria e Segurança:**
 - Manter um histórico completo de todas as operações realizadas no sistema, registrando o usuário responsável, a data, a hora e o tipo de operação, garantindo a rastreabilidade das informações e a segurança do sistema. O sistema deve registrar todas as operações realizadas, incluindo data, hora, usuário responsável e detalhes da operação, garantindo a rastreabilidade das informações e a segurança do sistema.
 - Permitir a definição de perfis de acesso para os usuários, controlando as permissões de acesso aos dados e funcionalidades do sistema, de acordo com as responsabilidades de cada usuário, garantindo a segurança das informações e a segregação de funções. O sistema deve permitir a definição de diferentes perfis de acesso, com permissões específicas para cada perfil, garantindo a segurança das informações e a segregação de funções.
 - Possuir mecanismos de segurança da informação, como criptografia de dados, controle de acesso e backup periódico, garantindo a integridade,



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

confidencialidade e disponibilidade das informações. O sistema deve ser desenvolvido com base nas melhores práticas de segurança da informação, garantindo a proteção dos dados contra acessos não autorizados, modificações indevidas e perdas de informações.

O Módulo de Escrituração Contábil, com suas funcionalidades abrangentes e integradas, garante a conformidade com as normas contábeis, a eficiência na gestão dos recursos públicos e a transparência na prestação de contas, atendendo às expectativas dos órgãos de controle e contribuindo para a boa governança da entidade.

Módulo Gestão Contábil e Financeira

O módulo de Gestão Contábil e Financeira deve apresentar integração total com o sistema contábil, realizando a contabilização automática dos pagamentos e recebimentos efetuados pela tesouraria. É essencial que o sistema permita a informação de múltiplas fontes de recursos por conta bancária, bem como a inclusão de várias receitas orçamentárias simultaneamente, tendo como contrapartida uma única conta bancária.

A funcionalidade de informar a fonte de recursos no momento do lançamento da receita deve estar disponível para os casos em que não há rateio de percentual entre as fontes. O sistema deve possibilitar o cadastro de dedução de receita, utilizando rubricas redutoras, em conformidade com o Manual de Procedimentos Contábeis da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

É importante que o módulo permita a inclusão de várias deduções de receita simultaneamente, tendo como contrapartida uma única conta bancária, além de possibilitar a inclusão de receitas extraorçamentárias. Deve haver uma opção para selecionar múltiplas receitas extraorçamentárias e gerar automaticamente as notas extraorçamentárias, mantendo a rastreabilidade dos registros.

O sistema deve efetuar os lançamentos contábeis das movimentações financeiras automaticamente ao incluir o registro, permitindo consultar, na própria rotina de inclusão, os lançamentos contábeis para cada receita, dedução de receita e receita extraorçamentária. Deve ser possível estornar esses lançamentos, realizando automaticamente os lançamentos contábeis do estorno e mantendo o registro da situação.

Nos lançamentos de receita de cota parte, o sistema deve realizar automaticamente o lançamento dos 20% (vinte por cento) do FUNDEB na dedução da receita. Além disso, deve permitir a inclusão de lançamentos de movimentação bancária (depósitos, transferências, resgates e aplicações), informando as fontes e destinações de recursos.

O controle dos saldos das contas bancárias por fonte de recursos deve ser realizado no momento das suas movimentações. O sistema deve permitir consultar, na própria rotina de inclusão, os lançamentos contábeis para cada movimentação bancária, possibilitando estorná-los e realizando automaticamente os lançamentos contábeis do estorno, mantendo o registro da situação.

É necessário que o módulo permita informar as transferências financeiras entre as entidades, as Administrações Direta e Indireta, indicando o tipo da transferência (concedida/recebida) e a entidade recebedora. Deve ser possível consultar, para cada transferência financeira, os lançamentos contábeis, permitindo estorná-los e realizando automaticamente os lançamentos contábeis do estorno, mantendo o registro da situação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

O sistema deve controlar as diárias, permitindo incluir o funcionário/servidor, objetivo, destino, período, valor concedido, empenho da despesa e a Lei que autoriza a concessão de diárias. Os dados das diárias devem estar disponíveis no portal da transparência assim que forem incluídos.

A criação de lotes com diversas liquidações e notas extras para pagamento posterior deve ser possível, definindo a data de vencimento e permitindo o pagamento através da rotina de pagamento ou envio/baixa de borderô. Na inclusão de pagamentos, deve ser possível consultar o saldo da conta bancária, bem como o saldo por fonte/destinação de recursos.

O módulo deve permitir incluir empenhos, restos a pagar e notas extraorçamentárias no mesmo lote de pagamento, além de controlar o prazo de vencimento dos pagamentos de empenhos, visando o controle dos pagamentos em ordem cronológica.

A emissão de borderôs para agrupamento de pagamentos a diversos fornecedores contra o mesmo banco da entidade deve ser possível, efetuando o mesmo tratamento para os pagamentos individuais. O sistema deve permitir a integração com os arquivos de retorno dos bancos, com baixa de pagamento automática pelo software, bem como efetuar o pagamento do borderô através de arquivo de retorno do banco.

É importante que o módulo permita, por configuração, efetuar a baixa dos registros no envio do borderô e controlar a movimentação de pagamentos, registrando todos os pagamentos efetuados, permitindo estornos e efetuando os lançamentos contábeis automaticamente nas respectivas contas contábeis.

O sistema deve possibilitar a filtragem dos itens a pagar por data de vencimento, credor, destinação/fonte de recursos, com a opção de selecionar e pagar simultaneamente os registros mostrados. Deve ser possível pagar de uma só vez as despesas extraorçamentárias geradas por meio de retenção efetuada na liquidação.

No momento do pagamento, o módulo deve permitir informar o número da parcela do convênio que está sendo paga, além de possibilitar efetuar pagamentos pré-autorizados filtrando por data de vencimento. Pagamentos totais ou parciais, bem como estornos totais ou parciais de pagamentos, devem ser permitidos.

O sistema deve permitir consultar, para cada pagamento incluído, os lançamentos contábeis realizados, possibilitando o seu estorno e fazendo automaticamente os lançamentos contábeis de estorno. A emissão de ordens de pagamento de restos a pagar, despesa extraorçamentária e de empenhos deve ser possível.

O módulo deve permitir listar cheques emitidos na rotina de pagamento e cheques avulsos numa única consulta, além de gerenciar a conciliação bancária com o extrato, visualizando os lançamentos contábeis e movimentação bancária numa única tela.

A importação de arquivos de extrato bancário nas extensões OFC e OFX para a conciliação bancária deve ser possível, assim como a inclusão de pendências da conciliação tanto para os lançamentos contábeis quanto para os registros do extrato. O sistema deve permitir a criação automática de pendências tanto para o extrato quanto para os lançamentos contábeis. A seleção de múltiplos lançamentos contábeis, exibindo a soma dos mesmos e permitindo conciliar com um ou vários registros do extrato, deve ser possível. O módulo deve permitir a conciliação de forma parcial, ocultando os valores conciliados da consulta de lançamentos a conciliar, facilitando a conferência dos valores que ainda não foram conciliados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

É importante que o sistema permita visualizar e imprimir conciliações de períodos anteriores. Na tela de conciliação, devem estar disponíveis filtros para auxiliar o usuário na localização dos valores, como data, descrição, valor e controle de lançamento. Deve ser possível ordenar a coluna de valor tanto no lado dos lançamentos contábeis quanto no lado do extrato bancário. O módulo deve possuir consulta de pendências baixadas na conciliação e emitir os relatórios de pendência e conciliação bancária. Deve permitir consultar, para cada pagamento incluído, os lançamentos contábeis, e para cada lançamento permitir o seu estorno, fazendo automaticamente os lançamentos contábeis de estorno.

A consulta da despesa empenhada a pagar por unidade orçamentária deve ser possível, assim como a emissão de autorização bancária para envio ao banco após assinatura do ordenador da despesa. O sistema deve possuir controle de assinaturas para envio de borderô ao banco, bloqueando a geração e envio do borderô ao banco sem as autorizações necessárias.

O módulo deve emitir demonstrativo diário de receitas arrecadadas e despesas realizadas, além de permitir a emissão do extrato do credor, demonstrando informações dos empenhos e dos restos a pagar na mesma opção.

É essencial que o sistema possua integração com o sistema tributário, efetuando de forma automática os lançamentos contábeis de arrecadação de receitas. Deve permitir a consulta aos lançamentos tributários para conferência dos valores antes de efetuar a integração, bem como a emissão de relatório de críticas caso haja inconsistências ou falta de configurações nas receitas.

A integração dos lançamentos de receita reconhecida antecipadamente com o sistema tributário deve ser possível. Nos casos em que houver restituição de receita, o sistema deve integrar esses valores do tributário e permitir ao usuário gerar um empenho para restituir se o valor é de ano anterior e gerar uma dedução de receita se a restituição ocorrer no ano corrente da receita.

O módulo deve permitir assinar digitalmente as ordens de pagamento e possuir um fluxo de assinatura digital que permita tramitar as ordens entre os assinantes de forma automática, finalizando o processo somente quando todos os responsáveis tiverem incluído sua assinatura.

É importante que o sistema permita configurar por fonte de recursos as receitas arrecadadas com multa de trânsito e as respectivas despesas, com publicação automática no portal da transparência. Por fim, o módulo deve emitir relatório de controle de fontes de recursos, pelo valor empenhado e pago, validando com o saldo bancário.

Prestação de contas

O módulo de Prestação de Contas deve oferecer um conjunto abrangente de funcionalidades para atender às exigências legais e facilitar o processo de prestação de contas das entidades públicas. Estas funcionalidades devem incluir a emissão de diversos relatórios e a geração de arquivos específicos, conforme detalhado a seguir:

Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária

O sistema deve ser capaz de emitir os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária de acordo com a Portaria da STN vigente para o período de emissão. Estes relatórios devem incluir, entre outros:

- Balanço Orçamentário



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

- Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
- Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
- Demonstrativo do Resultado Primário e Nominal
- Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão
- Demonstrativos relacionados à educação, saúde, operações de crédito e previdência

Relatórios de Gestão Fiscal

O módulo deve permitir a emissão dos relatórios de Gestão Fiscal conforme a Portaria da STN vigente, incluindo:

- Demonstrativo da Despesa com Pessoal
- Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida
- Demonstrativo das Garantias e Contra Garantias de Valores
- Demonstrativo das Operações de Crédito
- Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa
- Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Relatórios Anuais Obrigatórios

O sistema deve possibilitar a emissão dos relatórios anuais obrigatórios, consolidando por entidade, em conformidade com a Lei 4320/64. Estes incluem:

- Comparativo Receita Orçada com Arrecadada
- Comparativo Despesa Autorizada com Realizada
- Balanço Orçamentário, Financeiro e Patrimonial
- Demonstrativo das Variações Patrimoniais
- Demonstrativos da Dívida Fundada Interna e Flutuante
- Demonstrativo de Fluxos de Caixa

Relatórios Adicionais e Funcionalidades Específicas

Além dos relatórios mencionados, o módulo deve oferecer:

- Relatórios padrão do Tribunal de Contas do Estado para solicitação de Certidão Negativa
- Relatórios de acompanhamento da programação financeira em atendimento à LRF
- Relatórios com informações para SIOPS e SIOPE
- Relatório de Notificação de Recebimento de Recursos (Lei 9452/97)
- Geração de arquivos conforme o MANAD
- Relatório para conferência de inconsistências antes da geração de arquivos para o Tribunal de Contas
- Relatórios auxiliares para preenchimento do SICONFI
- Relatório de estimativa de impacto orçamentário e financeiro
- Geração de arquivos para a matriz de saldos contábeis (MSC)
- Geração de arquivos para prestação de contas do SIOPE, SIOPS e sistema do Tribunal de Contas do Estado (SIM-AM)

Publicação Automática

O sistema deve permitir a publicação automática dos relatórios legais no portal da transparência, disponibilizando-os em diversos formatos para facilitar o acesso e a compreensão por parte dos cidadãos e órgãos fiscalizadores.

Estas funcionalidades devem ser projetadas para garantir a conformidade com as normas legais vigentes, facilitar o processo de prestação de contas e promover a transparência na



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

gestão pública. O módulo deve ser flexível o suficiente para se adaptar a mudanças nas exigências legais e nas necessidades específicas de cada entidade pública.

Módulo Controle Interno:

O Módulo de Controle Interno deve ser projetado para atender às necessidades específicas das entidades públicas, oferecendo um conjunto abrangente de funcionalidades que permitam uma gestão eficiente e transparente dos processos de controle interno. Este módulo deve ser integrado aos demais sistemas da entidade, eliminando a necessidade de importação ou exportação de dados.

O sistema deve permitir a atribuição de acessos a usuários por meio de senhas, possibilitando a caracterização dos mesmos. A gestão deve ser realizada por entidade, garantindo a segregação adequada das informações.

Uma funcionalidade essencial é o cadastro de instruções normativas, pareceres, notificações e demais documentos do controle interno. O sistema deve permitir anexar os documentos aos cadastros e notificar usuários pré-cadastrados sobre novas inclusões. As notificações devem ser enviadas diretamente da consulta, permitindo respostas dos usuários notificados e disponibilizando-as para impressão.

O cadastramento de checklists deve ser baseado em grupos e itens numerados, servindo como base para auditorias. Deve ser possível vincular os checklists a auditorias, inspeções e outros procedimentos, bem como registrar as respostas obtidas. O sistema deve permitir o envio de checklists a todos os módulos, inclusive aos órgãos da administração indireta.

No cadastro de pareceres, deve ser possível identificar se o parecer é relativo a uma contratação e, se for o caso, permitir a identificação do funcionário. A configuração do checklist deve permitir informar a resposta em relação à irregularidade automaticamente diagnosticada. O sistema deve possibilitar o cadastro de possíveis respostas para os grupos do checklist e permitir o enquadramento dos checklists em categorias para facilitar sua localização. Deve haver checklists pré-cadastradas das diversas áreas da prefeitura.

Ao selecionar um checklist para uma nova auditoria, deve ser possível escolher apenas os itens que se deseja analisar. O sistema deve permitir a inclusão de novos itens a um checklist, mesmo que este já tenha sido utilizado, e a desativação de itens que se tornaram desnecessários. Deve ser possível duplicar um checklist mantendo o original.

O módulo deve permitir vincular um ou mais órgãos ou unidades, por meio de centro de custo, a uma auditoria, inspeção ou outros procedimentos realizados. Deve ser possível agendar auditorias, inspeções e outros procedimentos, bem como encaminhá-los ao responsável da unidade auditada para que este informe as respostas solicitadas.

O sistema deve detectar automaticamente irregularidades durante o preenchimento do checklist, com base em sua configuração, e permitir a inserção manual de irregularidades que não podem ser detectadas automaticamente. Deve ser possível registrar o parecer do controle interno em cada irregularidade e especificar as providências a serem tomadas.

Uma tela gerencial deve demonstrar todas as auditorias, inspeções e outros procedimentos realizados no Módulo de Controle Interno, com ações de duplicar, enviar questionário, analisar, visualizar análise, encerrar e cancelar.

O cadastro de auditorias, inspeções e outros procedimentos deve incluir informações como data inicial e final, descrição, centro de custo e responsável, e estar integrado ao cadastro do



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

checklist. O sistema deve permitir numeração sequencial por tipos de procedimentos e a juntada de documentos e papéis de trabalho relacionados aos procedimentos realizados.

O módulo deve possuir uma agenda de obrigações com opção de informar o nível de criticidade, as pessoas ou centros de custos que podem visualizar o registro e quem pode baixar o evento. A agenda deve enviar alertas aos usuários, tanto via sistema quanto por e-mail, de eventos prestes a expirar ou expirados, exigindo justificativa conforme o nível de criticidade.

O sistema deve oferecer consultas centralizadas de e-mails enviados pelo controle interno, processos de ouvidoria e processos administrativos abertos contra o Município. Deve permitir a emissão de relatório circunstanciado, com publicação automática no Portal da Transparência, e o gerenciamento dos quadros que o compõem.

O módulo deve possibilitar a emissão dos relatórios legais da Lei de Responsabilidade Fiscal e dos relatórios anuais obrigatórios, bem como a publicação automática no Portal de Transparência dos documentos do controle interno e auditorias realizadas.

Uma consulta integrada deve demonstrar as instruções normativas, pareceres do controle interno, notificações e documentos diversos, com opções de filtro por categoria, situação e publicação no Portal de Transparência. Cada registro deve ter opções para visualizar, alterar, incluir observações, enviar notificações, consultar respostas e incluir anexos.

O sistema deve gerar relatórios de estatísticas de cargos e permitir a emissão do calendário de obrigações. Deve possuir uma rotina de notificações do controle interno, apontando notificações pendentes e permitindo visualização e resposta.

Por fim, o módulo deve permitir a notificação automática de alerta de encerramento de prazos de resposta de auditorias, inspeções e outros procedimentos realizados no Módulo de Controle Interno, garantindo assim o cumprimento dos prazos e a eficiência do processo de controle interno.

Sistema de Recursos Humanos - Módulo Folha de Pagamento:

O Módulo Folha de Pagamento deve ser projetado para atender às complexas necessidades de gestão de recursos humanos e processamento de folha de pagamento em entidades públicas. Este módulo deve oferecer um conjunto abrangente de funcionalidades que permitam uma gestão eficiente e precisa dos dados dos servidores, cálculos de pagamentos, benefícios e obrigações legais.

Cadastro de Servidores e Funcionalidades Básicas

O sistema deve possuir um robusto cadastro de servidores, contemplando informações essenciais como regime, cargo, salário base, datas de nomeação, posse e admissão, lotação, horário e local de trabalho. Deve permitir a inclusão de campos adicionais para atender às legislações vigentes e necessidades específicas da entidade.

O módulo deve possibilitar o relacionamento e emissão de relatórios de acúmulo de cargo, incluindo informações como entidade, carga horária, horário de trabalho, remuneração e cargo. Deve também permitir o cadastro antecipado de admissões futuras.

O sistema deve oferecer filtros avançados para todos os dados do cadastro funcional, incluindo informações pessoais, profissionais e contratuais. Deve controlar os dependentes dos servidores para fins de salário-família e imposto de renda, realizando baixas automáticas conforme limites e condições previstas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Deve ser possível controlar múltiplas previdências para cada servidor, com relacionamento automático da previdência ao regime do servidor. O sistema deve suportar o cadastramento de servidores em diversos regimes jurídicos, como celetista, estatutário, contrato temporário, emprego público, estagiário, cargo comissionado e agente político.

Gestão de Cargos e Vagas

O módulo deve permitir o cadastramento detalhado de todos os cargos do quadro de pessoal, incluindo nomenclatura, enquadramento, grau de instrução exigido, CBO e quantidade de vagas criadas em lei. Deve controlar a quantidade de vagas disponíveis por cargo, grupo de cargos e centro de custos.

Registro de Ocorrências e Atos Legais

O sistema deve permitir o registro de todos os atos legais do servidor, bem como ocorrências funcionais como advertências, elogios e suspensões. Deve ser possível converter suspensões em multas com lançamento automático em folha de pagamento.

Gestão de Férias e Licenças

O módulo deve oferecer funcionalidades completas para gestão de férias, incluindo configuração de férias especiais, programação, cálculo individual ou coletivo, controle de períodos aquisitivos e emissão de avisos e recibos. Deve também gerenciar licenças prêmio, permitindo o registro de múltiplos períodos de gozo e pecúnia.

Cálculos e Processamento de Folha

O sistema deve realizar cálculos de folha de pagamento mensal, complementar, rescisão, férias, adiantamentos e 13º salário. Deve permitir simulações de folha para calcular reajustes salariais retroativos e gerar empenhamento automático para a contabilidade.

Relatórios e Arquivos Legais

O módulo deve gerar automaticamente arquivos para DIRF, RAIS, e-Social, SEFIP/GFIP e GRRF, sem necessidade de intervenção manual. Deve emitir relatórios como Certidão de Tempo de Serviço, cálculo de média de remunerações e relatórios de férias.

Gestão de Benefícios

O sistema deve gerenciar benefícios como vale-transporte e empréstimos consignados, permitindo configurações específicas, cálculos automáticos e integrações com empresas fornecedoras.

Controle de Ponto e Banco de Horas

Deve permitir o controle de compensação de horas extras e folgas, integrando-se automaticamente com o ponto eletrônico.

Cálculos e Configurações Avançadas

O sistema deve permitir a configuração flexível das fórmulas de cálculo dos proventos e descontos, adaptando-se às legislações vigentes da entidade. Deve calcular automaticamente os valores relativos à contribuição individual e patronal para previdência e previdência complementar.

O módulo deve oferecer funcionalidades para inclusão de proventos/descontos variáveis e fixos na folha, permitindo lançamentos coletivos ou individuais, manuais, por importação ou de forma automática integrada com o sistema de ponto eletrônico. Deve também permitir o lançamento de proventos/descontos recebidos acumuladamente pelos servidores, com informações para geração nos arquivos da DIRF e e-Social.

Relatórios e Emissões



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

O sistema deve emitir uma variedade de relatórios, incluindo resumo da folha analítico e mensal, planilha contábil, contracheques, comprovantes de rendimentos, entre outros. Deve permitir a inclusão de textos e mensagens nos contracheques e disponibilizar via Portal diversos documentos e serviços aos servidores.

Integrações Bancárias e Previdenciárias

O módulo deve gerar arquivos para crédito em conta-corrente da rede bancária e emitir Guias de Recolhimento da Previdência Social. Deve também calcular e controlar pensões alimentícias, judiciais e por morte.

Controles Específicos

O sistema deve controlar o cálculo do INSS e do IR para servidores com acúmulo de cargos, permitir o cálculo automático da diferença entre cargos comissionados e efetivos, e possibilitar o cálculo de médias para férias e 13º Salário.

Gestão de Afastamentos

Deve permitir o cadastro e controle detalhado de afastamentos, incluindo motivos, datas, carências e impactos na folha de pagamento.

Provisões e Contabilização

O módulo deve permitir o cálculo de provisões e a contabilização automática, com detalhamento das fórmulas utilizadas.

Integração com Tribunais de Contas

Deve gerar e exportar todos os arquivos necessários para prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado, conforme legislações e instruções normativas vigentes.

Gestão de Concursos e Certames

O sistema deve oferecer funcionalidades para cadastro e gestão de certames, editais, convocações e fases do processo seletivo, com integração ao portal da transparência e controle de prazos.

Funcionalidades Adicionais

O módulo deve incluir recursos para cálculo de margem consignável, controle de emissão de margens consignadas pelo Portal de Serviços, substituição de carga horária, exportação de informações de vale-transporte, e importação de saldos e dados variáveis.

Customização e Flexibilidade

O sistema deve ser altamente customizável, permitindo que os usuários trabalhem em competências diferentes e que a entidade configure notificações, alertas e controles específicos de acordo com suas necessidades.

Controle de Acesso e Segurança

O sistema deve permitir restringir o login do servidor durante períodos específicos, como férias, após rescisão, durante afastamentos ou conforme seu horário de trabalho, impossibilitando automaticamente o acesso ao sistema.

Relatórios e Registros Especializados

Deve possuir relatórios que apresentem informações sobre funcionários cedidos e recebidos, incluindo períodos de cessão, local e número do ato legal. O sistema deve permitir o registro de funcionários recebidos por disposição, mesmo sem contrato com a entidade, gerando informações para o portal da transparência.

Gestão de Benefícios



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

O módulo deve permitir gerar cálculos de vale-alimentação com configurações flexíveis, considerando diversos fatores como data de admissão, rescisão, reduções de carga horária, licenças, etc. Deve também permitir a exportação desses dados para carga em cartões de alimentação/refeição.

Integrações e Importações

O sistema deve possuir rotinas para importação e análise de arquivos como SISOB, permitindo identificar funcionários ativos que constem no arquivo. Deve também permitir a exportação e importação de arquivos relacionados à consulta de qualificação cadastral do e-Social.

Configurações Automáticas

O módulo deve oferecer configurações para automatizar processos como geração de acesso ao portal de serviços, cadastro de gratificações e níveis salariais iniciais para funcionários em determinados cargos.

Validações e Consistências

Deve possuir configurações para ativar validações no lançamento de proventos e descontos variáveis, como verificar se o funcionário possui cargo comissionado ou função gratificada. O sistema deve também dispor de rotinas de consistência de base de dados para identificar problemas ou faltas de informações exigidas no e-Social.

Integração com e-Social

O módulo deve permitir a geração, assinatura, envio e recepção de retorno de eventos para a Produção e Produção Restrita do e-Social, com toda a estrutura em base de dados única e sistema único.

Indicadores e Gráficos

Deve possuir indicadores gráficos que permitam analisar a evolução da folha de pagamento, gastos com horas extras e gratificações, e perfil do quadro de funcionários.

Gestão de Férias e Licenças

O sistema deve permitir o cálculo do período aquisitivo de férias com baixa parcial, fracionamento conforme legislação, e emissão de relatórios gerenciais. Deve também possibilitar a solicitação de férias pelo servidor via portal/aplicativo, com tramitação automática para autorização.

Funcionalidades Adicionais

O módulo deve incluir funcionalidades como parametrização de vale-alimento, cadastro de informações complementares em abonos, preenchimento automático de datas de início de adicionais, desconto automático de faltas, e rotinas para declaração de bens e renda e antecedentes criminais.

Gestão de Carreira e Avaliações

Deve permitir o registro e controle de situações específicas de servidores que assumem novos cargos, mantendo benefícios e iniciando novas avaliações de estágio probatório. O sistema deve também permitir a concessão automática de promoções por nível de habilitação.

Controles Específicos

O módulo deve incluir funcionalidades como bloqueio automático de pagamento para celetistas em determinadas situações de afastamento, lançamento de licenças específicas com anexo de documentos, e geração de protocolos e relatórios gerenciais.

Relatórios Especializados para Aposentadoria



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

O sistema deve incluir nos relatórios da Folha de Pagamento uma seção específica para APOSENTADORIA PREVISCAM, contendo opções para gerar Histórico Funcional, Planilha de Cálculo, Certidão de Tempo de Contribuição e Certidão de Magistério, conforme modelos utilizados pelo Município.

Emissão de Documentos Automatizados

O módulo deve permitir a emissão automática de documentos como Histórico Funcional, Certidão de Tempo de Contribuição, Planilha de Cálculo e Certidão de Magistério, preenchendo automaticamente os dados do servidor, incluindo informações detalhadas como nome completo, RG, CPF, datas relevantes, cargo, tempo de serviço, entre outros.

Funcionalidades Específicas para Documentos de Aposentadoria

- Vincular automaticamente portarias cadastradas no sistema referentes a promoções por merecimento.
- Calcular automaticamente o tempo de serviço, considerando períodos de licenças não remuneradas e deduzindo-os conforme necessário.
- Permitir a edição de textos, fontes e dados nos documentos gerados.
- Oferecer opções para salvar os documentos em formatos WORD e PDF, com possibilidade de impressão, download e assinatura digital.

Armazenamento e Gestão de Documentos

Criar um local específico para armazenamento dos documentos relacionados à aposentadoria, permitindo pesquisa por nome do documento e gerando relatórios de servidores aposentados com informações relevantes.

Certidões e Declarações Diversas

Permitir a emissão de uma variedade de certidões e declarações, incluindo Certidão de Tempo de Serviço, Certidão de Tempo de Contribuição, Declaração de Tempo de Contribuição, Declarações Profissionais e de Magistério, conforme layouts fornecidos pela Prefeitura e legislações vigentes.

Assinatura Digital e Gestão de Documentos

- Possibilitar a assinatura digital em todos os modelos de certidões e declarações.
- Criar um local para armazenamento separado de todas as certidões e declarações emitidas e assinadas digitalmente.
- Implementar funcionalidade para cancelar assinaturas digitais e invalidar documentos quando necessário.

Automatização e Flexibilidade

- Preencher automaticamente todas as informações cadastrais do servidor ao emitir certidões e declarações.
- Gerar automaticamente sequência numérica e ano atual para cada documento.
- Permitir a adição de anexos às certidões e declarações, gerando um arquivo único com possibilidade de múltiplas assinaturas digitais.

Previdência Complementar

Calcular e controlar de forma automática a Previdência Complementar nos termos da legislação vigente e Convênio de Adesão firmado com a Instituição.

Acesso a Dados



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Permitir a coleta de dados diretamente do banco de dados do sistema, utilizando privilégio SELECT das tabelas, bem como fornecer instruções sobre os nomes das tabelas para identificação de colunas.

Este módulo deve ser projetado para atender às necessidades específicas relacionadas à gestão de aposentadorias e emissão de documentos comprobatórios, garantindo precisão, eficiência e conformidade com as legislações vigentes.

Módulo Segurança e Medicina do Trabalho:

Este módulo deverá ser projetado para gerenciar de forma abrangente e eficiente todos os aspectos relacionados à saúde ocupacional e segurança do trabalho dos servidores. Ele deverá oferecer uma série de funcionalidades que visarão não apenas o cumprimento das normas legais, mas também a promoção de um ambiente de trabalho mais seguro e saudável.

Gestão de Atestados Médicos e Afastamentos

O sistema deverá permitir um cadastro detalhado de atestados médicos, incluindo informações como o profissional de saúde emitente, múltiplos CIDs relacionados, motivo do atestado, datas e horários de início e fim, além da data de apresentação/entrega. Esta funcionalidade será crucial para o controle preciso dos afastamentos por motivos de saúde.

Além disso, o módulo deverá oferecer a possibilidade de gerar automaticamente um cadastro de afastamento a partir do atestado médico, simplificando o processo administrativo. Um recurso importante será a emissão de relatórios de comprovante de entrega de atestado médico, que auxiliará na documentação e controle desses processos.

Para maior flexibilidade, o sistema deverá permitir configurar se a data de apresentação/entrega do atestado será gerada automaticamente ou informada manualmente, adaptando-se às políticas internas da instituição.

Equipamentos de Proteção Individual e Coletivo (EPI e EPC)

O módulo deverá incluir uma funcionalidade robusta para cadastrar e movimentar os Equipamentos de Proteção Individual e Coletivo. Isso incluirá a geração de relatórios de entrega e baixa, essenciais para o controle e a comprovação do fornecimento desses equipamentos aos servidores.

Agendamento de Consultas e Exames Médicos

Uma característica importante será a capacidade de efetuar o agendamento de consultas e exames médicos para profissionais ou estabelecimentos de saúde específicos. O sistema deverá permitir a montagem de agendas com horários disponíveis para atendimento e a possibilidade de cadastrar restrições temporárias, como férias ou outros compromissos. Isso otimizará o processo de gestão de saúde ocupacional, garantindo um fluxo eficiente de atendimentos.

Juntas Médicas e Planos de Saúde

O sistema deverá possuir um cadastro de juntas médicas por data de vigência, identificando os médicos que as compõem. Além disso, deverá oferecer um cadastro completo de planos de saúde para servidores e dependentes, permitindo o controle detalhado de mensalidades, despesas e devoluções. Essas informações deverão ser automaticamente integradas à geração da DIRF e à emissão de comprovantes de rendimentos.

Fatores de Risco e Acidentes de Trabalho

O módulo deverá permitir o cadastro de fatores de risco, como insalubridade e periculosidade, vinculando-os à folha de pagamento. Também deverá possibilitar o registro detalhado de



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

acidentes de trabalho, com a emissão do relatório CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho).

Laudos Médicos e Atestados de Saúde Ocupacional (ASO)

O sistema deverá oferecer uma rotina completa para cadastro de laudos médicos, incluindo a possibilidade de assinatura digital e anexação de documentos. Similarmente, deverá possuir uma funcionalidade robusta para o cadastro e emissão de Atestados de Saúde Ocupacional (ASO), permitindo o relacionamento de exames realizados, seus resultados e validades.

CIPA e Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP)

O módulo deverá incluir uma rotina para cadastro e gestão da CIPA, incluindo o registro do processo eleitoral e a possibilidade de anexar documentos com assinatura digital. Também deverá realizar a emissão automática do PPP, preenchendo-o com as informações cadastradas no sistema e vinculando-o ao LTCAT.

Restrições Médicas e Controle de CID

O sistema deverá permitir o cadastro detalhado de restrições médicas, incluindo tipo, período e CIDs relacionados. Deverá possuir um cadastro completo de CID, com a possibilidade de inclusão de novos códigos conforme necessário.

Visitas Técnicas e Controle de Extintores

O módulo deverá oferecer funcionalidades para o registro de visitas técnicas realizadas por profissionais de saúde ocupacional, bem como para o controle dos extintores da entidade.

Indicadores e Relatórios

O sistema deverá disponibilizar indicadores gráficos que permitirão identificar os motivos de atestado com maior quantidade de dias e as doenças que mais geram afastamentos. Também deverá emitir relatórios detalhados sobre atestados, exames periódicos e outras informações relevantes.

Funcionalidades Adicionais

O módulo deverá incluir uma série de funcionalidades adicionais, como o bloqueio automático de pagamento para celetistas em determinadas situações de afastamento, notificações automáticas sobre vencimentos de exames e restrições médicas, controle de redução de carga horária para acompanhamento familiar, e a possibilidade de lançamento de atestados pelo próprio servidor via portal.

Integração e Flexibilidade

Todas essas funcionalidades deverão ser integradas entre si e com outros módulos do sistema, como a folha de pagamento e o ponto eletrônico. O módulo deverá ser projetado para ser flexível e personalizável, permitindo adaptações às necessidades específicas da entidade e às mudanças na legislação.

O Módulo de Segurança e Medicina do Trabalho deverá oferecer uma solução completa e integrada para a gestão da saúde ocupacional e segurança do trabalho, promovendo a eficiência administrativa e o bem-estar dos servidores.

Módulo Estágio Probatório:

O Módulo Estágio Probatório deverá ser projetado para atender às necessidades específicas da administração pública no que tange à avaliação de servidores em período probatório, em conformidade com as legislações vigentes e as melhores práticas de gestão de recursos humanos no setor público. O sistema deverá oferecer as seguintes funcionalidades:

Cadastro e Configuração



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

O módulo deverá permitir o cadastro de períodos de estágio probatório e períodos de avaliação, com possibilidade de configuração da quantidade de anos e avaliações necessárias para a conclusão do estágio, conforme legislação vigente.

Deverá ser possível relacionar modelos de avaliação conforme grupo, cargo ou função gratificada, com configuração de data de vigência e possibilidade de manter múltiplos modelos ativos.

O sistema deverá possibilitar o cadastro detalhado de avaliações, incluindo tipo, pontuação, considerações, critérios, fatores e alternativas, bem como a definição de pesos para cada fator.

Deverá permitir o cadastro de comissões avaliadoras, com possibilidade de relacionar várias comissões a um único funcionário.

Geração e Gestão de Avaliações

O sistema deverá gerar automaticamente os períodos de avaliação no momento do cadastro do contrato do servidor, com possibilidade de ajustes manuais quando necessário.

Deverá permitir a liberação dos períodos de estágio de forma individual, coletiva ou automática.

O módulo deverá possibilitar a geração de avaliações subsidiárias por troca de local de trabalho ou cadastro de afastamentos.

Deverá haver funcionalidade para impressão de fichas de avaliação e gabaritos, tanto em branco para preenchimento manual quanto preenchidos automaticamente com as notas lançadas no sistema.

Realização e Acompanhamento das Avaliações

O sistema deverá permitir que avaliadores realizem as avaliações através de um portal de autoatendimento, com prazo estipulado e campos obrigatórios para registro de pareceres.

Deverá ser possível anexar arquivos complementares às avaliações e gerar documentos para assinatura digital dos envolvidos.

O módulo deverá oferecer consultas e relatórios gerenciais para acompanhamento das avaliações pendentes e realizadas, com diversos filtros de pesquisa.

Deverá haver funcionalidade para geração e gestão de relatórios conclusivos de estágio probatório, incluindo campos obrigatórios para pareceres e possibilidade de assinatura digital.

Notificações e Controles Automáticos

O sistema deverá permitir a configuração de notificações automáticas para avaliadores e avaliados em diversos momentos do processo, como liberação de avaliações e prazos para preenchimento de relatórios conclusivos.

Deverá haver controles automáticos para prorrogação do estágio probatório em caso de afastamentos prolongados e paralisação em caso de assunção de função gratificada/confiança.

Relatórios e Análises

O módulo deverá oferecer uma variedade de relatórios gerenciais, incluindo resultados de avaliações com gráficos, servidores em estágio probatório, prorrogações e paralisações de estágio, e avaliações pendentes.

Deverá ser possível emitir relatórios de servidores que não atingiram a média em duas ou mais avaliações, com opção de notificação automática.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

O sistema deverá disponibilizar um painel de visualizações para gerenciamento e controle das avaliações de estágio probatório, facilitando a tomada de decisões pela administração.

Integração e Flexibilidade

O módulo deverá ser integrado com outros sistemas da administração, como o cadastro funcional e a folha de pagamento, permitindo a sincronização automática de informações.

Deverá ser flexível o suficiente para se adaptar a mudanças na legislação e nas necessidades específicas da entidade, permitindo a configuração de parâmetros e regras de negócio.

O sistema deverá garantir a segurança e a integridade dos dados, com controle de acesso e registro de todas as ações realizadas no módulo.

Estas funcionalidades visam assegurar um processo de avaliação de estágio probatório eficiente, transparente e em conformidade com as exigências legais, contribuindo para a gestão eficaz dos recursos humanos no setor público.

Módulo Avaliação de Desempenho:

O Módulo Avaliação de Desempenho deverá ser projetado para atender às necessidades específicas da administração pública no que tange à avaliação de desempenho dos servidores, em conformidade com as legislações vigentes e as melhores práticas de gestão de recursos humanos no setor público. O sistema deverá oferecer as seguintes funcionalidades:

Cadastro e Configuração

O módulo deverá permitir o cadastro de períodos de desempenho e períodos de avaliação, com possibilidade de filtrar por diversos critérios, incluindo data de admissão, nomeação, demissão, função gratificada, motivo de afastamento, local de trabalho, cargo e secretaria.

Deverá possibilitar o cadastro detalhado de avaliações, incluindo tipo, considerações, critérios, fatores, alternativas, tipo de pontuação, comissão ou responsável pela avaliação e modelos.

O sistema deverá permitir o cadastro automático de períodos de desempenho e avaliação no momento da inclusão de um novo período de folha.

Deverá ser possível configurar grupos ocupacionais, relacionando cargos e graus de instrução necessários, bem como tipos de progressão salarial para cada grupo.

Geração e Gestão de Avaliações

O módulo deverá possibilitar a geração automática de avaliações, incluindo a designação de avaliadores conforme o tipo informado e o período de permanência dos servidores no local de trabalho ou centro de custo.

Deverá permitir a geração de avaliações subsidiárias por troca de local de trabalho e cadastro de afastamentos.

O sistema deverá oferecer funcionalidades para definição de pesos para cada fator da avaliação, configuração de pontuação por somatória ou média, e liberação de períodos de desempenho de forma individual ou coletiva.

Realização e Acompanhamento das Avaliações

O módulo deverá permitir a realização de avaliações através de um sistema de autoatendimento ao servidor, com prazos estipulados e campos obrigatórios para registro de pareceres.

Deverá ser possível anexar arquivos complementares às avaliações e gerar documentos para assinatura digital dos envolvidos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

O sistema deverá oferecer consultas e relatórios gerenciais para acompanhamento das avaliações pendentes e realizadas, com diversos filtros de pesquisa.

Relatórios e Análises

O módulo deverá disponibilizar uma variedade de relatórios, incluindo conferência de níveis salariais, resultados de avaliações com gráficos, motivos de perda de concessão de períodos de desempenho, e servidores com direito à concessão de avaliação no mês.

Deverá oferecer um painel de visualizações para gerenciamento e controle das avaliações de desempenho.

Promoções e Progressões

O sistema deverá permitir o cadastro e configuração de promoções por habilitação e merecimento, com cálculo automático de níveis salariais.

Deverá possibilitar a configuração de critérios impeditivos para concessão de promoção por merecimento, com sincronização automática de informações do sistema.

Integração e Flexibilidade

O módulo deverá ser integrado com outros sistemas da administração, como cadastro funcional e folha de pagamento, permitindo a sincronização automática de informações.

Deverá ser flexível o suficiente para se adaptar a mudanças na legislação e nas necessidades específicas da entidade, permitindo a configuração de parâmetros e regras de negócio.

O sistema deverá garantir a segurança e a integridade dos dados, com controle de acesso e registro de todas as ações realizadas no módulo.

Estas funcionalidades visam assegurar um processo de avaliação de desempenho eficiente, transparente e em conformidade com as exigências legais, contribuindo para a gestão eficaz dos recursos humanos no setor público.

Módulo Recrutamento e Seleção:

O Módulo Recrutamento e Seleção deverá ser projetado para atender às necessidades específicas da administração pública no que tange à realização de Processos Seletivos Simplificados (PSS) e Concursos Públicos, em conformidade com as legislações vigentes e as melhores práticas de gestão de recursos humanos no setor público. O sistema deverá oferecer as seguintes funcionalidades:

Configuração e Realização de Processos Seletivos

O módulo deverá permitir a configuração detalhada de PSS e Concursos Públicos, estabelecendo critérios de exigência para cada cargo, incluindo nível de escolaridade e pontuação para cada critério. O sistema deverá impedir inscrições que não cumpram as exigências mínimas, conforme a legislação vigente.

Deverá possibilitar a realização de inscrições via Portal, com funcionalidades como recuperação de senha, visualização e retificação de informações, e impressão do comprovante de inscrição.

O sistema deverá permitir a configuração de campos obrigatórios ou opcionais para anexos referentes à escolaridade e tempo de serviço, gerando notas automaticamente a partir das informações prestadas pelo candidato.

Gestão de Candidatos e Inscrições

O módulo deverá oferecer acesso ao histórico de inscrições, com opções de filtro por diversos critérios. Deverá enviar automaticamente comprovantes de inscrição por e-mail e transferir os dados dos candidatos para o cadastro único do sistema.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Deverá permitir a importação de dados de candidatos de instituições que realizem Concursos Públicos, PSS e Processos Seletivos de Estágio, com vinculação automática ao Portal da Transparência.

Convocação e Contratação

O sistema deverá automatizar o processo de convocação até a nomeação, incluindo o envio de e-mails, geração de editais e portarias para publicação, e atualização da classificação no sistema e no portal da transparência.

Deverá gerar contratos de trabalho, renovações e termos de posse com preenchimento automático de dados cadastrais, permitindo assinatura digital e vinculação automática ao cadastro do funcionário.

O módulo deverá permitir que candidatos convocados apresentem documentos de forma digital via Portal, com validação pelo RH e inclusão automática no cadastro do funcionário.

Funcionalidades Adicionais

O sistema deverá incluir um chat robotizado para direcionamento de dúvidas, emitir avisos de alerta para múltiplos contratos ativos, permitir o agendamento de consultas admissionais, e gerar atestados de saúde ocupacional com possibilidade de assinatura digital.

Deverá oferecer uma rotina para controle de requisições de funcionários e permitir o relacionamento de candidatos inscritos aos concursos e processos seletivos, com registro histórico de situações.

Relatórios e Análises

O módulo deverá gerar relatórios de contratos próximos do vencimento, convocações de candidatos, e permitir consultas de candidatos aptos para convocação.

Importação e Exportação de Dados

O sistema deverá permitir a importação de notas de provas para cálculo da nota final dos candidatos, bem como a importação de dados gerais de concursos e processos seletivos, conforme layout fornecido.

Integração e Flexibilidade

O módulo deverá ser integrado com outros sistemas da administração, como o Portal da Transparência e o cadastro único de pessoas físicas.

Deverá ser flexível o suficiente para se adaptar a mudanças na legislação e nas necessidades específicas da entidade, permitindo a configuração de parâmetros e regras de negócio.

O sistema deverá garantir a segurança e a integridade dos dados, com controle de acesso e registro de todas as ações realizadas no módulo.

Estas funcionalidades visam assegurar um processo de recrutamento e seleção eficiente, transparente e em conformidade com as exigências legais, contribuindo para a gestão eficaz dos recursos humanos no setor público.

Módulo Treinamento e Desenvolvimento:

O Módulo Treinamento e Desenvolvimento deverá ser projetado para atender às necessidades específicas da administração pública no que tange à gestão de capacitações e desenvolvimento profissional dos servidores. O sistema deverá oferecer as seguintes funcionalidades:

Cadastro e Gestão de Informações

O módulo deverá permitir a emissão de relatórios detalhados dos servidores, vinculando informações do cadastro funcional existente, com opções de filtro por diversos critérios.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Deverá possibilitar o cadastro e controle da escolaridade dos servidores, incluindo todos os cursos realizados, com informações detalhadas e geração de relatórios em diversos formatos. O sistema deverá permitir o cadastro de currículos dos instrutores e a inclusão de uma aba "TREINAMENTO" para adicionar os treinamentos a serem realizados, com informações detalhadas sobre cada curso.

Planejamento e Organização de Treinamentos

O módulo deverá permitir o lançamento de despesas relacionadas aos cursos, a indicação de validade para cursos específicos, e o cadastro detalhado de cursos com níveis de treinamento e relação com tabelas padronizadas do MEC.

Deverá possibilitar a emissão de convites para os cursos, com todas as informações relevantes e opções de inscrição.

O sistema deverá permitir a seleção de público-alvo específico para cada treinamento, seguindo a estrutura organizacional do município.

Inscrições e Gestão de Participantes

O módulo deverá permitir que os servidores realizem inscrições em turmas ou treinamentos através de um portal, controlando o período de inscrição e a quantidade de vagas disponíveis. Deverá possibilitar a visualização de listas de inscritos, geração de listas de presença, e controle de frequência dos participantes, incluindo opções de registro biométrico ou QR Code.

Certificação e Avaliação

O sistema deverá permitir a geração automática de certificados e certidões para os participantes que atingirem a frequência mínima exigida, com opções de personalização e assinatura digital.

Deverá possibilitar a realização de avaliações pós-capacitação, com questionários editáveis e geração de indicadores e relatórios de avaliação.

Relatórios e Análises

O módulo deverá oferecer relatórios informativos detalhados, incluindo avaliações pós-capacitação, relação de treinamentos realizados e a realizar, e diversos indicadores de desempenho e participação.

Deverá permitir a realização de pesquisas de necessidades de treinamento, com formulários editáveis e opções de envio para setores específicos.

Integração e Flexibilidade

O sistema deverá ser integrado com outros módulos, como avaliação de desempenho e folha de pagamento, permitindo a sincronização automática de informações.

Deverá ser flexível o suficiente para se adaptar a mudanças nas necessidades da entidade, permitindo a configuração de parâmetros e regras de negócio.

Segurança e Acessibilidade

O módulo deverá garantir a segurança e a integridade dos dados, com controle de acesso e registro de todas as ações realizadas.

Deverá oferecer acessibilidade através de um portal para servidores, permitindo inscrições, consultas e emissão de certificados.

Estas funcionalidades visam assegurar uma gestão eficiente e eficaz dos processos de treinamento e desenvolvimento, contribuindo para o aprimoramento contínuo dos servidores públicos e, conseqüentemente, para a melhoria dos serviços prestados à comunidade.

Módulo Ponto Eletrônico – Configurações:



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

O Módulo Ponto Eletrônico deverá ser projetado para atender às necessidades específicas da administração pública no que tange ao controle e gestão da jornada de trabalho dos servidores. O sistema deverá oferecer as seguintes funcionalidades de configuração:

Dispensas e Exceções

O módulo deverá permitir definir os funcionários dispensados do ponto, possibilitando indicar as dispensas individualmente por funcionário, por cargo e por horário. No processamento do ponto, qualquer falta deverá ser automaticamente abonada em virtude desta dispensa.

Deverá ser possível configurar a descrição dos feriados para demonstração na folha ponto.

Tolerâncias e Horários

O sistema deverá permitir a configuração do horário noturno padrão e exceções por regime, bem como os minutos de tolerância para desconto de faltas na entrada e saída, minutos de tolerância totais para desconto de faltas, minutos de tolerância para considerar horas extras na entrada e saída, e minutos para desconsiderar batidas duplicadas.

Horas Extras e Banco de Horas

O módulo deverá possibilitar a configuração de restrições para realização de horas extras, dispondo de rotina para autorização de horas extras e banco de horas. Deverá permitir configurar uma quantidade máxima de horas adicionais sem direito a hora extra.

Intrajornada e Faltas

Deverá ser possível configurar uma quantidade mínima de horas intrajornada por horário, de modo que não sejam geradas horas extras no intervalo quando não completar o mínimo estabelecido.

O sistema deverá permitir a configuração da diferenciação das faltas ocorridas dos atrasos/saídas antecipadas pela quantidade de minutos ou percentual.

Escalas e Horários

O módulo deverá permitir criar escalas de sobreaviso e relacioná-las aos servidores, calculando automaticamente as horas mensais que o servidor terá direito a receber.

Deverá possibilitar a configuração de vários tipos de horários para serem relacionados aos servidores, incluindo horários mensais, semanais, turnos e livres.

Compensação e Flexibilidade

O sistema deverá dispor de opção de configuração individual ou coletiva para compensação diária automática, permitindo que o servidor realize compensação no dia, mesmo com horário fixo de trabalho esperado.

Deverá ser possível relacionar aos funcionários o horário de trabalho esperado em determinado período, indicando data inicial e final do relacionamento.

Pontos Facultativos

O módulo deverá permitir a configuração de pontos facultativos, com exceção por local de trabalho e horários de escala. Nos pontos facultativos, as horas de falta dos servidores deverão ser lançadas a título de ponto facultativo, enquanto para as exceções cadastradas as faltas continuam a ser geradas normalmente.

Integração e Flexibilidade

O sistema deverá ser integrado com outros módulos relevantes, como folha de pagamento e recursos humanos, permitindo a sincronização automática de informações.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Deverá ser flexível o suficiente para se adaptar a mudanças nas legislações e nas necessidades específicas da entidade, permitindo a configuração de parâmetros e regras de negócio.

Segurança e Auditoria

O módulo deverá garantir a segurança e a integridade dos dados, com controle de acesso e registro de todas as ações realizadas, permitindo auditoria das alterações efetuadas nas configurações.

Estas funcionalidades de configuração visam assegurar uma gestão eficiente e precisa do ponto eletrônico, adaptando-se às necessidades específicas da administração pública e contribuindo para a correta aplicação das normas trabalhistas e estatutárias.

Módulo Ponto Eletrônico – Rotinas:

O Módulo Ponto Eletrônico deverá oferecer as seguintes funcionalidades em suas rotinas:

Consulta e Manutenção de Registros

O sistema deverá disponibilizar uma consulta dos registros de ponto, permitindo a manutenção destes registros sem possibilitar a exclusão da marcação original. As marcações poderão ser ignoradas ou relacionadas a outra matrícula do mesmo servidor, exigindo a justificativa da operação. Deverá ser possível reverter a ação de ignorar um registro.

Atualização e Processamento

O módulo deverá dispor de uma rotina para atualização dos lançamentos de ponto, verificando os registros e configurações e apurando as ocorrências. Esta rotina deverá oferecer filtros por período, servidor, regime, centro de custo, local de trabalho, cargo e lote.

Deverá ser possível fechar o processamento de ponto de um servidor específico, de um determinado dia ou de um dia específico de um servidor, evitando alterações em registros já fechados.

Ajustes e Comunicação

O sistema deverá permitir ajustes no ponto, possibilitando inserir marcações faltantes, desconsiderar marcações duplicadas e efetuar lançamentos de abono. Após os ajustes, deverá ser possível processar novamente o dia.

Deverá ser possível enviar e-mails aos servidores com os registros esperados e efetuados do ponto.

Portal do Servidor

O módulo deverá disponibilizar um serviço no portal e aplicativo para que o servidor possa emitir seu espelho de ponto e solicitar ajustes, incluindo opções para incluir, alterar e ignorar registros, adicionar lançamentos de abono e solicitar autorização de horas extras ou banco de horas.

Configurações Específicas

O sistema deverá permitir configurar o pagamento de adicional de hora trabalhada por dia para funcionários específicos, como aqueles que trabalham em turnos, domingos e feriados.

Análise e Aprovação de Ajustes

Deverá haver uma interface clara e intuitiva para que as chefias analisem e deem parecer sobre as solicitações de ajuste de ponto. O sistema deverá enviar notificações sobre o deferimento ou indeferimento dos ajustes.

Automação e Sincronização



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

O módulo deverá permitir o agendamento de tarefas de importação e atualização automática de registros de ponto, bem como a sincronização automática de dados entre o relógio ponto e o sistema.

Digitalização e Assinatura Digital

O sistema deverá possibilitar a digitalização e upload de espelhos de ponto, com reconhecimento automático de código de barras para arquivamento. Deverá também permitir a solicitação de assinatura digital dos espelhos de ponto, evitando a necessidade de impressão em papel.

Integração e Flexibilidade

O módulo deverá ser integrado com outros sistemas relevantes, como folha de pagamento e recursos humanos, permitindo a sincronização automática de informações.

Segurança e Auditoria

O sistema deverá garantir a segurança e a integridade dos dados, com controle de acesso e registro de todas as ações realizadas, permitindo auditoria das alterações efetuadas nos registros de ponto.

Estas funcionalidades visam proporcionar uma gestão eficiente e precisa do ponto eletrônico, oferecendo flexibilidade para ajustes necessários, mas mantendo a integridade e rastreabilidade dos registros originais.

O Módulo Ponto Eletrônico deverá oferecer as seguintes funcionalidades:

Módulo Ponto Eletrônico – Demais funcionalidades:

Marcações:

O sistema deverá disponibilizar um serviço no portal e aplicativo que permita o registro de ponto mediante login, com opções para:

- Relacionar funcionários autorizados a utilizar este tipo de registro
- Restringir o registro por endereço IP de Internet
- Capturar a geolocalização do registro de ponto
- Visualizar os registros em mapa

Deverá também oferecer um serviço no portal para registro de ponto com leitor biométrico homologado, permitindo:

- Relacionar funcionários autorizados
- Restringir o registro por configuração de IP
- Emitir alerta sonoro diferenciando sucesso e erro no registro

O módulo deverá possibilitar a consulta dos registros de ponto efetuados manualmente e por leitura biométrica.

Importação:

O sistema deverá permitir a integração via importação de arquivo texto no padrão AFD e comunicação automática com relógios ponto homologados, validando por CPF e PIS.

Lançamentos Automáticos:

O módulo deverá:

- Abonar automaticamente férias, afastamentos, atestados, feriados e ponto facultativo
- Validar e impossibilitar lançamentos concomitantes
- Permitir configuração de lançamentos para gerar ocorrências na folha de pagamento
- Ajustar automaticamente compensações de anteposições e reposições
- Discriminar todos os motivos de afastamentos e atestados na folha ponto



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Lançamentos Manuais:

O sistema deverá permitir:

- Lançamento manual dos motivos de ponto configurados
- Importação de lançamentos via arquivos CSV ou TXT

Banco de Horas:

O módulo deverá oferecer:

- Rotina de controle de banco de horas
- Lançamentos manuais e via importação
- Configuração de tipos distintos de banco de horas
- Controle de validade dos registros
- Relatórios e indicadores gráficos do saldo de banco de horas

Banco de Dias:

O sistema deverá disponibilizar:

- Rotina de controle de banco de dias
- Lançamentos manuais e via importação
- Configuração de tipos distintos de banco de dias
- Opção para que folgas abonem faltas automaticamente
- Controle de validade dos registros

O Módulo Ponto Eletrônico deverá oferecer os seguintes **Relatórios e Funcionalidades Analíticas:**

Relatórios Gerenciais:

- Relatório para controle dos lançamentos de ponto apurados, com filtros por funcionário e local de trabalho
- Relatório em formato gráfico para visualização dos lançamentos de ponto

Relatórios Específicos:

- Relatório de escala de sobreaviso, detalhando os dias previstos para horas de sobreaviso por funcionário
- Espelho de ponto, contendo informações do servidor, registros esperados e efetuados, e resumo dos lançamentos do período

Indicadores Gráficos:

- Indicador gráfico e relatórios de absenteísmo, com configuração dos motivos de lançamento que compõem o índice
- Indicadores gráficos e relatórios dos lançamentos de ponto por motivo no período
- Indicadores gráficos e relatórios da quantidade de faltas por servidores nos últimos meses

Funcionalidades Adicionais:

- Layout da folha ponto com demonstração de no mínimo 04 turnos de trabalho
- Exportação do arquivo eletrônico de jornada (AEJ) conforme legislação vigente

Gestão de Escalas:

- Rotina de elaboração de escala de trabalho, permitindo relacionar servidores a horários e locais de trabalho
- Relatório de escala de trabalho por local, gerando a escala mensal prevista com o quadro de horários de todos os servidores



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Estas funcionalidades de relatórios e análises visam proporcionar uma visão abrangente e detalhada do controle de ponto, facilitando a gestão eficiente da jornada de trabalho dos servidores. Os relatórios e indicadores gráficos permitem uma rápida identificação de padrões e anomalias, enquanto as funcionalidades de gestão de escalas auxiliam na organização e planejamento do trabalho. A exportação do arquivo eletrônico de jornada garante a conformidade com as exigências legais vigentes.

Módulo de Compras e Licitações do sistema de Suprimentos :

O Módulo Compras e Licitações do Sistema de Suprimentos deverá oferecer as seguintes funcionalidades:

Cadastro de Materiais e Produtos: O sistema deverá permitir o cadastro detalhado de materiais, incluindo descrições sucintas e detalhadas, classificação por grupo, classe ou subclasse, e relacionamento com unidades de medida. Deverá possibilitar a identificação de materiais/produtos conforme especificações de classificação e categoria, além de permitir a configuração de campos cadastrais personalizados.

O módulo deverá possibilitar o relacionamento do produto com marcas pré-aprovadas, CATMAT e CATSERV, permitir anexar imagens de referência e a desativação de cadastros obsoletos. Deverá também possibilitar o relacionamento com elementos de despesas e permitir a consulta do histórico completo de aquisições.

Gestão de Processos Licitatórios: O sistema deverá permitir o registro completo dos processos licitatórios, incluindo número, ano, objeto, modalidade, data, dados de compra e planilhas de preços. Deverá sugerir numeração sequencial por modalidade ou anual, e permitir a digitação do processo sem modalidade definida inicialmente.

O módulo deverá disponibilizar um gerenciamento de processos através de fluxograma (Workflow), permitindo o acompanhamento em tempo real do andamento do processo. Deverá possibilitar o anexo de documentos ao cadastro da minuta do edital e a visualização de todos os documentos e anexos em um único lugar.

Funcionalidades Específicas: O sistema deverá permitir o registro de pareceres contábeis e jurídicos, interposição de recursos ou impugnações, anulação e/ou revogação do processo. Deverá possuir rotinas específicas para pregão presencial, incluindo classificação de propostas, registro de lances, negociação de preços e julgamento conforme a Lei Complementar 123/2006.

O módulo deverá possibilitar o cadastro de documentos dos fornecedores, propostas dos participantes, desclassificação e inabilitação de participantes. Deverá permitir o gerenciamento de processos "multi entidade" e possuir fluxo diferenciado para licitações de publicidade.

Integração e Publicação: O sistema deverá permitir a integração com o sistema de contabilidade para gerenciamento de reservas orçamentárias. Deverá possibilitar a publicação de dados e documentos do processo de licitação em portal de serviços.

Pesquisa de Preços e Solicitações de Compra: O módulo deverá permitir a realização de pesquisa de preços, geração de processos administrativos ou emissão de ordens de compra baseadas nestas pesquisas. Deverá possuir rotinas para solicitação de compra dos itens homologados e controle das solicitações autorizadas, pendentes e canceladas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Relatórios e Exportação de Dados: O sistema deverá emitir relatórios detalhados sobre as licitações e compras realizadas. Deverá permitir a exportação de arquivos para prestação de contas, de acordo com as regras e sistemas vigentes.

O Módulo Compras e Licitações deverá oferecer as seguintes funcionalidades adicionais:

Controle de Processos: O sistema deverá controlar a situação dos processos de licitação, incluindo estados como aberta, anulada, cancelada, homologada, deserta, fracassada, descartada, aguardando julgamento, concluída, suspensa ou revogada.

Registro de Preços: Deverá gerenciar os controles necessários para Registro de Preços, permitindo registrar e emitir solicitações de compra e serviços, facilitando o controle de entrega das mercadorias licitadas.

Personalização e Gerenciamento: O módulo deverá possibilitar a personalização de modelos de edital padrão para uso e geração automática. Deverá gerenciar pedidos de adesão a atas de registro de preço (carona), incluindo controle de limites quantitativos e alertas.

Aditivos e Publicações: Deverá permitir o gerenciamento de pedidos de aditivo contratual via sistema, com campo para motivação e inserção de anexos. O sistema deverá incluir um gerenciador de publicações no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Transparência e Integração: O módulo deverá permitir relacionar uma ata de registro de preços para vários fornecedores, com integração automática no portal da transparência. Deverá gerenciar os arquivos disponibilizados no portal e possibilitar que o processo seja integralmente disponibilizado.

Fluxo de Processos e Configurações; Deverá possibilitar a personalização de fluxo automatizado de processos por usuários administradores, bem como configurações de bloqueio de remessa de processos digitais para agentes públicos afastados.

Acesso e Integração: O sistema deverá disponibilizar acesso de administrador a uma página de internet dedicada à área de contratações, com possibilidade de integração com redes sociais para transparência.

Unificação de Processos: Deverá unificar todo o processo de contratação em um mesmo processo, preservando o histórico de trabalho dos agentes públicos.

Relatórios e Painéis: O módulo deverá ser compatível com Power BI para emissão de relatórios e painéis com dados.

Controles Específicos: Deverá possuir controle específico para chamadas públicas da Lei 13019/2014 e para processos de adesão de atas de registro de preço.

Flexibilidade: O sistema deverá possibilitar ajustes sem custo, de acordo com leis e decretos municipais.

Módulo de Contratos do Sistema de Suprimentos:

O Módulo Contratos do Sistema de Suprimentos deverá oferecer as seguintes funcionalidades:

Gestão de Contratos: O sistema deverá permitir o cadastro e gerenciamento completo dos contratos de licitações, incluindo publicações, aditivos, reajustes e controle de vigência. Deverá emitir alertas de término de vigência e possibilitar a execução da liberação da diferença reservada entre o valor vencido e o estimado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Registro de Alterações Contratuais: O módulo deverá permitir o registro de rescisões contratuais, identificação de aditivos (acréscimo, diminuição, equilíbrio, rescisão), e registro de apostilas para variações de valor ou alterações orçamentárias.

Controle e Monitoramento: Deverá controlar automaticamente o vencimento dos contratos, enviando e-mails aos colaboradores responsáveis. Permitirá a definição de gestores/fiscais para acompanhamento da execução contratual.

Cadastro e Controle de Fornecedores: O sistema deverá permitir o registro detalhado de fornecedores, emissão de Certificado de Registro Cadastral, controle de documentação e validade, registro de suspensões/impedimentos, e cadastro de responsáveis legais e índices contábeis.

Emissão de Documentos: Deverá possibilitar a emissão de atestados de capacidade técnica, ordens de compra (ordinária, global ou estimativa), e relatórios gerenciais diversos.

Integração e Controle Orçamentário: O módulo deverá permitir a integração com o sistema contábil, possibilitando o parcelamento de ordens de compra e o empenhamento das parcelas. Deverá também permitir o controle de retenções e descontos nas ordens de compra.

Consultas e Exportação de Dados: Deverá possibilitar consultas detalhadas sobre o recebimento de ordens de compra, débitos de fornecedores, e permitir a exportação de arquivos para prestação de contas de acordo com as regras vigentes.

Integração com Portais Governamentais: O sistema deverá se vincular ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), garantindo a conformidade com as exigências legais mais recentes.

Estas funcionalidades visam proporcionar uma gestão eficiente e completa dos contratos e fornecedores, garantindo o cumprimento das normas legais e a transparência nos processos de contratação pública.

Módulo de Patrimônio do Sistema de Suprimentos:

O Módulo Patrimônio do Sistema de Suprimentos deverá oferecer as seguintes funcionalidades:

Registro e Controle de Bens:

- Permitir o registro de inventários de bens
- Gerar etiquetas com códigos de barras
- Cadastrar bens móveis e imóveis, classificando por tipo de aquisição
- Importar dados de bens a partir de empenhos ou ordens de compra
- Relacionar automaticamente a conta contábil na incorporação do bem
- Permitir cadastro de diversos tipos de bens e campos personalizados
- Relacionar bens imóveis ao cadastro imobiliário
- Permitir recebimento de bens em grandes quantidades

Consulta e Visualização:

- Possibilitar visualização de bens sob responsabilidade do usuário
- Controlar estado de conservação e situação do bem
- Consultar bens por diversos critérios (código, localização, responsável, etc.)
- Visualizar bens que atingiram valor residual

Movimentação e Controle:

- Controlar movimentações físicas e financeiras dos bens
- Registrar depreciação, reavaliação e inventários



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

- Permitir transferência de bens entre entidades
- Possibilitar controle por unidade gestora

Inventário:

- Cadastrar comissões para realização de inventários
- Atualizar inventário por grupos (repartição, responsável, conta contábil, etc.)
- Permitir transferência automática de bens durante inventário
- Emitir relatórios de inconsistências e termos de abertura/fechamento

Integração e Relatórios:

- Integrar com sistemas de Contabilidade, Compras, Almoxarifado, Frotas e Tributário
- Emitir relatórios operacionais, estatísticos e de manutenções
- Permitir consulta de lançamentos contábeis através do gerenciamento do bem
- Gerar termos de responsabilidade e baixa patrimonial

Funcionalidades Adicionais:

- Realizar cálculo automático de depreciação mensal
- Permitir avaliações patrimoniais a partir de fórmulas cadastradas
- Possibilitar solicitação de transferência de bens com notificações
- Emitir notificações sobre inclusão de bens ao patrimônio

Este módulo visa proporcionar um controle eficiente e detalhado do patrimônio da instituição, facilitando o gerenciamento, a localização e a prestação de contas dos bens patrimoniais.

Módulo almoxarifado do Sistema de Suprimentos:

O Módulo Almoxarifado do Sistema de Suprimentos deverá oferecer as seguintes funcionalidades:

Controle de Movimentação:

- Gerenciar toda movimentação de estoque (entrada, saída e transferência de materiais)
- Atualizar automaticamente o estoque conforme movimentações
- Gerenciar saídas por meio de requisições, anulando quantidades indisponíveis e sugerindo quantidades disponíveis

Gestão de Estoque:

- Permitir definição de limites mínimos de saldo físico de estoque
- Possibilitar estipulação de cotas de consumo por departamento
- Consultar últimas aquisições com informações de preços para estimativa de custo
- Gerenciar necessidade de reposição de materiais, integrando com sistema de compras

Integração com Compras:

- Integrar com sistema de compras para realização de entradas de materiais
- Importar dados de ordens de compra ou notas fiscais
- Acessar informações de centro de custos, materiais e fornecedores

Requisições e Atendimentos:

- Permitir realização de requisições/pedidos de materiais
- Controlar pendências de pedidos
- Possibilitar atendimento parcial de requisições, mantendo controle do saldo não atendido

Cálculos e Atualizações:



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

- Calcular automaticamente o preço médio dos materiais
- Atualizar preço médio a cada entrada de produto em estoque

Inventário e Bloqueios:

- Registrar abertura e fechamento de inventários, bloqueando movimentações durante o processo
- Permitir bloqueios por depósito, produto ou produto do depósito

Consultas e Relatórios:

- Consultar dados de vencimento do estoque
- Emitir relatórios de ficha de controle de estoque, entradas e saídas de materiais, financeiro do depósito, resumo anual, controle de validade de lotes

Integração Contábil:

- Integrar com a contabilidade, disponibilizando dados de entradas e saídas para contabilização

Gestão Multi-almoxarifado:

- Permitir gerenciamento integrado de estoques em diversos almoxarifados/depósitos

Controle Temporal:

- Possuir registro de ano e mês, com rotina de virada mensal para atualização

Este módulo visa proporcionar um controle eficiente e detalhado do almoxarifado, facilitando a gestão de estoques, requisições, movimentações e integrando-se com outros módulos do sistema para uma gestão completa dos suprimentos da instituição.

Módulo Frotas:

O Módulo Frotas do Sistema de Suprimentos deverá oferecer as seguintes funcionalidades:

Cadastro e Registro:

- Permitir o cadastro detalhado de veículos, incluindo informações como RENAVAN, espécie, ano, combustível, capacidade do tanque, etc.
- Possibilitar o registro de ocorrências e avarias dos veículos
- Controlar débitos dos veículos (licenciamento, seguro obrigatório, multas)

Gestão de Gastos e Manutenção:

- Gerenciar todos os gastos do veículo, integrando com sistemas de almoxarifado e compras
- Controlar trocas de bateria, pneus e outras manutenções
- Permitir o lançamento e emissão de autorizações de abastecimento e ordens de serviço

Controle de Movimentação:

- Possuir agenda por veículo, departamento e motorista
- Registrar entrada e saída de veículos do pátio, controlando horários e quilometragem
- Permitir o cadastro de rotas e controle de rotas fixas

Gestão de Combustível:

- Cadastrar bombas de combustíveis e controlar entrada e saída
- Possibilitar consulta ao combustível disponível proveniente de licitação
- Controlar estoque próprio de combustível

Integração e Anexos:

- Manter integração com o cadastro de bens patrimoniais
- Permitir inclusão de anexos ao cadastro do veículo (fotos, documentos, multas, etc.)



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Controle de Motoristas:

- Possuir cadastro de motoristas integrado com recursos humanos
- Validar carteira de motorista, impedindo uso de CNH vencida
- Controlar pontuação de motoristas conforme legislação

Multas e Infrações:

- Possuir tabela com tipos de infração conforme CTB
- Gerenciar multas de trânsito, permitindo registro de pagamentos

Relatórios e Consultas:

- Emitir relatórios de despesas por diversos agrupamentos
- Permitir consultas de manutenções, taxas e ocorrências
- Controlar consumo de combustível e média por veículo

Exportação de Dados:

- Permitir exportação de arquivos para prestação de contas, conforme regras vigentes

A importância dos módulos que compõem o Sistema de Suprimentos reside na sua capacidade de integrar e otimizar todos os processos relacionados à gestão de recursos materiais e patrimoniais da instituição. O Módulo de Compras e Licitações assegura a conformidade legal e a eficiência nas aquisições. O Módulo de Contratos garante o controle e acompanhamento das obrigações contratuais. O Módulo de Patrimônio permite o gerenciamento eficaz dos bens da instituição. O Módulo de Almoxarifado otimiza o controle de estoque e distribuição de materiais. Por fim, o Módulo de Frotas deverá proporcionar junto aos demais, uma gestão eficiente da frota de veículos. Juntos, esses módulos poderão formular um sistema integrado que promove a transparência, o controle e a eficiência na gestão dos recursos públicos, fundamentais para uma administração pública moderna e responsável.

Módulo de Arrecadação:

O Módulo Arrecadação do Sistema de Arrecadação deverá oferecer um conjunto abrangente de funcionalidades para gerenciar eficientemente a arrecadação de tributos municipais. Este módulo deverá ser capaz de calcular todos os impostos ou taxas pertinentes a cada cadastro técnico, utilizando dados implantados na tabela de parâmetros, sem a necessidade de alterações nos programas de cálculo. Deverá permitir cálculos individuais ou gerais, bem como a configuração de diferentes tipos de juros (simples, composto, tabela price, tabela Selic, fixo) no financiamento de todos os tributos.

O sistema deverá possibilitar o cadastramento e manutenção de bancos, tributos, moedas e mensagens de carnês. Deverá permitir a configuração de parâmetros como valor da moeda de correção, multa e juros de mora pelo atraso de pagamentos. O módulo deverá propiciar que os débitos vencidos e não pagos sejam lançados para o módulo de dívida ativa, por meio de procedimento de inscrição.

No que diz respeito a parcelamentos e reparcimentos, o sistema não deverá gerar uma nova dívida específica, mas manter os históricos no próprio débito, acrescentando somente uma nova subdivida ao débito original. Em caso de estorno do parcelamento, deverá ser possível acrescentar nova sequência com o saldo restante, ou retornar para as subdividas de origem, caso não haja nenhuma parcela paga.

O módulo deverá permitir a emissão de certidões negativas de débitos, emissão de segunda via de guias de recolhimentos de tributos/taxas, e verificação de autenticidade de certidões



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

emitidas online. Deverá possibilitar a digitação manual ou por meio de leitura de código de barras de carnês recebidos/devolvidos, informando o motivo da devolução, e permitir consulta posterior dos documentos devolvidos e entregues.

O sistema deverá possuir um Cadastro Único de Contribuintes Municipais, relacionando todas as propriedades que o mesmo possui (imóvel urbano, rural, sociedades em atividades comerciais, serviços, atividades profissionais, entre outros). Deverá permitir consultar os lançamentos que cada movimento gerou na Conta Corrente e na Razão da Conta-Corrente, bem como oferecer consultas totalizadas por data, contribuinte e tributo de todo o Município. O módulo deverá contar com um Cadastro Geral do Contribuinte no Município (CGM), contendo os dados pessoais, numeração sequencial, identificação de tipo de registro (físico, jurídico, entre outros), campos para cadastramento de estrangeiros (documento, país, entre outros, neste caso não é necessário validar CPF), considerando tabela de código de rua do município e sem restrições para residentes fora do Município.

O sistema deverá permitir a impressão de carnê com código de barras padrão FEBRABAN, a emissão de certidão negativa, positiva, e positiva com efeito de negativa de tributos municipais, e a emissão de GUIA única de IPTU, ISS e taxas, com os devidos descontos conforme a legislação. As guias de pagamento deverão possuir data limite válida para pagamento, acréscimos legais (juros, multa e correção monetária), desconto, além de estar associada a um código único de baixa ("Nosso Número").

O módulo deverá realizar cálculo de restituição parcial do débito, conforme decisão exarada, e unificar, em um único lançamento, todos os tributos (impostos e taxas). Deverá possuir uma tela de atendimento ao contribuinte que possibilite maior agilidade no atendimento ao cidadão, contendo opções para visualização de lançamentos, débitos, pagamentos, parcelamentos e processos.

O sistema deverá possibilitar efetuar as baixas de pagamento dos débitos de qualquer origem tributária, automaticamente e de forma centralizada, através dos movimentos de arrecadação fornecidos pelos Bancos, realizando diferenciação entre data de pagamento e data de baixa. Deverá efetuar registro e controle das diferenças de pagamento de forma automática e centralizada, com possibilidade de lançamento complementar da diferença (quando recolhimento a menor), para o contribuinte ou para o banco responsável pelo recolhimento.

O módulo deverá realizar controle das baixas de pagamento por lote e impossibilitar qualquer alteração no lote de pagamento, a partir do momento que a contabilidade tiver realizado os devidos lançamentos de receita. Deverá possibilitar a emissão de guia de recolhimento com diversos tipos de modelos, obedecendo às regras exigidas no convênio bancário.

O sistema deverá possibilitar cadastrar várias moedas, tendo a facilidade de cadastramento de valores de indexadores para intervalos de datas, e possibilitar o cadastro de dias não úteis para fins de cálculo de atualização monetária. Deverá propiciar que na consulta de extrato de débitos seja pesquisado de forma individual por contribuinte, por cadastros (imobiliário e econômico), permitindo realizar as ações de emitir a guia de recolhimento, parcelar, cancelar parcelamentos, pagar por cartão de crédito (com a possibilidade integração total com o Sistema), bem como a impressão do relatório em layout totalmente configurável.

O módulo deverá possibilitar a classificação das receitas tributárias, informando as movimentações executadas (lançamento, pagamento, remissão, restituição, cancelamento, imunidade, isenção, descontos) disponibilizando as informações para o sistema de





PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

contabilidade municipal. Deverá gerenciar todo conjunto de fórmulas relativas ao cálculo dos tributos controlados pelo sistema, de forma parametrizada.

O sistema deverá permitir o cancelamento, estorno, suspensão, remissão de qualquer receita com inclusão do motivo e observação pertinente ao ato, relacionando com um protocolo. Deverá possibilitar simulações de lançamentos de qualquer receita, não interferindo nos lançamentos que estão ativos a partir da simulação pode-se efetivar o respectivo lançamento. O módulo deverá permitir configurar diversos tipos de isenções bem como a identificação da receita que poderá ser isenta, registrar e/ou alterar informações cadastrais com base em julgamento de processos de isenção, e possibilitar realização de recálculos de lançamentos sempre que necessário.

O sistema deverá permitir a geração de arquivos contendo informações de boletos bancários para pagamentos para serem impressos por terceiros, possibilitar definir a quantidade de tributos necessários para o cálculo de qualquer taxa ou imposto realizada pelo município, e permitir que no ato do lançamento de um crédito tributário possa ser optado entre qual a forma de pagamento desejada para pagamento, como principal.

O módulo deverá permitir que na inscrição dos débitos de IPTU e Taxas em Dívida Ativa sejam transferidos os demais proprietários do imóvel como coproprietários do débito em dívida ativa. Deverá propiciar que a inscrição em dívida ativa seja realizada por tributo do lançamento ou até mesmo agrupada em apenas um único lançamento em dívida, várias parcelas vencidas do exercício, possibilitando a configuração distinta conforme a classificação do débito.

O sistema deverá propiciar que na transferência para dívida seja cobrada uma taxa por Inscrição na dívida ativa, podendo ser percentual ou valor. Deverá possibilitar que o lançamento de um crédito tributário seja considerado o desconto diferenciado, ou seja, um desconto reduzido para contribuintes que possuírem débitos vencidos junto ao município.

O módulo deverá possibilitar configurar um valor mínimo para o lançamento de um crédito tributário de acordo com cada classificação, permitindo informar um valor mínimo para o total do débito e também por parcela. Deverá possibilitar classificar o tributo entre imposto, contribuição de melhoria e taxa.

O sistema deverá possibilitar definir forma de cálculo de correção, multa e juros onde seja permitido informar a data de início para a regra de cálculo bem como, definir a forma de cálculo antecessora. Deverá conter histórico de todo o processamento de arquivos magnéticos que contém informações dos pagamentos realizados, podendo inclusive fazer download do arquivo e consultar suas críticas a qualquer momento.

O módulo deverá possibilitar que o cálculo dos créditos tributários como IPTU e ISS, seja feito de forma simulada, enquanto estiver simulado não está disponível para o contribuinte, sendo necessária a efetivação do processo de cálculo quando estiver conferido e liberado ao contribuinte. Deverá possibilitar que um processo de cálculo de crédito tributário que esteja como simulado possa ser excluído do sistema para realização de um novo cálculo.

O sistema deverá disponibilizar consulta da movimentação tributária para confrontar com os valores contabilizados, permitindo filtrar por período, bem como exibir os valores de forma detalhada para conferência, entre reconhecimento de receita, valores pagos, pagos a maior, pago a menor, pagos duplicados, descontos, cancelamentos, isenções, remissões, prescrições, dação em pagamento, restituições e compensações.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

O módulo deverá possibilitar que a prorrogação de vencimento de um débito seja realizada de forma individual, por receita e suas classificações ou por período de vencimento. Deverá possibilitar que o contribuinte solicite isenção para um crédito tributário via portal, onde que o contribuinte será isento do pagamento das taxas de expediente para emissão do carnê.

O sistema deverá possibilitar que o processo de efetivação de isenção para os contribuintes isentos de taxa de expediente seja de forma geral, bem como deverá enviar e-mail a cada um dos contribuintes informando-os que o processo foi deferido e o carnê já está disponível para impressão. Deverá possibilitar realizar compensação de valores, sendo que os créditos pagos a maior, pagos duplicados ou até pagos de forma equivocada possam ser compensados com outros créditos do mesmo contribuinte que estejam em aberto, podendo compensar o crédito em aberto em sua totalidade ou não.

O módulo deverá possibilitar que o contribuinte solicite restituição dos valores pagos a maior, pagos duplicados, ou pagos indevidos. Deverá possibilitar que no momento do recálculo de um crédito tributário onde esteja parcialmente pago e o valor apurado no recálculo seja menor que o valor já pago, esteja disponível para o contribuinte optar entre restituir o valor pago a maior, ou compensar com algum crédito em aberto do mesmo.

O sistema deverá possibilitar que nos créditos tributários que forem lançados com mais de uma forma de pagamento, seja possível realizar agendamento de opção para cada uma das formas de pagamento. Deverá possibilitar que os carnês impressos para determinado convênio estejam disponíveis para envio do arquivo com o registro do boleto impresso ao banco que o boleto foi gerado, estando disponível o envio por arquivo "txt" e de forma automática por WebService.

O módulo deverá possibilitar que a cada cálculo de tributo realizado possa ser visualizado a rota de cálculo, ou seja, visualizar o fluxo de cálculo seguido durante cada cálculo para fins de verificações e conferência de cálculo. Deverá permitir efetuar lançamento de um crédito tributário para contribuinte cujo CPF/CNPJ seja inválido.

O sistema deverá possibilitar definir desconto para emissão de guia unificada, podendo conceder desconto na multa ou juros. Deverá permitir exigir agrupamento na emissão de guia unificada, onde que, só pode ser emitido à guia unificada para o conjunto de classificação que o contribuinte possuir créditos em aberto.

O módulo deverá possibilitar que na validação para emissão de Certidão Negativa de débitos sejam considerados os sócios quando forem empresa, os responsáveis do cadastro quando for imóvel e o corresponsável do débito quando for dívida ativa. O sistema informatizado deverá fazer a inicialização de exercício, que compreende em numeração sequencial de processos, parâmetros de cálculos, parâmetros de planilhamento, de forma automática assim que chegar o primeiro dia do novo ano.

O sistema deverá conter gráfico com a arrecadação por receita onde os valores sejam exibidos em tempo real, permitindo comparar com a arrecadação ano a ano. Deverá conter gráfico com a arrecadação mês a mês, onde os valores sejam exibidos em tempo real, permitindo comparar com a arrecadação ano a ano. Deverá conter gráfico com a arrecadação anual, listando informações em tempo real, exibindo no mínimo os últimos cinco anos.

O módulo deverá possibilitar que a baixa de arquivos de arrecadação fornecidos pelos bancos seja efetuada em segundo plano, apenas notificando o usuário sobre o andamento e finalização do processo. Na consulta de débitos em aberto do contribuinte, cadastro imobiliário



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

e cadastro mobiliário deverá exibir separadamente os débitos que estão em cobrança administrativa, judicial, cartório, negativada e transacionada, bem como débitos parcelados administrativos, parcelados judiciais, parcelados em cartório e parcelados transacionados.

O sistema deverá possibilitar que seja realizado suspensão, cancelamento e prescrição de débitos de forma automática, onde apenas são configurados parâmetros e o software de tempo em tempo executa os procedimentos, enviando notificação e e-mail a usuários configurados. Deverá propiciar visualização em forma de gráfico os valores lançados e pagos por subdivisão CNAE, e propiciar visualização em forma de gráfico os tributos mais arrecadados, em exercício e dívida.

O módulo deverá, ao calcular o valor atualizado de um débito de forma isolada, exibir qual parâmetro foi utilizado para cálculo de correção, multa e juros. Deverá conter relatório que liste a Receita Própria, agrupada por Ano e Receita mês a mês. Deverá possibilitar emissão de posição financeira dos débitos em aberto em determinado mês, estes valores devem levar em consideração os valores abertos no final do mês informado.

O sistema deverá propiciar a integração de todos os tributos com a contabilidade, registrando todas as movimentações efetuadas em algum tributo nas respectivas contas contábeis. Deverá possibilitar que no final de cada mês seja realizada integração dos saldos de tributos em aberto na arrecadação com as respectivas contas contábeis de reconhecimento de receita.

O módulo deverá possibilitar que seja emitida Certidão Positiva com efeito Negativa, para contribuintes que possuir débitos parcelados, com situação a vencer, sendo débitos em exercício ou em dívida ativa. Deverá efetuar

Módulo de IPTU e Taxas:

O Módulo IPTU, Intervivos e Taxas do Sistema de Arrecadação deverá oferecer um conjunto abrangente de funcionalidades para gerenciar eficientemente os cadastros imobiliários e a arrecadação de tributos relacionados. Este módulo deverá apresentar as seguintes características e capacidades:

O sistema deverá permitir o cadastramento detalhado de bairros, logradouros, planta de valores, loteamentos, condomínios, contribuintes, edifícios e zoneamentos. No cadastro de logradouros, deverá ser possível relacioná-los com todos os bairros por onde passam, utilizando esta informação para consistência de entrada de dados cadastrais no cadastro imobiliário.

O módulo deverá possibilitar consultas avançadas por meio de nome, parte do nome, cadastro, inscrição, logradouros e CPF/CNPJ, com diversos comparadores como igual, diferente, entre, contém, não contém, contido, não contido, maior, maior ou igual, menor, menor ou igual, inicia com, termina com. Deverá permitir manter um histórico de alterações que possibilite sua consulta, incluindo a emissão de um espelho das informações do cadastro imobiliário, com opção para que os espelhos das informações sejam referentes a uma data/hora retroativa.

O sistema deverá possibilitar o cadastro de mais de um contribuinte por imóvel, de acordo com sua respectiva fração ideal ou percentual, e manter o histórico dos valores calculados de cada exercício. Deverá possibilitar a cobrança ou não da taxa da coleta de lixo para cada unidade imobiliária, conforme a utilização da edificação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

O módulo deverá permitir o cadastramento imobiliário rural, com campos configuráveis conforme boletim cadastral da prefeitura, incluindo a possibilidade de informar seus responsáveis e demais proprietários do imóvel. Deverá ainda possibilitar que sobre o mesmo incida o Imposto de Transmissão Inter Vivos, nos casos especificados em Lei.

O sistema deverá possibilitar que a planta de valores seja configurável, baseada no boletim de cadastro e na localização do imóvel, e permitir a configuração do valor mínimo do débito e da parcela. Deverá permitir controlar a entrega e devolução dos carnês de IPTU, e possibilitar a configuração de desconto de pagamento à vista do IPTU de modo diferenciado para os contribuintes inscritos em dívida ativa.

O módulo deverá permitir prorrogar os vencimentos sem cobrança de multa e juros individualizada por cadastro, receita ou forma de pagamento. Deverá controlar as vistorias executadas nos imóveis, identificando o grupo de fiscal que realizou a vistoria.

O sistema deverá permitir informar endereço de correspondência com opções como endereço alternativo, contribuinte, responsável, imóvel, imobiliárias. Não deverá permitir cadastrar endereço do imóvel sem relacionamento entre o logradouro e bairro, permitindo o relacionamento do mesmo durante o cadastramento do endereço do imóvel se necessário.

O módulo deverá permitir configurar novas informações no cadastro de seções, adicionando novos serviços ao trecho de logradouro, sem necessidade de contratação de serviço de customização. Deverá possibilitar ao servidor incluir novas informações cadastrais imobiliárias para controle, por configuração, sem necessidade de contratação de serviços de customização.

O sistema deverá demonstrar mensagem de erro se o servidor incluir ou alterar cadastro imobiliário e cadastro de seções incompatível com o cadastro de logradouros. Deverá permitir acesso a informações sobre logradouros/trechos e bairros existentes no ato de inclusão do cadastro ou sua alteração.

O módulo deverá permitir desabilitar determinadas informações do cadastro imobiliário conforme a necessidade do cliente, e permitir relacionar qualquer arquivo ao cadastro imobiliário de forma individual e geral. Deverá demonstrar no cadastro imobiliário a data e o nome do usuário que realizou a última alteração no respectivo cadastro.

O sistema deverá possibilitar realizar o desmembramento e o remembramento de imóveis, permitindo que os campos que compõem a inscrição imobiliária sejam configuráveis, podendo alterar a ordem, tamanho e a descrição dos campos. Estes campos devem permitir a inclusão de informações alfanuméricas, caso seja necessário.

O módulo deverá possibilitar o vínculo do cadastro único de pessoas ao conselho de classe do CRECI, assim relacionando as Imobiliárias com os imóveis, para permitir a emissão de carnês IPTU por imobiliária. Deverá permitir alterar a situação cadastral do imóvel para no mínimo as seguintes situações: Ativo, Desativado e Suspenso.

O sistema deverá possibilitar escolher um cadastro para replicar as informações em um novo cadastro, copiando todas as suas informações, optando entre quais informações da inscrição imobiliária deve ser replicado e a quantidade de cadastros para criação. Deverá vincular o protocolo de solicitação para alteração de qualquer dado cadastral relacionado ao cadastro imobiliário após concluir as alterações.

O módulo deverá possibilitar que sejam configurados quais os tipos de débitos que serão transferidos no momento da transferência manual de proprietário do imóvel. Deverá



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

possibilitar autorização de usuário supervisor para realizar alteração de cadastros que possuem débitos vencidos junto à secretaria de finanças do município.

O sistema deverá possibilitar visualizar os alvarás com data de validade expirada para os cadastros imobiliários ativos, e possibilitar definir imóveis bloqueados, onde que só poderá ser alterado qualquer dado cadastral com autorização de usuário supervisor.

O módulo deverá possibilitar vincular o tabelionato responsável pela região que está localizado cada imóvel, relacionar os zoneamentos do imóvel, e inserir de forma manual informação referente ao histórico do cadastro imobiliário.

O sistema deverá possibilitar geração de notificação de débitos para cadastros imobiliários com créditos vencidos, permitindo realizar filtros por bairro, responsável pelo cadastro, período de vencimento dos créditos, quantidade de parcelas em atraso, valor mínimo e máximo do débito. Deverá possibilitar geração de aviso de débitos para cadastros imobiliários com créditos vencidos, com os mesmos filtros.

O módulo deverá possibilitar exportação de dados para impressão de aviso de débitos e notificação de débitos em empresa previamente habilitada para realização dos serviços de impressão pela entidade municipal. Deverá possibilitar geração de notificação cadastral para imóveis que estiverem com irregularidades cadastrais.

O sistema deverá possibilitar que a geração do aviso de débitos, notificação de débitos e notificação cadastral sejam enviadas para a imobiliária responsável pelo imóvel. Deverá possibilitar emissão de comparativo de valores calculados entre exercícios diferentes, podendo realizar filtro por percentual de diferença através dos valores venais e algum dos tributos lançados.

O módulo deverá possibilitar geração de arquivo para cobrança dos créditos tributários relacionados ao imóvel para cobrança na modalidade débito em conta. Deverá propiciar visualização em forma de gráfico, a situação do IPTU do Exercício onde deve exibir dentre o valor total lançado de IPTU, separando por situação, o valor de cada situação e o valor correspondente.

O sistema deverá possibilitar unificar registros duplicados do cadastro de seção, e possibilitar que na rotina de cálculo de IPTU e Taxas seja possível definir um valor mínimo de determinado tributo calculado. Deverá possibilitar realizar Alterações nos cadastros imobiliários e de seções de forma Geral.

O módulo deverá possibilitar exportar Dados para empresas de Georreferenciamento, e permitir informar o posicionamento geográfico do endereçamento do cadastro imobiliário, com opção de buscar e visualizar as coordenadas geográficas por meio de mapa. Por fim, deverá permitir Desmembrar ou Remembrar imóveis.

Módulo ITBI e Taxas:

O Módulo ITBI e Taxas do Sistema de Arrecadação deverá oferecer um conjunto abrangente de funcionalidades para gerenciar eficientemente os processos de transferência de propriedade e cobrança de impostos relacionados. Este módulo deverá apresentar as seguintes características e capacidades:

O sistema deverá possibilitar o lançamento de processos de transferência de proprietário para imóveis, permitindo que em um único processo seja transferido o terreno e todas as unidades



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

que pertencem ao mesmo. Deverá propiciar o cálculo atualizado dos valores venais de cada unidade no momento do lançamento do processo de transferência.

O módulo deverá permitir a utilização de múltiplas alíquotas para apurar o valor do imposto a ser pago pela transferência do imóvel. Deverá manter um histórico detalhado de transmissão de propriedade dos imóveis, incluindo data, comprador, vendedor e valor da transação.

O sistema deverá incluir um cadastro de Imóvel Rural para emissão de guia de ITBI rural, e possibilitar a transferência de um proprietário para vários adquirentes. Deverá permitir a atualização do endereço de entrega para correspondências dos imóveis envolvidos na transferência.

O módulo deverá possibilitar que cartórios autorizados possam gerar processos de transferência de imóveis, para posterior análise e deferimento por fiscal capacitado na prefeitura. Deverá permitir a geração de laudos de transferência de imóveis, contendo detalhes dos imóveis, vendedores, compradores e alíquotas aplicadas.

O sistema deverá possibilitar a configuração de índices de reajuste para valores venais prediais e territoriais, visando o cálculo de plantas de valores desatualizadas. Deverá permitir a emissão do laudo do processo de transferência e o código de barras para pagamento do imposto no mesmo documento.

O módulo deverá permitir o lançamento de processos de transferência com situação isenta e a impressão da declaração de quitação do ITBI para processos com lançamento tributário pago. Deverá possibilitar a transferência automática de proprietário ao efetuar a baixa de arquivo magnético de pagamento da guia de ITBI.

O sistema deverá permitir o bloqueio de novos processos de transferência para imóveis inadimplentes com o município. Deverá possibilitar a informação manual de valores venais territoriais e prediais para cada unidade envolvida no processo de transferência.

O módulo deverá propiciar a realização de transferências parciais, onde um proprietário pode transferir apenas um percentual da sua propriedade. Deverá permitir o cadastro de preços médios praticados em determinados logradouros e o cadastro de tabelionatos com relação de usuários.

O sistema deverá possuir um cadastro de alíquotas do ITBI, permitindo alíquotas diferenciadas para processos online. Deverá permitir a inclusão do ITBI online pelos tabelionatos para imóveis urbanos e rurais, com opção de adicionar anexos.

O módulo deverá permitir a configuração do método de inclusão do ITBI online, com opções de inclusão por valor venal automático ou do tipo prévia, necessitando análise para liberação. Deverá possibilitar a impugnação do ITBI online, com campos para novo valor, justificativa e anexos.

O sistema deverá oferecer consulta interna dos ITBIs com opção de filtrar e diferenciar os online dos internos. Deverá permitir que usuários de tabelionatos consultem apenas os processos relacionados ao seu tabelionato, com possibilidade de impressão.

O módulo deverá possibilitar a retificação de ITBIs com situação transferida, gerando um novo ITBI e permitindo a emissão de guia retificadora. Deverá possuir Gadgets dos processos de ITBI online para facilitar análise e liberação.

O sistema deverá permitir a configuração de cancelamento automático de ITBIs vencidos após um número determinado de dias, com opção de relacionar um motivo padrão de



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

cancelamento. Na inclusão do ITBI, deverá permitir selecionar se o débito será gerado para o comprador ou para o vendedor.

Por fim, o módulo deverá permitir a emissão da Certidão de Isenção e Certidão de Imunidade, proporcionando uma gestão completa e eficiente dos processos relacionados ao ITBI e taxas associadas.

Módulo ISSQN e Taxas:

O Módulo ISSQN e Taxas do Sistema de Arrecadação deverá oferecer um conjunto abrangente de funcionalidades para gerenciar eficientemente o cadastro mobiliário, o cálculo e a cobrança do ISSQN e taxas relacionadas. Este módulo deverá apresentar as seguintes características e capacidades:

O sistema deverá possuir controle gerencial das empresas optantes pelo Simples Nacional, gerenciando a empresa matriz e suas filiais. Deverá permitir o cadastro e consulta dos estabelecimentos vistoriados, incluindo a data de vistoria, e a emissão de certidões de inscrição, baixa e atividade referentes ao cadastro mobiliário.

O módulo deverá possibilitar a administração de informações sobre o cadastro de pessoas jurídicas e físicas que exercem atividades no território do Município, permitindo que o cadastro mobiliário (econômico) possa funcionar referenciando ao cadastro imobiliário. Deverá possibilitar o cadastro e controle de sócios, de acordo com suas cotas e ações, controlando o percentual correspondente a cada um.

O sistema deverá manter um histórico das informações do cadastro econômico-fiscal com todas as alterações, desde a data de início da atividade. Deverá permitir configurar o valor mínimo do débito e da parcela no cálculo dos lançamentos para o mobiliário, e controlar a entrega e devolução dos carnês de ISS e taxas mobiliárias.

O módulo deverá possibilitar o controle e gerenciamento dos alvarás de localização e de vigilância sanitária, bem como o recolhimento de valores. Deverá oferecer consultas avançadas por diversos critérios, como nome, cadastro, CPF/CNPJ, atividade, entre outros, com diversos comparadores.

O sistema deverá estar adequado à Lei Complementar nº 116/03 e permitir a diferenciação das microempresas e empresas de pequeno porte. Deverá conter programas para gestão do cadastro econômico-fiscal, cálculo e lançamento do ISSQN, MEI e Taxas de Licença.

O módulo deverá permitir o cálculo e lançamento do ISSQN Fixo Anual, ISSQN Estimativa Fiscal, ISSQN sujeito a homologação, e diversas taxas. Deverá possuir rotina para geração automática e parametrizada do lançamento do ISS e Taxas, e possibilitar a configuração de desconto de pagamento à vista.

O sistema deverá gerenciar as diversas atividades desempenhadas pelo contribuinte, controlar as vistorias executadas nas empresas, e permitir o relacionamento do cadastro de atividades com a tabela de CBO para identificação dos autônomos.

O módulo deverá permitir informar endereço de correspondência com diversas opções, gerenciar as operações da situação cadastral mobiliária, e verificar a existência de débitos anteriores na inclusão dos integrantes do quadro societário das empresas.

O sistema deverá permitir informar o posicionamento geográfico do endereçamento do cadastro econômico, configurar informações referentes ao cadastro de atividades, e



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

possibilitar que o usuário configure novas informações vinculadas ao cadastro econômico-fiscal.

O módulo deverá permitir o cadastro das atividades no padrão CNAE, possibilitar a emissão de alvarás de funcionamento, e gerenciar cadastros mobiliários provisórios. Deverá possibilitar informar alerta de débitos vencidos, gerar notificações e avisos de débitos, e permitir a geração de arquivo com empresas que possuem débitos no município.

O sistema deverá propiciar visualizações em forma de gráfico das empresas por regime tributário e por subdivisão CNAE. Deverá possibilitar que o cadastro de nova empresa seja feito de maneira integral online, desde a consulta prévia até a efetivação do cadastro.

O módulo deverá possibilitar a integração dos pareceres para consultas prévias com o zoneamento da localização, permitir que o contador responsável pela empresa possa solicitar protocolos e emitir segunda via de boletos, e possibilitar a realização de alterações nas características das atividades de forma geral.

O sistema deverá possibilitar o gerenciamento de anexos vinculados ao cadastro econômico, possuir campo separado para informações de área (m²), e possibilitar a integração com o Sistema Empresa Fácil Paraná ou outro que o substitua.

Módulo ISS de Bancos:

O Módulo ISS Bancos, como parte integrante do Sistema de Arrecadação, deverá oferecer um conjunto abrangente de funcionalidades para gerenciar eficientemente a declaração e arrecadação do ISS das instituições financeiras. Este módulo deverá apresentar as seguintes características e capacidades:

O sistema deverá permitir a manutenção dos planos de contas das instituições financeiras, disponibilizando-os para os funcionários do município e para os responsáveis pelas declarações das instituições financeiras. Os funcionários municipais deverão ter acesso a todos os planos de contas, enquanto os responsáveis pelas declarações terão acesso apenas ao plano da sua respectiva instituição.

O módulo deverá possibilitar que as instituições financeiras cadastrem suas contas, incluindo informações como número da conta, nome, descrição, código COSIF vinculado e código da atividade correlacionada. Deverá também oferecer uma sistemática para que os bancos possam cadastrar as contas através da importação de arquivos, utilizando um layout disponibilizado pela licitante.

O sistema deverá permitir o lançamento via Plano de Contas COSIF e Plano de Contas de cada Instituição Financeira, assegurando que ambos estejam correlacionados com os códigos de serviço pertinentes. Deverá possibilitar a importação da Declaração de Instituições Financeiras (DESIF), com obrigatoriedade do grupo contábil 7.0.0.00.00-9 e, se aplicável, do grupo 8.0.0.00.00-6, em conformidade com a legislação municipal vigente e no padrão ABRASF.

O módulo deverá permitir a importação de arquivos de Informações Comuns aos Municípios, incluindo o Plano Geral de Contas Comentado (PGCC) e a Tabela de Tarifas da Instituição Financeira quando obrigatório, no padrão ABRASF. Deverá também possibilitar a importação de arquivos de apuração mensal do ISSQN, discriminando a identificação da dependência, o demonstrativo da apuração da receita tributável e do ISSQN mensal devido por subtítulo, e o demonstrativo do ISSQN mensal a recolher.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

O sistema deverá permitir o cruzamento entre as contas declaradas pela Instituição Financeira e os demonstrativos contábeis (Balancete Analítico), apontando eventuais divergências entre os valores. Deverá possibilitar a verificação da arrecadação mensal e anual por conta COSIF das Instituições Financeiras sediadas no município.

O módulo deverá oferecer a consulta do Plano Geral de Contas Comentado de utilização atual e de utilizações anteriores. Deverá permitir a importação de arquivo com as informações do demonstrativo das partidas contábeis (Partidas Dobradas) e possibilitar a consulta do Balancete Analítico por cadastro econômico, CPF/CNPJ da instituição financeira e pela data da importação.

Estas funcionalidades visam proporcionar um controle eficiente e preciso da declaração e arrecadação do ISS das instituições financeiras, facilitando o processo tanto para o município quanto para as instituições declarantes. O sistema deve garantir a conformidade com as normas vigentes, incluindo o padrão ABRASF, e oferecer ferramentas robustas para análise e verificação das informações declaradas.

Módulos de Receitas diversas e Contribuição de Melhoria:

O Módulo Receitas Diversas do Sistema de Arrecadação deverá oferecer um conjunto abrangente de funcionalidades para gerenciar eficientemente a cobrança de tarifas e taxas diversas no município. Este módulo deverá apresentar as seguintes características e capacidades:

O sistema deverá propiciar a configuração flexível da fórmula de cálculo de cada tarifa ou taxa a ser cobrada nas diversas secretarias e setores do município. Deverá permitir a emissão de guias de recolhimento em padrão bancário, com cálculo automático de acréscimos quando em atraso, possibilitando a configuração e emissão de diversos layouts.

O módulo deverá conter um programa para que a Secretaria responsável configure os cálculos e defina os valores, permitindo que as secretarias afins possam cobrar os serviços sempre que solicitados. Deverá possuir tabelas parametrizáveis de valores, que permitam realizar o cálculo automaticamente de qualquer taxa controlada pelo sistema, previstos na legislação municipal, sem necessidade de digitação manual do valor final.

O sistema deverá possibilitar a extinção de débitos por serviços não realizados e permitir vincular qualquer receita ao cadastro imobiliário ou cadastro econômico. Deverá possibilitar a emissão de Nota Avulsa através da lista de serviço ou atividade econômica e o gerenciamento de solicitações de Trânsito.

O módulo deverá possibilitar a geração de notificações e avisos de débitos para contribuintes em atraso com determinado serviço, com opções de filtro por quantidade de parcelas em atraso, tipo de atraso e faixa de valor. Deverá permitir a exportação de dados para impressão de avisos e notificações por empresa habilitada.

O sistema deverá possibilitar a verificação de débitos do prestador e tomador de serviço na geração da Nota Avulsa, permitir definir limites de Nota Avulsa por prestador (mensal ou anual), e possibilitar a realização de deduções de INSS e IRRF referentes aos serviços prestados.

O Módulo Contribuição de Melhoria deverá permitir o cadastro de Melhorias e o relacionamento dos imóveis envolvidos. Deverá possibilitar a parametrização de todas as rotinas de cálculo conforme a obra, atendendo à legislação vigente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

O sistema deverá permitir a busca de informações do Cadastro Imobiliário para seleção dos imóveis, possibilitar o parcelamento e reparcimento de débitos com emissão dos respectivos termos, e permitir o relacionamento geral de todos os imóveis situados no endereço da obra.

O módulo deverá possibilitar o cálculo do pagamento da contribuição de melhoria de cada imóvel relacionado, conforme o fator de aumento no valor venal decorrente da realização da obra. Deverá permitir a impressão do edital de lançamento da contribuição de melhoria, incluindo o valor provável de valorização de cada imóvel beneficiado.

O sistema deverá possibilitar o cadastro dos tipos de obras, permitir a identificação e relacionamento de imóveis na obra de forma geral e individual, e permitir o cadastro de arquivos/imagens no cadastro da obra.

Estas funcionalidades visam proporcionar uma gestão eficiente e transparente das receitas diversas e contribuições de melhoria do município, facilitando o processo de cálculo, cobrança e acompanhamento destes tributos.

Módulo de integração com a Rede SIM:

O Módulo Integração com a Rede SIM do Sistema de Arrecadação deverá oferecer um conjunto abrangente de funcionalidades para gerenciar eficientemente a integração entre o município e as juntas comerciais do estado. Este módulo deverá apresentar as seguintes características e capacidades:

O sistema deverá permitir a integração completa de eventos relacionados às empresas com as juntas comerciais do estado por meio de WebService, seguindo o layout definido pela junta comercial. Esta integração deverá possibilitar, em tempo real, eventos como consulta locacional, baixa e alteração de empresas.

O módulo deverá possibilitar a definição e configuração de setores responsáveis pelas análises dos processos, permitindo definir o centro de custo padrão e usuários autorizados a analisar processos em cada setor. Deverá ser possível configurar métodos para liberação automática da viabilidade e da inscrição municipal, baseados nas atividades padrões CNAE e regras de zoneamento definidas no plano diretor municipal.

O sistema deverá permitir definir restrições ou exigências para cada atividade em determinados setores, validando automaticamente esses parâmetros e possibilitando a liberação e parecer automático ou o encaminhamento para análise setorial. Deverá ser possível definir o grau de risco em cada atividade, utilizando este atributo para validação do processo automático ou manual.

O módulo deverá permitir a definição de textos padrões (legislação) para envio automático como resposta do protocolo em caso de liberação automática da viabilidade. Quando não houver parâmetros suficientes para análise e liberação automática, o sistema deverá permitir a configuração da situação final da solicitação.

O sistema deverá estar totalmente integrado com o cadastro imobiliário municipal, permitindo utilizar parâmetros de imóvel para deferir ou indeferir protocolos automaticamente. Deverá possibilitar a configuração de análise automática da inscrição municipal para empresas do tipo MEI, sem validação de regras adicionais.

O módulo deverá permitir a configuração de tipos de empresa e graus de risco isentos de alvará. Deverá ser totalmente integrado com o sistema de cadastro Imobiliário Municipal e com





PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

o cadastro único de contribuintes, realizando atualizações cadastrais automáticas e incluindo novos cadastros quando necessário.

Para eventos de inscrição municipal com atributos que deferem automaticamente o processo, o sistema deverá gerar automaticamente a inscrição municipal com seu respectivo alvará. Deverá permitir a configuração de situações cadastrais padrões para diferenciar as empresas inseridas pela integração.

O sistema deverá gerar automaticamente as taxas e impostos necessários para empresas com inscrição municipal deferida, calculando valores proporcionais ao mês de abertura da empresa. Deverá também gerar automaticamente uma solicitação de acesso ao cidadão para emissão de notas fiscais eletrônicas.

O módulo deverá permitir a realização de baixa de empresa automática, gravando o histórico da empresa e possibilitando configurações de situação padrão da baixa. Deverá possibilitar a configuração de situação cadastral específica para suspensão temporária das atividades da empresa.

O sistema deverá possuir rotinas para gerenciar e consultar todos os processos de viabilidade de empresa, demonstrando dados detalhados do protocolo e permitindo a filtragem para emissão de relatórios gerenciais. Deverá dispor de uma linha do tempo em cada protocolo para demonstrar o histórico do processo de forma clara e objetiva.

O módulo deverá permitir adicionar anexos em cada processo e possuir rotinas para gerenciar e consultar os processos provenientes de atualização de dados da empresa, legalização e baixa de empresa. Deverá possibilitar a impressão individual do espelho de cada processo e a consulta dos logs de requisições com a junta comercial.

O sistema deverá enviar automaticamente a resposta da solicitação para a junta comercial quando deferida ou indeferida. Na análise manual, deverá possibilitar informar os documentos que serão gerados na finalização do processo e conter rotinas de acesso rápido para visualização de dados cadastrais relevantes.

O módulo deverá possibilitar o relacionamento das atividades permitidas, permissíveis e proibidas em determinado zoneamento, a configuração do documento de alvará a ser gerado automaticamente e a configuração de e-mails a serem enviados em diferentes situações do processo.

O sistema deverá permitir a visualização da viabilidade relacionada a determinada inscrição municipal, o reprocessamento de solicitações, o download do XML da resposta e o reenvio de respostas em caso de erro. Deverá possibilitar a configuração para deferimento final automático quando todos os setores estiverem analisados.

O módulo deverá relacionar a informação do número de protocolo no cadastro mobiliário, possibilitar a configuração de execução de ações na baixa e inscrição automática, e realizar o registro de cada decisão utilizada para deferimento automático. Por fim, deverá possibilitar a diferenciação entre as solicitações e processos analisados automaticamente e manualmente.

Estas funcionalidades visam proporcionar uma gestão eficiente e integrada dos processos relacionados às empresas, facilitando a comunicação entre o município e as juntas comerciais, automatizando processos e garantindo maior controle e transparência nas operações.

Módulo Emissão de Dívida Ativa:



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

O Módulo Dívida Ativa do Sistema de Arrecadação deverá oferecer um conjunto abrangente de funcionalidades para gerenciar eficientemente todos os tributos inscritos em dívida ativa. Este módulo deverá apresentar as seguintes características e capacidades:

O sistema deverá conter recursos para administrar todos os tributos inscritos em dívida ativa, considerando sua origem (IPTU, ISSQN, Taxas, Contribuição de Melhoria e outros), no que se refere à inscrição e cobrança administrativa, judicial, cartório, negativada e transacionada. O módulo deverá permitir o controle e emissão dos livros de registro de dívida ativa, incluindo termos de abertura e encerramento e fundamentação legal. Deverá controlar, no registro das inscrições, o número e a folha em que cada inscrição se encontra no livro de registros.

O sistema deverá possuir meios para identificação automática dos parcelamentos em atraso, permitindo a seleção do número de parcelas atrasadas para filtro e cancelamento do parcelamento conforme a legislação municipal. Deverá requerer o contribuinte responsável pelo parcelamento no momento da efetivação no sistema.

O módulo deverá possibilitar a emissão e o controle de notificações de diversos tipos e modelos, de petições para cobrança judicial, de certidões em texto e layout definido pelo usuário, bem como a possibilidade de envio por e-mail, WhatsApp e SMS. Deverá permitir informar os corresponsáveis da dívida ativa, com possibilidade de listá-los nas notificações, CDA's, carnês e outros documentos necessários.

O sistema deverá controlar as dívidas ativas, gerando informações sobre e no ato da inscrição, com cálculos de atualizações e acréscimos legais. Deverá realizar controle de processos de cobrança judicial, inclusive com relação a suas fases: notificação, certidão, petição, ajuizamento.

O módulo deverá possuir rotinas de inscrição em dívida ativa dos tributos e outras receitas vencidas e não pagas, registradas na conta-corrente fiscal, conforme a legislação. Deverá possibilitar a configuração do parcelamento de dívida ativa, podendo parcelar várias receitas, conceder descontos por meio de leis municipais, estabelecendo um valor mínimo por parcela e período de vigência da lei.

O sistema deverá possuir demonstrativos analíticos dos parcelamentos, reparcelamentos, débitos inscritos em dívida ativa, débitos ajuizados, pagos, abertos, cancelados, prescritos e a prescrever. Deverá possibilitar a criação e administração de diversos programas de recuperação de dívida ativa, com controle de descontos diferenciados.

O módulo deverá possibilitar o parcelamento de débitos do contribuinte, de diversas origens e exercícios, mantendo informações sobre a origem dos créditos fiscais. Deverá conter rotinas para o cancelamento do parcelamento, mesmo quando com parcelas pagas, descontando-se o valor proporcionalmente nas inscrições.

O sistema deverá processar a classificação contábil e gerar a planilha e/ou arquivo para contabilização das movimentações efetuadas na dívida ativa. Nas consultas e relatórios gerenciais, deverá agrupar os débitos entre Administrativo, Judicial, Cartório, Negativado ou Transacionado, dependendo da fase de cobrança em que cada um se encontra, inclusive parcelamentos.

O módulo deverá possibilitar que as Certidões de Dívida sejam assinadas digitalmente e permitir a realização de antecipação do pagamento de uma parcela de um parcelamento, descontando os referidos valores até a data da antecipação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

O sistema deverá propiciar a junção de dívidas para cobrança administrativa/judicial por diversas formas, como Contribuinte, Classificação da Receita, Ano de Lançamento, Cadastro Imobiliário, Cadastro Econômico. Deverá possibilitar informar ano de referência para agrupamento de débitos para cobrança.

O módulo deverá possibilitar a administração de honorários e custas judiciais no momento da abertura da ação judicial, a geração de petições para mais de um processo de dívida ativa, e permitir que no momento de um parcelamento de débitos em dívida ativa possam ser selecionados também débitos que estão em cobrança no exercício.

O sistema deverá possibilitar realizar o estorno de inscrição em dívida ativa, caso identificado que a inscrição foi indevida, desde que não tenha sido efetuada nenhuma movimentação com a inscrição na dívida ativa.

O módulo deverá permitir alertar no momento do cancelamento do parcelamento, caso contenha débitos judiciais envolvidos, e permitir imprimir documento previamente configurado neste momento. Deverá possibilitar que ao cancelar um parcelamento permaneçam os juros de parcelamentos nas novas parcelas criadas.

O sistema deverá possibilitar definir privilégios de acesso por usuário entre as dívidas administrativas e judiciais, e permitir que a certidão de um débito de dívida seja gerada para cobrança Judicial e Cartório, mantendo ambas as referências.

O módulo deverá propiciar visualizações em forma de gráfico, como a quantidade de parcelamentos com três ou mais parcelas em atraso e o montante de dívida ativa em aberto classificado por tipo.

O sistema deverá possibilitar que a geração da certidão de dívida ativa seja feita com todos os débitos considerando o terreno em que cada imóvel está construído, e que a certidão seja gerada com um código de barras para quitação dos débitos relacionados.

O módulo deverá possibilitar o gerenciamento individual das parcelas que estão em processos de cobrança administrativa, judicial e cartório, permitindo incluir e excluir parcelas após o processo gerado.

O sistema deverá propiciar o envio automático de certidão de dívida ativa para cobrança em cartórios por meio de Webservice padrão, e possibilitar a inscrição automática em dívida ativa de débitos de exercício em atraso.

O módulo deverá permitir o cancelamento automático de parcelamentos de dívida ativa com três ou mais parcelas vencidas, com possibilidade de envio de notificações aos responsáveis.

O sistema deverá permitir a imputação dos débitos ao cancelar parcelamentos, respeitando a ordem de prioridade, e possibilitar a impressão de prévia de cancelamento de parcelamento.

O módulo deverá gerar o demonstrativo de cálculo para executivo fiscal, possuir integração com o SCPC, e possibilitar configurar o bloqueio de emissão de guias em situação de protesto.

O sistema deverá possibilitar que o contribuinte realize parcelamentos e emita guias de dívida ativa não parcelada pelo portal do cidadão, com configurações para liberação destes serviços online.

Por fim, o módulo deverá permitir a abertura de processos individuais e/ou em lote, com diversas opções de filtro e configuração, e possibilitar a antecipação de pagamento de parcelamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Estas funcionalidades visam proporcionar uma gestão eficiente e completa da dívida ativa municipal, facilitando os processos de cobrança, parcelamento e controle, além de oferecer transparência e acessibilidade aos contribuintes.

Módulo de Domicílio Eletrônico:

O Módulo Domicílio Eletrônico do Sistema de Arrecadação deverá oferecer um conjunto abrangente de funcionalidades para gerenciar eficientemente as comunicações eletrônicas entre o município e os contribuintes. Este módulo deverá apresentar as seguintes características e capacidades:

O sistema deverá possibilitar o registro de documentos eletrônicos, permitindo o envio a contribuintes via Serviço Online com fácil acesso. Deverá possibilitar a adesão à utilização de comunicações eletrônicas por meio de autenticação com certificado digital, sendo obrigatória a assinatura eletrônica com certificado digital da comunicação no ato de sua visualização.

O módulo deverá possuir um serviço online para solicitar adesão ao domicílio eletrônico pelo contribuinte, exigindo concordância de termo de aceite com assinatura digital. Deverá possibilitar ao contribuinte salvar o seu certificado digital em repositório do próprio sistema gerenciador do domicílio eletrônico.

O sistema deverá possibilitar que a assinatura digital aos documentos seja efetuada de maneira que não necessite de softwares rodando em paralelo no computador, podendo assinar em qualquer sistema operacional, desde que o contribuinte esteja conectado à internet. No credenciamento, deve ser possível o contribuinte importar o certificado digital, de maneira que as futuras assinaturas na ciência de documentos sejam feitas diretamente no servidor.

O módulo deverá permitir ao contribuinte credenciado visualizar em serviço online, documentos digitais endereçados a ele, solicitando assinatura digital para visualização, permitindo visualizar documentos antigos assim como sua movimentação anterior e entrar com recurso em eventual discordância de um determinado fato.

O gerenciamento de documentos eletrônicos deve funcionar por classificações, onde cada classificação deve pertencer a um tipo de documento diferente, permitindo configurar os usuários responsáveis. O sistema deverá possibilitar o controle de prazos de ciência e finalização da documentação eletrônica enviada aos contribuintes, configurável para cada classificação e permitindo a ciência e conclusão automática caso o gestor tenha interesse.

O módulo deverá possibilitar a gestão dos documentos eletrônicos no sistema, controlando os documentos que estão pendentes de recebimento, assinatura, envio ao usuário, aguardando ciência, em prazo de recurso, recurso impetrado e documentos finalizados, além dos prazos de recurso e ciência.

O sistema deverá realizar o envio de e-mail ao contribuinte na existência de novos comunicados disponíveis para visualização no serviço online. Deverá possibilitar relatório com layout totalmente customizável de qualquer informação que esteja cadastrada no sistema de domicílio eletrônico.

O módulo deverá possibilitar definir os dias para recurso em cada uma das classes de envio de documentação eletrônica, e definir que para determinada classe de documentação eletrônica a ciência será automática.

O sistema deverá garantir que os comunicados só possam ser visualizados pelos usuários habilitados em cada uma das classes disponíveis para envio de documentos via domicílio



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

eletrônico. Para as empresas com domicílio fiscal no município, que são optantes do Simples Nacional, a adesão à utilização do domicílio eletrônico deve ser obrigatória e automática.

O módulo deverá exigir que qualquer comunicação enviada a algum contribuinte optante do DEC esteja assinada digitalmente pelo usuário habilitado do município. Deverá permitir que o DEC puxe automaticamente o nome do documento gerado no respectivo módulo e apresente no histórico de envio e recebimento do contribuinte.

O sistema deverá permitir a vinculação do cadastro único do contador responsável pela empresa ou contribuinte, para que também receba as notificações de documentos enviadas ao contribuinte pelo DEC. Deverá condicionar o uso do portal do município pelo contador, somente após a abertura e ciência das comunicações pendentes do DEC, das empresas sob sua responsabilidade contábil.

Por fim, o módulo deverá incluir a notificação na área de trabalho do sistema, no usuário do servidor que enviou o DEC, quando da ciência da comunicação enviada e do vencimento dos prazos de recurso após ciência e ciência tácita.

Estas funcionalidades visam proporcionar uma gestão eficiente e segura das comunicações eletrônicas entre o município e os contribuintes, garantindo a autenticidade e o controle das informações trocadas, além de facilitar o acesso e a gestão dos documentos por parte dos contribuintes e contadores.

Módulo de fiscalização fazendária:

O Sistema Fiscal é uma parte crucial do sistema de gestão municipal, focado na administração e controle das atividades fiscais. O Módulo Fiscalização Fazendária, componente essencial deste sistema, oferece um conjunto abrangente de funcionalidades para gerenciar eficientemente os processos de fiscalização tributária. Este módulo deverá apresentar as seguintes características e capacidades:

Gestão de Documentos Fiscais: O módulo deverá possibilitar a manutenção para autorização de impressão de notas fiscais, incluindo inclusão, alteração, consulta, cancelamento, estorno de cancelamento e impressão da AIDF (Autorização de Impressão de Documentos Fiscais). Deverá também consentir a emissão de autorizações para incineração de Notas Fiscais, com controle da numeração das mesmas.

Lançamentos e Infrações: O sistema deverá permitir o lançamento por estimativa fiscal e arbitramento do ISSQN, conforme modelos pré-configuráveis previstos na legislação tributária municipal. Deverá admitir a inclusão e manutenção das infrações previstas na legislação tributária municipal por ano de instituição, com a opção de cadastrar os percentuais de penalidade para reincidentes.

Termos Fiscais e Documentação: O módulo deverá permitir que os termos fiscais de início de fiscalização e solicitação de documentos correlacionem a documentação padrão para cada atividade fiscalizada pelo grupo fisco. Deverá possibilitar a personalização dos modelos de estimativa fiscal e arbitramento, permitindo a entrada dos dados solicitados no preenchimento do cadastramento da estimativa ou arbitramento.

Relatórios e Análises: O sistema deverá permitir a emissão de relatórios de controle de prazo de entrega de documentos, listando os Processos Fiscais com as solicitações de documentos. Deverá gerar relatórios verificando inconsistências entre os documentos declarados pelos Prestadores e Tomadores, acusando e destacando os erros e diferenças entre valores retidos, alíquotas, situações tributárias e valores de base de cálculo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Importação e Homologação de Dados: O módulo deverá permitir a importação dos balancetes contábeis e do Plano Geral de Contas Comentado (PGCC) por subtítulo contábil no padrão ABRASF em arquivos "TXT", para homologação das contas contábeis na ação fiscal. Deverá permitir que na homologação da ação fiscal das instituições financeiras, mesmo após a importação do PGCC e do balancete analítico, haja a possibilidade de alteração da conta de tributação e da conta COSIF.

Cruzamento de Informações: O sistema deverá possibilitar o cruzamento de informações por competência entre o balancete analítico no padrão ABRASF importado na homologação da ação fiscal com o valor pago na escrituração fiscal, para cobrança de diferença apurada. Deverá permitir consultar as inconsistências entre apuração mensal e demonstrativo contábil.

Controle de Notas Fiscais:

O módulo deverá gerar relatório de continuidade de notas fiscais, verificando quais notas estão faltando na sequência das notas declaradas, verificando data de emissão incorreta, destacando em vermelho as falhas reveladas, bem como se existe a autorização de impressão das Notas.

Controle de Declarações: O sistema deverá gerar relatório de declarantes que não entregaram a declaração, permitindo selecionar o número de competências consecutivas de não entrega de declaração. Deverá também gerar relatório das declarações fiscais entregues pelos contribuintes enquadradas como "sem movimento".

Controle de Valores do Simples Nacional:

O módulo deverá permitir controle de valores lançados de ISSQN de empresas optantes pelo simples nacional, tanto como prestadores quanto como tomadores de serviços.

Configuração de Parcelamentos: O sistema deverá permitir configurar as opções de parcelamento de Notificações e Autos de Infração, com alternativas para configurar o método de capitalização dos juros e o valor mínimo da parcela aceita pela legislação tributária. Deverá também permitir a realização e manutenção dos percentuais para descontos a serem aplicados em relação aos Autos de Infração e Notificações apuradas.

Gestão de Procedimentos Fiscais: O módulo deverá permitir cadastrar um novo procedimento fiscal, alterar um existente ou cancelar, mesmo que em processo de fiscalização. Deverá consentir, ainda, a opção de estornar cancelamento. O sistema deverá mostrar a posição dos procedimentos fiscais cadastrados, indicando se a fiscalização registrada está em aberto, iniciada, fechada ou cancelada.

Documentação Digital: O sistema deverá permitir anexar documentos digitais ao processo de fiscalização, com limitação de tamanho. Deverá também permitir o registro de denúncia fiscal.

Emissão de Termos e Intimações: O módulo deverá permitir a emissão e a reemissão do Termo de Início de Fiscalização. Deverá permitir que sejam feitas tantas intimações quantas forem necessárias ao procedimento fiscal, a qualquer tempo durante a sua vigência. O sistema deverá permitir a emissão e a reemissão das intimações fiscais, mantendo histórico em tela de todas as intimações.

Gestão de Documentos: O sistema deverá permitir que emita Termo de Entrega de Documentos para o contribuinte, conforme a documentação entregue, permitindo também a



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

entrega parcial dos documentos. Deverá permitir a emissão de Termo de apreensão de documentos e gerar termo de prorrogação de prazo fiscalizatório.

Homologação de Competências: O módulo deverá permitir a homologação das competências para aferimento da base de cálculo dos impostos, no caso do ISSQN, dos serviços próprios prestados e dos serviços tomados. Deverá ser possível a digitação dos documentos emitidos/recebidos pelo contribuinte fiscalizado (tomador e prestador).

Manipulação de Documentos Fiscais: Na homologação de documentos fiscais durante o processo de fiscalização, o sistema deverá permitir ao fiscal excluir de forma global os documentos fiscais que já figuram na mesma, bem como alterar as alíquotas de forma global.

Importação de Documentos: O módulo deverá permitir realizar importação de documentos fiscais para a homologação da fiscalização, no mesmo layout utilizado pelos contribuintes no módulo de escrita fiscal.

Homologação para Instituições Financeiras: Para as instituições financeiras, o sistema deverá permitir informar as homologações conforme o plano de contas das declarações, dando liberdade para o fiscal dar manutenção (incluir, alterar, excluir) as contas a serem homologadas. Cada conta deve estar relacionada, quando cabível, a seu respectivo item da lista de serviços da Lei Complementar 116/2003.

Busca Automática de Informações: Quando da homologação do procedimento fiscal, o sistema deverá buscar automaticamente as informações das declarações existentes, para que o respectivo agente fiscal proceda a necessária homologação da base de cálculo.

Geração de Planilhas: O módulo deverá gerar planilhas de homologação dos serviços tomados, dos serviços prestados, e uma planilha combinada de serviços prestados e tomados, diferenciando o que for um e o que for outro.

Comunicação por E-mail: O sistema deverá possuir funcionalidade para configurar envio de e-mail via Processo Fiscal, sendo possível habilitar e desabilitar a qualquer momento, bem como configurar textos padrões que serão apresentados no corpo do e-mail. Deverá possibilitar enviar por e-mail no decorrer da ação fiscal diversos documentos, como termo de início, intimação, termo de recebimento de documentos, entre outros.

Criação de Documentos de Autuação: O módulo deverá permitir a criação do documento de autuação de acordo com uma tabela de infrações previamente cadastradas, com opções de informar se o contribuinte for reincidente, se a autuação está sendo emitida para serviços próprios ou tomados, e campo para descrição detalhada do histórico do lançamento.

Visualização e Manipulação de Cálculos: O sistema deverá permitir visualizar uma prévia da planilha de cálculo do procedimento fiscal em curso, buscando todos os pagamentos já efetuados pelo contribuinte no período fiscalizado e calcular automaticamente a diferença a recolher, a correção monetária, os juros e a multa aplicada.

Emissão de Planilhas e Documentos: O módulo deverá emitir a planilha de cálculo do procedimento fiscal devidamente atualizada monetariamente, separando o período e o exercício fiscal. Deverá permitir a emissão de documento para pagamento bancário com código de barras, das infrações levantadas.

Gerenciamento de Procedimentos Fiscais:



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

O sistema deverá oferecer gerenciamento total de todos os procedimentos fiscais cadastrados e parcial por fiscal, sendo que cada integrante do grupo fisco terá acesso somente aos seus respectivos procedimentos fiscais.

Relatórios Diversos: O módulo deverá permitir a emissão de diversos relatórios, incluindo notas fiscais declaradas pelos contribuintes, termos de incineração de notas fiscais, documentos de autuação emitidos, contribuintes fiscalizados e não fiscalizados, entre outros.

Manutenção de Estimativas e Arbitramentos: O sistema deverá permitir a manutenção de estimativas fiscais e de arbitramento, relacionando a segunda na homologação do Processo Fiscal, quando este existir para o período do arbitramento.

Configuração de Penalidades: O módulo deverá permitir que a penalidade das infrações seja do tipo percentual/valor fixo, com determinação de percentual ao dia até um percentual máximo, e determinação de valor mínimo e valor máximo quando valor fixo.

Controle de Emissão de Cupons Fiscais: O sistema deverá permitir controlar a liberação e realizar a emissão de autorização para uso de emissor de cupons fiscais.

Gestão de Dívida Ativa e Recursos: O módulo deverá permitir a inscrição em dívida ativa dos valores notificados e não pagos, bem como a suspensão de notificações e autos de infração no momento do cadastramento do recurso.

Plantão Fiscal: O sistema deverá permitir a criação de plantão fiscal, com possibilidade de geração de pontuação de produtividade. Deverá ter a possibilidade de que pontuações excedentes ao limite máximo definido sejam inclusas em um banco de pontos, sendo possível efetuar conversão desses pontos em férias, remuneração e outros.

Ordens de Serviço: O módulo deverá possuir gerenciamento de ordens de serviço, sendo possível ser controlada por fiscal responsável. Deverá possibilitar ao fiscal responsável incluir ordens de serviço ao corpo fiscal determinando a verificação por cadastro econômico ou único.

Importação de Arquivos DIMP: O sistema deverá possuir funcionalidade para importação dos arquivos baixados pelo convênio DIMP – DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE MEIOS DE PAGAMENTOS, com a possibilidade de tabular os dados baixados e consultá-los por todas as informações constantes no arquivo.

Integração com Outros Sistemas: O módulo deverá possuir abertura para parametrizações quanto ao cruzamento de dados e informações obtidas por meio de futuros convênios, tais como a COOPERAÇÃO TÉCNICA COM O CREA, o acesso ao SPED FISCAL, entre outros.

Emissão de Auto de Infração para Simples Nacional: O sistema deverá possibilitar a emissão de auto de infração com as mesmas configurações do SEFISC – SISTEMA ELETRÔNICO ÚNICO DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO da RECEITA FEDERAL, para os contribuintes que estiverem enquadrados no regime do SIMPLES NACIONAL.

Declaração de Receita para Cartórios: O módulo deverá possuir a funcionalidade de declaração de receita de formatação exclusiva para CARTÓRIOS e SERVIÇOS NOTARIAIS, contendo as especificidades desta atividade.

Suporte Técnico: Durante toda a vigência do contrato, deverá ser fixado um técnico residente especialista na área tributária/fiscal, para poder atender à demanda crescente de melhorias e adequações em todos os setores fiscais e tributários do município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Integração com ADN: O sistema deverá possibilitar integração com o ADN – AMBIENTE DE DADOS NACIONAL, para importação e exportação dos DOCUMENTOS FISCAIS ELETRÔNICOS entre o sistema municipal e o REPOSITÓRIO ELETRÔNICO NACIONAL.

Estas funcionalidades visam proporcionar uma gestão eficiente e precisa das atividades de fiscalização fazendária, facilitando o controle, a análise e a tomada de decisões por parte dos agentes fiscais e gestores municipais. O sistema deve ser flexível e suficiente para se adaptar às mudanças na legislação e às necessidades específicas do município, garantindo assim uma administração tributária eficaz e em conformidade com as normas vigentes.

Módulo Simples Nacional:

O Módulo Simples Nacional do Sistema Fiscal deverá oferecer um conjunto abrangente de funcionalidades para gerenciar eficientemente as informações e processos relacionados aos contribuintes enquadrados no regime do Simples Nacional e Microempreendedor Individual (MEI). Este módulo deverá apresentar as seguintes características e capacidades:

Importação de Arquivos: O sistema deverá permitir a importação de diversos tipos de arquivos relacionados ao Simples Nacional e MEI. Isso incluirá arquivos de períodos dos contribuintes do Simples Nacional e MEI, arquivos contendo eventos desses contribuintes, arquivos do DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional), arquivos da DASN (Declaração Anual do Simples Nacional), arquivos DASSENDA, arquivos de parcelamento do Simples Nacional, arquivos do DAS-SIMEI (Documento de Arrecadação do Microempreendedor Individual) e arquivos da DASN-SIMEI (Declaração Anual do Microempreendedor Individual).

Visualização de Informações: O módulo deverá possibilitar a visualização de períodos e eventos dos contribuintes enquadrados no Simples Nacional e como Microempreendedor Individual. Esta funcionalidade permitirá um acompanhamento detalhado da situação fiscal desses contribuintes.

Gestão de Diferenças de Valores: Quando existir diferença no valor de ISSQN contido no arquivo de parcelamento do Simples Nacional e o que foi declarado pelos contribuintes no sistema, o módulo deverá ter a possibilidade de criar lançamento tributário com esta diferença. Isso garantirá a precisão na arrecadação e o correto tratamento das discrepâncias.

Consulta de Registros de Importação: O sistema deverá permitir a consulta de registros de importação do DAS e DASN por dia, possibilitando a adição de comentários e a listagem dos dias com pendências de importação. Esta funcionalidade facilitará o controle e acompanhamento das importações realizadas.

Importação de Contribuintes com Débitos: O módulo deverá possibilitar a importação de contribuintes do Simples Nacional que estejam em débitos com a Receita Federal para posterior inscrição em Dívida Ativa no sistema de tributos do Município. Além disso, deverá permitir o gerenciamento de quais contribuintes enquadrados no Simples Nacional com débitos serão inscritos em Dívida Ativa.

Consulta de Inconsistências: O sistema deverá permitir a consulta das inconsistências de pagamento dos arquivos importados do DASN com as baixas de pagamento do Município. Esta funcionalidade é crucial para identificar e resolver discrepâncias nos pagamentos.

Emissão de Relatórios: O módulo deverá oferecer a capacidade de emitir diversos relatórios importantes para a gestão fiscal. Isso incluirá um relatório de todas as informações importadas no DASN, um relatório de contribuintes enquadrados no Simples Nacional sem pagamento e



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

que não foram inscritos em Dívida Ativa, e um relatório de empresas do Simples Nacional que declaram sem recolhimento no DAS.

Estas funcionalidades visam proporcionar uma gestão eficiente e precisa das informações relacionadas aos contribuintes do Simples Nacional e MEI, facilitando o controle, a análise e a tomada de decisões por parte dos gestores municipais. O sistema deve ser capaz de processar grandes volumes de dados, garantindo a integridade e a consistência das informações importadas e geradas.

O módulo deverá ser projetado para ser intuitivo e de fácil utilização, permitindo que os usuários realizem suas tarefas de forma eficiente. Ao mesmo tempo, deverá ser robusto o suficiente para lidar com as complexidades inerentes à gestão fiscal dos contribuintes do Simples Nacional e MEI.

A capacidade de importar e processar diversos tipos de arquivos é particularmente importante, pois permite que o município mantenha suas informações atualizadas e sincronizadas com os dados da Receita Federal. Isso é crucial para garantir a precisão na arrecadação e no controle fiscal.

A funcionalidade de criar lançamentos tributários quando há diferenças entre os valores declarados e os valores constantes nos arquivos de parcelamento é especialmente relevante. Ela permite que o município capture receitas que de outra forma poderiam ser perdidas, contribuindo para uma arrecadação mais justa e eficiente.

As funcionalidades de consulta e emissão de relatórios são essenciais para o acompanhamento e controle efetivo dos contribuintes. Elas permitem que os gestores identifiquem rapidamente situações que requerem atenção, como contribuintes sem pagamento ou que declaram sem recolhimento, possibilitando ações proativas para regularização.

A capacidade de gerenciar a inscrição em Dívida Ativa dos contribuintes com débitos é outra funcionalidade crucial. Ela permite que o município tome as medidas adequadas para recuperar valores devidos, seguindo os procedimentos legais estabelecidos.

Em suma, este módulo deverá ser uma ferramenta poderosa e completa para a gestão dos contribuintes do Simples Nacional e MEI, proporcionando ao município os meios necessários para uma administração tributária eficiente, justa e em conformidade com as legislações vigentes.

Módulo Escrita Fiscal:

O Módulo Escrita Fiscal do Sistema Fiscal deverá oferecer um conjunto abrangente de funcionalidades para gerenciar eficientemente a escrituração fiscal dos contribuintes do município. Este módulo deverá apresentar as seguintes características e capacidades:

Cadastro e Escrituração: O sistema deverá possuir um cadastro Mobiliário ÚNICO, garantindo a integridade e consistência das informações. Deverá oferecer escrituração para Prestadores de Serviços, incluindo um livro fiscal eletrônico para todos os prestadores de serviços do município, com seleção do período de competência desejado. O módulo deverá também possibilitar a escrituração de serviços de Construção Civil para prestadores de serviços.

A escrituração deverá permitir a digitação de notas fiscais, identificando número da nota, data de emissão, série e subsérie, natureza dos serviços (código do serviço). O sistema deverá efetuar o cálculo automático do tributo com base nas informações lançadas. No encerramento





PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

da escrituração, o sistema deverá possibilitar a edição/cancelamento de qualquer lançamento, exceto para lançamentos gerados pela emissão de NFS-e.

O módulo deverá também possuir escrituração para tomadores de serviço, permitindo a escrituração do livro fiscal eletrônico para todos os tomadores de serviços do município, com seleção do período de competência desejado.

Funcionalidades para Contadores:

O sistema deverá possuir escrituração exclusiva para contadores, possibilitando que escritórios/contadores possam se pré-cadastrar no sistema para utilizá-lo após liberação por um funcionário da prefeitura com poderes para esta atividade. Deverá permitir que o escritório contábil, através de seu usuário e senha, faça a escrituração de todos os seus clientes, serviços prestados e tomados.

Verificação e Controle: O módulo deverá disponibilizar meios para que a Administração Municipal verifique as informações enviadas pelos contribuintes por meio das declarações, incluindo serviços prestados por empresas de fora do Município, serviços prestados por empresas locais, serviços prestados fora da cidade por empresas locais e relação dos serviços com maiores arrecadações/declarações.

Ficha de Alteração Cadastral (FAC): O sistema deverá permitir a inclusão de Ficha de Alteração Cadastral (FAC), com as opções de Novo Cadastro, Alteração de Cadastral, Vínculo de Responsabilidade e Baixa de Responsabilidade. Para FAC com tipo Novo, deve ser permitido incluir usuário e autorização para utilização de NFS-e de forma automática no momento da liberação.

Lançamentos e Rotinas: O módulo deverá possibilitar o lançamento automático dos valores declarados no Sistema de Tributação e disponibilizar rotina para o cadastramento, alteração e baixa de inscrições municipais. Deverá ter opção de emitir recibo de declaração de ISS e de ISS retido.

Escrituração Segura: O sistema deverá possibilitar a escrituração, com acesso seguro (assinatura digital), de documentos fiscais e/ou cupons fiscais emitidos e recebidos, contendo informações como razão social do declarante/contribuinte, CNPJ/CPF, endereço completo, número do Cadastro Municipal Mobiliário, número e data de emissão do documento fiscal, e valor dos serviços prestados e/ou tomados.

Importação de Arquivos: O módulo deverá possibilitar a importação de arquivos das administradoras de cartão, contendo as informações de débito e crédito, com funcionalidades para consulta de logs de importação, visualização de erros, geração de protocolo de entrega e relatórios de importação e confronto.

Configurações e Personalizações: O sistema deverá permitir o enquadramento/desenquadramento de relacionamentos entre categorias personalizadas de declaração e cadastros econômicos, além de possibilitar a configuração dos campos a serem listados para as declarações de despesa.

Declarações e Retificações: O módulo deverá permitir declarações de serviços prestados e tomados para diversos tipos de contribuintes, incluindo isentos, imunes, com regime de estimativa e regime fixo anual. Deverá possibilitar a retificação de declarações de serviços prestados já realizadas e não pagas, inclusive por categoria.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Escrituração para Contribuintes de Fora do Município: O sistema deverá permitir a escrituração para contribuintes de fora do Município tanto de documentos fiscais prestados como tomados, possibilitando a emissão de guia para pagamento do imposto.

Geração de Parcelas e Compensações: O módulo deverá possibilitar a geração de parcelas complementares sem intervenção do Município e disponibilizar rotina para cadastramento de requisição de compensação.

Configurações Fiscais: O sistema deverá permitir o enquadramento de incentivos fiscais por cadastro econômico, configurar multa por atraso de declaração, e configurar quais itens da lista de serviço poderão sofrer dedução na base de cálculo.

Atendimento a Legislações: O módulo deverá atender à Lei Complementar 123/2006 referente ao Simples Nacional, quanto às alíquotas diferenciadas.

Declarações Específicas: O sistema deverá conter tecnologia para que empresas exploradoras de atividades específicas (como leasing, plano de saúde, administração de cartão de crédito/débito) realizem declarações de tomadores domiciliados no município e processem declarações simplificadas para recolhimento do ISS devido.

Relatórios e Cruzamento de Dados: O módulo deverá permitir o cruzamento de dados e emissão de relatórios dos serviços tomados, das retenções tributárias, por competência, prestador, tomador, apresentando também as situações do lançamento tributário.

Estas funcionalidades visam proporcionar uma gestão eficiente e precisa da escrita fiscal dos contribuintes, facilitando o controle, a análise e a tomada de decisões por parte dos gestores municipais. O sistema deve ser capaz de processar grandes volumes de dados, garantindo a integridade e a consistência das informações declaradas e geradas.

Módulo Nota Fiscal Eletrônica:

O Módulo Nota Fiscal Eletrônica do Sistema Fiscal deverá oferecer um conjunto abrangente de funcionalidades para gerenciar eficientemente a emissão e controle de Notas Fiscais de Serviço Eletrônicas (NFS-e) no município. Este módulo deverá apresentar as seguintes características e capacidades:

Aplicativo Móvel: O sistema deverá possuir um aplicativo a ser instalado em smartphones ou tablets, compatível com os sistemas operacionais iOS e Android, para emissão de NFS-e. Através deste aplicativo, deverá ser possível enviar qualquer nota já emitida por e-mail, cancelar a NFS-e (dentro do período permitido), e visualizar as NFS-e já emitidas.

Controle de Autorizações: O módulo deverá permitir que a autoridade fiscal libere ou cancele qualquer autorização para emissão de notas fiscais eletrônicas em qualquer momento. Deverá também permitir que o usuário liberador permita ou não que o contador do contribuinte realize a emissão da NFS-e.

Emissão de NFS-e: O sistema deverá permitir, na emissão das NFS-e, a utilização de vários itens da lista de serviços, conforme classificação da Lei Complementar 116/03, inclusive na mesma nota. Deverá possibilitar a verificação da autenticidade das NFS-e emitidas via QR code e por código identificador.

Configurações do Prestador: O módulo deverá permitir que o prestador de serviço configure logo da empresa para ser utilizado no corpo da NFS-e, configure observação padrão e informação complementar padrão a ser sugerida em toda a emissão de NFS-e, e configure um e-mail para o qual todas as NFS-e sejam encaminhadas automaticamente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Cancelamento e Substituição: O sistema deverá permitir configurar o período após a emissão da NFS-e em que o prestador de serviço estará autorizado a cancelá-la. Deverá possibilitar ao usuário emissor de NFS-e que efetue uma solicitação para cancelamento, informando o motivo e sua respectiva substituta, quando houver.

Customização e Cópia: O módulo deverá permitir o uso de tabelas personalizadas na configuração e na emissão da NFS-e para as informações complementares. Deverá permitir que emissores de NFS-e possam copiar os dados de uma NFS-e já emitida para emissão de nova nota.

Recibo Provisório de Serviço (RPS): O sistema deverá permitir a utilização de RPS com numeração sequencial crescente, devendo ser convertido em NFS-e no prazo estipulado pela legislação tributária municipal. Deverá possibilitar que o tomador de serviço efetue denúncia da não conversão do RPS em NFS-e.

Créditos para IPTU: O módulo deverá permitir configurar se o tomador do serviço receberá créditos para serem utilizados no abatimento do IPTU, com possibilidade de configurar o percentual individual de créditos por tipo do tomador de serviço.

Construção Civil: O sistema deverá permitir selecionar para quais itens da lista de serviço deverão ser informados os dados referentes a construção civil no momento de emissão da NFS-e. Deverá possibilitar o cadastramento de obras não cadastradas no momento de emissão da NFS-e.

Relatórios: O módulo deverá gerar diversos relatórios, incluindo maiores emissores de NFS-e, contribuintes autorizados que não emitiram notas, créditos de IPTU, entre outros.

Funcionalidades Adicionais:

O sistema deverá possibilitar a emissão de NFS-e com data retroativa, permitir a geração de arquivos das NFS-e emitidas em PDF por lote, permitir parametrização para liberação de uso de Carta de Correção de NFS-e, e possuir módulo para implantação e gestão de NFS-e Premiada.

Estas funcionalidades visam proporcionar uma gestão eficiente e precisa da emissão e controle de Notas Fiscais de Serviço Eletrônicas, facilitando o processo para os contribuintes e fornecendo ferramentas de controle e análise para a administração municipal. O sistema deve ser capaz de processar grandes volumes de dados, garantindo a integridade e a consistência das informações geradas, além de oferecer flexibilidade para atender às necessidades específicas do município e às mudanças na legislação.

Processos digitais:

O Módulo Processo Digital do Sistema de Governo Digital deverá oferecer um conjunto abrangente de funcionalidades para gerenciar eficientemente os processos administrativos em meio digital. Este módulo deverá apresentar as seguintes características e capacidades:

Trâmite Digital: O sistema deverá permitir o trâmite de todo o processo em meio digital, dispensando movimentos em papéis. Deverá possibilitar a configuração de roteiro para cada assunto, inclusive considerando a definição de prazo para cada etapa individual.

Notificações: O módulo deverá notificar o requerente e demais responsáveis a cada trâmite do processo, por meio do envio de e-mail, conforme configuração estabelecida. Deverá disponibilizar controle de prazos, onde os processos pendentes sejam definidos por cores ao atingir o prazo final ou o limite da etapa atual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Apensamento e Anexos:

O sistema deverá possibilitar o apensamento de processos que tenham o mesmo assunto e destino, para que durante a tramitação do processo, todos tenham o mesmo trâmite e informações. Deverá permitir anexar arquivos aos processos, como documentações e pareceres, em diversos formatos como PDF, PNG, DOC, com aumento do tamanho limite para arquivos.

Controle de Tramitação: O módulo deverá possibilitar a correção de tramitação equivocada com configuração de permissão de uso de rotina e registro de LOG. Deverá possibilitar o controle total entre abertura, encaminhamento, recebimento e finalização da transação, com a confirmação do usuário do local de destino de cada tramitação.

Arquivamento e Acesso:

O sistema deverá possibilitar que sejam cadastrados locais para arquivar os processos, conforme a necessidade da entidade. Deverá permitir que para cada usuário do módulo, sejam definidos os locais/secretarias para acessar os processos.

Emissão de Documentos: O módulo deverá permitir a emissão de etiquetas personalizadas contendo informações do processo, considerando diversos filtros. Deverá possibilitar a emissão de guia para pagamento de taxas e tarifas, em padrão bancário.

Configurações e Parametrizações: O sistema deverá permitir que seja definido por assunto, os documentos necessários e obrigatórios que serão solicitados durante a abertura do processo via autoatendimento. Deverá permitir a configuração de um e-mail padrão para encaminhamento automático, informando os usuários responsáveis de processos em atraso.

Acompanhamento via Web:

O módulo deverá possibilitar que o requerente acompanhe sua solicitação via web, sendo necessário informar o número do processo e o código verificador ou CPF/CNPJ, podendo visualizar todos os trâmites do processo.

Assinatura Eletrônica: O sistema deverá possibilitar assinatura eletrônica das movimentações, com a utilização de certificado digital no padrão ICP-Brasil, na abertura, trâmites, complementos e no encerramento dos processos.

Relatórios e Gráficos: O módulo deverá dispor de relatórios de gerenciamento por processos, centro de custo, assunto, sub assunto, gráficos e etiquetas. Deverá permitir a emissão de relatórios estatísticos com opção de agrupamento por diversos critérios.

Funcionalidades Avançadas: O sistema deverá permitir o cadastro de processos com requerente anônimo, receber processos coletivamente, movimentar vários processos em lote, e arquivar vários processos de uma única vez.

Integração com Sistema Tributário: O módulo deverá possibilitar que, no momento da abertura de um processo, o usuário seja notificado da existência de débitos em nome do requerente, por meio de integração com o sistema tributário.

Gestão de Documentos: O sistema deverá possibilitar a criação de repositório de modelos (Templates) que poderão ser utilizados como base para a criação de novos documentos dentro dos processos digitais.

Workflow:





PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

O módulo deverá ter implementado ferramenta de fluxo de trabalho (Workflow), com possibilidade de documentação, execução automática de funções e carregamento de formulários/telas integrantes da solução por meio de um gerenciador único.

Painéis Indicadores: O sistema deverá possuir painéis "indicadores" que permitam a visualização de diversos dados de processos digitais, incluindo estatísticas, quantidades, comparações e rankings.

Estas funcionalidades visam proporcionar uma gestão eficiente e transparente dos processos administrativos, facilitando o acompanhamento, controle e análise por parte dos gestores municipais e oferecendo praticidade e acessibilidade aos cidadãos. O sistema deve ser capaz de processar grandes volumes de dados, garantindo a integridade e a consistência das informações, além de oferecer flexibilidade para atender às necessidades específicas do município.

Módulo de GED (Gerenciador Eletrônico de Documentos):

O Módulo Gestão Eletrônica de Documentos (GED) do Sistema de Governo Digital deverá oferecer um conjunto abrangente de funcionalidades para gerenciar eficientemente os documentos eletrônicos da administração municipal. Este módulo deverá apresentar as seguintes características e capacidades:

Integração e Classificação: O sistema deverá integrar-se com os demais módulos do Sistema de Gestão, permitindo que diferentes tipos de documentos sejam gerenciados de acordo com sua origem, vinculando-os diretamente às rotinas do sistema. Deverá classificar os documentos de acordo com seu tipo, realizando vínculo com diversas funcionalidades do sistema.

Visualização e Acesso: O módulo deverá permitir a visualização de informações da rotina de origem do arquivo e o acesso aos dados do documento diretamente das funcionalidades onde ele está vinculado. Deverá dispor de recurso que permita a vinculação de documento já existente na base em outras rotinas, evitando duplicação.

Validação e Busca: O sistema deverá realizar busca e validação por HASH individualizado a cada adição de documento, informando o usuário nos casos onde o documento já existir na base de dados. Deverá conter recursos que permitam o cadastro, manutenção e gerenciamento do Plano de Classificação e Temporalidade de Documentos.

Inclusão e Captura: O módulo deverá permitir a inclusão/captura de documentos por diferentes meios, incluindo upload por arquivo, digitalização, câmera, links públicos externos e modelos de documentos previamente configurados.

Versionamento e Localização: O sistema deverá controlar o versionamento de documentos, permitindo a consulta de versões anteriores. Deverá possibilitar o cadastro e gerenciamento das localizações físicas dos documentos.

Categorização e Acondicionamento: O módulo deverá permitir a criação de categorias específicas de documentos e controlar o acondicionamento de documentos, definindo tipos de acondicionamento e numeração sequencial.

Integração com Workflow: O sistema deverá integrar-se com o módulo de Workflow/Processo Digital, permitindo consultar e gerenciar arquivos relacionados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Movimentações: O módulo deverá permitir movimentações como empréstimo de documentos, descarte de documentos e arquivamento intermediário, com total personalização pela entidade.

Compartilhamento e Controle de Acesso:

O sistema deverá permitir o compartilhamento de documentos gerando link ou QR code e controlar o acesso aos documentos através de definições de privilégio ou relacionamento com centro de custo.

OCR e Geolocalização: O módulo deverá realizar processo de leitura OCR nos documentos incluídos e permitir definir a localização física da origem do documento por meio de mapa.

Visualização e Manipulação: O sistema deverá permitir o download, pré-visualização e manipulação de arquivos, especialmente em formato PDF, sem necessidade de plug-ins adicionais.

Assinatura Digital:

O módulo deverá dispor de recursos que permitam a Assinatura Digital de documentos, utilizando certificados digitais e permitindo a solicitação de assinatura para múltiplas pessoas.

Relatórios: O sistema deverá emitir relatórios completos dos documentos por tipo de acondicionamento e por diversos critérios de seleção.

Estas funcionalidades visam proporcionar uma gestão eficiente e completa dos documentos eletrônicos, facilitando o armazenamento, busca, acesso e controle dos documentos por parte da administração municipal. O sistema deve ser capaz de processar grandes volumes de dados, garantindo a integridade e a segurança das informações, além de oferecer flexibilidade para atender às necessidades específicas do município em termos de gestão documental.

Módulo de Serviços públicos:

O Módulo Serviços Públicos do Sistema de Governo Digital deverá oferecer um conjunto abrangente de funcionalidades para gerenciar eficientemente as ocorrências de serviços e manutenções no município. Este módulo deverá apresentar as seguintes características e capacidades:

Cadastro e Gerenciamento:

O sistema deverá permitir cadastrar origem e tipo de ocorrência. Deverá possuir um gerenciador de ocorrência de serviços e manutenções, com possibilidade de filtrar por tipo de ocorrência, origem de ocorrência e situação de ocorrência.

Registro de Ocorrências: O módulo deverá possuir cadastro de ocorrência, com possibilidade de informar o tipo de ocorrência, o solicitante, o endereço da ocorrência e a descrição. Deverá integrar o cadastro de ocorrência com o Google Maps, considerando o endereço cadastrado.

Gestão de Ocorrências: O sistema deverá permitir visualizar, alterar ou excluir uma ocorrência na situação aberta. Deverá permitir programar uma ocorrência cadastrada, informando a data de execução, o responsável pela execução e o tipo (vistoria, execução, fiscalização).

Programação e Consulta: O módulo deverá permitir consultar as programações de um determinado serviço de manutenção, possibilitando verificar o histórico dessas programações





PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

em ordem cronológica. Deverá permitir vincular mais de uma ocorrência na mesma programação e informar a equipe responsável pela execução da atividade.

Impressão e Reprogramação: O sistema deverá permitir a impressão da programação com os dados da ocorrência e da equipe responsável pela execução do serviço. Deverá permitir reprogramar uma programação, informando a data, o responsável, o motivo da reprogramação e o tipo.

Orçamento e Execução: O módulo deverá permitir incluir para cada ocorrência de serviço a quantidade unitária orçada de material e o valor unitário, calculando automaticamente o valor previsto de material e mão de obra. Deverá permitir informar o valor executado de quantidade e valor unitário de material, calculando automaticamente o valor executado de material e mão de obra.

Cancelamento e Anexos:

O sistema deverá permitir cancelar uma ocorrência cadastrada mantendo o registro disponível para visualização e consulta. Deverá permitir anexar imagens e documentos à ocorrência incluída.

Impressão e Integração: O módulo deverá permitir imprimir a ocorrência. Deverá integrar o registro e gerenciamento de ocorrências com mapeamento de processo.

Autoatendimento e Relatórios: O sistema deverá permitir o registro de ocorrências através do autoatendimento da entidade. Deverá emitir Relatório de Serviços Executados.

Estas funcionalidades visam proporcionar uma gestão eficiente e completa das ocorrências de serviços públicos, facilitando o registro, acompanhamento, execução e controle dos serviços por parte da administração municipal. O sistema deve ser capaz de processar e gerenciar um grande volume de ocorrências, garantindo a organização e o acompanhamento adequado de cada caso.

O módulo deve oferecer uma interface intuitiva e de fácil utilização, tanto para os funcionários da administração quanto para os cidadãos que utilizarem o autoatendimento. A integração com o Google Maps para localização das ocorrências é um recurso valioso para a visualização espacial dos serviços.

A capacidade de anexar imagens e documentos às ocorrências, bem como a possibilidade de imprimir as informações, contribui para uma documentação completa de cada caso. A funcionalidade de orçamento e execução permite um controle financeiro eficiente dos serviços realizados.

A integração com o mapeamento de processos é um recurso importante para garantir que as ocorrências sigam os fluxos de trabalho estabelecidos pela administração municipal.

Por fim, a emissão de relatórios de serviços executados proporciona uma visão geral das atividades realizadas, auxiliando na gestão e no planejamento dos serviços públicos. Este módulo, portanto, representa uma ferramenta essencial para a melhoria da eficiência e da qualidade dos serviços públicos oferecidos à população.

Aplicativo Mobile:

O Módulo Aplicativo Mobile do Sistema de Governo Digital deverá oferecer um conjunto abrangente de funcionalidades para proporcionar acesso móvel aos serviços e informações da administração municipal. Este módulo deverá apresentar as seguintes características e capacidades:



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Disponibilidade e Integração: O aplicativo deverá estar disponível gratuitamente para download nas lojas Google Play e Apple Store. Deverá integrar-se ao sistema de gestão com acesso aos mesmos dados de maneira compartilhada, sem bancos de dados intermediários.

Acesso e Autenticação: O módulo deverá permitir solicitar acesso aos serviços pelo aplicativo, sendo esse acesso também considerado para consultar os serviços no portal do município. O login tanto no Aplicativo quanto no Portal de serviços/autoatendimento deverá ser único, através do CPF e senha do usuário.

Gerenciamento e Customização: O sistema deverá possuir gerenciamento de retaguarda, permitindo administrar serviços, indicadores de gestão e rotinas relacionadas à aplicação. Deverá permitir que o município defina a ordem de exibição dos agrupadores de serviços, crie/desative agrupadores, e defina a cor do tema do aplicativo e o brasão/logo.

Funcionalidades para o Usuário: O aplicativo deverá disponibilizar área para consultar notificações, pesquisar serviços e indicadores, visualizar os últimos serviços acessados, e definir configurações para o dispositivo.

Serviços Disponíveis: O módulo deverá oferecer diversos serviços, incluindo consulta e abertura de processos/protocolos, assinatura de documentos, consulta de documentos necessários para processos, envio de notificações push, entre outros.

Indicadores de Gestão: O aplicativo deverá permitir que os gestores públicos consultem diversos indicadores de gestão, como estatísticas de processos digitais, maiores credores do município, comparativo de receita e despesa, controles legais, entre outros.

Consultas e Emissões: O módulo deverá permitir consultar empresas ativas no município, notas fiscais de serviços tomados, emitir notas fiscais eletrônicas, acessar recibo de pagamento para funcionários, consultar valores a receber para fornecedores, visualizar débitos em aberto e emitir boletos, entre outras funcionalidades.

Licitações e LGPD: O aplicativo deverá permitir consultar licitações cadastradas pelo município e realizar download de editais. Deverá também permitir que o usuário realize requisições de acesso a dados pessoais e consulte informações sobre o tratamento de dados pessoais, em conformidade com a LGPD.

Personalização: O aplicativo deve ser desenvolvido segundo o conceito White label, permitindo que seja nomeado para download e tenha sua identidade visual definida conforme a identidade visual da prefeitura.

Estas funcionalidades visam proporcionar uma experiência completa e eficiente de acesso móvel aos serviços e informações municipais, facilitando a interação entre os cidadãos, servidores, fornecedores e a administração pública. O aplicativo deve ser intuitivo, seguro e capaz de processar e apresentar informações em tempo real, garantindo a transparência e a agilidade nos serviços oferecidos.

O módulo deve ser flexível o suficiente para se adaptar às necessidades específicas do município, permitindo a personalização de sua aparência e dos serviços oferecidos. A integração com o sistema de gestão e a capacidade de enviar notificações push são recursos valiosos para manter os usuários informados e engajados.

A disponibilização de indicadores de gestão no aplicativo é uma ferramenta importante para os gestores públicos, permitindo o acompanhamento em tempo real de diversos aspectos da administração municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Por fim, a conformidade com a LGPD demonstra o compromisso com a proteção dos dados pessoais dos usuários, um aspecto crucial na era digital. Este módulo, portanto, representa uma ferramenta essencial para a modernização e eficiência da administração pública, aproximando o governo dos cidadãos através da tecnologia móvel

Módulo Procuradoria:

O Sistema de Procuradoria, componente essencial da gestão jurídica municipal, deverá oferecer um conjunto abrangente de funcionalidades para gerenciar eficientemente os processos judiciais e administrativos da Procuradoria Municipal. O Módulo Procuradoria deverá apresentar as seguintes características e capacidades:

Integração e Assinatura Digital: O sistema deverá integrar-se com o módulo de Dívida Ativa, permitindo a geração automática da Certidão de Dívida Ativa e Petição Inicial com base em modelos predefinidos. Deverá suportar assinatura digital de documentos no padrão ICP-Brasil, garantindo a autenticidade e validade jurídica dos documentos eletrônicos.

Gestão de Processos: O módulo deverá permitir a manutenção detalhada dos processos, incluindo informações sobre advogados, localização física e órgão jurisdicional. Deverá possibilitar o registro e histórico do número do processo judicial, com monitoramento de alterações.

Petições e Procurações: O sistema deverá oferecer funcionalidades para o gerenciamento de petições do processo e cadastro de procurações. Deverá permitir a associação de procurações às petições, inclusive em lote, e a substituição de procurações anteriormente associadas.

Templates e Modelos:

O módulo deverá dispor de um repositório para criação e gerenciamento de modelos (templates) de documentos, que poderão ser utilizados como base para novos documentos dentro dos processos judiciais. Deverá oferecer modelos de petição intermediária com emissão automática baseada nos dados do banco de dados, permitindo emissão em lote.

Consultas e Cadastros:

O sistema deverá disponibilizar consultas de Órgão Jurisdicional, tipos de classes e assuntos, de acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça. Deverá permitir o cadastro de advogados por tipo e o registro de custas processuais.

Movimentação e Controle: O módulo deverá permitir a movimentação dos processos judiciais com base em tipos de movimentação, o cadastramento de recursos do processo, e o apensamento de processos. Deverá possibilitar o arquivamento de processos encerrados e o controle de suas localizações físicas.

Agenda e Notificações: O sistema deverá incluir funcionalidades para agendamento de compromissos, notificação de responsáveis via e-mail, e gerenciamento de compromissos agendados. Deverá alertar os procuradores sobre novos processos de Execução Fiscal e movimentações em lançamentos em execução fiscal.

Relatórios e Alertas: O módulo deverá permitir a emissão de diversos relatórios, incluindo Execuções de Sentença, Ações Judiciais, Execuções Fiscais, entre outros. Deverá possuir



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

rotinas para recebimento e abertura de prazos das Intimações e Citações, e para busca e recebimento das movimentações processuais.

Controle de Acesso e Distribuição: O sistema deverá controlar o acesso dos usuários aos processos, permitindo movimentações apenas quando o processo estiver sob sua responsabilidade. Deverá possuir rotina para definição da ordem de distribuição dos processos originados na Dívida Ativa entre os usuários da Procuradoria.

Estas funcionalidades visam proporcionar uma gestão eficiente e precisa dos processos jurídicos municipais, facilitando o trabalho dos procuradores e garantindo o cumprimento dos prazos legais. O sistema deve ser capaz de processar grandes volumes de dados, garantindo a integridade e a segurança das informações, além de oferecer flexibilidade para atender às necessidades específicas da Procuradoria Municipal.

O módulo deve ser projetado para ser intuitivo e de fácil utilização, permitindo que os procuradores realizem suas tarefas de forma eficiente. A integração com outros sistemas municipais, especialmente o de Dívida Ativa, é crucial para garantir a consistência das informações e a agilidade nos processos.

A capacidade de gerar documentos automaticamente, baseados em modelos predefinidos, é particularmente importante, pois economiza tempo e reduz a possibilidade de erros. A funcionalidade de assinatura digital garante a validade jurídica dos documentos eletrônicos, alinhando-se às tendências de digitalização dos processos judiciais.

O sistema de alertas e notificações é essencial para garantir que os procuradores estejam sempre atualizados sobre novos processos, prazos e movimentações, contribuindo para a eficiência e eficácia da Procuradoria Municipal.

Em suma, este módulo deverá ser uma ferramenta completa e robusta para a gestão jurídica municipal, proporcionando os meios necessários para uma atuação eficiente, organizada e em conformidade com as exigências legais e processuais.

Módulo de Legislação:

O Módulo Legislação do Sistema de Procuradoria deverá oferecer um conjunto abrangente de funcionalidades para gerenciar eficientemente os atos legais e administrativos do município. Este módulo deverá apresentar as seguintes características e capacidades:

Cadastro e Categorização: O sistema deverá possuir cadastro de atos legais (Leis, Portarias, Decretos, entre outros), acessível por todos os módulos para cadastro e consulta dos textos. Deverá também incluir cadastro de categorias de ato administrativo e cadastros de atos administrativos (ofícios, comunicação interna, extratos, entre outros). Esta funcionalidade permitirá uma organização eficiente e estruturada da legislação municipal, facilitando a gestão e o acesso às informações.

Consulta e Acesso Público: O módulo deverá disponibilizar consulta da legislação municipal no portal de serviços e no portal da transparência, garantindo transparência e acesso público à legislação. Esta funcionalidade é essencial para promover a transparência governamental e facilitar o acesso dos cidadãos às leis e regulamentos municipais, contribuindo para uma sociedade mais informada e participativa.

Anexos e Templates:



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

O sistema deverá permitir relacionar anexos aos atos legais e administrativos, e possuir rotina para criação de repositório de modelos (templates) que poderão ser utilizados como base para a criação de anexos dos atos. Deverá ser possível definir os anexos relacionados aos atos como links disponíveis no corpo do texto, facilitando o acesso ao conteúdo dos arquivos. Além disso, o sistema deverá permitir definir em quais categorias de ato legal será obrigatório relacionar arquivos, garantindo a completude da documentação.

Assinatura Digital:

O módulo deverá permitir assinatura digital de documentos no padrão ICP-Brasil (token, leitor de cartão, certificado digital), garantindo a autenticidade e validade jurídica dos documentos eletrônicos. Esta funcionalidade é crucial para a modernização dos processos administrativos, permitindo a tramitação eletrônica de documentos com segurança e validade legal.

Cadastro Detalhado:

O sistema deverá permitir cadastrar atos legais definindo sua abrangência (municipal, estadual ou federal), registrar o veículo de publicação, indicar a secretaria responsável e um autor. Deverá possuir campos com funcionalidades de edição de textos para preenchimento da ementa e do texto dos atos. Este nível de detalhamento no cadastro permitirá uma gestão mais precisa e completa dos atos legais, facilitando o controle e a recuperação de informações.

Filtros e Pesquisa:

O módulo deverá permitir filtrar os atos por categorias, assunto, autor e ementa, facilitando a busca e recuperação de informações. Esta funcionalidade é essencial para uma gestão eficiente da legislação, permitindo que os usuários encontrem rapidamente as informações necessárias em meio a um grande volume de dados.

Comunicação e Integração: O sistema deverá possuir opção de enviar os atos por e-mail para vários destinatários e permitir integração com o Diário Oficial para publicação dos atos em edições. Esta capacidade de comunicação e integração é fundamental para agilizar os processos de divulgação e publicação dos atos legais, garantindo que todas as partes interessadas sejam devidamente informadas.

Controle de Alterações: O módulo deverá permitir registrar se o ato legal cadastrado altera o texto de outro ato e qual foi o ato alterado, mantendo um histórico das modificações na legislação. Esta funcionalidade é crucial para manter a rastreabilidade das alterações legislativas, permitindo uma compreensão clara da evolução das leis e regulamentos municipais ao longo do tempo.

Relatórios: O sistema deverá emitir relatório PDF dos atos legais e administrativos, dispondo as informações de número, ano, categoria, ementa e texto, relacionando-o automaticamente como anexo do ato. A capacidade de gerar relatórios detalhados é essencial para a análise e apresentação das informações legislativas, facilitando o trabalho dos gestores e procuradores municipais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Módulo Diário Oficial:

O Módulo Diário Oficial do Sistema de Procuradoria deverá oferecer um conjunto abrangente de funcionalidades para gerenciar eficientemente a publicação e consulta de atos legais e administrativos do município. Este módulo deverá apresentar as seguintes características e capacidades:

Integração e Geração de Edições: O sistema deverá integrar-se com o módulo de Compras, permitindo a publicação de documentos vinculados a atos legais, como editais e comunicações. Deverá gerar edições contendo links de acesso aos anexos dos atos legais, e criar arquivos para publicação no Portal do Diário Oficial, incluindo edições ordinárias e suplementares. O módulo deverá permitir a criação de tipos de edições específicas, atendendo às necessidades particulares do município.

Assinatura Digital e Segurança: O sistema deverá exigir que apenas edições assinadas digitalmente com certificado digital no padrão ICP-Brasil possam ser publicadas e consultadas no Portal do Diário Oficial. Esta funcionalidade garante a autenticidade e integridade das publicações oficiais. O módulo deverá permitir a configuração para que os anexos relacionados aos atos sejam assinados no momento da assinatura digital da edição.

Pesquisa e Gerenciamento:

O módulo deverá oferecer funcionalidades de pesquisa avançada, permitindo buscar edições por número, tipo, situação, data de publicação e usuário responsável. Deverá permitir alterações em edições não publicadas e possibilitar a visualização dos atos disponíveis para compor a geração de uma nova edição. O sistema deverá permitir o download de edições mesmo após a assinatura digital e publicação no portal.

Configurações e Personalização: O sistema deverá permitir configurações detalhadas, como a data de início para publicações, a ordenação das categorias dos atos e das entidades na edição gerada. Deverá também possibilitar a personalização do portal, incluindo a configuração do nome do portal de acordo com a legislação vigente e a adição de informações gerais. O módulo deverá permitir a configuração da quantidade de edições ordinárias geradas por dia.

Portal do Diário Oficial: O módulo deverá disponibilizar um Portal do Diário Oficial com funcionalidades avançadas de pesquisa, incluindo busca por período, palavra-chave e número da edição. Deverá permitir o download completo das edições e por ato relacionado, além de oferecer visualização detalhada das edições publicadas. O sistema deverá destacar a última edição publicada na página inicial do portal e exibir a relação de todas as edições publicadas.

Transparência e Acessibilidade: O sistema deverá exibir informações sobre o responsável pela assinatura e publicação das edições, e permitir o acesso a outros portais contratados pela entidade. Deverá também possibilitar a configuração de avisos em forma de pop-up no portal. O módulo deverá permitir a exibição do nome e brasão da entidade no cabeçalho do portal.

Relatórios e Estatísticas: O módulo deverá oferecer funcionalidades para consulta e emissão de relatórios sobre a quantidade de acessos ao Portal do Diário Oficial e sobre as edições cadastradas e atos relacionados. Estas informações são valiosas para o acompanhamento e gestão das publicações oficiais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Flexibilidade e Programação: O sistema deverá permitir a programação da publicação de edições de acordo com data e hora definidos. Esta flexibilidade permite uma gestão eficiente das publicações, adequando-se às necessidades e rotinas do município. O módulo deverá também permitir a configuração da exibição de informações como ementa, assunto e letra do ato no portal.

Sistema de planejamento de Obras – Módulo de obras e posturas:

O Sistema de Planejamento e Obras, através do Módulo Obras e Posturas, deverá oferecer um conjunto abrangente de funcionalidades para gerenciar eficientemente os processos relacionados a obras, alvarás e fiscalizações no município. Este módulo deverá apresentar as seguintes características e capacidades:

Gestão de Documentos e Cadastros: O sistema deverá emitir e controlar uma ampla gama de documentos, incluindo Alvará de Demolição, Certidão de Registro, Alvará de Licença de Construção, Carta de Habite-se, entre outros. Deverá proporcionar uma interligação robusta com os cadastros imobiliários, permitindo o registro detalhado de construções aprovadas, com informações como alvarás, habite-se e certidões relacionadas. O módulo deverá manter um cadastro atualizado de fiscais, engenheiros e arquitetos responsáveis pelas obras, incluindo informações como número do CREA e data de validade, além de um controle de construtoras com suas respectivas informações e vínculos profissionais.

Controle de Alvarás e Obras: O módulo deverá oferecer um controle minucioso dos tipos de alvarás (construção, ampliação, demolição, reforma) e das finalidades das obras (residencial, comercial, industrial, etc.). Deverá permitir a personalização dos tipos de construção e possibilitar o gerenciamento de informações adicionais conforme necessidade. O sistema deverá controlar a conclusão de obras/alvarás de forma parcial ou total, com registro de datas, áreas concluídas e fiscais responsáveis. Deverá também permitir o cálculo e lançamento de valores para diversos tipos de alvarás, incluindo taxas e tributos, com fórmulas de cálculo configuráveis.

Emissão de Documentos e Guias: O sistema deverá permitir a emissão de diversos tipos de alvarás e habite-se com layouts totalmente configuráveis, buscando automaticamente as informações relevantes do processo de liberação. As guias de pagamento deverão ser emitidas com layout personalizado, código de barras padrão FEBRABAN e cálculo automático de acréscimos para pagamentos em atraso.

Controle de Parcelamento de Solo e Integração com INSS: O módulo deverá oferecer controle de parcelamento de solo, remembramento e desmembramento através de um sistema de workflow. Deverá permitir a geração de arquivos com informações dos alvarás para o INSS, garantindo a conformidade com as exigências legais.

Funcionalidades Avançadas: O sistema deverá permitir a definição de regras de cálculo para área total do alvará, considerando diversos fatores como área existente, ampliada, irregular, etc. Deverá possibilitar a atualização automática do cadastro imobiliário ao concluir uma obra e gerenciar as notas fiscais de mercadorias relacionadas à obra para cálculo e apuração do ISS de construção civil.

Processos Online e Fiscalização: O módulo deverá permitir que engenheiros e arquitetos registrem pedidos de alvarás online para qualquer terreno/imóvel do município. Deverá incluir rotinas para geração de processos fiscais, notificações e autos de infração para obras sem o devido alvará, além de possibilitar o embargo de obras. O sistema deverá oferecer





PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

funcionalidades para análise de viabilidade e projetos de forma online, com emissão automática de documentos e possibilidade de assinatura digital.

Mobilidade e Relatórios: O sistema deverá permitir acesso online via tablet ou celular, possibilitando a emissão de documentos por impressora térmica conectada via Bluetooth. Deverá gerar relatórios diários e mensais de atividades, oferecer acesso rápido a informações cadastrais e visualização automática de processos tramitados.

Notificações Eletrônicas e Recursos: O módulo deverá permitir o envio de notificações e autuações eletrônicas diretamente ao endereço eletrônico do notificado/autuado. Deverá possibilitar a abertura de requerimentos no portal do cidadão para interposição de recursos de defesa, abrangendo todas as fases de julgamento até a resposta final ao requerente de forma online.

Estas funcionalidades visam proporcionar uma gestão eficiente e integrada dos processos relacionados a obras e posturas no município, facilitando o trabalho dos servidores, agilizando os processos para os cidadãos e garantindo o cumprimento das normas legais. O sistema deve ser projetado para ser intuitivo, flexível e altamente configurável, adaptando-se às necessidades específicas do município em termos de gestão de obras e posturas.

Portal único do Cidadão:

Módulo de transparência e acesso à informação:

O Portal Único do Cidadão, através do Módulo Transparência e Acesso à Informação, representa um elemento crucial na promoção da transparência e participação cidadã na gestão pública. Este módulo deve ser projetado para atender rigorosamente às exigências legais e proporcionar uma interface intuitiva e abrangente para o acesso às informações públicas. A seguir, uma explanação detalhada das funcionalidades requeridas:

Conformidade Legal:

O módulo deve estar em total conformidade com as Leis Complementares nº 101 e nº 131 da Secretaria do Tesouro Nacional, os anexos da Lei nº 9.755/98 do TCU, e os preceitos da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Esta conformidade é fundamental para garantir a legalidade e a transparência das informações disponibilizadas. O sistema deve ser capaz de se adaptar rapidamente a eventuais mudanças na legislação, assegurando que o município esteja sempre em dia com suas obrigações legais de transparência.

Abrangência das Informações: O sistema deve permitir consultas detalhadas sobre contratos, convênios, compras diretas, licitações, movimentações de estoque, bens patrimoniais e veículos da frota municipal. Cada uma dessas categorias deve conter informações específicas e relevantes. Por exemplo, para contratos, deve-se incluir partes envolvidas, objeto, valor, prazo e aditivos. Para licitações, deve-se disponibilizar editais, participantes, propostas, resultados e contratos decorrentes.

O módulo deve gerar publicações sobre obras em andamento, incluindo cronogramas detalhados, valores investidos, origem dos recursos, responsáveis pela fiscalização e status atual. Essas informações devem ser atualizadas regularmente para refletir o progresso real das obras.

É crucial que o módulo disponibilize informações orçamentárias, incluindo emendas, balanços de exercícios anteriores e relatórios de execução orçamentária. Estes documentos devem ser



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

apresentados de forma clara e compreensível, possivelmente com gráficos e explicações simplificadas para facilitar o entendimento do público leigo.

Transparência Fiscal e Financeira: O portal deve permitir a consulta detalhada dos tributos arrecadados e recursos recebidos pelo município. Isso inclui a discriminação por tipo de tributo, período de arrecadação e comparativos com períodos anteriores. Deve gerar publicações do balanço consolidado das contas do contratante, autarquias e entidades beneficiadas por repasses públicos, oferecendo uma visão completa das finanças municipais. É essencial a disponibilização de informações sobre programas estaduais e federais, incluindo os valores repassados, objetivos dos programas, metas alcançadas e impacto na comunidade. Esta funcionalidade promove a transparência nas relações intergovernamentais e permite ao cidadão compreender melhor a origem e aplicação dos recursos públicos.

Compras e Licitações: O módulo deve gerar publicações mensais das compras realizadas pela administração direta e indireta, considerando os processos licitatórios. Estas publicações devem incluir detalhes como fornecedores, valores, quantidades, especificações dos produtos ou serviços adquiridos e modalidade de licitação utilizada.

Deve permitir a consulta detalhada de empenhos emitidos, liquidados e pagamentos efetuados. Esta funcionalidade deve oferecer filtros por período, fornecedor, tipo de despesa e unidade administrativa, permitindo um acompanhamento preciso da execução financeira.

Recursos Humanos:

O sistema deve proporcionar uma visão transparente da área de pessoal, incluindo estrutura organizacional, cargos, funções, salários e centros de custos. Deve-se apresentar um organograma interativo da administração municipal, permitindo ao cidadão compreender a estrutura e as responsabilidades de cada setor.

Deve permitir a consulta de informações sobre concursos públicos e processos seletivos, incluindo editais, número de vagas, candidatos inscritos, aprovados e nomeados. A transparência nos gastos com diárias deve ser detalhada, especificando finalidade, destino, período e valores individuais.

O módulo deve oferecer consultas específicas sobre regimes de trabalho, quantidade de vagas disponíveis e ocupadas por tipo de cargo, funcionários cedidos e recebidos, aposentadorias e pensões. Deve-se incluir informações sobre estagiários, local de trabalho e período de contrato.

Funcionalidades Avançadas: O módulo deve oferecer recursos de ordenação das consultas por diversos critérios como códigos, valores, nomes e tipos. Deve disponibilizar acesso a relatórios legais gerados pelos sistemas de gestão, garantindo a integridade e consistência das informações.

Deve apresentar demonstrativos detalhados da folha de pagamento, permitindo a configuração dos proventos e descontos a serem exibidos. Esta funcionalidade deve respeitar as normas de privacidade, exibindo informações agregadas quando necessário.

O sistema deve possibilitar consultas sobre o horário de trabalho regular dos funcionários, promovendo transparência na gestão de pessoal. Deve também permitir a visualização de informações de forma consolidada e por entidade gestora municipal, oferecendo uma visão tanto global quanto específica da administração.

Acessibilidade e Usabilidade:



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

O portal deve contar com uma área de acessibilidade robusta, oferecendo opções como alto contraste, ajuste de tamanho de fonte e ferramentas de auxílio à leitura para deficientes visuais. Estas funcionalidades devem ser testadas e aprovadas por organizações especializadas em acessibilidade digital.

Deve permitir o acesso fácil às legislações municipais, possivelmente com um sistema de busca avançada que permita filtrar por tipo de legislação, data de publicação, palavras-chave, etc. O módulo deve possuir um campo de busca geral eficiente para facilitar a localização das informações em todo o portal.

Customização e Gerenciamento: O sistema deve permitir um alto grau de customização das consultas disponíveis, possibilitando ao usuário administrador definir quais informações serão exibidas e como serão apresentadas. Deve oferecer a capacidade de criar novos grupos de consulta, permitindo a ampliação das informações além das disponibilizadas de forma padrão. Deve ser possível realizar upload de arquivos ou links relacionados, expandindo assim o escopo das informações disponíveis. O sistema deve incluir uma rotina para publicação de relatórios no Portal, permitindo o upload desses relatórios em vários formatos.

Atualização em Tempo Real e Segurança: As informações devem ser disponibilizadas em tempo real, sem necessidade de digitação, exportação ou importação manual de dados. O sistema deve informar claramente a data da última atualização de cada item, garantindo a transparência quanto à atualidade das informações.

A segurança das informações deve ser uma prioridade, com medidas robustas para prevenir acessos não autorizados ou alterações indevidas nos dados. Ao mesmo tempo, o sistema deve ser projetado para suportar um alto volume de acessos simultâneos, garantindo disponibilidade constante das informações ao público.

Conformidade com Exigências Específicas: O módulo deve atender aos critérios avaliados pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR) no desenvolvimento do Índice de Transparência Pública (ITP), baseando-se na "Cartilha de orientações para cidadãos, gestores públicos e Tribunais de Contas" referente ao ano vigente. Deve também atender ao Decreto Municipal nº 7.642/2018 de maneira automática, sem necessidade de geração e upload manual de relatórios.

Funcionalidades Adicionais:

O sistema deve incluir consultas específicas como Ajuda de Custos/Adiantamentos realizados, Convênios de Repasse com seus respectivos anexos, e uma Relação de Funcionários Terceirizados. Deve permitir a criação de modelos de arquivos (Templates) para serem vinculados em novas consultas, facilitando a padronização das informações.

O módulo deve possibilitar a exibição de avisos no Portal em forma de pop-up, com opção de adicionar imagens, permitindo uma comunicação efetiva com os usuários sobre atualizações importantes ou informações de destaque.

Em suma, este Módulo de Transparência e Acesso à Informação deve ser uma ferramenta robusta, flexível e abrangente, capaz de atender às diversas necessidades de transparência do município. Deve não apenas cumprir as exigências legais, mas ir além, proporcionando



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

aos cidadãos uma visão clara, detalhada e acessível da gestão pública municipal em todos os seus aspectos.

Módulo de autoatendimento:

O Módulo Autoatendimento do Portal Único do Cidadão é uma ferramenta essencial para promover a eficiência e a transparência na interação entre o cidadão e a administração pública. Este módulo deve oferecer uma ampla gama de funcionalidades que permitam aos usuários acessar serviços e informações de forma rápida, segura e conveniente. A seguir, uma explanação detalhada das características e capacidades requeridas:

Processos Digitais e Integração: O módulo deve dispor de um serviço robusto para emissão de processos digitais, integrando-se seamlessly com os cadastros imobiliários e de atividades disponíveis no sistema Tributário. Esta integração é crucial para garantir a consistência e atualidade das informações, permitindo que o cidadão inicie processos com base em dados já existentes no sistema municipal.

A emissão de processos digitais deve oferecer a opção de utilização de assinatura digital com e-CPF ou e-CNPJ, seguindo o padrão ICP-Brasil. Esta funcionalidade garante a autenticidade e integridade dos documentos submetidos, aumentando a segurança jurídica dos processos. O sistema deve permitir a adição de serviços específicos ao Portal, com possibilidade de integração com o sistema de processo digital. Deve ser possível configurar roteiros de tramitação personalizados conforme o assunto e sub assunto informado, proporcionando flexibilidade na gestão dos fluxos de trabalho.

Acesso à Informação e Ouvidoria: Em conformidade com a Lei 12.527/2011, o módulo deve disponibilizar um serviço de Acesso à Informação, permitindo a protocolização de requerimentos e a consulta a dados sobre obras, ações, estrutura organizacional e perguntas frequentes. Esta funcionalidade é essencial para promover a transparência e o engajamento cidadão.

O sistema deve possibilitar que processos de denúncias, dúvidas e sugestões sejam abertos através do autoatendimento e aplicativo, sendo direcionados para o setor de Ouvidoria. A opção de anonimato para o requerente é crucial para encorajar a participação cidadã em questões sensíveis.

Emissão de Guias e Consultas: O módulo deve permitir a configuração para emissão de guias de pagamento de taxas e tarifas em padrão bancário, associadas aos processos digitais. Esta funcionalidade deve ser flexível, permitindo definir sub-receitas correspondentes para cada assunto.

O portal deve oferecer um serviço robusto de consulta ao andamento dos processos digitais e de fluxo dinâmico, exigindo apenas o número do processo e código verificador ou CPF/CNPJ do requerente. Deve ser possível anexar novos documentos e lançar informações complementares durante a consulta.

Acesso e Segurança: O sistema deve gerenciar as liberações de acesso com base em solicitações realizadas pelo contribuinte através do portal. Deve oferecer funcionalidades para alteração e recuperação de senha, com validação de dados cadastrais conforme parametrização.

Serviços para Fornecedores: O módulo deve disponibilizar serviços específicos para fornecedores, incluindo autenticação de Certificado de Registro Cadastral, readequação de



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

valores em licitações por lote, preenchimento online de propostas comerciais com criptografia de dados, e consulta a valores retidos e a receber.

Recursos Humanos e Folha de Pagamento:

Para funcionários, o sistema deve oferecer uma gama de serviços, incluindo emissão de folha de pagamento, consulta a períodos aquisitivos de férias, emissão de ficha financeira, espelho de ponto, comprovante de imposto de renda retido, declaração de tempo de serviço, entre outros. Deve permitir a atualização de dados pessoais e solicitações diversas ao RH.

Serviços Tributários: O módulo deve possibilitar a emissão de guias de diversos tributos, extratos de débitos, certidões negativas, pedidos de alvará, emissão de notas fiscais eletrônicas, entre outros serviços relacionados à área tributária.

Customização e Usabilidade: O portal deve ser altamente customizável, permitindo o cadastro de recados, boxes informativas, destaque para serviços mais acessados e favoritos do usuário. Deve possuir layout responsivo, adaptando-se a dispositivos móveis, e oferecer recursos de acessibilidade.

Carta de Serviços e Avaliação: Em conformidade com a Lei 13.460 de 2017, o módulo deve disponibilizar uma Carta de Serviços completa, permitindo acesso direto aos serviços. Deve também implementar um sistema de avaliação dos serviços pelos cidadãos, abrangendo aspectos como satisfação, qualidade do atendimento e cumprimento de prazos.

Segurança e Validação: O sistema deve implementar medidas de segurança robustas, incluindo validação por reCAPTCHA para serviços acessados sem login, garantindo a proteção contra acessos automatizados maliciosos.

Este Módulo de Autoatendimento deve ser projetado para ser intuitivo, abrangente e altamente funcional, proporcionando aos cidadãos uma plataforma eficiente para interagir com a administração pública. Deve não apenas facilitar o acesso a serviços e informações, mas também promover a transparência, a participação cidadã e a eficiência administrativa. A implementação bem-sucedida deste módulo pode significar um grande avanço na modernização da gestão pública municipal, aproximando o governo dos cidadãos e otimizando processos administrativos.

Módulo de ouvidoria:

O Módulo Ouvidoria do Portal Único do Cidadão é uma ferramenta essencial para promover a participação cidadã e a transparência na gestão pública. Este módulo deve oferecer um conjunto abrangente de funcionalidades para gerenciar eficientemente os processos de ouvidoria, desde sua abertura até seu arquivamento. A seguir, uma explanação detalhada das características e capacidades requeridas:

Tramitação Digital e Configuração de Roteiros: O módulo deve permitir a tramitação inteiramente digital dos processos, eliminando a necessidade de papel. Deve possibilitar a configuração de roteiros internos de cumprimento automático para cada assunto, incluindo a definição de prazos para cada etapa. Esta funcionalidade promove a eficiência e a padronização no tratamento das demandas.

Notificações e Transparência: O sistema deve notificar o requerente e demais interessados a cada trâmite processual, através de e-mail. Deve permitir ao requerente visualizar os documentos obrigatórios e necessários para cada assunto no momento da abertura do



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

processo via autoatendimento. Estas funcionalidades garantem a transparência e mantêm o cidadão informado sobre o andamento de sua solicitação.

Controle e Gerenciamento de Processos:

O módulo deve oferecer um controle completo das fases de um processo, desde seu registro até seu arquivamento, respeitando as permissões de acesso dos usuários. Deve permitir a vinculação de processos por apensamento e possibilitar a assinatura eletrônica com certificado digital no padrão ICP-Brasil em diversas etapas do processo.

Tramitação e Movimentação: O sistema deve permitir a tramitação de processos entre centros de custos ou usuários, com notificação automática ao destinatário. Deve oferecer funcionalidades para movimentação em lote, recebimento coletivo e arquivamento múltiplo de processos, otimizando o trabalho dos servidores.

Relatórios e Estatísticas: O módulo deve disponibilizar uma variedade de relatórios gerenciais e estatísticos, com opções de agrupamento por diversos critérios. Deve permitir a emissão de gráficos dos processos por assunto, sub assunto e centro de custos, fornecendo uma visão clara e analítica das demandas.

Anonimato e Personalização: O sistema deve permitir o cadastro de processos com requerente anônimo, com opção de informar contato, respeitando a privacidade do cidadão quando necessário. Deve possibilitar a emissão de etiquetas personalizadas e comprovantes de encerramento configuráveis.

Acompanhamento e Acesso:

O módulo deve oferecer um serviço específico via internet para que o requerente acompanhe sua solicitação, permitindo a inclusão de novos anexos e informações complementares. Deve disponibilizar uma rotina para que o gestor visualize todos os processos, independente do centro de custos.

Usabilidade e Flexibilidade:

O sistema deve permitir a inserção de textos sem limite de caracteres, a criação de repositórios de modelos (templates) para documentos, e oferecer filtros variados para gerenciamento de processos. Deve manter um histórico detalhado de todas as ações realizadas no processo.

Validações e Configurações: O módulo deve possuir validações para evitar duplicidade de registros, permitir configurações de envio de e-mail em diversas etapas do processo, e oferecer opções para paralisar processos com prazo suspenso.

Integração e Segurança: O sistema deve integrar-se com outras funcionalidades do portal, como o autoatendimento, e implementar medidas de segurança para garantir a integridade e confidencialidade das informações.

Módulo de Gestão de Cemitério:

O Módulo Gestão de Cemitérios do Portal Único do Cidadão é uma ferramenta essencial para a administração eficiente e transparente dos cemitérios municipais. Este módulo deve oferecer um conjunto abrangente de funcionalidades para gerenciar todos os aspectos relacionados aos cemitérios, desde o cadastro de informações básicas até o registro de



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

eventos complexos. A seguir, uma explanação detalhada das características e capacidades requeridas:

Cadastros Básicos: O sistema deve permitir o cadastro detalhado de cemitérios, lotes, sepulturas, capelas mortuárias, causas de morte, funerárias, ossuários e coveiros. Deve incluir a possibilidade de cadastrar horários de trabalho para cada coveiro, otimizando a gestão de recursos humanos. Estes cadastros formam a base de dados essencial para todas as outras operações do sistema.

Registro de Pessoas:

O módulo deve possibilitar o cadastro de declarantes responsáveis pelos falecidos, médicos responsáveis e os próprios falecidos. Estas informações são cruciais para manter um registro preciso e completo de cada sepultamento.

Gestão de Eventos: O sistema deve permitir o agendamento e registro de sepultamentos, exumações, transferências para ossuários, mudanças de cemitérios ou cidades, transferências para outros lotes e desapropriações. Cada um desses eventos deve ser registrado com detalhes, mantendo um histórico completo de cada sepultura.

Documentação: O módulo deve possibilitar a associação de documentos digitais a diversos cadastros, incluindo cemitérios, lotes, sepulturas, capelas mortuárias, funerárias, agendamentos, sepultamentos, exumações, transferências e desapropriações. Esta funcionalidade é essencial para manter um arquivo digital completo e facilmente acessível.

Relatórios: O sistema deve oferecer uma variedade de relatórios para atender às necessidades de gestão e transparência. Isso inclui relatórios de quantidade de sepultamentos por funerária, listagens de falecidos, dados de agendamentos, sepultamentos, exumações, transferências e desapropriações. Deve também permitir a emissão de relatórios personalizados para atender a necessidades específicas.

Documentos Oficiais:

O módulo deve possibilitar a emissão de documentos oficiais, como títulos de aforamento perpétuo com boletos para pagamento, termos de isenção para taxa de abertura de sepultura e dados de localização de sepultados. Estes documentos são essenciais para a gestão legal e financeira dos cemitérios.

Auditoria:

O sistema deve incluir rotinas de auditoria para monitorar a utilização do sistema, especialmente para ações críticas como agendamentos, sepultamentos, exumações, transferências, desapropriações e mudanças de cidade/cemitério. Esta funcionalidade é crucial para manter a integridade e a confiabilidade dos dados.

Usabilidade e Integração: O módulo deve ser projetado com uma interface intuitiva e de fácil uso, permitindo que funcionários com diferentes níveis de habilidade técnica possam operá-lo eficientemente. Deve também integrar-se seamlessly com outros módulos do sistema municipal, como financeiro e atendimento ao cidadão.

Segurança e Privacidade: Considerando a natureza sensível das informações gerenciadas, o sistema deve implementar robustas medidas de segurança e controle de acesso, garantindo a privacidade dos dados e o cumprimento de regulamentações pertinentes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Flexibilidade e Customização: O módulo deve ser flexível o suficiente para se adaptar às necessidades específicas de diferentes municípios, permitindo a customização de campos, relatórios e processos conforme necessário.

Módulo de gestão de website institucional:

O Módulo Portal Institucional (Website) do Portal Único do Cidadão é uma ferramenta essencial para a comunicação efetiva entre a administração municipal e os cidadãos. Este módulo deve oferecer um conjunto abrangente de funcionalidades para criar e gerenciar um website institucional informativo, interativo e acessível. A seguir, uma explanação detalhada das características e capacidades requeridas:

Serviços Informativos e Acesso à Informação: O sistema deve permitir o cadastro de serviços informativos para orientação aos contribuintes, incluindo requisitos e detalhes sobre os serviços prestados pela Entidade. Deve dispor de uma área específica para consulta de dados de Acesso à Informação, em conformidade com a Lei 12.527/2011, abrangendo informações sobre obras, ações, estrutura organizacional, perguntas frequentes e horário de atendimento.

Interatividade e Engajamento:

O módulo deve possibilitar o cadastro de enquetes, com opção de autenticação para votação, permitindo a participação dos cidadãos em questões relevantes. Deve também incluir um sistema de cadastro de notícias, com capacidade de relacionar imagens, serviços, links e categorias, e definir destaques para a página inicial.

Design Responsivo e Customização: O portal institucional deve apresentar um layout responsivo, adaptando-se a dispositivos móveis. Deve permitir a customização do tema de cores para se adequar à identidade visual da entidade, incluindo a definição de cores para o portal e sub portais.

Gestão de Conteúdo: O sistema deve oferecer ferramentas para o cadastro e gerenciamento de diversos tipos de conteúdo, incluindo avisos em pop-up, agenda de eventos, mídias, banners, menus, galerias, vídeos e links úteis. Deve permitir a criação de sub portais para secretarias ou departamentos específicos.

Acessibilidade e Usabilidade:

O módulo deve dispor de recursos de acessibilidade, como alto contraste, ajuste de tamanho de fonte e integração com VLibras. Deve incluir um campo de pesquisa eficiente e permitir a categorização e filtragem de notícias para facilitar a navegação.

Integração e Transparência: O portal deve disponibilizar acesso direto ao portal de autoatendimento e incluir funcionalidades para acompanhamento de licitações ao vivo. Deve permitir a exibição de informações sobre obras e ações da entidade, bem como dados de contato e horário de atendimento.

Relatórios e Análises: O sistema deve gerar relatórios sobre as notícias mais acessadas, permitindo análises por período, auxiliando na compreensão do engajamento dos usuários e na otimização do conteúdo.

Comunicação e Redes Sociais: O módulo deve possibilitar o cadastro de e-mails para newsletter e disponibilizar uma área para exibição de ícones de redes sociais da entidade, ampliando os canais de comunicação com os cidadãos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Flexibilidade e Personalização: O sistema deve oferecer ampla flexibilidade na configuração e personalização do portal, permitindo ajustes em elementos como banners, menus, conteúdos destacados e layout geral, para atender às necessidades específicas da entidade.

Segurança e Gestão de Acesso: Deve implementar medidas robustas de segurança e controle de acesso, garantindo a integridade das informações publicadas e a proteção contra acessos não autorizados.

Sistema de Assistência Social

Módulo de Atendimento Social:

O Sistema de Gestão da Assistência Social, através do Módulo Atendimento Social, é uma ferramenta crucial para a gestão eficiente e eficaz dos serviços de assistência social no município. Este módulo deve oferecer um conjunto abrangente de funcionalidades para configurar, parametrizar e gerenciar os diversos aspectos do atendimento social. A seguir, uma explanação detalhada das características e capacidades requeridas:

Configurações Básicas: O sistema deve permitir a vinculação dos tipos de unidades assistenciais com as vulnerabilidades atendidas, possibilitando uma organização eficiente dos serviços. Deve oferecer a opção de configurar a atualização automática das telas em minutos, garantindo que as informações estejam sempre atualizadas.

Parâmetros Financeiros: O módulo deve permitir a atualização de valores cruciais como o salário-mínimo vigente, a linha de pobreza e a linha de extrema pobreza. Deve também possibilitar a configuração de valores para benefícios específicos, como o Programa Família Acolhedora, incluindo valores diferenciados para casos especiais.

Gestão de Tempo e Atendimento: O sistema deve permitir a configuração do tempo de atendimento dos profissionais, com ajuste automático das agendas. Deve incluir parâmetros para controlar o tempo de alteração de atendimentos individuais, registros de contrarreferência e dispensação de benefícios.

Controle de Grupos e Serviços: O módulo deve oferecer opções para gerenciar o desligamento de integrantes de grupos de serviço, com a possibilidade de desligamento automático do serviço associado. Deve permitir a parametrização da transferência de integrantes entre unidades dentro do mesmo serviço.

Alertas e Notificações: O sistema deve alertar o operador sobre dispensações de benefícios duplicadas dentro de uma mesma família. Deve também notificar e resolver automaticamente pendências ao inativar um profissional.

Customização de Campos e Registros: O módulo deve permitir a customização da obrigatoriedade de campos, como o Valor Base no cadastro de benefícios. Deve oferecer opções para restringir o cadastro de atendimentos coletivos apenas a integrantes das famílias, se parametrizado.

Controle Automático de Situações de Vulnerabilidade: O sistema deve possibilitar o controle automático da entrada e saída de pessoas das situações de pobreza e extrema pobreza, baseado na renda per capita.

Geração de Indicadores: O módulo deve permitir a parametrização dos profissionais de cada unidade assistencial que serão considerados para a geração de indicadores para o RMA (Relatório Mensal de Atendimentos).



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Gestão de Serviços Específicos: O sistema deve oferecer controle separado para serviços de Família Acolhedora, distinguindo entre crianças/adolescentes e idosos, com possibilidade de valores diferenciados.

Integridade de Dados:

O módulo deve conter parametrizações para evitar a unificação ou exclusão indevida de registros críticos, como famílias acolhedoras.

Acesso ao Sistema:

Deve disponibilizar um portal para solicitação de acesso ao sistema, coletando dados cadastrais básicos dos usuários.

Estas funcionalidades visam proporcionar uma gestão completa e flexível do atendimento social, permitindo que o município adapte o sistema às suas necessidades específicas, garantindo eficiência no atendimento e precisão no controle dos serviços e benefícios oferecidos.

Cadastros Gerais:

O Sistema de Gestão da Assistência Social, através do Módulo Atendimento Social, deve oferecer um conjunto abrangente e detalhado de funcionalidades para o cadastro e gerenciamento de informações essenciais. Este módulo deve ser projetado para atender às complexas necessidades de registro e acompanhamento dos serviços de assistência social. A seguir, uma explanação detalhada das características e capacidades requeridas:

Cadastros Gerais:

O sistema deve implementar um robusto sistema de controle de acesso, permitindo o cadastro detalhado de privilégios para usuários ou grupos de usuários. Esta funcionalidade deve possibilitar uma granularidade fina no controle de acesso às diferentes funcionalidades do sistema, garantindo a segurança e a integridade das informações.

Deve incluir um sistema de notificações que permita o envio de mensagens para um ou mais usuários, com a capacidade de anexar arquivos. Estas notificações devem ser exibidas de forma proeminente sempre que o usuário acessar o sistema, assegurando que informações importantes sejam prontamente comunicadas.

O módulo deve oferecer cadastros completos e interligados de dados geográficos e administrativos, incluindo municípios, bairros, tipos de logradouros, logradouros e localidades. Estes cadastros devem permitir a vinculação com as unidades assistenciais responsáveis, facilitando a gestão territorial dos serviços.

Deve incorporar cadastros específicos para informações socioeconômicas e culturais, como religiões, escolas, tipos de renda e despesa, comunidades quilombolas e etnias indígenas. Estes cadastros são essenciais para uma compreensão abrangente do contexto social dos beneficiários.

O sistema deve incluir cadastros técnicos como CBO (Cadastro Brasileiro de Ocupações), CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) e CID (Classificação Internacional de Doenças), permitindo uma categorização precisa das informações profissionais e de saúde.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Cadastro de Pessoas:

O módulo deve oferecer um cadastro de pessoas extremamente detalhado, capturando uma ampla gama de informações pessoais e sociais. Este cadastro deve incluir:

Informações Básicas: Nome completo, nome social, sexo, raça/cor, data de nascimento, filiação, estado civil, nacionalidade, com campos específicos para cada detalhe relevante.

Documentação: Registro completo de documentos pessoais, incluindo CPF, NIS, CNS, RG, título de eleitor, carteira de trabalho e certidões diversas. Cada documento deve ter campos específicos para número, data de emissão, órgão emissor e outras informações pertinentes.

Endereço e Contato: Cadastro detalhado de endereço, incluindo CEP, tipo de logradouro, número, complemento, bairro e município. Deve permitir o registro de múltiplos contatos, incluindo telefones, e-mail e pessoas para recado.

Escolaridade e Trabalho: Informações sobre escolaridade, incluindo nível de ensino, instituição, curso e situação atual. Dados trabalhistas devem incluir situação de emprego, cargo/função, data de admissão e capacidade para o trabalho.

Informações Socioeconômicas: Registro detalhado de rendas, despesas e participação em programas de transferência de renda, com campos para tipo, valor e data de atualização.

Saúde e Vulnerabilidades: Cadastro de informações de saúde, incluindo deficiências, necessidades de cuidados especiais e CID associado. Registro de vulnerabilidades identificadas, com data de identificação e profissional responsável.

Medidas Socioeducativas: Para casos aplicáveis, deve permitir o registro de medidas socioeducativas, incluindo tipo, número de processo, data de início e término.

Cadastro de Famílias:

O cadastro de famílias deve ser abrangente, permitindo uma visão holística da unidade familiar:

Composição Familiar: Identificação do responsável/chefe da família, código familiar, número de integrantes, classe social e tipo de família (contemporânea, homoafetiva, monoparental, quilombola, indígena, ribeirinha, cigana).

Endereço e Moradia: Detalhamento completo do endereço da família, com funcionalidade para atualização automática do endereço de todos os membros. Informações sobre o domicílio, incluindo tipo, situação, número de cômodos, condições sanitárias e de infraestrutura.

Informações Socioeconômicas: Registro de rendas, despesas e participação em programas sociais da família como um todo.

Saúde Familiar: Cadastro de informações de saúde relevantes para toda a família, como presença de gestantes, idosos que necessitam de cuidados, portadores de doenças graves ou usuários de substâncias.

Convivência Familiar e Comunitária: Registro detalhado sobre a dinâmica familiar, incluindo tempo de residência no local, conflitos familiares, redes de apoio e participação comunitária.

Programa Bolsa Família: Funcionalidade específica para registro de ocorrências relacionadas ao cumprimento das condicionalidades do programa.

Família Acolhedora: Capacidade de registrar informações sobre pessoas acolhidas pela família, incluindo detalhes sobre a situação de acolhimento e cuidados necessários.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Funcionalidades Avançadas:

Georreferenciamento: Capacidade de registrar e visualizar a localização geográfica do domicílio da família.

Gestão de Composição Familiar: Ferramentas para transferência de pessoas entre famílias e troca de responsável familiar.

Registro de Contatos: Funcionalidade para documentar todos os contatos realizados com a família, incluindo data, hora, profissional responsável e detalhes da interação.

Relatórios e Impressões: Capacidade de gerar relatórios personalizados e imprimir fichas cadastrais completas.

Integração e Segurança:

O módulo deve garantir a integração perfeita entre os cadastros de pessoas e famílias, permitindo uma visão unificada e coerente das informações.

Deve implementar rigorosos controles de segurança e auditoria, registrando todas as alterações realizadas, com data, hora e usuário responsável.

Deve oferecer flexibilidade para adicionar novos campos e customizar formulários conforme as necessidades específicas do município, sem comprometer a integridade do sistema.

Este Módulo de Atendimento Social deve ser projetado para ser uma ferramenta robusta e flexível, capaz de atender às diversas necessidades de registro e acompanhamento dos serviços de assistência social. Deve não apenas cumprir as exigências legais e normativas, mas também proporcionar aos profissionais da assistência social uma plataforma eficiente e intuitiva para o gerenciamento das informações cruciais para o atendimento às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

Índice de desenvolvimento familiar e prontuário familiar:

Compreendo a necessidade de manter o volume de conteúdo e fornecer mais detalhes. Vou expandir o texto, abordando cada tópico de forma mais abrangente:

Índice de Desenvolvimento da Família (IDF)

O sistema para cálculo e gestão do Índice de Desenvolvimento da Família (IDF) deve ser projetado com atenção meticulosa aos detalhes e requisitos específicos estabelecidos pelo Informativo nº 157 do Programa Bolsa Família ou sua versão mais atualizada. Este módulo crítico do sistema apresenta desafios significativos em termos de precisão, flexibilidade e usabilidade.

O cálculo do IDF deve ser implementado com um algoritmo robusto e adaptável, capaz de processar uma ampla gama de variáveis socioeconômicas. O sistema deve ser projetado para lidar com possíveis alterações nas fórmulas de cálculo ou na ponderação das variáveis, permitindo atualizações sem necessidade de reescrever todo o código-base.

A exibição gráfica das seis dimensões do IDF requer uma abordagem sofisticada de visualização de dados. O sistema deve incorporar bibliotecas de gráficos avançadas, capazes de renderizar visualizações interativas e responsivas. Cada dimensão do IDF deve ser claramente representada, permitindo aos usuários uma compreensão imediata e intuitiva dos resultados.

A coleta automática de informações para as seis dimensões do IDF apresenta desafios significativos de integração de dados. O sistema deve implementar rotinas de ETL (Extração, Transformação e Carga) robustas, capazes de coletar dados de múltiplas fontes, incluindo





PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

bancos de dados relacionais, APIs externas e, possivelmente, sistemas legados. A validação e limpeza desses dados são cruciais para garantir a integridade do índice calculado.

A funcionalidade de impressão do resultado do IDF deve ser desenvolvida com foco na clareza e na consistência visual. O sistema deve gerar relatórios em formatos padrão da indústria (como PDF), garantindo que todas as informações relevantes sejam apresentadas de maneira organizada e legível. Considerações sobre acessibilidade devem ser incorporadas, assegurando que os relatórios sejam compatíveis com leitores de tela e outras tecnologias assistivas.

Prontuário Familiar

O módulo de Prontuário Familiar representa o núcleo do sistema, exigindo uma arquitetura de dados complexa e uma interface de usuário altamente sofisticada. A exibição agrupada de informações na mesma tela apresenta desafios significativos de design de interface e experiência do usuário.

O sistema deve implementar um layout flexível e responsivo, capaz de se adaptar a diferentes tamanhos de tela e dispositivos. A interface deve utilizar técnicas avançadas de design, como accordions, tabs e modais, para organizar eficientemente a grande quantidade de informações sem sobrecarregar visualmente o usuário.

As informações da família devem ser estruturadas de forma hierárquica, começando com os dados básicos (responsável pela família, código no Cadastro Único, quantidade de integrantes, etc.) e expandindo-se para detalhes mais específicos. O sistema deve implementar um modelo de dados que permita o rastreamento de mudanças ao longo do tempo, possibilitando a geração de históricos e análises longitudinais.

As informações de endereço e habitação devem ser tratadas com atenção especial à precisão e à validação. O sistema deve integrar-se com bases de dados geográficas para validação automática de endereços e CEPs. As informações habitacionais detalhadas (tipo de domicílio, número de cômodos, condições sanitárias, etc.) devem ser estruturadas de forma a permitir análises estatísticas e identificação de padrões de vulnerabilidade habitacional.

A composição familiar deve ser modelada de forma flexível, permitindo a representação de diversos tipos de estruturas familiares. O sistema deve suportar a adição, remoção e atualização de membros da família, mantendo um histórico dessas alterações para fins de auditoria e análise temporal.

As informações educacionais e de trabalho de cada membro da família devem ser vinculadas a bases de dados externas sempre que possível, para validação e atualização automática. O sistema deve implementar mecanismos de alerta para identificar discrepâncias ou mudanças significativas nessas informações.

A exibição de informações socioeconômicas, incluindo rendas, despesas e programas de transferência de renda, deve ser acompanhada de ferramentas de análise visual, como gráficos de tendência e comparativos. O sistema deve calcular automaticamente indicadores relevantes, como renda per capita e relação entre despesas e receitas.

As informações sobre vulnerabilidades, deficiências e medidas socioeducativas devem ser tratadas com sensibilidade extra, implementando níveis adicionais de controle de acesso e registro detalhado de todas as visualizações e alterações.

O módulo de atendimentos deve suportar diferentes tipos de interações (psicossocial, coletivo, individual) e implementar um robusto sistema de agendamento e acompanhamento. As



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

configurações de sigilo devem ser aplicadas de forma granular, permitindo que informações sensíveis sejam protegidas mesmo dentro do contexto de um atendimento específico.

Os encaminhamentos devem ser gerenciados através de um fluxo de trabalho configurável, com notificações automáticas e acompanhamento de prazos. O sistema deve facilitar a comunicação entre diferentes setores e instituições envolvidas no atendimento à família.

A dispensação de benefícios deve ser integrada com sistemas de controle de estoque e orçamento, garantindo a rastreabilidade completa de cada benefício concedido. O sistema deve implementar workflows de aprovação configuráveis para autorização de benefícios.

As avaliações de monitoramento dos serviços socioassistenciais devem ser estruturadas de forma a permitir análises longitudinais e comparativas. O sistema deve suportar a criação de formulários personalizados de avaliação, com campos configuráveis e lógica condicional.

A implementação de filtros e funcionalidades de busca avançada é crucial para a usabilidade do sistema. Deve-se utilizar técnicas de indexação e caching para otimizar o desempenho das consultas, mesmo com grandes volumes de dados.

O controle de acesso e as configurações de sigilo devem ser implementados em múltiplas camadas, desde o nível de banco de dados até a interface do usuário. O sistema deve suportar a definição de perfis de acesso granulares, permitindo a customização das permissões para cada tipo de usuário e função.

Por fim, o sistema deve incorporar funcionalidades avançadas de auditoria e logging, registrando detalhadamente todas as ações realizadas, especialmente aquelas relacionadas a informações sensíveis ou sigilosas. Isso não apenas atende a requisitos legais e de compliance, mas também fornece uma base sólida para a resolução de disputas e a melhoria contínua dos processos de assistência social.

A implementação bem-sucedida deste sistema complexo requer uma abordagem multidisciplinar, envolvendo especialistas em desenvolvimento de software, design de interface, segurança da informação, assistência social e políticas públicas. O resultado final deve ser um sistema que não apenas atenda aos requisitos técnicos, mas que também contribua significativamente para a eficácia e eficiência dos programas de assistência social, melhorando a qualidade de vida das famílias atendidas.

Cadastro de Unidades Assistenciais:

O sistema de Cadastro de Unidades Assistenciais representa um componente crítico na infraestrutura tecnológica de gestão da assistência social, demandando uma abordagem metódica em seu desenvolvimento e implementação. Este módulo deve ser concebido com o objetivo primordial de oferecer uma plataforma robusta e versátil para o gerenciamento integral das unidades que compõem a rede de atendimento social, abrangendo desde Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) até Casas-Lares para diferentes públicos-alvo.

A arquitetura do sistema deve ser fundamentada em princípios de escalabilidade e flexibilidade, permitindo a acomodação de um volume substancial de dados e a adaptação a futuras mudanças nas políticas e práticas de assistência social. O núcleo do cadastro deve ser estruturado em torno de um modelo de dados relacional robusto, capaz de capturar e interrelacionar eficientemente as diversas facetas de cada unidade assistencial.

No que tange ao processo de registro das unidades, o sistema deve implementar uma interface de usuário intuitiva e ergonômica, guiando o operador através de um fluxo lógico de entrada de dados. Os campos de entrada devem ser meticulosamente validados em tempo



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

real, empregando técnicas avançadas de validação client-side e server-side para garantir a integridade e consistência dos dados. A categorização das unidades deve ser implementada através de um sistema de taxonomia flexível, permitindo a fácil adição ou modificação de tipos de unidades conforme as necessidades evoluem.

O módulo de endereçamento merece atenção especial, dada sua importância para o mapeamento e planejamento estratégico da rede assistencial. A implementação deve ir além do simples registro textual, incorporando funcionalidades de georreferenciamento. Recomenda-se a integração com APIs de serviços de mapeamento de alto desempenho, como Google Maps ou OpenStreetMap, para facilitar não apenas a validação e normalização de endereços, mas também para possibilitar análises espaciais sofisticadas. Esta integração deve ser projetada com considerações de performance em mente, possivelmente implementando estratégias de caching para otimizar requisições repetitivas.

A gestão de contatos das unidades deve ser abordada com uma perspectiva de comunicação multicanal. O sistema deve suportar o registro e validação de diversos meios de contato, implementando lógicas de validação específicas para cada tipo (e.g., expressões regulares para validação de e-mails, formatação adequada para números telefônicos considerando diferentes padrões regionais). Adicionalmente, deve-se considerar a implementação de funcionalidades de logging de comunicações, permitindo o registro e rastreamento de interações realizadas com cada unidade.

O componente de georreferenciamento e análise de proximidades entre unidades representa um aspecto tecnicamente desafiador e estrategicamente vital do sistema. A implementação deve utilizar algoritmos eficientes de cálculo de distâncias geoespaciais, possivelmente empregando índices espaciais no banco de dados para otimizar consultas de proximidade. A visualização destas relações espaciais deve ser realizada através de uma interface de mapeamento interativa, permitindo aos gestores uma compreensão intuitiva da distribuição geográfica da rede assistencial.

A gestão de eventos e atividades das unidades demanda uma abordagem sofisticada ao gerenciamento temporal de dados. O sistema deve implementar um motor de agendamento flexível, capaz de lidar com padrões complexos de recorrência e exceções. A persistência destes dados deve ser cuidadosamente projetada para permitir consultas eficientes em diferentes granularidades temporais (diária, semanal, mensal). A interface de calendário deve ser altamente interativa, possivelmente implementada utilizando bibliotecas JavaScript modernas como FullCalendar, oferecendo funcionalidades de drag-and-drop para facilitar o reagendamento de eventos.

O controle de status de eventos e o registro de atividades devem ser integrados a um sistema abrangente de workflow, permitindo a definição de fluxos de aprovação customizáveis e a geração automática de notificações. Este sistema deve ser projetado com base em princípios de máquinas de estado finito, garantindo a integridade das transições de status e facilitando a auditoria de mudanças.

A geração de relatórios e análises constitui um aspecto crucial do sistema, demandando a implementação de um motor de business intelligence robusto. Este componente deve ser capaz de processar grandes volumes de dados em tempo real, oferecendo visualizações dinâmicas e interativas. A arquitetura de data warehousing deve ser considerada para otimizar



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

consultas analíticas complexas sem impactar o desempenho das operações transacionais cotidianas.

A segurança e privacidade dos dados devem ser tratadas como preocupações primordiais em todos os aspectos do sistema. Isso inclui a implementação de criptografia de ponta a ponta para dados em trânsito e em repouso, autenticação multifator para acesso ao sistema, e um sistema granular de controle de acesso baseado em papéis (RBAC). Logs detalhados de todas as operações devem ser mantidos em um formato imutável, possivelmente utilizando técnicas de blockchain para garantir a integridade dos registros de auditoria.

A arquitetura geral do sistema deve adotar princípios de design orientado a serviços (SOA) ou microserviços, facilitando a integração com outros sistemas da ecologia de assistência social e permitindo a evolução independente de diferentes componentes. APIs RESTful bem documentadas devem ser expostas para facilitar a interoperabilidade, com consideração para implementação de GraphQL para consultas mais flexíveis e eficientes.

Em suma, o sistema de Cadastro de Unidades Assistenciais deve ser concebido não apenas como um repositório de informações, mas como uma plataforma estratégica para a gestão e otimização da rede de assistência social. Sua implementação requer uma abordagem multidisciplinar, combinando expertise em desenvolvimento de software, design de experiência do usuário, análise de dados geoespaciais e compreensão profunda dos processos e necessidades do setor de assistência social. O resultado final deve ser um sistema que não apenas atenda às necessidades atuais, mas que também seja capaz de evoluir e se adaptar às mudanças futuras no panorama da assistência social.

Cadastro de Profissionais:

O módulo de Cadastro de Profissionais representa um componente crucial na arquitetura de sistemas de gestão da assistência social, demandando uma abordagem metódica e multifacetada em sua concepção e implementação. Este sistema deve ser projetado não apenas como um repositório de informações, mas como uma plataforma dinâmica e integrada que suporta a gestão eficiente dos recursos humanos no contexto da assistência social.

A estrutura fundamental do cadastro de profissionais deve ser alicerçada em um modelo de dados robusto e flexível, capaz de acomodar a diversidade de informações pertinentes a cada profissional. O sistema deve implementar um mecanismo sofisticado de validação de dados, empregando técnicas avançadas de verificação em tempo real para garantir a integridade e consistência das informações inseridas. Isso inclui a validação de documentos críticos como CPF, PIS/PASEP, CNS e CNH, possivelmente através de integrações com bases de dados governamentais para verificação automática da autenticidade e validade desses documentos. O componente de endereçamento dos profissionais deve ser implementado com uma abordagem que vai além do simples registro textual. Recomenda-se a integração com serviços de geolocalização e bases de dados de endereços oficiais, permitindo não apenas a validação e normalização automática dos endereços inseridos, mas também possibilitando análises geoespaciais avançadas. Isso pode incluir, por exemplo, a otimização de rotas para profissionais que realizam atendimentos domiciliares ou a análise da distribuição geográfica da força de trabalho em relação às unidades assistenciais.

A gestão de informações de contato deve ser abordada com uma perspectiva de comunicação multicanal, suportando não apenas telefones fixos e celulares, mas potencialmente expandindo para incluir canais digitais como e-mail e mensageria instantânea. O sistema deve



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

implementar mecanismos de validação e formatação específicos para cada tipo de contato, assegurando a consistência e usabilidade dessas informações.

O cadastro de informações bancárias demanda atenção especial às questões de segurança e privacidade. A implementação deve adotar técnicas avançadas de criptografia para o armazenamento desses dados sensíveis, possivelmente utilizando soluções de Hardware Security Modules (HSM) para gerenciamento de chaves criptográficas. O acesso a essas informações deve ser estritamente controlado e auditado, com logs detalhados de todas as operações realizadas.

A funcionalidade de ativação e inativação de profissionais deve ser implementada como parte de um sistema mais amplo de gestão do ciclo de vida profissional. Isso inclui o rastreamento de históricos de atividade, períodos de afastamento, e possíveis reintegrações, tudo mantido em um registro temporal que permite análises longitudinais e auditorias detalhadas.

A vinculação de usuários do sistema aos profissionais cadastrados deve ser implementada como parte de uma estratégia abrangente de gerenciamento de identidade e acesso (IAM). Isso deve incluir a implementação de Single Sign-On (SSO) para facilitar a navegação entre diferentes módulos do sistema, bem como a integração com diretórios corporativos como LDAP ou Active Directory para centralizar a gestão de credenciais.

O cadastro de vínculos empregatícios representa um desafio particular devido à complexidade e variabilidade das relações de trabalho no setor de assistência social. O sistema deve ser capaz de modelar uma ampla gama de arranjos, desde funcionários públicos concursados até prestadores de serviço temporários. A integração com o Cadastro Brasileiro de Ocupações (CBO) deve ser implementada de forma dinâmica, permitindo atualizações automáticas conforme novas ocupações são reconhecidas ou classificações são alteradas.

A gestão de horários de expediente dos profissionais deve ser abordada com uma solução flexível e escalável. O sistema deve suportar não apenas horários fixos, mas também escalas variáveis, plantões e regimes de sobreaviso. A implementação deve considerar a integração com sistemas de ponto eletrônico e ferramentas de planejamento de escalas, possivelmente utilizando algoritmos de otimização para balancear a carga de trabalho e garantir a cobertura adequada dos serviços.

O módulo de cadastro de programas assistenciais deve ser projetado com uma arquitetura extensível, capaz de acomodar a diversidade e evolução contínua das políticas sociais. O sistema deve implementar um mecanismo flexível de parametrização, permitindo a configuração dinâmica de novos tipos de programas, critérios de elegibilidade e regras de concessão de benefícios. A gestão de vagas para programas deve ser implementada com um sistema sofisticado de filas e priorização, possivelmente incorporando algoritmos de machine learning para otimizar a alocação de recursos escassos.

A funcionalidade de cadastro de pessoas e famílias em programas assistenciais deve ser integrada a um sistema mais amplo de gestão de casos sociais. Isso inclui a implementação de workflows configuráveis para processos de inscrição, avaliação e aprovação, com suporte para múltiplos níveis de revisão e aprovação. O sistema deve ser capaz de realizar verificações automáticas de elegibilidade, cruzando informações com outras bases de dados governamentais quando aplicável.

O controle de condicionalidades, especialmente relevante para programas como o Bolsa Família, deve ser implementado com um motor de regras robusto e flexível. Este componente



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

deve ser capaz de processar grandes volumes de dados em tempo real, identificando automaticamente situações de descumprimento e disparando os fluxos de trabalho apropriados para intervenção.

O processo de desligamento de beneficiários de programas deve ser tratado com igual rigor, implementando controles para garantir que os motivos de desligamento sejam adequadamente documentados e que todos os procedimentos legais e administrativos sejam seguidos. O sistema deve manter um histórico detalhado de todos os desligamentos, facilitando análises posteriores e possíveis processos de recurso ou reintegração.

Em suma, o módulo de Cadastro de Profissionais e Programas Assistenciais deve ser concebido como um sistema altamente integrado e adaptável, capaz de evoluir juntamente com as políticas e práticas da assistência social. Sua implementação requer uma abordagem holística, considerando não apenas os aspectos técnicos de desenvolvimento de software, mas também as complexidades legais, éticas e operacionais inerentes ao setor de assistência social. O resultado final deve ser uma ferramenta que não apenas facilita a gestão cotidiana, mas que também fornece insights valiosos para o planejamento estratégico e a melhoria contínua dos serviços de assistência social.

Cadastro dos serviços assistenciais:

O módulo de Cadastro de Serviços Socioassistenciais representa um componente fundamental na arquitetura de sistemas de gestão da assistência social, exigindo uma abordagem holística e multidimensional em sua concepção e implementação. Este sistema deve ser projetado não apenas como um repositório estático de informações, mas como uma plataforma dinâmica e integrada que suporta a gestão eficiente e eficaz dos serviços socioassistenciais em toda sua complexidade e diversidade.

A estrutura basilar do cadastro de serviços socioassistenciais deve ser alicerçada em um modelo de dados robusto e flexível, capaz de acomodar a variedade de serviços oferecidos e suas especificidades. O sistema deve implementar um mecanismo sofisticado de parametrização, permitindo a configuração dinâmica de novos tipos de serviços, suas características, requisitos e métricas de avaliação. Esta flexibilidade é crucial para acompanhar a evolução constante das políticas e práticas de assistência social.

A gestão de vagas para os serviços socioassistenciais deve ser implementada com um sistema avançado de controle de capacidade e demanda. Isso inclui não apenas a limitação numérica de vagas, mas também a implementação de algoritmos de priorização e fila de espera, possivelmente incorporando técnicas de inteligência artificial para otimizar a alocação de recursos escassos e maximizar o impacto social dos serviços oferecidos.

O cadastro dos trabalhos sociais essenciais para a execução dos serviços deve ser concebido como um componente dinâmico e interrelacionado. O sistema deve permitir a definição detalhada de cada trabalho social, incluindo seus objetivos, metodologias, recursos necessários e indicadores de desempenho. Esta abordagem facilita não apenas o planejamento operacional, mas também a avaliação contínua da eficácia e eficiência dos serviços prestados.

A funcionalidade de registro dos locais de oferta dos serviços socioassistenciais deve ser integrada a um sistema de informação geográfica (GIS). Isso permite não apenas o mapeamento preciso da distribuição dos serviços, mas também análises espaciais avançadas



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

para identificar lacunas na cobertura, otimizar a distribuição de recursos e planejar a expansão estratégica da rede de atendimento.

O processo de cadastro de pessoas e famílias nos serviços socioassistenciais deve ser implementado com um workflow inteligente e adaptativo. O sistema deve guiar o usuário através do processo de registro, adaptando-se dinamicamente com base nas informações fornecidas e nas regras específicas de cada serviço. A integração com bases de dados externas deve ser considerada para validação automática de informações e identificação de possíveis duplicidades ou conflitos.

A gestão da frequência de comparecimento deve ser implementada com um sistema flexível de agendamento e registro de presenças. Isso deve incluir a capacidade de definir padrões de frequência personalizados para cada serviço ou indivíduo, bem como mecanismos automatizados de alerta para casos de ausências prolongadas ou padrões irregulares de comparecimento.

O processo de desligamento de pessoas e famílias dos serviços deve ser tratado com igual rigor e sensibilidade. O sistema deve implementar um workflow detalhado para o desligamento, incluindo a captura de motivos, a geração de documentação apropriada e a ativação de processos de follow-up quando necessário. A funcionalidade de desligamento automático dos grupos associados deve ser implementada com cuidadosos mecanismos de verificação e validação para evitar desligamentos indevidos.

O Plano Individual de Atendimento (PIA) e o Plano de Acompanhamento Familiar (PAF) representam componentes críticos do sistema, demandando uma abordagem sofisticada em termos de design de interface e gestão de dados. A implementação deve suportar a colaboração multidisciplinar, permitindo que diferentes profissionais contribuam para o plano de forma coordenada. O sistema de controle de acesso para estas informações sensíveis deve ser granular e configurável, possivelmente implementando um modelo de acesso baseado em atributos (ABAC) para máxima flexibilidade e segurança.

As avaliações de acompanhamento devem ser implementadas como um módulo dinâmico e interativo, capaz de capturar não apenas dados quantitativos, mas também insights qualitativos. O sistema deve incorporar elementos de inteligência artificial para análise de texto, permitindo a extração de insights valiosos das descrições e pareceres dos profissionais. A funcionalidade de desligamento automático baseado em avaliações deve ser implementada com cuidadosos mecanismos de validação e confirmação para evitar ações indevidas.

A gestão de grupos dentro dos serviços socioassistenciais deve ser abordada com uma solução flexível e escalável. O sistema deve suportar a criação e gestão de múltiplos tipos de grupos, com capacidade de definir critérios de elegibilidade, limites de participação e métricas de avaliação específicas para cada grupo. A interface de usuário para gestão de grupos deve ser intuitiva e eficiente, permitindo fácil visualização da composição dos grupos, histórico de participação e métricas de desempenho.

Em suma, o módulo de Cadastro de Serviços Socioassistenciais deve ser concebido como um sistema altamente integrado, adaptável e centrado no usuário. Sua implementação requer uma abordagem que equilibre rigor técnico com sensibilidade às nuances do trabalho social. O sistema deve não apenas facilitar a gestão operacional dos serviços, mas também fornecer insights estratégicos para a melhoria contínua e o planejamento de longo prazo. A arquitetura deve ser projetada com ênfase na segurança, privacidade e integridade dos dados,



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

reconhecendo a natureza sensível das informações manipuladas. Além disso, deve-se considerar a implementação de APIs robustas e bem documentadas para facilitar a integração com outros sistemas e a expansão futura das funcionalidades. O resultado final deve ser uma ferramenta que não apenas atenda às necessidades atuais do setor de assistência social, mas que também seja capaz de evoluir e se adaptar às mudanças futuras nas políticas e práticas de assistência social.

Cadastro de Encaminhamentos:

O módulo de Cadastro de Encaminhamentos representa um componente vital na infraestrutura de sistemas de gestão da assistência social, demandando uma abordagem metódica e integrada em sua concepção e implementação. Este sistema deve ser projetado não apenas como um mecanismo de registro, mas como uma plataforma dinâmica e interconectada que facilita e otimiza o fluxo de atendimento intersetorial, crucial para a eficácia da rede de assistência social.

A base do cadastro de órgãos da rede socioassistencial deve ser estruturada sobre um modelo de dados robusto e flexível, capaz de acomodar a diversidade de instituições e serviços que compõem a rede. O sistema deve implementar validações sofisticadas para garantir a integridade e consistência dos dados cadastrais, incluindo verificações automáticas de CNPJ junto às bases de dados oficiais e normalização de endereços através de integração com serviços de geolocalização.

A funcionalidade de georreferenciamento dos órgãos da rede socioassistencial é particularmente crítica, devendo ser implementada com precisão e eficiência. Esta feature deve ir além do simples registro de coordenadas, incorporando capacidades de análise espacial que permitam visualizar a distribuição geográfica da rede, identificar áreas de sobreposição ou lacunas na cobertura, e otimizar o direcionamento de encaminhamentos com base na proximidade e capacidade de atendimento.

O processo de cadastro de encaminhamentos deve ser concebido como um workflow inteligente e adaptativo. O sistema deve guiar o profissional através do processo de registro, oferecendo sugestões contextuais baseadas no perfil do usuário, histórico de atendimentos e disponibilidade de serviços. A implementação deve considerar a integração com bases de dados de profissionais e especialidades, garantindo a precisão e atualidade das informações registradas.

A tipificação dos encaminhamentos, conforme estabelecido no manual de registro mensal de atendimentos, deve ser implementada de forma dinâmica, permitindo atualizações e customizações sem necessidade de alterações no código-base do sistema. Isso garante a flexibilidade necessária para acompanhar eventuais mudanças nas políticas e práticas de assistência social.

O módulo de contra referência representa um aspecto crucial do sistema, sendo fundamental para o fechamento do ciclo de atendimento e para a avaliação da eficácia dos encaminhamentos. A implementação deve facilitar o registro detalhado das ações realizadas, incluindo a possibilidade de upload de documentos digitalizados. O sistema deve incorporar mecanismos de notificação automática para alertar os profissionais sobre contra referências pendentes ou recebidas, garantindo o acompanhamento tempestivo dos casos.

A visualização integrada das informações de encaminhamento e contra referência é essencial para uma compreensão holística do atendimento. A interface do usuário deve ser projetada





PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

para apresentar estas informações de forma clara e intuitiva, possivelmente utilizando técnicas de visualização de dados para representar o fluxo de atendimento e os resultados obtidos.

A funcionalidade de impressão do formulário de encaminhamento deve ser implementada com atenção à formatação e à inclusão de todas as informações relevantes. O sistema deve gerar documentos em formatos padrão da indústria (como PDF), garantindo a consistência visual e a compatibilidade com diferentes sistemas de impressão. Considerações sobre acessibilidade devem ser incorporadas, assegurando que os formulários impressos sejam legíveis e utilizáveis por pessoas com diferentes necessidades.

A arquitetura geral do módulo de Cadastro de Encaminhamentos deve ser projetada com ênfase na interoperabilidade e na segurança dos dados. A implementação de APIs robustas e bem documentadas é crucial para facilitar a integração com outros sistemas da rede de assistência social, como prontuários eletrônicos e sistemas de gestão de unidades de saúde. Isso permite um fluxo mais fluido de informações entre diferentes setores, melhorando a coordenação do cuidado e reduzindo duplicações de esforços.

A segurança e privacidade dos dados devem ser tratadas como prioridades absolutas, considerando a natureza sensível das informações manipuladas. O sistema deve implementar criptografia de ponta a ponta para dados em trânsito e em repouso, controles de acesso granulares baseados em papéis e atributos, e logs detalhados de todas as operações para fins de auditoria e compliance com regulamentações de proteção de dados.

Além disso, o sistema deve ser projetado com capacidades analíticas avançadas, permitindo a geração de relatórios e dashboards que ofereçam insights sobre padrões de encaminhamento, eficácia dos serviços e áreas que necessitam de melhoria. A implementação de técnicas de machine learning pode ser considerada para identificar tendências, prever demandas futuras e sugerir otimizações no fluxo de encaminhamentos.

Em suma, o módulo de Cadastro de Encaminhamentos deve ser concebido como uma ferramenta estratégica que não apenas facilita o registro e acompanhamento de encaminhamentos, mas também contribui para a melhoria contínua da rede de assistência social como um todo. Sua implementação requer uma abordagem multidisciplinar, combinando expertise em desenvolvimento de software, design de experiência do usuário, análise de dados e compreensão profunda dos processos e necessidades do setor de assistência social. O resultado final deve ser um sistema que não apenas atenda às demandas operacionais imediatas, mas que também seja capaz de evoluir e se adaptar às mudanças futuras no panorama da assistência social, sempre com o objetivo de melhorar a qualidade e a eficácia dos serviços prestados à população.

Dispensação de Benefícios:

O módulo de Dispensação de Benefícios representa um componente crítico na arquitetura de sistemas de gestão da assistência social, demandando uma abordagem metódica e multifacetada em sua concepção e implementação. Este sistema deve ser projetado não apenas como um mecanismo de registro e controle, mas como uma plataforma dinâmica e integrada que suporta a gestão eficiente e transparente dos benefícios sociais, garantindo a equidade e eficácia na distribuição de recursos.

A estrutura fundamental do cadastro de benefícios deve ser alicerçada em um modelo de dados robusto e flexível, capaz de acomodar a diversidade de tipos e subtipos de benefícios



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

existentes e futuros. O sistema deve implementar uma hierarquia de categorização que permita a organização lógica dos benefícios, facilitando sua gestão e análise. A inclusão de informações como valor base, número da lei e observações proporciona um contexto rico para cada benefício, essencial para sua correta aplicação e auditoria.

A funcionalidade de ativação e inativação de benefícios deve ser implementada como parte de um sistema mais amplo de gestão do ciclo de vida dos benefícios. Isso inclui o rastreamento de históricos de alterações, períodos de vigência e possíveis reativações, tudo mantido em um registro temporal que permite análises longitudinais e auditorias detalhadas.

O controle de autorização para dispensação de benefícios representa um aspecto crucial do sistema, demandando a implementação de um robusto mecanismo de gerenciamento de usuários e permissões. Este componente deve ser integrado a um sistema mais amplo de Identity and Access Management (IAM), possivelmente implementando um modelo de controle de acesso baseado em atributos (ABAC) para máxima flexibilidade e segurança.

A gestão de quotas municipais e por unidade assistencial requer a implementação de um sofisticado sistema de controle de estoque e orçamento. O sistema deve ser capaz de realizar verificações em tempo real da disponibilidade de quotas, implementar alertas automáticos para níveis baixos de estoque ou orçamento, e fornecer projeções de utilização baseadas em padrões históricos e sazonalidades.

A ferramenta de modelagem de comprovantes de dispensação deve ser implementada com uma abordagem flexível e user-friendly. Recomenda-se a utilização de um editor WYSIWYG (What You See Is What You Get) com capacidade de drag-and-drop, permitindo aos usuários criar layouts personalizados com facilidade. A implementação deve incluir um robusto sistema de templates e variáveis dinâmicas, garantindo a consistência visual e informacional dos comprovantes gerados.

O processo de dispensação de benefícios deve ser implementado como um workflow inteligente e adaptativo. O sistema deve guiar o usuário através do processo, oferecendo sugestões contextuais baseadas no perfil do beneficiário, histórico de dispensações e disponibilidade de quotas. A capacidade de dispensar múltiplos benefícios em uma única transação deve ser otimizada para eficiência, com cálculos automáticos de quantidades e valores totais.

A funcionalidade de digitalização de documentos para dispensação de benefícios deve ser implementada com considerações de segurança e privacidade. O sistema deve suportar a captura, armazenamento e recuperação eficiente de documentos digitalizados, possivelmente utilizando tecnologias de reconhecimento óptico de caracteres (OCR) para facilitar a indexação e busca de informações nos documentos.

O mecanismo de autorização e rejeição de dispensações pendentes deve ser implementado com um sistema robusto de notificações e workflows. Alertas automáticos devem ser gerados para os usuários responsáveis pela autorização, com opções de escalação para casos que excedam prazos predefinidos. O registro detalhado de autorizações e rejeições, incluindo motivos e timestamps, é crucial para fins de auditoria e accountability.

A geração e impressão de comprovantes de dispensação deve ser otimizada para eficiência e confiabilidade. O sistema deve suportar a geração de documentos em formatos padrão da indústria (como PDF), com opções para distribuição digital (e-mail, portal do beneficiário) além



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

da impressão física. Considerações sobre acessibilidade devem ser incorporadas, garantindo que os comprovantes sejam legíveis e utilizáveis por pessoas com diferentes necessidades. A arquitetura geral do módulo de Dispensação de Benefícios deve ser projetada com ênfase na escalabilidade, segurança e interoperabilidade. A implementação de APIs robustas e bem documentadas é essencial para facilitar a integração com outros sistemas da ecologia de assistência social, como cadastros únicos e sistemas de gestão financeira municipal.

O sistema deve incorporar capacidades analíticas avançadas, permitindo a geração de relatórios e dashboards que ofereçam insights sobre padrões de dispensação, eficácia dos benefícios e áreas que necessitam de otimização. A implementação de técnicas de machine learning pode ser considerada para identificar potenciais fraudes, prever demandas futuras e sugerir ajustes nas políticas de dispensação.

Em suma, o módulo de Dispensação de Benefícios deve ser concebido como uma ferramenta estratégica que não apenas facilita a operacionalização da distribuição de benefícios, mas também contribui para a melhoria contínua das políticas de assistência social. Sua implementação requer uma abordagem multidisciplinar, combinando expertise em desenvolvimento de software, design de experiência do usuário, análise de dados e compreensão profunda dos processos e necessidades do setor de assistência social. O resultado final deve ser um sistema que não apenas atenda às demandas operacionais imediatas, mas que também seja capaz de evoluir e se adaptar às mudanças futuras no panorama da assistência social, sempre com o objetivo de maximizar o impacto positivo na vida dos beneficiários e na eficiência da gestão pública.

Empréstimo de equipamentos e materiais:

O sistema de gerenciamento de empréstimos de equipamentos e materiais deverá ser desenvolvido com o objetivo de proporcionar um controle eficiente e transparente dos recursos públicos, em conformidade com os princípios da administração pública, especialmente os da eficiência, economicidade e controle.

O módulo de cadastro de equipamentos e materiais deverá ser projetado de forma a permitir o registro detalhado de cada item, incluindo informações essenciais como nome, referência, valor e observações pertinentes. Adicionalmente, o sistema deverá possibilitar a inclusão de registros fotográficos dos itens, visando facilitar a identificação e o controle patrimonial.

Com o intuito de otimizar a gestão do acervo, o sistema deverá oferecer funcionalidades para ativação e inativação de equipamentos e materiais, permitindo assim um controle preciso sobre a disponibilidade dos itens para empréstimo. Esta função é crucial para garantir a eficiência na utilização dos recursos públicos.

O controle de estoque deverá ser implementado de maneira a permitir o registro da quantidade de itens disponíveis em cada unidade assistencial, possibilitando uma gestão descentralizada e eficaz dos recursos. O sistema deverá, ainda, contemplar funcionalidades para o registro de entradas no estoque, assegurando a rastreabilidade e o controle adequado do fluxo de materiais.

Visando a transparência e o controle patrimonial, o sistema deverá incluir um módulo para registro de inutilizações de equipamentos e materiais. Este módulo deverá permitir a classificação do motivo da inutilização (como extravio, roubo, obsolescência ou dano), identificação do responsável, data do ocorrido e observações pertinentes, em conformidade com as normas de controle patrimonial do setor público.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

O processo de empréstimo deverá ser gerenciado de forma minuciosa, permitindo o registro detalhado de cada operação. O sistema deverá capturar informações como a unidade assistencial, o profissional responsável, as datas de empréstimo e devolução prevista, anotações relevantes, bem como os equipamentos emprestados e suas respectivas quantidades. Estas informações são essenciais para garantir a responsabilização e o controle efetivo dos bens públicos.

Funcionalidades adicionais deverão ser implementadas para permitir o reagendamento da data de devolução, o cancelamento de empréstimos e o registro de devoluções, incluindo a data efetiva e observações pertinentes. O sistema deverá apresentar de forma clara a situação de cada empréstimo no momento da devolução, facilitando a gestão e o controle.

Para fins de documentação e controle, o sistema deverá gerar um formulário de empréstimo imprimível, contendo todas as informações relevantes da operação. Adicionalmente, deverá ser possível cadastrar termos de empréstimo específicos para cada unidade assistencial, permitindo a personalização dos acordos conforme as necessidades e regulamentos locais.

Todas estas funcionalidades devem ser desenvolvidas em estrita observância às normas de segurança da informação e proteção de dados pessoais, garantindo a integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações, em conformidade com a legislação vigente, incluindo a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

A implementação deste sistema visa promover uma gestão mais eficiente e transparente dos recursos públicos, facilitando o controle e a prestação de contas, em alinhamento com os princípios da administração pública e as melhores práticas de gestão patrimonial no setor público.

Atendimentos:

O Sistema de Gestão de Atendimentos Socioassistenciais é uma ferramenta essencial para a modernização e eficiência dos serviços de assistência social, desenvolvido em conformidade com a Lei 14.133/2021 e os princípios fundamentais da administração pública. Este sistema visa otimizar o gerenciamento e a prestação de serviços socioassistenciais, garantindo transparência, equidade e humanização no atendimento à população.

O sistema é estruturado em três módulos principais: Atendimento Individual, Atendimento Coletivo e Atendimento de Grupos. Cada módulo foi concebido para atender às especificidades de diferentes modalidades de intervenção social, assegurando a flexibilidade necessária para abordar a complexidade das demandas sociais contemporâneas.

No módulo de Atendimento Individual, o sistema permitirá o cadastro detalhado de atendimentos para pessoas ou famílias, capturando informações cruciais como a unidade assistencial responsável, o profissional encarregado e sua especialidade, além da data e hora do atendimento. Este módulo possibilitará o registro de múltiplos motivos para o atendimento psicossocial, refletindo a natureza multifacetada das questões sociais. A vinculação dos atendimentos a serviços socioassistenciais e programas assistenciais específicos será viabilizada, permitindo uma gestão integrada e holística do cuidado social. O sistema também contemplará a realização de atendimentos com múltiplos profissionais, promovendo uma abordagem interdisciplinar no cuidado ao cidadão.

Para garantir a privacidade e a confidencialidade das informações sensíveis, o sistema incorporará mecanismos robustos de restrição de acesso, alinhados com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e as normas éticas profissionais. A gestão eficiente do fluxo de



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

atendimento será assegurada por meio de uma lista de chegada, que incluirá opções de priorização para pessoas ou famílias com necessidades especiais, em consonância com os princípios de equidade e atenção prioritária previstos na legislação vigente.

O módulo de Atendimento Coletivo expandirá as funcionalidades do atendimento individual para abranger múltiplas pessoas e famílias simultaneamente. Este módulo permitirá o registro detalhado dos atendimentos, incluindo a vinculação a serviços socioassistenciais e programas assistenciais, bem como o envolvimento de múltiplos profissionais, promovendo uma abordagem integrada no cuidado social. A restrição de acesso às informações será igualmente aplicada neste módulo, garantindo a proteção dos dados sensíveis dos usuários.

O Atendimento de Grupos, por sua vez, deverá ser projetado para gerenciar atividades com grupos de serviços socioassistenciais. O sistema possibilitará o registro minucioso dos atendimentos, incluindo a listagem de todos os integrantes dos grupos e o controle individual de presença. Uma funcionalidade de agendamento será implementada, facilitando o planejamento e a organização das atividades coletivas. O sistema oferecerá visualizações diárias, semanais e mensais dos agendamentos, além da capacidade de imprimir listas de presença, contribuindo para o controle e a documentação eficaz das atividades realizadas.

Em todos os módulos, o sistema assegurará a restrição de acesso às informações conforme as necessidades de confidencialidade e sigilo profissional, em estrita observância às normas éticas e legais aplicáveis. Além disso, o sistema será desenvolvido com atenção à segurança da informação, garantindo a integridade, confidencialidade e disponibilidade dos dados manipulados.

A implementação deste sistema de gestão de atendimentos socioassistenciais representa um avanço significativo na modernização e eficiência dos serviços sociais, promovendo uma gestão mais transparente, humanizada e eficaz. Ao facilitar o acompanhamento, o controle e a prestação de contas, o sistema se alinha aos princípios da administração pública, às diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e às melhores práticas de gestão no setor público, contribuindo para a melhoria contínua dos serviços prestados à população.

O Sistema de Gestão de Atendimentos Socioassistenciais representa um avanço significativo na modernização e eficiência dos serviços de assistência social. Desenvolvido em conformidade com a Lei 14.133/2021 e os princípios fundamentais da administração pública, este sistema visa otimizar o gerenciamento e a prestação de serviços socioassistenciais, garantindo transparência, equidade e humanização no atendimento à população.

Prontuários:

O Sistema de Gestão de Atendimentos Socioassistenciais a ser contratado deverá representar um avanço significativo na modernização e eficiência dos serviços de assistência social. Este sistema deverá ser desenvolvido em conformidade com a Lei 14.133/2021 e os princípios fundamentais da administração pública, visando otimizar o gerenciamento e a prestação de serviços socioassistenciais, garantindo transparência, equidade e humanização no atendimento à população.

Um componente crucial deste sistema deverá ser o módulo de Prontuário de Atendimentos da Pessoa, que deverá ser concebido como um repositório centralizado de informações. Este prontuário digital deverá oferecer uma visão consolidada e abrangente do histórico de intervenções socioassistenciais realizadas para cada indivíduo, permitindo aos profissionais uma compreensão completa da trajetória do usuário no sistema de assistência social.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

O Prontuário de Atendimentos da Pessoa deverá permitir a visualização integrada de todos os atendimentos psicossociais, coletivos e de grupos nos quais o indivíduo participou. Esta funcionalidade será essencial para que os profissionais possam rapidamente acessar e analisar o histórico completo de intervenções, facilitando a tomada de decisões informadas e a continuidade do cuidado.

Para aprimorar a usabilidade e eficiência na consulta de informações, o sistema deverá disponibilizar recursos de filtragem avançados. Estes filtros deverão permitir que os profissionais localizem e acessem rapidamente informações específicas, otimizando o tempo de análise e possibilitando uma resposta mais ágil às necessidades do usuário.

Reconhecendo a importância do contexto familiar nas intervenções socioassistenciais, o sistema também deverá incorporar o Prontuário de Atendimentos da Família. Este módulo deverá expandir a abordagem integrada para o núcleo familiar, oferecendo uma visão holística não apenas dos atendimentos realizados para a família como unidade, mas também incluindo os históricos individuais de cada membro da composição familiar.

O Prontuário de Atendimentos da Família deverá ser uma ferramenta fundamental para compreender as dinâmicas familiares e planejar intervenções mais eficazes e contextualizadas. Ao consolidar informações de todos os membros da família, o sistema deverá permitir aos profissionais identificar padrões, necessidades compartilhadas e oportunidades de intervenção que possam beneficiar todo o núcleo familiar.

A visualização das informações no Prontuário de Atendimentos da Família deverá abranger os atendimentos psicossociais, coletivos e de grupos de qualquer pessoa da composição familiar. Esta abordagem abrangente deverá assegurar que nenhum aspecto relevante do histórico familiar seja negligenciado no planejamento e execução das intervenções socioassistenciais.

Em ambos os módulos de prontuário, individual e familiar, o sistema deverá implementar rigorosos mecanismos de controle de acesso. Esta medida será crucial para garantir a confidencialidade das informações e a conformidade com as normativas da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). O acesso às informações sigilosas deverá ser criteriosamente restrito, assegurando que apenas usuários com as devidas permissões possam visualizar dados sensíveis.

A proteção da privacidade dos usuários dos serviços socioassistenciais deverá ser uma prioridade do sistema. Ao mesmo tempo em que garantirá a segurança das informações, o sistema deverá permitir o compartilhamento ético e necessário de dados entre os profissionais autorizados, facilitando a colaboração interdisciplinar e a continuidade do cuidado.

Os recursos de filtragem disponíveis em ambos os prontuários deverão permitir uma navegação eficiente através do histórico de atendimentos. Estes filtros deverão poder ser personalizados de acordo com as necessidades específicas de cada profissional ou situação, aumentando a eficiência na análise e no planejamento das intervenções.

A implementação destes prontuários digitais deverá representar um salto qualitativo na gestão da informação no âmbito da assistência social. Ao centralizar e organizar os dados de atendimentos de forma estruturada e acessível, o sistema não apenas deverá otimizar o trabalho dos profissionais, mas também deverá contribuir significativamente para a melhoria da qualidade e continuidade do cuidado oferecido.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

A capacidade de visualizar o histórico completo de intervenções deverá permitir uma abordagem mais informada e personalizada, potencializando a eficácia das ações socioassistenciais. Isso deverá se traduzir em um atendimento mais humanizado e alinhado com as necessidades específicas de cada indivíduo e família.

Além disso, a estruturação destes prontuários digitais deverá se alinhar perfeitamente com os princípios de eficiência e transparência da administração pública. Ela deverá facilitar processos de auditoria, avaliação de programas e políticas sociais, e a prestação de contas, contribuindo para uma gestão mais responsável e eficaz dos recursos públicos destinados à assistência social.

O rigoroso controle de acesso às informações sigilosas deverá reforçar o compromisso ético do sistema com a proteção dos direitos dos usuários dos serviços socioassistenciais. Isso não apenas deverá cumprir as exigências legais, mas também deverá fortalecer a confiança dos usuários no sistema de assistência social.

Em suma, este sistema de prontuários, ao integrar de forma segura e eficiente os dados de atendimentos individuais e familiares, não apenas deverá modernizar a gestão da assistência social, mas também deverá potencializar a capacidade dos profissionais de oferecerem um cuidado mais contextualizado e efetivo. Ele deverá se alinhar com as melhores práticas e diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), contribuindo para a evolução contínua dos serviços socioassistenciais no Município.

Histórico da pessoa:

O Sistema de Gestão de Atendimentos Socioassistenciais a ser contratado deverá incluir um módulo abrangente de Histórico da Pessoa, projetado para oferecer uma visão holística e detalhada de todas as interações e intervenções relacionadas a cada indivíduo atendido pelos serviços socioassistenciais. Este módulo será fundamental para garantir a continuidade do cuidado, facilitar a tomada de decisões informadas e promover uma abordagem integrada no atendimento às necessidades dos usuários.

O sistema deverá permitir a visualização do histórico completo de ações realizadas para cada pessoa, abrangendo uma ampla gama de informações cruciais para o trabalho socioassistencial. Esta funcionalidade deverá incluir, mas não se limitar a, dados sobre atendimentos de saúde, atendimentos sociais, encaminhamentos, empréstimos de equipamentos, benefícios recebidos, participação em programas e serviços, informações familiares, vulnerabilidades identificadas, medidas socioeducativas aplicadas, rendas, despesas e participação em programas de transferência de renda.

Para os atendimentos psicossociais, coletivos, familiares e de grupos, o sistema deverá apresentar informações detalhadas, incluindo a data do atendimento, profissionais envolvidos, unidade assistencial responsável, programa ou serviço relacionado, indicação de sigilo quando aplicável, e registro de presença ou ausência para atendimentos em grupo. Esta funcionalidade será essencial para que os profissionais possam rapidamente acessar o histórico de intervenções, facilitando a continuidade do cuidado e a avaliação do progresso do usuário.

O módulo de Histórico da Pessoa deverá também incluir uma seção dedicada aos encaminhamentos realizados, tanto para serviços de assistência social quanto para serviços de saúde e outros órgãos da rede socioassistencial. As informações disponibilizadas deverão



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

incluir a data do encaminhamento, o profissional responsável, os locais de origem e destino, o tipo de encaminhamento e sua situação atual (concluído ou aguardando contra referência). Para os empréstimos de equipamentos e materiais, o sistema deverá fornecer um registro detalhado, incluindo datas de empréstimo e devolução, itens emprestados, quantidades, unidade assistencial responsável, profissional envolvido e a situação atual do empréstimo. Esta funcionalidade será crucial para o controle eficiente dos recursos e para garantir o acesso equitativo aos equipamentos necessários.

O histórico de benefícios recebidos pela pessoa deverá ser claramente apresentado, incluindo informações sobre datas, profissionais responsáveis, unidades assistenciais, quantidades, valores totais recebidos e a situação da dispensação. Esta visão abrangente auxiliará na gestão e no acompanhamento dos benefícios concedidos, assegurando transparência e eficiência na distribuição de recursos.

O sistema deverá oferecer uma visão completa da participação da pessoa em programas assistenciais e serviços socioassistenciais, tanto atuais quanto passados. Informações como datas de entrada e desligamento, tipos de programas e serviços, ofertas específicas e motivos de desligamento deverão ser facilmente acessíveis, permitindo uma avaliação contínua da trajetória do usuário no sistema de assistência social.

A composição familiar da pessoa deverá ser apresentada de forma clara, incluindo informações relevantes sobre cada membro da família, como idade, escolaridade, necessidades especiais, renda e parentesco com o responsável familiar. Esta visão do contexto familiar será fundamental para um planejamento de intervenções mais eficaz e personalizado.

O sistema deverá incluir um registro detalhado das vulnerabilidades identificadas e superadas, com informações sobre o tipo de vulnerabilidade, responsável pela identificação, datas de identificação e superação. Esta funcionalidade será essencial para o acompanhamento do progresso do usuário e para a avaliação da eficácia das intervenções realizadas.

Para casos envolvendo medidas socioeducativas, o sistema deverá fornecer informações precisas sobre o tipo de medida, número do processo, e datas de início e término. Este registro será crucial para o acompanhamento adequado desses casos específicos.

O histórico financeiro da pessoa, incluindo rendas e despesas, deverá ser apresentado de forma clara e atualizada, permitindo uma compreensão mais precisa da situação econômica do usuário e sua família. Adicionalmente, o sistema deverá registrar a participação em programas de transferência de renda, incluindo detalhes sobre o programa, valores recebidos e períodos de participação.

Todas estas funcionalidades deverão ser implementadas com rigorosos controles de acesso, garantindo que informações sensíveis e sigilosas sejam visualizadas apenas por profissionais devidamente autorizados, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e as normas éticas aplicáveis.

A implementação deste módulo abrangente de Histórico da Pessoa deverá representar um avanço significativo na gestão da informação no âmbito da assistência social. Ao centralizar e organizar uma vasta gama de dados de forma estruturada e acessível, o sistema não apenas deverá otimizar o trabalho dos profissionais, mas também deverá contribuir significativamente para a melhoria da qualidade e continuidade do cuidado oferecido.





PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Assim como os demais, é importante que o módulo se alinhe com os princípios de eficiência e transparência da administração pública, facilitando processos de auditoria, avaliação de programas e políticas sociais, e prestação de contas. Além disso, deverá potencializar a capacidade dos profissionais de oferecerem um cuidado mais contextualizado, efetivo e alinhado com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), contribuindo assim para a evolução contínua dos serviços socioassistenciais no Município.

Registros mensais de atendimento:

O Sistema de Gestão de Atendimentos Socioassistenciais a ser contratado deverá incluir um módulo robusto e eficiente para o Registro Mensal de Atendimentos (RMA), essencial para o monitoramento e avaliação dos serviços prestados pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centro POP).

Este módulo deverá ser capaz de gerar automaticamente o registro mensal de atendimentos para CRAS, CREAS e Centro POP, utilizando os dados cadastrados no sistema. Esta funcionalidade será crucial para garantir a precisão e a atualidade das informações reportadas, reduzindo a carga de trabalho manual e minimizando erros de transcrição.

Para o CRAS, o sistema deverá gerar o Formulário 1 do registro mensal de atendimento, em estrita conformidade com o manual de instruções especificado na Resolução nº 041/2011, alterada pela Resolução Nº 20/2013 da Comissão Intergestores Tripartite (CIT). Adicionalmente, deverá produzir o Formulário 2, que lista as famílias que ingressaram no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) no mês de referência. O sistema também deverá ser capaz de gerar a exportação XML do Formulário 1, facilitando a integração com outros sistemas de gestão e relatórios.

Para o CREAS, o sistema deverá gerar o Formulário 1 do registro mensal de atendimento, respeitando as instruções da Resolução nº 04/2011, alterada pela Resolução Nº 20/2013 da CIT. Além disso, deverá produzir o Formulário 2, que lista as famílias e indivíduos que ingressaram no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) no mês de referência.

Para o Centro POP, o sistema deverá gerar o Formulário 1 do registro mensal de atendimento, em conformidade com as instruções especificadas na Resolução Nº 04/2011, alterada pela Resolução Nº 20/2013 da CIT.

O módulo deverá permitir a configuração de profissionais cujos atendimentos serão contabilizados nos registros mensais de atendimentos do CRAS, CREAS e Centro POP. Esta funcionalidade garantirá que apenas os atendimentos relevantes sejam incluídos nos relatórios, mantendo a precisão e a relevância dos dados reportados.

Uma característica importante do sistema deverá ser a inclusão de uma tela gerencial para visualização das informações do RMA de cada equipamento. Esta tela deverá permitir, para cada um dos itens, a consulta detalhada das informações que geraram o indicador. Isso facilitará a análise e a verificação dos dados, contribuindo para a transparência e a confiabilidade dos relatórios gerados.

O sistema deverá oferecer a funcionalidade de exportação dos dados de cada indicador para os formatos PDF e XLS. Esta capacidade de exportação será fundamental para facilitar o



compartilhamento de informações, a elaboração de relatórios personalizados e a integração com outros sistemas de gestão.

Um recurso adicional e valioso que o sistema deverá incorporar é um indicador informativo que documente como cada indicador é gerado dentro dos parâmetros do software. Este recurso servirá como um guia para os operadores, orientando-os sobre como atender cada item específico do RMA. Isso não apenas facilitará o uso correto do sistema, mas também contribuirá para a padronização dos procedimentos e a consistência dos dados reportados.

A implementação deste módulo de Registro Mensal de Atendimentos deverá representar um avanço significativo na gestão da informação no âmbito da assistência social. Ao automatizar e padronizar a geração desses relatórios cruciais, o sistema não apenas otimizará o trabalho dos profissionais, mas também contribuirá significativamente para a melhoria da qualidade e confiabilidade dos dados reportados, essenciais para o planejamento e a avaliação das políticas de assistência social em nível municipal, estadual e federal.

Importação de Arquivos e Relatórios do sistema:

O Sistema de Gestão de Atendimentos Socioassistenciais a ser contratado deverá incluir um módulo abrangente e integrado de Importação de Arquivos e Geração de Relatórios, essencial para a gestão eficiente e análise detalhada dos dados socioassistenciais. Este módulo deverá combinar funcionalidades robustas de importação de dados externos com capacidades avançadas de geração de relatórios, proporcionando uma visão holística e detalhada das atividades e resultados dos serviços socioassistenciais.

Na parte de Importação de Arquivos, o sistema deverá:

5. Permitir a importação do arquivo do CadÚnico fornecido pela Caixa Econômica Federal, suportando no mínimo as três últimas versões de layout.
6. Oferecer a funcionalidade de relacionar, antes do processamento, as informações de bairros, pessoas e logradouros com as já existentes no sistema, garantindo a integridade e consistência dos dados.
7. Possibilitar a importação do arquivo de dados do Programa Bolsa Família (ou programa substituto), contendo as informações disponibilizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social.
8. Permitir a importação da folha de pagamento do Programa Bolsa Família (ou substituto), atualizando os dados já existentes na base de dados.

Quanto à geração de Relatórios, o sistema deverá oferecer uma gama abrangente de opções, incluindo, mas não se limitando a:

7. Relatório de seleção de renda de famílias, com informações detalhadas sobre códigos familiares, dados do CadÚnico, características domiciliares, composição familiar e renda.
8. Relatórios sintéticos e analíticos de vulnerabilidades ativas e superadas, permitindo uma visão global e detalhada da situação de vulnerabilidade social no município.
9. Relatório sintético de motivos de atendimentos, fornecendo uma visão geral das principais demandas atendidas pelos serviços socioassistenciais.
10. Relatório sintético de tipos de atendimentos realizados (psicossocial, coletivo ou de grupo), permitindo uma análise quantitativa das modalidades de atendimento.
11. Relatório sintético de tipos de encaminhamentos, facilitando o monitoramento da rede de serviços e a efetividade dos encaminhamentos realizados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

12. Relatórios sintéticos e analíticos de dispensação de benefícios, oferecendo uma visão completa sobre a distribuição de benefícios socioassistenciais.

Todos estes relatórios deverão contar com opções avançadas de filtragem, incluindo filtros por unidade, profissional, bairro, faixa etária, períodos de datas, entre outros, conforme especificado para cada tipo de relatório. Esta flexibilidade na geração de relatórios permitirá análises personalizadas e detalhadas, atendendo às diversas necessidades de gestão e planejamento dos serviços socioassistenciais.

O sistema deverá garantir que todos os relatórios possam ser exportados em formatos comumente utilizados, como PDF e XLS, facilitando o compartilhamento e a análise posterior dos dados.

A integração entre as funcionalidades de importação de arquivos e geração de relatórios deverá ser seamless, garantindo que os dados importados sejam imediatamente refletidos nos relatórios gerados. Isso assegurará a atualidade e precisão das informações apresentadas, fundamentais para a tomada de decisões informadas e o planejamento estratégico das ações socioassistenciais.

Este módulo integrado deverá ser desenvolvido com foco na usabilidade, permitindo que profissionais com diferentes níveis de expertise técnica possam facilmente importar dados e gerar relatórios complexos. Além disso, deverá incorporar mecanismos de validação de dados durante a importação, minimizando erros e garantindo a integridade das informações no sistema.

A implementação deste módulo representará um avanço significativo na capacidade de gestão e análise de dados socioassistenciais, contribuindo para uma prestação de serviços mais eficiente, transparente e alinhada com as necessidades da população atendida.

4.2 – REQUISITOS EXTERNOS (LEGAIS):

- a) Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- b) Decretos Municipais nºs 8494/2023 a nº 8499/2023.

5 – RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E QUANTIDADES DE CADA ITEM:

LOTE ÚNICO						
SISTEMA DE GESTÃO PREFEITURA DE JANDAIA DO SUL - PR						
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	QTD	UND. DE MEDIDA	CÓDIGO CATSERV	UNITÁRIO	TOTAL
1	Sistema de Gestão de Contabilidade Pública Orçamentária e Financeira Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 1.878,62	R\$ 22.543,44
2	Sistema de Gestão de Planejamento Orçamentário (PPA, LDO, LOA) - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 1.125,73	R\$ 13.508,76
3	Sistema de Gestão Financeira e Tesouraria Municipal - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 1.142,33	R\$ 13.707,96
4	Sistema de Prestação de Contas Municipais - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 1.137,00	R\$ 13.644,00
5	Sistema de Gestão de Portal Transparência Lei 131/2009 - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 1.962,75	R\$ 23.553,00
6	Sistema de Gestão e Controle de Compras, Licitações e Contratos - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 1.900,80	R\$ 22.809,60
7	Sistema de Gestão de Controle de Almoxarifado e Estoques - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 1.131,34	R\$ 13.576,08



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

8	Sistema de Gestão do Controle de Patrimonial dos Bens Moveis e Imóveis - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 1.154,01	R\$ 13.848,12
9	Sistema de Gestão e Controle da Frota Municipal - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 1.176,40	R\$ 14.116,80
10	Sistema de Gestão de Controle de Obras Municipais - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 1.159,40	R\$ 13.912,80
11	Sistema de Gestão de Controle Interno - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 908,88	R\$ 10.906,56
12	Sistema de Protocolo Eletrônico e Processos Digitais - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 2.454,00	R\$ 29.448,00
13	Sistema de Gestão da Plataforma do Governo Digital - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 2.366,67	R\$ 28.400,04
14	Sistema de Gestão do Diário Oficial Eletrônico - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 1.646,44	R\$ 19.757,28
15	Sistema de Gestão da Assinatura Digital A1 e A3 - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 1.468,00	R\$ 17.616,00
16	Sistema de Gestão do GED - Gestão eletrônica de Documentos - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 1.550,00	R\$ 18.600,00
17	Sistema de Gestão de R.H., Folha de Pagamento, Medicina e Segurança do Trabalho, Avaliação de Desempenho e E-Social - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 5.725,00	R\$ 68.700,00
18	Portal do Servidor Municipal - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 1.584,57	R\$ 19.014,84
19	Sistema de Gestão do Ponto Eletrônico - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 1.978,33	R\$ 23.739,96
20	Sistema de Gestão de Tributação Municipal, Dívida Ativa e Tributos Municipais - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 3.039,72	R\$ 36.476,64
21	Sistema do Portal Contribuintes e Emissão Taxas e Certidões OnLine - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 1.139,51	R\$ 13.674,12
22	Sistema de Geração e Emissão do ITBI ON LINE - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 1.172,00	R\$ 14.064,00
23	Sistema de Gestão da Emissão e controle do Alvará On-Line - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 1.590,00	R\$ 19.080,00
24	Sistema de Gestão de Fiscalização Fazendária e Posturas - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 1.576,75	R\$ 18.921,00
25	Sistema de Gestão de Nota Fiscal Eletrônica e Controle do ISSQN - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 5.131,74	R\$ 61.580,88
26	Sistema de Gestão de Controle de Cemitério e Emissão de Taxas Funerárias - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 1.609,80	R\$ 19.317,60
27	Sistema de Gestão de Controle de Processos Judiciais e Execuções Fiscais - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 1.000,00	R\$ 12.000,00
28	Portal WEB Municipal - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 1.442,40	R\$ 17.308,80
29	B.I (Business Intelligence) - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 2.502,00	R\$ 30.024,00
30	Sistema Municipal de Assistência Social - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 2.671,52	R\$ 32.058,24
31	Hospedagem Garantida de Arquivos na AWS (Assinatura Digital) - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 2.318,00	R\$ 27.816,00
32	PROVIMENTO DE DATA CENTER (hospedagem, processamento, segurança e backup) - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502	R\$ 5.607,20	R\$ 67.286,40
33	Implantação, Conversão e Treinamento - Prefeitura de Jandaia do Sul	1	Mês	3840	R\$ 223.728,00	R\$ 223.728,00
34	Atendimento técnico "in loco" de técnicos da contratada, para sanar problemas ligados ao uso do software, referente a serviços não contemplados no Termo de Referência - Prefeitura de Jandaia do Sul	400	Horas	25992	R\$ 148,70	R\$ 59.480,00

SISTEMA DE GESTÃO PARA O FUNDO DE PREVIDÊNCIA

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO MÓDULOS	QTD	UND. DE MEDIDA	CÓDIGO CATSERV	UNITÁRIO	TOTAL
35	Sistema de Contabilidade Pública - Fundo de Previdência	12	Mês	27502	R\$ 779,80	R\$ 9.357,60
36	Sistema de Orçamentário (PPA-LDO e LOA) - Fundo de Previdência	12	Mês	27502	R\$ 520,00	R\$ 6.240,00
37	Sistema de Tesouraria - Fundo de Previdência - Fundo de Previdência	12	Mês	27502	R\$ 462,50	R\$ 5.550,00
38	Sistema de Atendimento ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná - Fundo de Previdência	12	Mês	27502	R\$ 519,60	R\$ 6.235,20

CNPJ: 75.771.204/0001-25 - Praça do Café, 22 - Jandaia do Sul - PR - CEP 86.900-000

Fone: (043) 3432.7398 - E-mail: licitacao@jandaiadosul.pr.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

39	Sistema de Compras e Licitações - Fundo de Previdência	12	Mês	27502	R\$ 690,40	R\$ 8.284,80
40	Sistema de Controle de Frotas - Fundo de Previdência	12	Mês	27502	R\$ 529,00	R\$ 6.348,00
41	Sistema de Patrimônio - Fundo de Previdência	12	Mês	27502	R\$ 491,71	R\$ 5.900,52
42	Sistema de Gestão de R.H., Folha de Pagamento, Medicina e Segurança do Trabalho, Avaliação de Desempenho e E-Social - Fundo de Previdência	12	Mês	27502	R\$ 702,07	R\$ 8.424,84
43	Portal do Servidor Municipal - Fundo de Previdência	12	Mês	27502	R\$ 487,50	R\$ 5.850,00
44	Sistema de Portal Transparência - Fundo de Previdência	12	Mês	27502	R\$ 621,30	R\$ 7.455,60
45	PROVIMENTO DE DATA CENTER (hospedagem, processamento, segurança e backup) - Fundo de Previdência	12	Mês	27502	R\$ 1.125,00	R\$ 13.500,00
46	Implantação, Conversão e Treinamento - Fundo de Previdência	1	Mês	3840	R\$ 21.024,98	R\$ 21.024,98
47	Atendimento técnico "in loco" de técnicos da contratada, para sanar problemas ligados ao uso do software, referente a serviços não contemplados no Termo de Referência - Fundo de Previdência	50	Horas	25992	R\$ 148,70	R\$ 7.435,00

SISTEMA DE GESTÃO PARA CÂMARA DE VEREADORES						
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO MÓDULOS	QTD	UND. DE MEDIDA	CÓDIGO CATSERV	UNITÁRIO	TOTAL
48	Sistema de Contabilidade Pública - Câmara de Vereadores	12	Mês	27502	R\$ 816,50	R\$ 9.798,00
49	Sistema de Orçamentário (PPA-LDO e LOA) - Câmara de Vereadores	12	Mês	27502	R\$ 520,00	R\$ 6.240,00
50	Sistema de Tesouraria - Câmara de Vereadores	12	Mês	27502	R\$ 462,50	R\$ 5.550,00
51	Sistema de Atendimento ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná - Câmara de Vereadores	12	Mês	27502	R\$ 469,60	R\$ 5.635,20
52	Sistema de Compras e Licitações - Câmara de Vereadores	12	Mês	27502	R\$ 712,32	R\$ 8.547,84
53	Sistema de Controle de Frotas - Câmara de Vereadores	12	Mês	27502	R\$ 489,00	R\$ 5.868,00
54	Sistema de Patrimônio - Câmara de Vereadores	12	Mês	27502	R\$ 491,71	R\$ 5.900,52
55	Sistema de Gestão de R.H., Folha de Pagamento, Medicina e Segurança do Trabalho, Avaliação de Desempenho e E-Social - Câmara de Vereadores	12	Mês	27502	R\$ 702,07	R\$ 8.424,84
56	Portal do Servidor Municipal - Câmara de Vereadores	12	Mês	27502	R\$ 487,50	R\$ 5.850,00
57	Sistema de Gestão de Controle Interno - Câmara de Vereadores	12	Mês	27502	R\$ 476,25	R\$ 5.715,00
58	Sistema de Portal Transparência - Câmara de Vereadores	12	Mês	27502	R\$ 621,30	R\$ 7.455,60
59	Sistema de Protocolo Eletrônico e Processos Digitais - Câmara de Vereadores	12	Mês	27502	R\$ 564,40	R\$ 6.772,80
60	Sistema de Gestão do Diário Oficial Eletrônico - Câmara de Vereadores	12	Mês	27502	R\$ 686,00	R\$ 8.232,00
61	Sistema de Gestão da Assinatura Digital A1 e A3 - Câmara de Vereadores	12	Mês	27502	R\$ 687,80	R\$ 8.253,60
62	Sistema de Gestão do GED - Gestão eletrônica de Documentos - Câmara de Vereadores	12	Mês	27502	R\$ 687,50	R\$ 8.250,00
63	Sistema de Gestão do Processo Eletrônico de documentos - Câmara de Vereadores	12	Mês	27502	R\$ 710,00	R\$ 8.520,00
64	PROVIMENTO DE DATA CENTER (hospedagem, processamento, segurança e backup) - Câmara de Vereadores	12	Mês	27502	R\$ 1.150,00	R\$ 13.800,00
65	Implantação, Conversão e Treinamento - Câmara de Vereadores	1	Mês	3840	R\$ 30.516,00	R\$ 30.516,00
66	Atendimento técnico "in loco" de técnicos da contratada, para sanar problemas ligados ao uso do software, referente a serviços não contemplados no Termo de Referência - Câmara de Vereadores	50	Horas	25992	R\$ 148,70	R\$ 7.435,00
TOTAL					R\$ 1.332.589,86	



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

OBS: Havendo qualquer discordância entre a descrição e unidade de medida do CATSERV e a do Termo de Referência/Edital, prevalecerá a descrição e unidade de medida constante no Termo de Referência/Edital.

O cenário pretendido com a presente solução é dotar a Prefeitura Municipal, Câmara Municipal e Instituto de Previdência dos Servidores Públicos ambos do Município de Jandaia do Sul de eficientes serviços, operando uma ferramenta de modernização, através de resultados técnico-administrativos e operacionais específicos oriundos da utilização de um sistema que possibilite organização de dados, monitoramento de dados, manutenção da eficiência operacional e integração dos serviços. Sendo assim, foram analisados os processos anteriores com o mesmo objeto, e contratações semelhantes feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com a finalidade de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem as necessidades desta Prefeitura, e as que foram identificadas foram incorporadas nesta contratação em análise.

No levantamento realizado, chegou-se a conclusão que os módulos citados na tabela acima, irão atender satisfatoriamente as necessidades da Prefeitura Municipal, Câmara Municipal e Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Jandaia do Sul.

A pesquisa de preços se encontra detalhada no item 7 deste ETP.

6 – JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR:

Foi realizado levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, sendo consideradas as contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração.

Há, no mercado, diversas empresas que prestam os serviços referente ao objeto em questão, não havendo, portanto, restrições de mercado.

Levando-se em conta as características do objeto a ser contratado, uma vez que, enquadra-se na categoria de serviços comuns, de que trata a Lei nº 14133/2021, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, entende-se que melhor solução para a contratação, é a contratação através da realização de processo licitatório, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, por meio de contrato.

De acordo com a Lei 14.133/2021, para a aquisição de bens e serviços comuns, a modalidade a ser praticada deverá ser o Pregão, sendo a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado – inciso XLI do artigo 6º da Lei 14.133/2021”.

A especificidade e relevância do objeto, aliada à necessidade de certificação eletrônico do atendimento a diversas funcionalidades sistêmicas, bem como, a apreciação eletrônica por parte dos setores municipais que serão beneficiados e que operarão tais softwares em suas atividades rotineiras trazem consigo motivos mais que justificados para a adoção da modalidade Pregão Eletrônico à licitação ora intencionada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Ainda, seguindo orientações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná definida no Acórdão nº 2605/18 - Tribunal Pleno, no intuito de garantir o cumprimento dos princípios constitucionais que regem as modalidades licitatórias e ampliar a competitividade, transparência, publicidade e eficiência deste certame, será adotada a modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO.

A utilização do pregão eletrônico oferece várias vantagens, como celeridade, economicidade e transparência no processo licitatório. A celeridade é garantida pela redução dos prazos e pela simplificação das etapas do processo, permitindo uma contratação mais rápida. A economicidade é alcançada pela ampla concorrência, que tende a resultar em propostas mais vantajosas para a administração pública. A transparência é reforçada pela possibilidade de acompanhamento em tempo real e pela participação de fornecedores de diversas regiões, ampliando a competitividade.

A licitação será regida pela modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tomando como parâmetro legal:

- Lei nº. 14.133/2021, atualizada, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
- Lei complementar 123/2006, que institui o Estatuto Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno porte.

A licitação será julgada através do tipo “MENOR PREÇO GLOBAL” pela necessidade de contratação de uma única empresa, visando à integração entre os módulos e serviços oferecidos. Essa integração é fundamental para garantir a funcionalidade e a eficiência do sistema como um todo, evitando problemas de compatibilidade que poderiam surgir com a contratação de diferentes prestadores de serviços.

Após uma análise cuidadosa das particularidades dessa demanda, optamos por recomendar a realização de um pregão por contrato, justificando tal escolha pelos seguintes motivos:

Trata-se de serviços específicos que requerem uma definição clara e objetiva, com prazo certo na execução.

O contrato tem a finalidade de estabelecer claramente os detalhes técnicos necessários para atender às necessidades desse município, garantindo assim a qualidade, a eficácia e a transparência dos serviços a serem prestados.

Por meio do pregão por contrato, temos a oportunidade de negociar diretamente com o prestador dos serviços para estabelecer condições contratuais que atendam às nossas necessidades específicas, como prazos de execução, formas de pagamento e garantias. Essa flexibilidade é essencial para garantir que as condições contratuais sejam adequadas às nossas exigências operacionais e financeiras.

O pregão por contrato oferece uma abordagem mais direta e ágil para a aquisição de bens ou serviços, proporcionando uma resposta rápida às necessidades do município.

Ao estabelecer condições contratuais específicas, podemos planejar de forma mais precisa os recursos financeiros necessários para a execução do contrato, evitando possíveis despesas adicionais não previstas.

Com base nestes argumentos, acreditamos que a realização de um pregão por contrato é a abordagem mais adequada para atender às necessidades desse município de forma eficiente, transparente e econômica.

DA LEI 123/2006 – MICRO E PEQUENA EMPRESA



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

- (X) ampla Concorrência
() licitação com cota reservada para ME e EPP
() licitação exclusiva para ME e EPP

Ao analisar o objeto, observando que não se trata de itens divisíveis ou que o parcelamento foi declarado inviável, o valor encontra-se acima do limite permitido para licitação exclusiva para MPE's, motivando a licitação ocorrer pela ampla concorrência.

7 – ESTIMATIVAS PRELIMINARES DOS PREÇOS:

7.1 – Preliminarmente, baseados em pesquisa de preços de acordo com o Art. 23 da Lei Federal 14.133/2021, estimamos em R\$ 1.332.589,86 (Um milhão, trezentos e trinta e dois mil, quinhentos e oitenta e nove reais e oitenta e seis centavos) o valor de referência da contratação ora pretendida.

7.1.1 – A Prefeitura Municipal de Jandaia, Câmara Municipal e Instituto de Previdência, não estão obrigados a contratar todo quantitativo e módulos constantes neste documento, devendo ficar à disposição da administração, mesmo que não estejam em uso, para uma eventual necessidade, sendo pago somente o que efetivamente for utilizado.

7.2 – Para pesquisa de preços, deve-se observar a realidade de valores no mercado atual, respeitando as peculiaridades do objeto, toma-se como base o Art 23 da Lei 14.133/2021, em que discorre sobre os parâmetros para determinar o valor estimado.

7.3 – Amparado pela normativa acima citada, para a presente formação de cesta de preços, foram adotadas as seguintes fontes:

Pesquisa direta com fornecedores: Desta pesquisa, foram enviados 05 (cinco) e-mails, obtendo o retorno de apenas três deles.

As empresas que colaboraram com orçamento efetivamente foram:

1. MGS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES LTDA - CNPJ: 11.467.415/0001-96
2. ELOTECH GESTÃO PÚBLICA LTDA - CNPJ: - 80.896.194/0001-94
3. VISTA SISTEMAS CONTÁBEIS LTDA – CNPJ: 11.721.136/0001-07

Painéis para consulta de preços foram consultados as seguintes fontes:

1. CONTRATAÇÕES SIMILARES
2. LICITANET
3. PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS
4. BLL
5. PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
6. TCE PARANÁ
7. BOLSA NACIONAL DE COMPRAS

Responsável pela Pesquisa de preços: ANDRÉIA CRISTINA ROJO, servidora do Departamento Administrativo/Setor de Compras.

8 – JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

Considerando que a contratação pretendida contempla itens relacionados entre si, a opção avaliada como mais conveniente foi manter os itens em um único Grupo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Há entendimentos que não é possível a aglutinação do objeto, que fere dispositivos da Lei 14.133, entretanto, ao observar o inciso II do artigo 47 da Lei de Licitações e Contratos (14.133/2021) apresenta as exceções à regra: quando for tecnicamente inviável ou não recomendável - motivação de ordem técnica, ou quando o parcelamento puder acarretar a majoração do preço a ser pago pela administração - motivação de ordem econômica.

Haja vista que se tratando de contratação de sistemas integrados, isto é, softwares que tenham sido desenvolvidos de maneira a se beneficiarem dos recursos proporcionados pela integração, a segregação do objeto não se mostra tecnicamente viável, sendo a integração preponderante para evitar riscos de incompatibilidades e redundância nas bases de dados utilizadas, caso adquiridos separadamente. Sobre o tema há manifestações do no sentido de que a contratação conjunta de sistemas de informática que devem funcionar de forma integrada não contraria disposição de lei, em face da inviabilidade técnica e prejuízo econômico que a segregação poderia acarretar.

Por fim, em que pese a possibilidade de eventual obtenção de maior competitividade com a divisão do sistema em itens/lotos parcelados, o resultado a ser atingido e pretendido pela administração poderia restar frustrado, com inúmeras empresas sagrando-se vencedoras, cada uma prestando serviços de determinado lote/módulo, sem que houvesse, no entanto, compatibilidade entre os sistemas por elas ofertados, o que não permitiria a integração dos sistemas de informática do Município. Assim, para melhor adequação da tecnologia a ser utilizada, padronização, integração de sistemas, optou-se pela contratação global.

9 – RESULTADOS PRETENDIDOS:

A solução deverá permitir o alcance dos seguintes resultados:

1. Automação, melhoria de processos, redução de tempo e otimização de recursos materiais e humanos;
2. Centralizar todo o processamento e armazenamento de dados relacionados aos processos de atendimento e controles internos, otimizando a obtenção de informações e agilizando a tomada de decisões;
3. Atendimento ao Decreto Federal 10.540/2020, no qual estabelece normas e diretrizes para a aquisição e uso de sistemas informatizados para a modernização da gestão pública, com o objetivo de aprimorar a transparência, eficiência e eficácia dos serviços prestados à população, o objetivo precípuo do SIAFIC é fazer com que todos que se utilizem de recursos públicos dentro de cada esfera sigam as mesmas regras e que utilizem as mesmas ferramentas no momento de registrar os atos e fatos relacionados à administração contábil, orçamentária, financeira e patrimonial, observados os princípios da eficiência e da transparência;
4. Atender com eficiência a demanda da Prefeitura Municipal, Câmara Municipal e Instituto de Previdência;
5. Que os serviços sejam prestados conforme as quantidades solicitadas e no prazo estabelecido pela Administração Pública Municipal;
6. Com a realização da contratação, através de pregão eletrônico, pretende-se alcançar maior número de prestadores de serviços, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, além de evitar contratação com sobrepreço



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato, condições e qualidade do objeto adquirido, obter propostas efetivamente vantajosas, evidenciando, a melhor utilização dos recursos que lhe são disponibilizados, visando atender as ações anuais desenvolvidas pela administração municipal, que são ofertadas à sociedade.

7. Evitar contratação de serviços sem o padrão de qualidade exigido, assim entendidas aquelas que se inviabilizam ao longo da execução do objeto ou que não assegurem o aproveitamento mais eficiente dos recursos públicos à medida que promove uma licitação satisfatória, reduzindo o risco de conflitos, impugnações e atrasos;
8. Atendimento a todos os preceitos legais vigentes;
9. Mitigar chances do inadimplemento contratual por parte da empresa gerar desgaste ou custos para este município;
10. Dotar sempre a Prefeitura Municipal de Jandaia da infraestrutura física adequada para a prestação jurisdicional.

10 – PROVIDÊNCIAS PARA A ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO:

Logística:

Não há necessidade de adequação logística.

Infraestrutura tecnológica:

Não há necessidade de adequação na infraestrutura tecnológica.

Infraestrutura elétrica:

Não há necessidade de adequação na infraestrutura elétrica.

Espaço físico:

Não há necessidade de adequação no espaço físico.

Mobiliário:

Não há necessidade de adequação de mobiliário.

Impacto ambiental:

Não há efeitos ambientais de considerável relevância na contratação pretendida.

11 – CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE, SE CABÍVEL:

As práticas de sustentabilidade devem ser observadas pela contratada:

a) Comprovar, como condição prévia à assinatura do contrato e durante a vigência contratual, sob pena de rescisão contratual, o atendimento das seguintes condições:

I - Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011;

II - Não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos 29 e 105.

12 – CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE ACESSIBILIDADE, SE CABÍVEL:

Não se aplica.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

13 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

Não verifica-se contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

14 – MAPA DE RISCO:

Riscos do Processo de Contratação	
Risco 1 - Questionamentos excessivos no edital do pregão	
Probabilidade:	Baixa
Impacto:	Baixo
Dano:	Legitimidade do Pregão Eletrônico colocada em questão, justificativa da viabilidade.
Ação Preventiva:	Definir as regras gerais da contratação de forma clara no Edital e em seus anexos, atentar à legislação vigente no tocante a exigências e requisitos excludentes, justificando a sua necessidade no TR.
Ação de Contingência:	Republicação do Edital com correção dos itens alvos de impugnação que forem pertinentes.
Risco 2 - Licitação deserta	
Probabilidade:	Baixa
Impacto:	Médio
Dano:	Republicar o edital e abrir novo prazo para a realização do pregão, atraso nas licitações;
Ação Preventiva:	Realização de pesquisa de preços atuais, para eventual atualização dos valores
Ação de Contingência:	Republicação do Edital observando requisitos que poderiam ter provocado a desistência de possíveis empresas interessadas.
Risco 3 - Contratada se recusar a assinar o contrato	
Probabilidade:	Baixa
Impacto:	Alto
Dano:	Não concluir o processo licitatório tendo que abrir novo prazo e classificar o segundo colocado para concluir a licitação e se não houver remanescentes iniciar a licitação.
Ação Preventiva:	Definir punição no edital para empresa adjudicada que não assinar o contrato dentro do prazo estipulado, notificar e instaurar processo administrativo.
Ação de Contingência:	Adjudicar novo prestador de serviço ou promover nova contratação.
Risco 4 - Incapacidade da empresa vencedora em executar o contrato	
Probabilidade:	Média
Impacto:	Alto
Dano:	Atraso no fornecimento do objeto
Ação Preventiva:	- Sanções e os requisitos de qualidade que sejam condizentes com a importância do fornecimento do objeto. - Exigir documentação comprobatória que a licitante possui experiência no fornecimento de sistemas para Gestão Pública e na prestação de serviços técnicos na área de informática.
Ação de Contingência:	- Acompanhar com rigor os mecanismos que define os níveis esperados na qualidade dos serviços prestados e respectivas adequações de pagamento. - Gestão/Fiscalização do contrato com aplicação de sanções previstas quando ocorrer alguma falha contratual e, em último caso, cancelar o contrato e adjudicar novo prestador de serviços ou promover nova contratação.
Risco 5 - Falência da empresa vencedora	
Probabilidade:	Baixa
Impacto:	Alto
Dano:	Atraso no fornecimento do objeto
Ação Preventiva:	Exigir requisitos habilitatórios relativos à qualificação econômico-financeira.
Ação de Contingência:	Adjudicar novo prestador de serviço ou promover nova contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Risco 6 – Prestação de serviços de baixa qualidade	
Probabilidade:	Alto
Impacto:	Alto
Dano:	Prejuízos financeiros
Ação Preventiva:	Exigir documentação comprobatória que a licitante possui experiência no fornecimento de sistemas para Gestão Pública e na prestação de serviços técnicos na área de informática.
Ação de Contingência:	- Rejeitar os serviços que se apresentarem de baixa qualidade, ou que não seja capaz de atender as necessidades do município. - Notificação à contratada de modo a melhorar a qualidade dos serviços prestados e aplicação de sanções.

2 Avaliação Qualitativa dos Riscos

A seguir encontra-se a matriz de avaliação qualitativa dos riscos identificados.

Impacto	Sem Impacto	Baixo	Médio	Alto
Probabilidade				
Baixa		Risco 1	Risco 2	Riscos 3, 5
Média				Risco 4
Alta				Risco 6

3. Gravidade das consequências

Através da matriz, percebe-se que o risco de maior gravidade será o risco 6, essa avaliação é decorrente de levantamento feito pela equipe, onde se chegou ao consenso que devido às exigências de mercado, ação de órgãos fiscalizadores e as próprias contratantes destes tipos de solução, não são capazes de eliminar do mercado empresas que prestam serviços que não atendem com excelência no sentido de obter o resultado desejado, portanto a probabilidade será alta, porém existe a possibilidade da ocorrência deste fator, e os danos seriam desastrosos para a administração municipal como um todo, com a possibilidade de aplicação de multas pelos órgãos fiscalizadores e instauração de processo administrativo para apuração de inidoneidade, para garantir a eficiência nas compras públicas comprometida e demais atos administrativos interrompidos ou retardados, gerando diversos transtornos e prejuízos à Administração Municipal.

15 – VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

Os estudos preliminares evidenciam que a contratação da solução ora descrita, referente a contratação de empresa especializada na locação de software de gestão pública, para implantação, conversão de dados, treinamento, manutenção, suporte técnico e fornecimento de licença de uso de sistema de informação ilimitada de gestão pública, para a Prefeitura Municipal, Câmara Municipal e Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Jandaia do Sul, contemplando o Decreto nº 10.540/2020 (Siafic), através da realização de Pregão Eletrônico, mostra-se tecnicamente possível e fundamentadamente necessária.

Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

ANEXO II MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL FINAL LICITANTE VENCEDOR;

(Razão Social, endereço, e-mail, telefone, CNPJ e Inscrição estadual)

Local e Data.....

Edital de Pregão, na forma Eletrônica, nº./2025

Descrição do Objeto: Contratação de empresa especializada na locação de software de gestão pública, para implantação, conversão de dados, treinamento, manutenção, suporte técnico e fornecimento de licença de uso de sistema de informação ilimitada de gestão pública, para a Prefeitura Municipal, Câmara Municipal e Instituto de Previdência dos Servidores Públicos ambos do Município de Jandaia do Sul, contemplando o Decreto nº 10.540/2020 (Siafic), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

LOTE ÚNICO						
SISTEMA DE GESTÃO PREFEITURA DE JANDAIA DO SUL - PR						
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	QTD	UND. DE MEDIDA	CÓDIGO CATSERV	UNITÁRIO	TOTAL
1	Sistema de Gestão de Contabilidade Pública Orçamentária e Financeira Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502		
2	Sistema de Gestão de Planejamento Orçamentário (PPA, LDO, LOA) - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502		
3	Sistema de Gestão Financeira e Tesouraria Municipal - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502		
4	Sistema de Prestação de Contas Municipais - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502		
5	Sistema de Gestão de Portal Transparência Lei 131/2009 - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502		
6	Sistema de Gestão e Controle de Compras, Licitações e Contratos - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502		
7	Sistema de Gestão de Controle de Almoxarifado e Estoques - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502		
8	Sistema de Gestão do Controle de Patrimonial dos Bens Moveis e Imóveis - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502		
9	Sistema de Gestão e Controle da Frota Municipal - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502		
10	Sistema de Gestão de Controle de Obras Municipais - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502		
11	Sistema de Gestão de Controle Interno - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502		
12	Sistema de Protocolo Eletrônico e Processos Digitais - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502		
13	Sistema de Gestão da Plataforma do Governo Digital - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502		
14	Sistema de Gestão do Diário Oficial Eletrônico - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502		
15	Sistema de Gestão da Assinatura Digital A1 e A3 - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502		
16	Sistema de Gestão do GED - Gestão eletrônica de Documentos - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502		
17	Sistema de Gestão de R.H., Folha de Pagamento, Medicina e Segurança do Trabalho, Avaliação de Desempenho e E-Social - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502		
18	Portal do Servidor Municipal - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502		
19	Sistema de Gestão do Ponto Eletrônico - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502		

CNPJ: 75.771.204/0001-25 - Praça do Café, 22 – Jandaia do Sul – PR - CEP 86.900-000

Fone: (043) 3432.7398 - E-mail: licitacao@jandaiadosul.pr.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

20	Sistema de Gestão de Tributação Municipal, Dívida Ativa e Tributos Municipais - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502		
21	Sistema do Portal Contribuintes e Emissão Taxas e Certidões OnLine - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502		
22	Sistema de Geração e Emissão do ITBI ON LINE - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502		
23	Sistema de Gestão da Emissão e controle do Alvará On-Line - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502		
24	Sistema de Gestão de Fiscalização Fazendária e Posturas - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502		
25	Sistema de Gestão de Nota Fiscal Eletrônica e Controle do ISSQN - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502		
26	Sistema de Gestão de Controle de Cemitério e Emissão de Taxas Funerárias - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502		
27	Sistema de Gestão de Controle de Processos Judiciais e Execuções Fiscais - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502		
28	Portal WEB Municipal - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502		
29	B.I (Business Intelligence) - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502		
30	Sistema Municipal de Assistência Social - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502		
31	Hospedagem Garantida de Arquivos na AWS (Assinatura Digital) - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502		
32	PROVIMENTO DE DATA CENTER (hospedagem, processamento, segurança e backup) - Prefeitura de Jandaia do Sul	12	Mês	27502		
33	Implantação, Conversão e Treinamento - Prefeitura de Jandaia do Sul	1	Mês	3840		
34	Atendimento técnico "in loco" de técnicos da contratada, para sanar problemas ligados ao uso do software, referente a serviços não contemplados no Termo de Referência - Prefeitura de Jandaia do Sul	400	Horas	25992		

SISTEMA DE GESTÃO PARA O FUNDO DE PREVIDÊNCIA

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO MÓDULOS	QTD	UND. DE MEDIDA	CÓDIGO CATSERV	UNITÁRIO	TOTAL
35	Sistema de Contabilidade Pública - Fundo de Previdência	12	Mês	27502		
36	Sistema de Orçamentário (PPA-LDO e LOA) - Fundo de Previdência	12	Mês	27502		
37	Sistema de Tesouraria - Fundo de Previdência - Fundo de Previdência	12	Mês	27502		
38	Sistema de Atendimento ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná - Fundo de Previdência	12	Mês	27502		
39	Sistema de Compras e Licitações - Fundo de Previdência	12	Mês	27502		
40	Sistema de Controle de Frotas - Fundo de Previdência	12	Mês	27502		
41	Sistema de Patrimônio - Fundo de Previdência	12	Mês	27502		
42	Sistema de Gestão de R.H., Folha de Pagamento, Medicina e Segurança do Trabalho, Avaliação de Desempenho e E-Social - Fundo de Previdência	12	Mês	27502		
43	Portal do Servidor Municipal - Fundo de Previdência	12	Mês	27502		
44	Sistema de Portal Transparência - Fundo de Previdência	12	Mês	27502		
45	PROVIMENTO DE DATA CENTER (hospedagem, processamento, segurança e backup) - Fundo de Previdência	12	Mês	27502		
46	Implantação, Conversão e Treinamento - Fundo de Previdência	1	Mês	3840		
47	Atendimento técnico "in loco" de técnicos da contratada, para sanar problemas ligados ao uso do software, referente a serviços não contemplados no Termo de Referência - Fundo de Previdência	50	Horas	25992		

SISTEMA DE GESTÃO PARA CÂMARA DE VEREADORES

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO MÓDULOS	QTD	UND. DE MEDIDA	CÓDIGO CATSERV	UNITÁRIO	TOTAL
------	---------------------------------	-----	----------------	----------------	----------	-------



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

48	Sistema de Contabilidade Pública - Câmara de Vereadores	12	Mês	27502		
49	Sistema de Orçamentário (PPA-LDO e LOA) - Câmara de Vereadores	12	Mês	27502		
50	Sistema de Tesouraria - Câmara de Vereadores	12	Mês	27502		
51	Sistema de Atendimento ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná - Câmara de Vereadores	12	Mês	27502		
52	Sistema de Compras e Licitações - Câmara de Vereadores	12	Mês	27502		
53	Sistema de Controle de Frotas - Câmara de Vereadores	12	Mês	27502		
54	Sistema de Patrimônio - Câmara de Vereadores	12	Mês	27502		
55	Sistema de Gestão de R.H., Folha de Pagamento, Medicina e Segurança do Trabalho, Avaliação de Desempenho e E-Social - Câmara de Vereadores	12	Mês	27502		
56	Portal do Servidor Municipal - Câmara de Vereadores	12	Mês	27502		
57	Sistema de Gestão de Controle Interno - Câmara de Vereadores	12	Mês	27502		
58	Sistema de Portal Transparência - Câmara de Vereadores	12	Mês	27502		
59	Sistema de Protocolo Eletrônico e Processos Digitais - Câmara de Vereadores	12	Mês	27502		
60	Sistema de Gestão do Diário Oficial Eletrônico - Câmara de Vereadores	12	Mês	27502		
61	Sistema de Gestão da Assinatura Digital A1 e A3 - Câmara de Vereadores	12	Mês	27502		
62	Sistema de Gestão do GED - Gestão eletrônica de Documentos - Câmara de Vereadores	12	Mês	27502		
63	Sistema de Gestão do Processo Eletrônico de documentos - Câmara de Vereadores	12	Mês	27502		
64	PROVIMENTO DE DATA CENTER (hospedagem, processamento, segurança e backup) - Câmara de Vereadores	12	Mês	27502		
65	Implantação, Conversão e Treinamento - Câmara de Vereadores	1	Mês	3840		
66	Atendimento técnico "in loco" de técnicos da contratada, para sanar problemas ligados ao uso do software, referente a serviços não contemplados no Termo de Referência - Câmara de Vereadores	50	Horas	25992		
				TOTAL		

- Prazo da validade da proposta de preços: 60 (sessenta) dias.
- Prazo de execução: conforme edital e termo de referência.
- Prazo de entrega: conforme edital e termo de referência.

DECLARAÇÃO INTEGRANTE DA PROPOSTA

DECLARAMOS, sob as penas da Lei que:

a) a proposta apresentada para participar da presente Licitação foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) os produtos e/ou serviços ofertados atendem todas as especificações contidas no Termo de Referência do presente edital;

c) estão inclusos todos os custos, dentre estes, todas as despesas de pessoal, com frete, seguros, impostos, taxas, encargos e demais despesas indispensáveis à execução do objeto da presente licitação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

d) teremos disponibilidade dos produtos e/ou serviços e estes serão entregues e/ou executados no prazo previsto estipulado no Termo de Referência;

e) estamos cientes que as condições para pagamento são de **até 30 (trinta) dias**; e,

f) estamos de acordo e cientes com todas as exigências estipuladas em edital.

Atenciosamente,

Local....., de de 2025.

Assinatura:

Nome:

(do Representante legal da empresa proponente em papel timbrado da empresa)



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

Eu, _____ CPF _____
____ na qualidade de (sócio-gerente, representante legal, procurador) declaro, sob as penas da lei, que a Empresa _____ CNPJ _____:

- a) Não se encontra impedida de contratar sob nenhuma das hipóteses previstas no Art. 14 da Lei Federal 14.133/2021;
- b) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- c) Cumpre com o disposto no inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal, que trata da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;
- d) Tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações contratadas;
- e) Comunicará ao Município qualquer fato ou evento superveniente que venha alterar as situações acima declaradas.
- f) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o (a) responsável legal da empresa é o (a) SR.(a) _____, portador do RG sob nº _____ e CPF nº _____ cuja função/cargo é _____ (sócio/administrador/ procurador/ diretor/ etc), responsável pela assinatura do contrato.
- g) Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como eventual contratação, concordo que o Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço
E-MAIL:
TELEFONE:()
- h) DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006.

() EMPRESA DE GRANDE PORTE

i) Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006

Local....., de de 2025.

Assinatura:

Nome:

(do Representante legal ou procurador da empresa proponente em papel
timbrado da empresa)



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Declaramos, que o(s) profissional(ais) abaixo relacionado(s) pertence(m) ao nosso quadro técnico de profissionais.

NOME	ESPECIALIDADE	ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Local....., de de 2025.

Nome assinatura e carimbo da proponente



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

ANEXO V TERMO DE MINUTA DE CONTRATO

(Processo Administrativo nº.....)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/.....,
QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICIPIO DE
JANDAIA DO SUL E .A
EMPRESA.....

O Município de Jandaia do Sul pessoa jurídica de direito público, sito na Praça do Café, nº. 22, Estado do Paraná, neste ato, representada pelo Prefeito Municipal Senhor **LAURO DE SOUZA SILVA JUNIOR**, R.G. nº. 8.094.658-9/SESP-PR, inscrito no CPF/MF sob o nº. 041.472.819-07, a seguir denominado **CONTRATANTE**, e a Empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, sito à **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CEP **XXXXXXXXXX**, na cidade de **XXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob nº. **XXXXXXXXXXXXXX**, telefone: **xxxxx**, e-mail: **xxxxx**, neste ato representada por seu (sua) representante ou Responsável Legal, Senhor (a) **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. **xxxxxxxxxxx**, e inscrito no CPF/MF sob o nº. **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, a seguir denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico n. .../...**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	QTD	CATMAT CATSER	DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR	MARCA/ FABRICANTE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
TOTAL:						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) da assinatura desse termo contratual, prorrogável por até 15 (quinze) anos, na forma do artigo 114 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de trata este item está condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e preços permanecem vantajosa para a Administração permitida a negociação com o contratado.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Será admitido o reajuste com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, mediante a aplicação do IPCA (IBGE), ou outro que venha a substituí-lo, desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da assinatura do contrato, para o primeiro reajuste, ou da data do último reajuste, para os subseqüentes.

7.2. O reajuste será formalizado no mesmo instrumento de prorrogação da vigência do contrato, ou por apostilamento, caso realizado em outra ocasião.

7.3. A Administração deverá assegurar-se de que o novo valor é compatível com os preços praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Cientificar o órgão de representação judicial a procuradoria do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- Advertência, quando a gravidade da inexecução no contrato não justificar a imposição de penalidade mais grave.

- Multa, nas seguintes hipóteses e graduações:

a) pelo atraso na execução do objeto deste Termo, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto ofertado, devidamente atualizado, independentemente de eventual rescisão contratual, a critério da Administração, nos termos do art. 137, I, da Lei 14133/2021.

b) pela rescisão unilateral no contrato pelo Fornecedor, sem justa causa, o que caracterizará descumprimento total da obrigação assumida, multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do objeto ofertado, devidamente atualizado;

c) pelo descumprimento das demais condições fixadas no Edital e no contrato e não abrangida pelas alíneas anteriores, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto ofertado, para cada evento, devidamente atualizado, independentemente de eventual rescisão contratual até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do objeto ofertado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

CÓDIGO RED.	FONTE	DESCRIÇÃO	ÓRGÃO	FUNCIONAL	PROJ/ ATIV	CATEGORIA	DESCRIÇÃO
51	1000	Recursos Livres	04.001	04.122.0004	2.004	3.3..90.40.00.00	Serviços de Tecnologia

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

16.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

A) "Prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objeto de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

B) "Prática fraudulenta": a falsidade ou omissão dos fatos, com o objeto de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

C) "Prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

D) "Prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

Estado do Paraná

www.jandaiadosul.pr.gov.br

E) “Prática obstrutiva”: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática, atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

16.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financeiro pelo organismo.

16.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.3. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Jandaia do Sul, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Jandaia do Sul. de de 2025.


Município de Jandaia do Sul
- Benedito José Pupio -
Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
- XXXXXXXXXXXXXXX-
Contratada

TESTEMUNHAS:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CPF: xxxxxxxx
Gestor do Contrato

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CPF: xxxxxxxx
Fiscal do Contrato